

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RDE

revista
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ano XVII • Nº 32 • Dezembro de 2015 • Salvador, BA

DO TEÓRICO AO REAL

NA ECONOMIA URBANA E REGIONAL



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

EDITORA **UNIFACS**

REVISTA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

RdE

revista

DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ano XVII • Nº 32 • Semestral • Dezembro de 2015 • Salvador, BA



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
A Revista de Desenvolvimento Econômico é uma
publicação semestral do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional e
Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS
Laureate International Universities

Presidente

Marcelo Henrik

Chanceler

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Reitora

Márcia Pereira Fernandes de Barros

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Comunitária

Carolina de Andrade Spinola

Coordenadora Geral da Pós-graduação Lato

Sensu Maria de Fátima Santana Maia

Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU

Laumar Neves de Souza

Editora – UNIFACS

Gismália Marcelino Mendonça

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas

Prof.ª Dra. Christine Nentwig Silva

Prof.ª Dra. Débora Cordeiro Braga

Prof. Dr. Benny Kramer Costa

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo

Prof. Dr. Fernando C. Pedrão

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos

Prof.ª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

Prof.ª Dra. Rosélia Piquet

Prof. Dr. Rossine Cruz

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa

Prof.ª Vera Lúcia Nascimento Brito

Prof. Victor Gradin

Editor Redator Chefe

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Editoração Eletrônica

Nexodoc Consultoria em Tecnologia da
Informação LTDA.

CAPA - FOTO

Cláudia Jaguaribe

www.claudiajagaribe.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. É vedada a reprodução integral de artigos sem a formal autorização da redação.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua José Peroba nº 251, 7º andar, sala 702 - STIEP
Salvador – Bahia, CEP 41770235 - Tel: 3273 8528

E-mail: rde@unifacs.br - spinolanoelio@gmail.com

**Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU**



EXPEDIENTE E REGISTROS

INDEXAÇÃO

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE é indexada por: GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais < <http://www.geodados.uem.br> >
Universidad Nacional Autónoma de México CLASE Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades: < <http://www.dgbiblio.unam.mx>

A RDE foi classificada pelo QUALIS da CAPES como B2 pelas áreas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (área do Programa responsável pela sua edição) e Arquitetura e Urbanismo.

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGRÁFICA

RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. – Ano 1, n.1,
(nov.1998).– Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2 /
Universidade Salvador, 1998.

v.: 30 cm. Semestral

ISSN 1516-1684

Ano I, n. 1 (nov. 1988); Ano I, n. 2 (jun. 1999); Ano 2, n. 3 (jan.2000);
Ano 3 n. 4 (jul. 2001); Ano 3, n. 5 (dez. 2001); Ano 4, n. 6
(jul.2002);Ano 4, n. 7 (dez. 2002); Ano 5, n. 8 (jul. 2003); Ano 6, n. 9
(jan. 2004);Ano 6, n. 10 (jul. 2004); Ano 7, n. 11 (jan. 2005); Ano 7, n. 12 (jul.
2005);Ano 8, n. 13 (jan. 2006); Ano 8, n. 14 (jul. 2006); Ano 9, n. 15 (jan
2007);Ano 9, n.16 (dez. 2007); Ano 10, n. 17 (jan. 2008); Ano 10, n.18 (jul.
2008); Ano 11, n. 19 (jan. 2009); Ano 11, n. 20 (jul. 2009); Ano 12, n. 21 (jul.
2010); Ano12, ed. esp. (dez. 2010); Ano 13, n. 22 (dez. 2010); Ano 13, n. 23
(jun. 2011);Ano 13, n. 24 (dez. 2011); Ano 14, n. 25 (jun. 2012); Ano 14, n. 26
(dez. 2012); Ano 15, n. 27 (jun. 2013); Ano 15, n. 28 (dez. 2013); Ano 16, n.
29 (jun. 2014); Ano 16, n. 30 (dez. 2014); Ano 17, n. 31 (jun. 2015); Ano 17,
ed. esp.(dez 2015) Ano 17, n.32 (dez. 2015)

ISSN eletrônico 2178-8022

1. Economia – Periódicos. II. UNIFACS – Universidade Salvador. UNIFACS.
CDD 330

Pede-se permuta
On demande l'échange
We ask for exchange Pede-
se canje
Si richiede lo scambo
Mann bitted um austausch

EDITORIAL

Com este número fechamos o ano de 2015 onde o nosso Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) registrou um desempenho de alto nível. Com o seu campus instalado em Salvador o PPDRU tem um alcance que atinge os limites geográficos de um estado cuja dimensão supera a de muitos países. Seu corpo discente é formado por alunos provenientes de municípios baianos como: Barreiras (905 km de Salvador), Bom Jesus da Lapa (778 km), Vitória da Conquista (527 km), Juazeiro (511 km), Guanambi (482 km), Paulo Afonso (471 km), Ilhéus (467 km), Seabra (456 km), Senhor do Bonfim (384 km), Jequié (374 km), Cruz das Almas (145 km), Valença (119 km), Feira de Santana (108 km), Catu (78 km), Pojuca, Lauro de Freitas, Camaçari (esses três últimos localizados na Região Metropolitana de Salvador - RMS). Dos outros estados da Federação, tem recebido alunos originários de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Brasília, Mato Grosso, Pará, Alagoas e Sergipe. Desde a sua criação, nos idos de 1999, até o final de 2015, o corpo discente do PPDRU conseguiu produzir um volume bastante significativo de dissertações, totalizando 202 (duzentas e duas). Em se tratando do curso de doutorado, para o qual oferece apenas sete vagas anuais, os números são também muito expressivos no quesito conclusão de teses, levando-se em conta que sua implantação é bem mais recente, datando do ano de 2006. Ao todo se pode contabilizar, até o término de 2015, a defesa de 37 (trinta e sete) teses. É de se observar ainda que o PPDRU tem procurado programar algumas experiências inovadoras de formação que reverberam na capacitação do seu alunado. Uma delas é o Observatório de Segurança Pública da Bahia, que se constitui na interface entre o trabalho do Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Violência e Cidade (CNPq) e a sociedade. Essa estrutura foi criada com a perspectiva de democratizar o conhecimento sobre segurança pública para permitir o empoderamento da sociedade e o controle social da atividade. Outra experiência inovadora resulta de das ações empreendidas pelo Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS), no âmbito do Projeto Rio São Francisco: Cultura, Identidade e Desenvolvimento. Vale, neste plano destacar a inserção internacional do programa mediante uma parceria com o Albright College (EUA) e a presença de professores daquela instituição durante as Expedições e Seminários realizados no território de domínio do rio, o que vem sendo de singular importância, na medida em que os nossos doutorandos, mestrandos e os bolsistas de iniciação científica puderam aprender e trocar experiências, inúmeras vezes na língua natal dos professores, sobre os aspectos ambientais estudados. Nesse ponto não se pode deixar de registrar que, nos últimos anos, houve uma adequação nos núcleos e grupos de pesquisa do PPDRU,

de modo a torná-los cada vez mais aderentes com as linhas de pesquisa, bem como às suas áreas de concentração, o que, por certo, facultou o estabelecimento de uma situação sinérgica entre as ações levadas a termo por essas estruturas. Nesse contexto, resolveu-se, depois de uma ampla e exaustiva discussão, edificar uma nova estrutura organizacional para o Programa, que passou a contar com um Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa e oito Grupos de Pesquisa registrados no Diretório de Pesquisa do CNPq. Registre-se, de igual modo, que desse esquema de mudança resultou, como seria natural esperar, um amadurecimento da estrutura dos grupos de pesquisa, que, refletem a modificação nas linhas de pesquisa e áreas de concentração, espelhando, portanto, um melhor encaixe e/ou adequação ao perfil do seu corpo docente. No tocante a esta Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE), cabe mencionar que ela constitui um dos mais poderosos instrumentos que o Programa dispõe para conferir-lhe visibilidade no plano nacional e internacional. Por se tratar de um periódico classificado como QUALIS B2 pela CAPES em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, ele tem atraído o interesse de vários pesquisadores, espalhados pelo território nacional, bem como de outros lugares do mundo, para divulgarem os resultados de suas pesquisas. A RDE completou, em 2015, dezesseis anos de existência ininterrupta. Sua linha editorial trabalha com uma pauta dedicada às questões relacionadas com o desenvolvimento econômico, destacando-se a temática do desenvolvimento regional e urbano. Editada semestralmente, constitui a RDE uma publicação técnica de circulação internacional sendo distribuída, seletivamente, em cópias físicas, para as bibliotecas de todas as instituições de ensino da área de ciências sociais aplicadas e organismos de pesquisa e fomento do Brasil e do exterior. Circulando desde o ano de 2010 com a sua versão digital, através da Internet (<http://www.revistas.UNIFACS.br/index.php/rde>), a revista vem expandindo as suas perspectivas de intercâmbio internacional. Neste número circula a RDE com quinze artigos sendo o primeiro relativo aos "Gastos Públicos com Investimentos e Composição de Empregos nos Setores da Economia do Distrito Federal, Brasil, 1995 a 2010" um estudo elaborado por professores e pesquisadores do Centro de Ensino Unificado de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO. Segue-lhe um texto elaborado por pesquisadores da UFSCar intitulado "Bancos comunitários de desenvolvimento: tendências e lacunas nas publicações acadêmicas brasileiras" destacando a importância social desses bancos nas ações de combate à pobreza observam os autores que o objetivo do trabalho foi identificar como os estudos dos BCDs têm sido publicados pelas universidades brasileiras a partir de um levantamento bibliométrico sobre a produção acadêmica (teses e dissertações). Constatou-se que a

região Nordeste apresenta o maior número de publicações sobre BCDs, seguida pela Região Sudeste. A região Norte não apresentou nenhum estudo, apesar do número expressivo de iniciativas solidárias existentes em seu território. O Banco Palmas (Fortaleza-CE) foi o mais frequente objeto de pesquisa. O terceiro texto trata da "Segregação socioespacial no Vale do Paraíba" os autores concluem que "a segregação voluntária (VILLAÇA, 1998) vem ocorrendo na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense durante toda a década, principalmente na área urbana de Volta Redonda e Resende, cidades que se destacam por suas características sociais e econômicas na microrregião." Afirmando que se não existir planejamento urbano e políticas públicas eficazes voltadas para a igualdade de acesso a oportunidades nestas cidades, a segregação socioespacial tenderá se intensificar. O quarto artigo dá um giro de 180º na pauta e aborda as mudanças que ocorreram partindo-se "da ilha de prosperidade ao mar de turbulência: uma análise do processo de endividamento externo do regime militar (1968-1979)" Segundo o autor, apoiado na alta liquidez internacional e nos "petrodólares", os tecnocratas do regime militar adotaram uma estratégia de desenvolvimento a qual alicerçou a industrialização substitutiva de importações. Por outro lado, aumentou vertiginosamente a dívida externa do país, fazendo do Brasil o maior devedor no ano final da década. "Segue-lhe outro texto também de enfoque macroeconômico que trata da "dinâmica do emprego na indústria de alimentos no Brasil: uma análise a partir da conjuntura macroeconômica (2002- 2011)". No sexto artigo os pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território – GEPECT/UERN se propõem a "desvelar aspectos e lógicas da reprodução capitalista no espaço", estudando "o comércio de rua na cidade de "Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte." Eles concluem que "o comércio de rua se mostra determinante para a geração de emprego para muitos e para interações com outros segmentos da economia, já que grande parte dos vendedores de rua realizam suas compras em atacadistas e produtores, da própria região ou cidade onde operam. A atividade de rua ganha, portanto, funcionalidade para o sistema capitalista na medida em que se configura como um espaço comumente utilizado para escoar parte da produção das indústrias, principalmente daquelas situadas na região Nordeste, sobretudo se considerada a distribuição como importante elemento nesse processo complexo que objetiva, por fim, à valorização do capital." O artigo seguinte trata de um estudo comparativo abordando a temática dos "Bancos Públicos e desenvolvimento econômico: a experiência de Brasil e Coréia do Sul." sendo seguido por outro que estuda os "indicadores das pesquisas acadêmicas em Biotecnologia nas regiões brasileiras: uma visão em torno da Bioeconomia". Os nono e décimo artigos tratam da temática relacionada com o tabaco

e o décimo primeiro examina a "contribuição da Previdência Social Rural para a redução da desigualdade de renda". Enquanto isto, nos remetendo para um plano mais teórico, o décimo segundo texto traz uma discussão sobre o ambiente da coexistência interparadigmática na modernidade avançada entre modelos de organização econômica da sociedade, fazendo um paralelo entre a economia de mercado e alguns modelos de organização alternativos, como a economia solidária, o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva. No décimo terceiro texto "Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux" os autores demonstram que o pensamento e a contribuição de François Perroux continuam vivos e importantes no arsenal de instrumentos teóricos da ciência regional. Segue-lhe outro texto tratando dos impactos da previdência social no interior da Bahia e fechando a edição um estudo sobre o "acesso a serviços educacionais e a localização das instituições de ensino superior privadas presenciais no estado de Sergipe.

Desejamos a todos uma boa leitura

Prof.Dr. Noelio D. Spinola

Editor

SUMÁRIO

- 674 GASTOS PÚBLICOS COM INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DE EMPREGOS NOS SETORES DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, BRASIL, 1995 A 2010
CARLOS ANTÔNIO DE REZENDE, PAULO CESAR BONTEMPO, ALCIDO ELENOR WANDER
- 699 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS E LACUNAS NAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS
NAYANA FRIZON, HILANO JOSÉ ROCHA DE CARVALHO, MARIA ZANIN
- 720 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE, RIO DE JANEIRO
ANA PAULA VASCONCELOS GONÇALVES, JULIA CELIA MERCEDES STRAUCH
- 748 DA ILHA DE PROSPERIDADE AO MAR DE TURBULÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO REGIME MILITAR (1968-1979)
IVAN COLANGELO SALOMÃO
- 765 A DINÂMICA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA (2002-2011)
ALEX LEONARDI, PAULO DABDAB WAQUIL, FABRICIO JOSÉ MISSIO
- 788 DESVELANDO ASPECTOS E LÓGICAS DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO ESPAÇO: UM ESTUDO NO COMÉRCIO DE RUA EM PAU DOS FERROS/RN
FRANCICLÉZIA SOUSA BARRETO SILVA, ELIANA COSTA GUERRA, JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS
- 815 BANCOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A EXPERIÊNCIA DE BRASIL E CORÉIA DO SUL
JOSÉ CARLOS MARTINES BELIEIRO JUNIOR, BERNARDO SCHIRMER MURATT
- 843 ESTUDO DE INDICADORES DAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM BIOTECNOLOGIA NAS REGIÕES BRASILEIRAS: UMA VISÃO EM TORNO DA BIOECONOMIA
ANGELA MACHADO ROCHA, MARIA CLARA BARRETO DE FREITAS MELRO, DOUGLAS ALVES SANTOS, MARCELO SANTANA SILVA, MARIA VALESCA DAMÁSIO DE CARVALHO SILVA
- 860 O ÍNDICE DE DIVERSIFICAÇÃO E O GRAU DE EXPOSIÇÃO AO MERCADO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL
KATHLEEN RODRIGUES KRÜGER DA SILVEIRA, CIDONEA DEPONTI MACHADO, SILVIO CEZAR AREND
- 872 O AMBIENTE INSTITUCIONAL FORMAL E OS RUMOS DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL
LEONARDO XAVIER DA SILVA
- 892 A CONTRIBUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA
ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL DE BITENCOURT CORREIO, FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO CORREIO
- 915 O IMPÉRIO PERSISTE? ECONOMIA DE MERCADO E ABORDAGENS ALTERNATIVAS, UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA INTERPARADIGMÁTICA
JOSIAS ALVES DE JESUS, NOELIO DANTASLÉ SPINOLA
- 935 SEIS DÉCADAS DA TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO: REVISITANDO PERROUX
KELLE ANDRADE DO CARMO, PETRÔNIO ALVES COELHO FILHO, TICIANO RODRIGO ALMEIDA OLIVEIRA
- 953 IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA/BA
BRUNO MOTA LOPES, JANÚZIA SOUZA MENDES, PATRÍCIO DE ALMEIDA ALVES
- 969 ACESSO A SERVIÇOS EDUCACIONAIS E A LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS PRESENCIAIS NO ESTADO DE SERGIPE
IHANMARCK DAMASCENO DOS SANTOS

GASTOS PÚBLICOS COM INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DE EMPREGOS NOS SETORES DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, BRASIL, 1995 A 2010

Carlos Antônio de Rezende¹
Paulo Cesar Bontempo²
Alcido Elenor Wander³

RESUMO

O trabalho buscou comparar os gastos públicos com investimentos do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal na região do Distrito Federal com a evolução e composição dos empregos no período de 1995 a 2010, que compreendeu os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Como referencial busca-se embasamento na Teoria Keynesiana, que destaca a necessidade de intervenção governamental, através da Política Fiscal, para corrigir eventuais distorções do mercado; na Teoria das Finanças Públicas que versa sobre as funções estabilizadora, alocativa e distributiva do Governo; e na Curva de Phillips, que mostra uma relação inversa entre inflação e desemprego. Os dados utilizados são de órgãos oficiais de pesquisa, do sistema orçamentário-financeiro e do sistema de emprego. Os resultados mostram uma forte correlação para o Distrito Federal entre os investimentos públicos e o nível de empregos.

Palavras-chave: Investimentos públicos; Finanças públicas; Orçamento público; Nível de emprego.

PUBLIC INVESTMENT AND JOB COMPOSITION IN ECONOMIC SECTORS OF THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL, 1995-2010

ABSTRACT

The study aimed to compare the public expenditure on investment by the Federal Government and the Federal District in the Federal District region with the evolution and composition of jobs in the period 1995 to 2010, which comprised the two governments of President Fernando Henrique Cardoso and the two government of President Luís Inácio Lula da Silva. As we seek to frame basis in Keynesian Theory, which highlights the need for government intervention through fiscal policy, to correct any distortion of the market, the Theory of Public Finance that deals with the stabilizing, allocative and distributive functions of Government, and Phillips curve, which shows an inverse relationship between inflation and unemployment. The data used are from official research, budget and financial system and employment system. The results show a strong correlation to the federal district between public investment and employment levels.

Keywords: Public sector investment; Public finance; Public budget; Level of employment.

JEL: H50, H54.

¹ Economista. Professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF. Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

² Economista. Mestre e Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

³ Engenheiro Agrônomo. Mestre e Doutor em Ciências Agrárias (Concentração: Economia Agrícola) pela University of Göttingen (Alemanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia-GO.

1 INTRODUÇÃO

A busca incessante da estabilidade econômica tem sido uma constante dos governos brasileiros desde meados da década de 1950, quando começou o processo de industrialização da nossa economia, contando com uma grande gama de recursos do Governo Federal, tanto aplicada na infra-estrutura básica, como também diretamente na implantação de empresas que exigiam um grande aporte de capital.

O endividamento público para esses gastos, bem como com a construção da nova capital e com as obras da época “milagre econômico” teve, como consequência, o aparecimento da inflação e a estagnação econômica.

Vários planos econômicos foram postos em prática, principalmente, a partir da década de 1980, em busca da estabilidade de preços. Porém, só com o advento do Plano Real⁴ o Governo Federal conseguiu controlar a inflação, até então galopante, que assolava o País.

Após essa conquista, o cenário econômico se mostrou bastante favorável ao Brasil. Dal Rosso (2010, p.125) nos relata que com a estabilização da moeda e pagando uma das maiores taxas de juros do mundo, os investidores internacionais aportaram recursos financeiros no Brasil. Esta entrada maciça de capital internacional levou a uma queda do valor do dólar em termos do Real, o que reduzia cada vez mais o risco de investir no Brasil.

Em um segundo momento, o governo brasileiro se voltou para o início do combate ao desemprego, utilizando, para tanto, de elevação dos gastos com investimentos, através de aporte de recursos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A crise internacional, iniciada pelo “estouro da bolsa imobiliária”, nos Estados Unidos, fez com que o Governo Federal do Brasil continuasse utilizando a Política Fiscal expansionista, reduzindo a alíquota de impostos e mantendo seus gastos em níveis elevados, conforme nos relata Dal Rosso (2010, p.125-126).

O gasto público é, juntamente com os tributos, um dos instrumentos de Política Fiscal utilizados quer em busca do controle da inflação quer em busca da redução do desemprego. Esses gastos dividem-se em grupos de despesa, dentre os quais se busca estudar os investimentos. Ressalte-se a importância do período

⁴ Plano de estabilização econômica iniciado no governo de Itamar Franco que estabeleceu a Unidade Real de Valor (URV), e regras de conversão e uso de valores monetários e iniciou a desindexação da economia, além de determinar o lançamento da nova moeda, o Real.

escolhido para o tema, em virtude da estabilização da economia e a observância de duas situações distintas em dois momentos subsequentes:

1. em um primeiro momento, a continuidade do controle da inflação na economia brasileira, através da utilização de Políticas Econômicas Fiscal e Monetária contracionistas;
2. posteriormente, a busca de controlar e evitar o desemprego, consequência da busca do combate à inflação e de uma crise mundial que se apresentava como ameaça, através da prática de Políticas Econômicas expansionistas, principalmente, a Política Fiscal.

Desta forma, busca-se mostrar a importância da Política Fiscal, via investimento governamental, para o desenvolvimento regional e seu consequente impacto na composição do emprego no Distrito Federal.

O problema a ser estudado será a relação dos gastos públicos com investimentos e a criação e composição de empregos nos diversos setores da economia do Distrito Federal, no período de 1995 a 2010.

Após a implantação do Plano Real, que, segundo Gremaud et al. (2011, p.448) foi um dos mais engenhosos planos do controle da inflação, deparou-se o governo com outro problema: o início da crise econômica internacional, onde o estouro da “bolha imobiliária” nos Estados Unidos da América do Norte levou o pânico a muitos governos, em virtude de um provável efeito cascata, muito comum com o advento da globalização.

Nesse momento, o governo brasileiro estava se voltando para o início do combate ao desemprego. Aquele fato fez com que o Governo Federal do Brasil continuasse com sua Política Fiscal expansionista, reduzindo a alíquota de tributos e mantendo seus gastos em níveis elevados no período estudado, priorizando principalmente gastos com investimentos, com destaque para a construção civil. Desta forma, de toda e qualquer política de restrição de gastos imputada ao orçamento público, no período pós-crise americano, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi preservado, como forma de manutenção do nível de emprego no Brasil.

O estudo justifica-se em função da importância e da busca contínua do governo no que se refere à criação e manutenção do nível de emprego nos diversos setores da economia.

Pode-se separar a história da economia do Brasil em antes e depois do Plano Real. A importância da estabilização econômica para o País pode ser observada na mudança do nível de vida da população. Gremaud et al. (2011, p.454) destacam o aumento da demanda via elevação do poder aquisitivo da população de baixa renda. O período estudado reflete um momento de mudança na vida da população, pois compreende os primeiros 16 anos após a implantação do Plano Real.

Por outro lado, a região estudada é rica em informações, pois retrata a capital do País, porém, com reflexos na região de seu entorno, uma vez que, ao estudarmos o nível e composição do emprego no Distrito Federal (DF), estaremos atingindo aquela população que, embora more em parte do estado de Goiás, efetivamente trabalha no DF. Destaque-se que a região do entorno do DF se caracteriza pelo alto índice de desemprego e de subemprego, caracterizando uma típica situação de dualismo econômico.

Outrossim, dados de 2010-2012 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a mostram como a região mais violenta do País.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância Regional do Distrito Federal

O Ministério da Integração Nacional (s.d., p.25-36) reflete a importância socioeconômica do Distrito Federal (DF) para a região Centro-Oeste, quando nos relata em sua análise sobre a região em relação ao resto do País, que o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o nível de pobreza, o nível de escolaridade e as populações beneficiadas com água encanada e esgotamento sanitário são favoráveis ou vêm melhorando acima da média nacional, principalmente, por conta da presença da Capital Federal na Região. Corroborando com esta informação, Pagnussat (2010, p.23) informa que o IDH do DF é de 0,849, índice de país europeu, ficando bem acima da média nacional. Relata-nos ainda que o alto IDH detectado deve-se às boas condições de saúde, elevada renda *per capita* e elevada escolaridade. Destaca que 50% dos servidores públicos têm nível universitário e 30% possuem nível médio. Levando em consideração que o serviço público é responsável por quase 50% do PIB local, detecta-se a importância da educação na economia local.

Pagnussat (2010, p.25) nos relata que a participação percentual do Centro-Oeste no PIB nacional mais do que triplicou de 1960, ano da inauguração de Brasília, para 2010. Ainda segundo o autor (2010, p.23) Brasília detém um PIB que supera R\$ 100 bilhões, estando entre as oito principais economias do País. Ressalte-se a importância do setor de serviços, que é responsável por 92% deste PIB, ficando a indústria com 7% e a agricultura com 1% deste total.

Convém ressaltar que, segundo Miragaya (2010, p.4), entre 1970 e 2007, o PIB do Centro-Oeste saltou de 3,8% do PIB do País em 1970 para 9,85% em 2007, atribuindo-se grande parte deste salto à existência de Brasília, que participou com R\$ 262,1 bilhões.

A tabela 1 mostra, de forma resumida, o que representa o Distrito Federal (DF) para o PIB da Região.

Tabela 1 - DF: participação (%) dos setores da economia – 2007

DISCRIMINAÇÃO	No Valor Adicionado do DF	DF/ Centro-Oeste	DF/ Brasil
Agropecuária	0,29	1,25	0,21
Indústria	6,55	18,6	0,92
Construção Civil	3,60	32,04	2,90
Serviços	93,16	53,46	5,49
Adm. Pública	53,76	72,34	13,65
Participação % PIB	-	42,36	3,76

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

Segundo seus dados, o DF detinha em 2007 mais de 42% do PIB da região. Ressalte-se a importância do serviço público, que detinha mais da metade do valor adicionado. Outro dado que chama a atenção é que, em relação à região Centro-Oeste, a construção civil do DF participava com mais de 32% do total da região.

2.2 A necessidade de intervenção governamental para sanar falhas do mercado

O liberalismo econômico pregava a pouca participação do Estado na Economia. Smith (1983) afirmava que o empresário tinha o direito de ficar livre da tirania do governo. Para Ricardo (1982, p.166-169) “o melhor de todos os planos financeiros é gastar pouco, e o melhor de todos os impostos é o que for o menor possível”.

Por outro lado, a teoria das finanças públicas tem uma preocupação com a existência de falhas no mercado e a necessidade de intervenção governamental para saná-las. Musgrave e Musgrave (1974) afirmam que o Estado tem três funções básicas, a saber: a função alocativa – complementação da oferta de bens e serviços; função distributiva – buscando uma forma mais justa na distribuição da renda, utilizando, como instrumentos, a tributação e o orçamento; e função estabilizadora – busca de estabilidade econômica aliada a um aumento no nível de emprego. Para esta última, o governo utiliza duas políticas macroeconômicas: a Política Fiscal e a Política Monetária.

Keynes (1983) atribui uma importância fundamental à Política Fiscal para a obtenção da estabilidade econômica. Assim é que, caso queira reduzir a escalada da inflação, utilizando instrumentos de Política Fiscal, caberá ao governo controlar seus gastos e/ou elevar a carga tributária. Outrossim, se o objeto primordial for o combate ao desemprego, o governo deverá elevar seus gastos, principalmente em investimentos, e/ou reduzir a carga tributária. Ou seja, a Política Fiscal é utilizada para o combate à inflação ou à depressão. A priorização aos gastos com investimentos é fundamentada pelo fato de que gastos com construção civil, que é uma das formas de investimentos públicos, revertem-se em emprego para a mão-de-obra menos qualificada.

Segundo Giacomoni (2001, p.67), apesar do reconhecimento da importância do gasto público ser bem anterior, foi a partir da década de 30 que o orçamento passou a ser utilizado sistematicamente como instrumento de política fiscal do governo, com o advento da doutrina keynesiana.

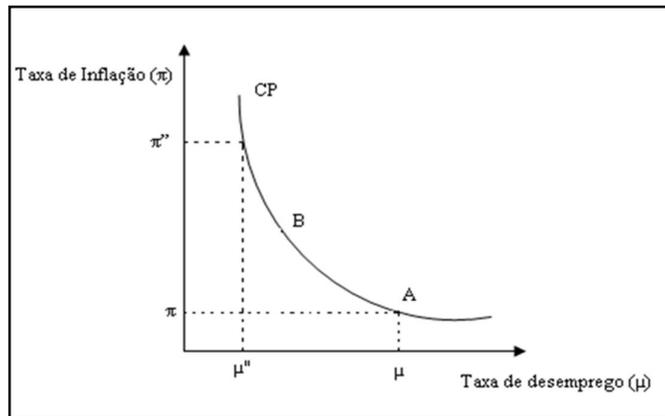
Galbraith e Salinger (1980, p. 44) ratificam que, segundo Keynes, para evitar subida nos preços, devem-se aumentar impostos e reduzir os gastos; por outro lado, ainda segundo os autores (1980, p.92) para o controle da inflação, deve-se elevar a tributação e diminuir os gastos públicos.

Desta forma, podemos deduzir que, para o combate ao desemprego e à inflação, utilizam-se instrumentos antagônicos. Assim sendo, Gremaud et al. (2011, p.302) afirmam que “a forma mais tradicional de verificar a relação entre crescimento e desemprego é utilizando a Curva de Phillips (Figura 1), que mostra uma relação inversa entre taxa de desemprego e taxa de inflação. Alertam, ainda Gremaud et al. (2011, p.306) que “a grande importância da análise da Curva de Phillips é chamar a

atenção para o fato de que o governo não pode manipular impunemente a demanda agregada”. Isso pode gerar ônus como, por exemplo, a aceleração inflacionária...”.

A curva de Phillips expressa a relação negativa entre a taxa de desemprego (μ) e a taxa de inflação (π). De acordo com a figura 15, taxas mais baixas de desemprego (μ''), seriam obtidas ao custo de taxas de inflação mais altas (π'').

Figura 1 – Curva de Phillips



Outrossim, Gruber (2009, p.2-4) afirma que o governo deve intervir na economia quando de existência de falhas no mercado e para redistribuição, ou seja, a “transferência de recursos de alguns grupos da sociedade a outros”.

2.3 Gastos públicos e crescimento

Segundo Resende (2001), os gastos públicos podem ser classificados pela finalidade, natureza e pelo agente encarregado de executá-lo.

O MP (2001), por sua vez, em sua classificação, separa a despesa pública em despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes subdividem-se em grupos de despesa, a saber: pessoal e encargos sociais, juros das dívidas interna e externa, outras despesas correntes e transferências correntes. A despesas de capital, por sua vez, subdividem-se em despesas com amortização das dívidas interna e externa, investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

Sant’anna (2006) afirma que Malthus já se preocupava com a relação entre gasto público e crescimento econômico e seus efeitos para a economia, em 1820.

Afirmava ainda Sant'anna que o economista alemão Wagner, em 1890, estabelecia que teria o governo que elevar sua oferta de bens públicos para haver aumento da renda per capita. Freitas et al. (2009) destacam que nem todo tipo de gasto do Governo contribui para o crescimento. Destacam ainda que, dentre as despesas de capital, já definidas como tal neste trabalho, apenas os investimentos trouxeram impacto para o crescimento, ao contrário das inversões financeiras, que se caracterizam por configurarem transferências de titularidade, não criando emprego e renda. Concluem o trabalho afirmando a importância dos gastos públicos com investimentos para a o crescimento e, conseqüentemente, para a geração de mais emprego e renda.

Rocha e Giuberti (2005) também apresentaram um modelo onde configuram a relação positiva entre as despesas de capital e o crescimento econômico, porém dando um destaque na distinção entre gastos públicos “produtivos” e “improdutivos”, onde os primeiros são definidos como os que têm impacto positivo e os últimos os que têm impactos negativos sobre o crescimento econômico. Ashauer *apud* Rocha e Giuberti (2005) encontra evidências de que gastos públicos com construção civil, entre 1949 e 1985 tiveram efeitos positivos no crescimento econômico dos Estados Unidos. Easterly e Rebelo, *apud* Rocha e Giuberti (2005), utilizando um conjunto de regressões, detectaram que investimentos em transporte e comunicações levaram a um impacto positivo no crescimento da economia de países desenvolvidos.

Para o caso brasileiro, Rocha e Giuberti (2005), destacam, ainda estudos de Ferreira; e Ferreira e Malliagros, onde relatam impactos positivos de investimentos em infra-estrutura para o crescimento econômico e os estudos de Cândido Jr. e de Mazoni, que mostram, em relação ao crescimento econômico, relações negativas quando se tratam de gastos com consumo e relação positiva quando a abordagem é em relação a gastos com investimentos.

Na conclusão de seu trabalho, as autoras atentam para o fato de que os gastos ditos produtivos têm efeitos positivos e estatisticamente significantes sobre o crescimento econômico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a confecção das séries históricas, utilizaram-se dados de execução orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e dados de trabalho e emprego do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da CODEPLAN e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com os quais foi desenvolvido o modelo estatístico, objeto de estudo.

Inicialmente foi feito um levantamento da literatura que abordasse a importância regional econômica do DF, bem como participação do governo na economia de forma a viabilizar a criação de empregos, bem como conceitos inerentes a finanças públicas.

Com a utilização desses conceitos, procurou-se dar credibilidade ao estudo, identificando pensadores que estudaram a relação gastos públicos e criação de empregos.

Foi utilizado, ainda, um modelo estatístico com as séries históricas de gastos públicos com investimentos e as quantidades de emprego por setores da economia no período estudado, ou seja, 1995 a 2010.

Para Viali, a análise de correlação nos dá um número que exprime o grau de relacionamento linear entre as variáveis, enquanto a regressão fornece uma equação que mostra o comportamento de uma variável em função do comportamento da outra. Segundo o autor, o coeficiente de correlação (r) pode variar entre $-1,0$ e $+1,0$, sendo que este último representaria uma correlação linear perfeita, ou seja, um elemento apresentando um escore padronizado igual a um número em uma variável levaria ao mesmo escore padronizado na outra variável. No caso de coeficiente igual a $-1,0$, isso representaria uma correlação linear perfeita negativa, com os coeficientes com o mesmo valor absoluto, porém com os sinais trocados. Ressalta, ainda, que o mais comum, é que o coeficiente fique situado entre os dois extremos. Por fim, destaca que coeficiente de correlação igual a zero significa que não existe relação linear entre as variáveis estudadas.

Fonseca et al. (1995) enfatizam exatamente que $r = 0$ não implica em que não haja relação entre as variáveis, mas, apenas ausência de relação linear.

Viali destaca, ainda que a correlação pressupõe uma relação linear entre as duas variáveis. Portanto, a sua utilização é adequada apenas para avaliar relacionamentos lineares. Outrossim, uma vez detectada que existe correlação linear

entre as variáveis, pode-se tentar fazer previsão do que ocorreria com uma variável quando a outra sofresse variações, ou seja, poderia ser utilizada a regressão para vislumbrar o que ocorreria nessas situações.

Fernandes (1999), corrobora com Viali, enfatizando, também, que o coeficiente de correlação mede a proximidade dos pontos em relação a uma linha reta, além de alertar que quanto maior for o valor de r mais forte é a associação.

Por outro lado, os autores enfatizam que o conceito de correlação não implica necessariamente em uma relação de causa e efeito, pois coeficientes matematicamente significativos podem ser obtidos em função de mudanças de outras variáveis não constantes do modelo implicando em impactos em uma ou na outra variável ou, ainda, quando a relação entre as duas variáveis é aleatória, sendo a correlação uma coincidência que não se repete.

Para minimizar esses efeitos, procura-se dar embasamento através de referencial teórico e de uma série histórica mais ampla e abrangente possível.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

Alguns autores enfatizam a importância da política fiscal expansionista ou mesmo de um de seus instrumentos, no caso os gastos públicos, principalmente, com investimento para a expansão da atividade econômica e criação de empregos.

Keynes (1983) enfocava a importância da Política Fiscal expansionista como forma de combater a recessão e na criação de empregos.

Sant'anna destaca que, em 1990, Samuelson e Nordhaus concluíram que o nível de produção e de emprego são fortemente influenciados pelos gastos públicos, especialmente, em bens e serviços.

Freitas et al. (2009) destacam que, dentre as despesas do governo, com ênfase as de capital, já definidas como tal neste trabalho, apenas os investimentos trouxeram impacto para o crescimento e, conseqüentemente, para a geração de mais emprego e renda.

Rocha e Giuberti (2005) também apresentaram um modelo onde configuram a relação positiva entre os gastos públicos "produtivos" e o crescimento econômico, com base em estudos realizados nos Estados Unidos.

Conforme Rocha e Giuberti (2005), estudos de Ferreira; e Ferreira e Malliagros relatam impactos positivos de investimentos em infra-estrutura para o

crescimento econômico e estudos de Cândido Jr. e Mazoni mostram, em relação ao crescimento econômico, relação positiva com os gastos com investimentos.

Easterly e Rebelo, apud Rocha e Giuberti (2005), utilizando um conjunto de regressões, detectaram que investimentos em transporte e comunicações levaram a um impacto positivo no crescimento da economia de países desenvolvidos.

Uma despesa pública só pode ser efetivada após o cumprimento das atribuições atinentes ao outro envolvido no processo. Desta forma, não pode o agente público proceder ao pagamento de uma despesa pública sem antes haver a sua liquidação, ou seja, sem antes receber o serviço ou o objeto contratado quando da realização da licitação.

Os dados apresentados a seguir são oriundos de órgãos públicos dos governos Federal e do Distrito Federal relativos aos setores orçamentários, financeiros e de pessoal.

Os dados relativos à execução orçamentária e financeira foram coletados no Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que concerne ao governo federal e na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), no que se refere ao governo distrital.

Quanto ao quantitativo de pessoal foram utilizadas informações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para o quantitativo de servidores federais; da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN). Para o quantitativo de servidores públicos distritais e do Cadastro de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o caso dos trabalhadores privados.

Complementando, também foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de publicações do próprio MTE e da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

Com base nas informações, poder-se-á observar a importância dos investimentos públicos federais no DF, uma vez que ano a ano, os valores utilizados pelo Governo Federal vêm se caracterizando como bem superiores aos aplicados pelo Governo do Distrito Federal.

Ressalte-se ainda, que, em algumas áreas (segurança pública, educação e saúde), as despesas do DF, não só com investimentos, são efetuadas com recursos arrecadados pela União que, através de transferências, os repassam ao governo distrital. Isso eleva a participação dos gastos do DF, uma vez que, apesar serem recursos arrecadados pela União, quem efetivamente executa a despesa é o DF.

As tabelas 2 e 3 mostram, respectivamente, os valores realizados com investimentos públicos da União, do Distrito Federal e a tabela 4 mostra a consolidação desses gastos, a preços correntes e constantes de 2011. Note-se que os dados utilizados para a análise serão os constantes da tabela 4, em virtude do estudo contemplar o total de investimentos, não determinando a sua origem, se federal ou distrital.

Tabela 2 – DF: investimentos públicos (R\$ 1.000) do Governo Federal

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	1.450.860	3,1702871	4.599.643
1996	733.335	2,5899159	1.899.275
1997	638.621	2,3638426	1.509.599
1998	893.750	2,2464705	2.007.784
1999	715.837	2,2098828	1.581.915
2000	1.166.697	2,0285332	2.366.685
2001	3.161.145	1,9141740	6.050.982
2002	2.124.849	1,7777616	3.777.474
2003	1.764.661	1,5798065	2.787.823
2004	3.141.154	1,4453864	4.540.181
2005	5.628.388	1,3432878	7.560.545
2006	5.993.778	1,2709729	7.617.930
2007	9.574.997	1,2322581	11.798.868
2008	9.580.360	1,1797600	11.302.526
2009	12.873.368	1,1139885	14.340.011
2010	15.169.830	1,0678811	16.199.574

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) do Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil.

(*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 3 – DF: investimentos públicos do Governo do DF

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	79.705	3,1702871	252.688
1996	261.214	2,5899159	676.522
1997	379.462	2,3638426	896.988
1998	295.995	2,2464705	664.944
1999	160.184	2,2098828	353.988
2000	405.690	2,0285332	822.956
2001	375.494	1,9141740	718.761
2002	517.254	1,7777616	919.554
2003	358.486	1,5798065	566.339
2004	538.246	1,4453864	777.973
2005	653.842	1,3432878	878.298
2006	708.648	1,2709729	900.672
2007	725.035	1,2322581	893.430
2008	1.050.977	1,1797600	1.239.901
2009	1.382.848	1,1139885	1.540.394
2010	1.041	1,0678811	1.112

Fontes: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e Banco Central do Brasil.
 (*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 4 – DF: investimentos públicos dos Governos Federal e do DF

ANOS	Preços Correntes (R\$ 1.000) (a)	Índice de Correção (*) (b)	Preços Constantes de 2011 (R\$ 1.000) c = (a*b)
1995	1.530.565	3,1702871	4.852.331
1996	994.549	2,5899159	2.575.797
1997	1.018.083	2,3638426	2.406.588
1998	1.189.745	2,2464705	2.672.728
1999	876.021	2,2098828	1.935.903
2000	1.572.387	2,0285332	3.189.640
2001	3.536.639	1,9141740	6.769.743
2002	2.642.103	1,7777616	4.697.029
2003	2.123.147	1,5798065	3.354.161
2004	3.679.400	1,4453864	5.318.155
2005	6.282.230	1,3432878	8.438.843
2006	6.702.426	1,2709729	8.518.602
2007	10.300.032	1,2322581	12.692.298
2008	10.631.337	1,1797600	12.542.427
2009	14.256.216	1,1139885	15.880.405
2010	15.170.870	1,0678811	16.200.686

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) do Ministério da Fazenda, Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e Banco Central do Brasil.

(*) Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tabela 5 nos mostra a quantidade de empregos no setor de construção civil da economia no DF, no período estudado.

Tabela 5 - DF: quantidade de empregos na construção civil 1995 a 2010

Ano	Número de empregos
1995	33.711
1996	32.822
1997	29.189
1998	32.689
1999	29.225
2000	26.988
2001	29.516
2002	29.312
2003	27.969
2004	32.933
2005	35.950
2006	39.096
2007	39.988
2008	47.105
2009	56.779
2010	63.281

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 6, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o *f* de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no setor de construção civil no DF, no período estudado.

Tabela 6 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na construção civil – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Construção Civil	0,9163	0,8396	0,8282	6,16399E-07

Como já explicitado pelos estatísticos citados, quanto mais tendente a 1,0 mais forte é a correlação. Desta forma, surge uma proposta de classificação onde um coeficiente de correlação (*R*) que ficasse entre 0,9 e 1,0 configuraria uma correlação muito forte e entre 0,7 e 0,89 seria uma correlação forte.

Assim sendo, entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego na construção civil há uma correlação muito forte, o que nos leva a uma tendência de entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos na construção civil quando o governo investe.

Convém destacar mais uma vez que, entre os investimentos públicos, segundo o MP (2010), a construção é um dos itens incluídos.

A tabela 7 nos mostra a quantidade de empregos no comércio do DF, no período estudado.

A tabela 8, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no comércio do DF, no período estudado.

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego no comércio também apresentam uma correlação muito forte, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos no comércio quando o governo investe.

Tabela 7 - DF: quantidade de empregos no comércio 1995 a 2010

Ano	Número de empregos no comércio
1995	55.171
1996	58.498
1997	61.320
1998	64.421
1999	70.350
2000	83.971
2001	86.413
2002	93.750
2003	101.538
2004	110.857
2005	118.443
2006	121.647
2007	134.748
2008	143.451
2009	153.239
2010	163.830

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tabela 8 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos no comércio – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Comércio	0,9180	0,8427	0,8315	5,36922E-07

O setor comercial é responsável pela venda de bens que englobam tanto o material utilizado na construção civil, como nos demais setores da economia. Desta forma, havendo crescimento dos outros setores da economia, há uma tendência natural de crescimento no setor comercial e, conseqüentemente, um incremento na quantidade de mão-de-obra, configurando uma relação direta entre investimento público e o setor.

A tabela 9 nos mostra a quantidade de empregos no setor de serviços do DF, no período estudado.

Tabela 9 - DF: quantidade de empregos no setor de serviços 1995 a 2010

Ano	Número de empregos no setor de serviços no DF
1995	203.414
1996	205.549
1997	207.780
1998	265.620
1999	262.038
2000	276.002
2001	249.000
2002	266.130
2003	272.201
2004	291.938
2005	310.163
2006	333.749
2007	343.461
2008	365.019
2009	379.800
2010	409.607

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 10, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos no comércio do DF, no período estudado.

Tabela 10 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos no setor de serviços – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Serviços	0,8910	0,7939	0,7792	3,65609E-06

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego no comércio apresenta como uma forte correlação, chegando a quase 90%, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos no setor de serviços quando o governo investe.

O setor de serviços é caracterizado pelo uso intensivo da mão-de-obra. Com o advento de novos empreendimentos, quer seja direta ou indiretamente pelo governo, o setor de serviços será sempre contemplado. Desta forma, havendo crescimento dos gastos com investimentos governamentais, tanto na construção de empreendimentos para serem utilizados pelo próprio governo, como em outros que sejam usados pela coletividade, há uma boa perspectiva de demanda por manutenção, restauração, conservação desses novos empreendimentos.

Por outro lado, é interessante pontificar também, que outros gastos governamentais com investimentos, como o caso de aquisição de novos equipamentos (informática, por exemplo) levará também à firmação de contratos de prevenção e manutenção, bem como de reparos.

Tabela 11 - DF: quantidade de empregos na administração pública 1995 a 2010

Ano	Número de empregos na administração pública no DF
1995	453.751
1996	438.017

1997	484.687
1998	473.873
1999	497.652
2000	548.498
2001	546.943
2002	551.759
2003	536.751
2004	551.711
2005	562.254
2006	566.064
2007	563.309
2008	574.392
2009	610.368
2010	604.238

Fontes: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) E Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

A tabela 12, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos na administração pública do DF, no período estudado.

Tabela 12 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na administração pública – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Administração Pública	0,7856	0,6171	0,5897	0,000310464

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego na administração pública se nos apresenta como uma forte correlação.

Como já foi visto, na classificação da despesa pública do MP, a administração pública faz parte do grupo de despesas pessoal e encargos sociais e não no grupo de investimentos. Assim sendo, a relação entre os gastos com investimentos públicos e a criação de empregos não é tão direta.

Sabe-se que, quando a administração pública tem elevação de gastos com pessoal, ou é em função de reajustes salariais ou em virtude da contratação de novos servidores.

O período estudado engloba os governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula. O governo do distrito Federal tem uma tendência natural de acompanhar as políticas salariais implantadas pelo governo federal.

No caso do primeiro período, que engloba o governo do presidente Fernando Henrique, foi um período em que os servidores públicos não foram contemplados com reajustes salariais, bem como uma grande evasão de servidores públicos, em virtude de aposentadorias e de terceirização dos serviços, que foi uma marca registrada daquele governo. No governo do presidente Lula, tivemos a retomada dos concursos públicos e a contemplação de reajustes salariais, mas não de forma igualitária. Algumas categorias, consideradas mais importantes para o serviço público, foram melhores contempladas, inclusive com reajustes acima da inflação. Por outro lado, tivemos o retorno à atividade de servidores afastados pelo presidente Collor.

A relação entre os investimentos públicos e a quantidade da força de trabalho dessa categoria pode ficar evidenciada pelo fato de que, quando da contratação de novos servidores, há a necessidade de adequação do espaço físico e a aquisição de mais máquinas e equipamentos para que os mesmos possam desempenhar suas funções.

Com relação aos demais setores da economia, que englobam as áreas industrial, agropecuária, dentre outros, estes representam menos de 5% do nosso universo de estudo. De qualquer forma, os gastos com investimentos públicos também os abrangem.

Tabela 13 - DF: quantidade de empregos nos demais setores da economia 1995 a 2010

Ano	Número de empregos nos demais setores da economia no DF
1995	30.568

1996	27.560
1997	28.230
1998	28.340
1999	29.662
2000	28.864
2001	32.961
2002	33.669
2003	35.242
2004	36.450
2005	40.997
2006	40.732
2007	43.265
2008	47.942
2009	49.508
2010	49.013

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A tabela 14, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos nas demais atividades econômicas no DF, no período estudado.

Tabela 14 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos por setor da economia – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Demais	0,9557	0,9133	0,9071	8,01046E-09

Entre os gastos públicos com investimentos, no período, e o nível de emprego nas demais atividades econômicas também apresentam uma correlação muito forte, o que nos leva ao entendimento de que efetivamente há uma tendência à criação de empregos nesses setores quando o governo investe.

Como envolvem vários setores, embora em termos absolutos, não muito significantes, podemos inferir que, quando há elevação dos investimentos públicos há um reflexo positivo nas demais atividades econômicas.

Convém ressaltar que dentro da atividade industrial, não está contemplada a indústria da construção civil, que teve uma análise em separado, em virtude de sua relevância em termos absolutos.

A elevação da demanda por parte do governo, do comércio e também por parte das famílias alavanca as atividades industrial e agropecuária. Por outro lado, uma melhor remuneração leva as famílias a procurarem mais trabalhadores autônomos e seus serviços.

Cumprir destacar, ainda, que a correlação existente entre os investimentos públicos e as demais atividades foi a mais próxima de 1, o que levaria a uma perfeita correlação.

A tabela 15 mostra a quantidade de empregos no DF em toda a economia.

Tabela 15 - DF: quantidade de empregos na economia 1995 a 2010

Ano	Número total de empregos na economia do DF
1995	776.615
1996	762.446
1997	811.206
1998	864.943
1999	888.927
2000	964.323
2001	944.833
2002	974.620
2003	973.701
2004	1.023.889
2005	1.067.807
2006	1.101.288
2007	1.124.771
2008	1.177.909
2009	1.249.694
2010	1.289.969

Fontes: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) E Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).

A tabela 16, por sua vez, nos apresenta os coeficientes estatísticos de correlação e de regressão, bem como o f de significação para os dados inerentes aos investimentos públicos e o nível de empregos nas demais atividades econômicas no DF, no período estudado.

Tabela 16 - DF: coeficientes estatísticos entre investimento públicos e empregos na economia – 1995 a 2010

SEGMENTO	R MÚLTIPLO	R QUADRADO	R QUADRADO AJUSTADO	F DE SIGNIFICAÇÃO
Atividades Econômicas	0,9054	0,8196	0,8196	1,4146E-06

Convém destacar que os setores econômicos destacados (construção civil, comércio, serviços e administração pública) representam, ano pós ano, mais de 95% do total de emprego na região estudada. O item caracterizado por “demais” inclui atividades agropecuárias, a indústria, exceto construção civil, empregos domésticos e trabalhadores avulsos, dentre outros, representando menos de 5% do total.

Outrossim, o quadrado da correlação (R^2) é denominado de coeficiente de determinação e mostra o percentual da variância de uma das variáveis que pode ser explicado a partir do valor da outra. No presente estudo, este percentual está situado entre 61,71% a 91,33%. O R^2 ajustado varia entre 58,97% a 90,71%.

O caso de menor coeficiente de determinação encontrado, o da administração pública, é justificado pelo fato de que os gastos com investimentos não são utilizados como remuneração aos servidores, porém, os beneficiam na medida em que facilitam suas atuações.

Utilizando-se, como ferramenta o Microsoft Excel, foram encontradas as situações dos coeficientes nas tabelas 16, (construção civil), 18 (comércio), 20 (serviços), 22 (administração pública), 24 (demais atividades econômicas) e 26 (todos os setores econômicos envolvidos).

Os dados evidenciam uma correlação muito forte entre os investimentos públicos e o nível de emprego em todos os setores de atividades econômicas, com exceção da administração pública, que configura como uma forte correlação.

Pela própria definição de investimentos do MP (2010), ficam evidenciadas as despesas com construção civil, inclusive com serviços de estudos e projetos, e aquisição de bens e produtos que incrementam as atividades comerciais e industriais.

Por outro lado, a criação de empregos na administração pública sofre influência de forma indireta, uma vez que os gastos com investimentos, em melhorando a situação da população dos diversos segmentos da economia, acarretam a uma demanda mais efetiva por melhores serviços públicos.

Esse diferencial entre uma relação mais estreita fica mais claro quando se verifica a explicação da variância de uma variável em relação ao valor da outra (R^2 e R^2 ajustado). Enquanto nas demais atividades econômicas esta explicação vai de 78% a 91%, na administração pública gira em torno de 59%.

Fica constatado, desta forma, que os investimentos públicos são importantes para o crescimento econômico de uma região e que o crescimento leva a uma ampliação do mercado de trabalho e à criação de empregos, sendo que o dimensionamento de qual setor é mais atingido depende das políticas prioritárias evidenciadas pelo governo.

No caso em estudo, evidenciou-se uma tendência à unificação dos resultados para os diversos setores econômicos regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se uma relação direta e com correlação muito forte entre os investimentos públicos e suas implicações na criação de emprego em todas as atividades econômicas que são pagas pelo grupo de despesas de investimentos, segundo a classificação dada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com relação aos dados inerentes à administração pública, englobando a esfera federal e a esfera distrital, apesar das despesas com investimentos não serem utilizadas para a remuneração dos servidores públicos, houve a constatação de uma correlação forte.

Outro fator relevante destacado no trabalho é a dependência do DF em relação ao Governo Federal.

Grande parte das despesas do DF é realizada pela União, apesar do DF ter a competência tributária dos estados e dos municípios, ou seja, tanto arrecada tributos estaduais quanto tributos municipais.

Desta forma, para o DF, ficou demonstrado que a correlação entre investimentos públicos e nível de empregos é forte. Outrossim, seria interessante a realização de estudos envolvendo os demais entes da Federação para evidenciar se semelhantes conclusões também se confirmam.

Por fim, propõe-se, em trabalhos futuros, uma investigação em outros entes da Federação, inclusive no estado de Goiás, com a finalidade de subsidiar políticas

públicas voltadas para os estados e para os municípios, especialmente para a região do Entorno.

REFERÊNCIAS

DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Trabalho na capital**. Brasília, 2010.

FONSECA, Jairo; MARTINS, Gilberto; TOLEDO, Geraldo. **Estatística aplicada**. São Paulo: Atlas, 1995.

FREITAS, Urandi; CASTRO NETO, Armando; LOU, Isaac. Testando a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico no Brasil: uma análise empírica para o período 1980 – 2006. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 5., 2009. Salvador. **Anais...** Salvador, 2009.

GALBRAITH, John K.; SALINGER, N. **A economia ao alcance de todos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2001.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco Antonio; TONETO JUNIOR, Rudnei. **Economia brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GRUBER, Jonathan. **Finanças públicas e política pública**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil**, Rio de Janeiro, 2009.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano estratégico de desenvolvimento** do Centro-Oeste (2007 – 2020). Brasília, [2007?]

MIRAGAYA, Júlio. Industrialização: questão vital para o futuro da capital. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 41, 2010.

MOREIRA, Tito B. S.; ALBUQUERQUE, Joaquim R. Intervenção do governo na economia x crescimento econômico. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 49, 2012.

MUSGRAVE, R; MUSGRAVE, P. B. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.

PAGNUSSAT, José Luiz. Brasília: 50 anos de desenvolvimento. **Revista de Conjuntura**, Brasília, n. 41, 2010.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, Fabiana e GIUBERTI, Ana Carolina. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 33., 2005. Natal, RN. **Anais...** Natal, RN, 2005.

SANT'ANNA, J. M. B. **Efeito do Gasto Público sobre o PIB: um teste empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FUCAPE, Vitória, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

VIALI, Lorí. **Série estatística básica: correlação e regressão**. Material de aula de pós graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.pucrs.br/viali/publicacoes/didaticas/apostilas.htm>. Acesso em: 17 out 2012.

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS E LACUNAS NAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS

Nayana Frizon¹

Hilano José Rocha de Carvalho²

Maria Zanin³

RESUMO

Inseridos no âmbito da Economia Solidária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm sido criados no Brasil como oportunidade de desenvolvimento social, invertendo a lógica do atual capital financeiro e democratizando o acesso ao crédito para as populações empobrecidas. Por conta dessa função socialmente inovadora, os BCDs têm sido objetos de pesquisa no Brasil e no mundo. O objetivo desse trabalho foi identificar as tendências e lacunas nos estudos dos BCDs publicados pelas universidades brasileiras a partir de um estudo bibliométrico sobre a produção acadêmica (teses e dissertações). Observou-se que a região Nordeste apresenta o maior número de publicações sobre BCDs, seguido pela Região Sudeste. A região Norte não apresentou nenhum estudo, apesar do número expressivo de iniciativas solidárias existentes. O Banco Palmas (Fortaleza-CE) foi o mais frequente objeto de pesquisa. Das grandes áreas de conhecimento, as Ciências Sociais apresentaram o maior número de publicações. Os resultados também indicaram que programas e políticas de estímulos à criação de BCDs aceleraram os estudos na temática e que uma participação mais ampla de distintas áreas do conhecimento, como Engenharias e Saúde, poderia contribuir para o fortalecimento dos BCDs.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Solidária; Publicação Acadêmica; Pós-graduação.

COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS: TRENDS AND GAPS IN BRAZILIAN ACADEMIC JOURNALS

ABSTRACT

Within the scope of solidarity economy, the Community Development Banks (CDBs) have been created in Brazil as an opportunity of social development, inverting the logic of the current finance capital and democratizing the access to credit for the poorest populations. Because of this socially innovative function, CDBs have been research subjects in Brazil and worldwide. The aim of this study was to identify trends and gaps in studies of CDBs published by Brazilian universities based on a bibliometric study about the academic production (theses and dissertations). It was observed that the Brazilian Northeast region has the highest number of researches on CDBs, followed by the Southeast region. The North region did not any study, despite the large number of solidarity initiatives located there. The Banco Palmas (Fortaleza-CE) was the most frequent subject of research. About the great

¹ Engenheira física e mestra em ciência, tecnologia e sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). SP. E-mail: nayana@sp.senai.br.

² Mestre. Professor assistente da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutorando pelo Programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. E-mail: hilanocarvalho@gmail.com.

³ Pós-doutorado. Professora da UFSCar desde 1979 e a partir de 1990 desenvolve atividades de pesquisa e formação quanto aos aspectos da cadeia produtiva da reciclagem de resíduos, tecnologias sociais e economia solidária. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos e do NUMI-EcoSol/UFSCar.. Email: mariazanin55@gmail.com.

areas of knowledge, the Applied Social Sciences area had the highest number of publications. The results also indicated that the programs and incentive policies to create CDBs accelerated studies about this subject and wider participation of different great areas of knowledge, such as Engineering and Health, could contribute to the strengthening of CDBs.

Keywords: Community Development Banks; Solidarity Economy; Academic publication; Graduation.

JEL: G20; G24.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades brasileiras pobres que desejam ter acesso a produtos e serviços financeiros veem-se atualmente numa encruzilhada criada pela lógica capitalista de acesso excludente ao sistema financeiro-bancário. Para que consigam desenvolver-se sócio produtivamente e tornar seus empreendimentos viáveis economicamente, necessitam do acesso ao crédito. Porém, até ter acesso a condições de crédito minimamente favoráveis, precisam apresentar garantias de retorno financeiro que são incompatíveis com os seus níveis de renda. Para mitigar os efeitos de tal exclusão social e propiciar a inclusão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que são considerados empreendimentos de economia solidária, vêm sendo implantados no Brasil desde o final da década de 90. Constituídos por indivíduos da comunidade que, em sua maioria, não possuem conhecimento formal sobre gestão administrativa e finanças, os trabalhadores dos BCDs precisam desenvolver processos de decisão, visando superar todos os tipos de ameaças e, solidamente, atender aos anseios da própria comunidade da qual fazem parte.

Devido à forma de atuação, os bancos comunitários de desenvolvimento permitem que práticas de economias populares tenham acessibilidade a sistemas financeiros locais, evidenciando-se como promotores de desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária (SILVA JUNIOR, 2007), bem como fomentando relações de proximidade, confiança e de solidariedade por meio do aproveitamento das capacidades endógenas (FRANÇA FILHO, 2011). Ainda, a experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento permite novos tipos de participação social, em que os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, mas tratam-se igualmente de cidadãos na esfera política (LAVILLE, 2002), contribuindo para sedimentar as bases de um modelo democrático

dialógico de desenvolvimento (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Sob outra perspectiva, as Universidades Brasileiras, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), desde meados da década de 90, têm assessorado a formação dos diferentes práticas ou tipos de empreendimentos de economia solidaria (CORTEGOSO et al., 2011). A divulgação de conhecimento socialmente relevante permite que sejam construídas ferramentas que garantam a participação social tanto na definição dos objetivos e instrumentos de política, quanto na disseminação dos resultados. A conversão do conhecimento exteriorizada pelas Universidades em termos de produção em economia solidária em teses e dissertações, conforme Oliveira e Zanin (2011), se manifestou a partir de 1998 com uma tese de doutoramento.

Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi identificar as tendências e lacunas nos estudos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento publicados pelas Universidades Brasileiras. Para tal, um estudo bibliométrico sobre a produção acadêmica (teses e dissertações) foi realizado. Como resultado, a distribuição das pesquisas e publicações acadêmicas sobre BCDs nas várias regiões do Brasil foi obtida e os temas mais frequentemente estudados em relação aos BCDs e as potencialidades de novos temas de pesquisa também foram identificados.

A apresentação deste trabalho foi organizada com um item sobre as estratégias empregadas para desenvolver a pesquisa, seguido por breves descrições sobre o contexto e princípios da Economia Solidária e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Finalmente, o resultado e a análise do levantamento das teses e dissertações com a temática "Bancos Comunitários" serão apresentados. A partir da identificação das tendências e lacunas, espera-se contribuir para a consolidação da metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento, evidenciando gargalos estratégicos e de planejamento, potencializando o intercâmbio dessas práticas e a força que possuem em prol de um real desenvolvimento socioeconômico e de uma ciência mais crítica e alinhada com os interesses e objetivos da sociedade que a recebe, assimila e que também a produz.

2 ESTRATÉGIAS EMPREGADAS PARA DESENVOLVER A PESQUISA

Para a coleta de dados, foi realizada uma busca por teses e dissertações nacionais que se relacionassem com a temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, de 2003 a 2014. Para isso, termos como “bancos comunitários”, “finanças solidárias”, “banco Palmas”, “redes solidárias” e “economia solidária” foram arranjados e combinados utilizando-se ferramentas de buscas de anterioridade. As buscas foram realizadas no período de dezembro/2013 a junho/2014. As bases de dados utilizadas foram o Portal Capes, Portal Scielo, bem como a própria página de buscas do Google.

Após coletados, os dados foram tabulados para quantificar as tendências (crescimento ou decréscimo) de publicações em dissertações e teses nas universidades brasileiras, a distribuição das mesmas nas regiões geográficas e os temas mais frequentemente estudados. Para tal, gráficos também foram produzidos para ilustrar melhor as evoluções, dos anos de 2003 a 2014, da conversão do conhecimento exteriorizada pelas Universidades em termos de sua produção em teses e dissertações na temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Singer (2002), cada vez mais, a Economia Solidária vem se difundindo no Brasil, permitindo a pessoas excluídas dos mecanismos formais de emprego e de renda (re)construírem-se a partir do trabalho produtivo cooperativo. A inclusão social pelo trabalho e, por conseguinte, a geração de renda para famílias à margem dos mercados consumidores garante a consolidação e o aprofundamento de políticas públicas e sociais de combate à fome e ao desemprego.

A existência da Economia Solidária, bem como de outros modos de desenvolvimento alternativos, decorre, em larga medida, do processo de exclusão social próprio ao modo de produção capitalista. Sobre isso, Marx (2011), ainda no século XIX, já tinha previsto, no século XIX, que a aplicação massiva da ciência e da técnica no desenvolvimento das forças produtivas, levaria à redução da força de trabalho, substituindo-a por sistemas mecânicos automatizados. Mais recentemente, Moraes Neto (1991) constatou que, especialmente após a revolução microeletrônica da segunda metade do século XX, um número crescente de contingentes humanos

vem sendo dispensados das linhas de produção. Como corolário, algumas pessoas migram para outros setores da economia, como é o caso do de serviços, enquanto a imensa maioria é direcionada para o trabalho informal ou mesmo para subcondições de graus de sociabilidade física e psicologicamente degradantes (SINGER, 2004).

É justamente em tal contexto social humanamente fragmentado que a Economia Solidária aparece.

Nas iniciativas de Economia solidária, sendo as mais conhecidas as cooperativas, a questão da autonomia é colocada de diversas formas, desde a “autonomia decisória” referente às responsabilidades de produção e de gestão até questões referentes à criação de regras em torno da organização dos processos de trabalho (CARVALHO, 2004). Aspectos relativos à gestão democrática são observados na compreensão crítica e abrangente dos processos sociais pelo próprio corpo social, operando além do formal e do burocrático e se comprometendo com o aprofundamento da participação e da composição dialógica (SALOMÃO, 2010). Características de cooperação são observadas na responsabilidade partilhada no processo produtivo, nas relações de confiança e reciprocidade e na paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais (GAIGER, 1999).

Baseando-se em pesquisas históricas, pode-se afirmar que um dos marcos para a divulgação e organização da economia solidária no Brasil foi o primeiro Fórum Social Mundial (I FSM) realizado em 2001 em Porto Alegre – RS. Este evento teve como propósito ser um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais (LEITE, 2003). Com a participação de quatro mil delegados, 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas, além de um número desconhecido de participantes eventuais, o I FSM teve relevância significativa para o movimento de economia solidária que se constituía no país, o qual se concretizou como um dos assuntos centrais debatidos entre as 16 plenárias e as 400 oficinas realizadas (LEITE, 2003). Criado em um desses encontros, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) era representado, dentre outras entidades e organizações,

pela Fundação UNITRABALHO, pela Rede Universitária de ITCPs, pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT e pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB vinculada ao MST (FBES, 2013).

A criação do GT Brasileiro durante o I FSM foi primordial para o alinhamento, formalização e disseminação do saber de Economia Solidária que vinha sendo desenvolvido por seus praticantes desde a década de 90. Essa articulação entre esta diversidade de práticas até então experimentadas contribuíram para a construção da identidade do campo da Economia Solidária no Brasil e para sua formalização política por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo governo federal em 2003, a qual foi inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES, 2012).

4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Em 1998, começaram a surgir no Brasil algumas iniciativas em finanças solidárias semelhantes à experiência do Banco Grameen (YUNUS, 2014), os então denominados Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Devido aos impactos social, ambiental, político e econômico destas experiências, o número de BCDs tem aumentado a cada ano. O primeiro deles, cuja existência se mantém até hoje e no último ano de 2014 completou 16 anos de existência, é o Banco Palmas. Localizado na periferia pobre e carente da cidade de Fortaleza-CE, o Banco Palmas é o primeiro exemplo de Banco Comunitário que atua na promoção da melhoria das condições de vida do território no qual surgiu, a partir de iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP).

Conforme metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, a gestão do Banco Comunitário é realizada pela própria comunidade - conforme o princípio da autogestão da Economia Solidária - a qual direciona suas ações para duas categorias de serviços interligados: os propriamente financeiros e os de natureza mais pedagógica que acompanham o crédito. A primeira categoria compreende o microcrédito em moeda Real (R\$) para a produção e o microcrédito para o consumo por meio da moeda social local. A segunda categoria compreende as atividades de fomento e gestão de fóruns locais, além do fomento às feiras e a outras estratégias locais de comercialização.

Nesse sentido, as principais diferenças metodológicas observadas entre a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento em relação a dos bancos convencionais, bem como das instituições que trabalham com microcrédito (sociedades de crédito aos microempresários, cooperativas de crédito, Banco do Povo, bancos comerciais, etc) são: *i.* A coordenação do Banco e a gestão dos recursos são efetuadas pela própria organização comunitária; *ii.* São utilizadas linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; *iii.* A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; *iv.* São criados instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (SILVA JUNIOR, 2007).

De acordo com Passos (2007), os BCDs disponibilizam serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganizar suas economias locais, apoiando o desenvolvimento econômico e social nos territórios em que se localizam. Como consequência, podem ser classificados como um exemplo de tecnologia social, pois se apresentam como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007).

Com o desenvolvimento e consolidação dessa experiência, as práticas metodológicas dos BCDs foram disseminadas para outras localidades através do Instituto Palmas, criado em 2003 pela própria associação de moradores do conjunto Palmeiras para socializar o conhecimento socialmente construído e possibilitar sua experimentação em outros contextos (PASSOS, 2007). A partir do sucesso destas práticas, a SENAES assinou em 2006 um convênio com o Instituto Palmas objetivando replicar a metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento em âmbito nacional (PASSOS, 2007). Fato este que proporcionou um aumento significativo na quantidade de BCDs existentes no território brasileiro a partir de

então.

Além disso, outros órgãos públicos firmaram parcerias com o Instituto Palmas para a multiplicação de bancos comunitários de desenvolvimento em seus territórios. O próprio Governo de Estado do Ceará, por meio do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), firmou uma parceria com o Instituto Palmas em 2007, para implantar dez bancos comunitários em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (MELO NETO, 2008). Outro importante apoio para a criação de novos bancos comunitários foi o “Projeto de Apoio a Bancos Comunitários” desenvolvido em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e o Instituto Palmas. Somando forças, o Ministério da Justiça firma parceria em 2010, para investir recursos na criação de 150 destas iniciativas em todas as regiões brasileiras (SILVA, 2011).

De acordo com o Instituto Palmas (2014), até março de 2013, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, coordenada pelo referido instituto, era composta por 103 bancos comunitários de desenvolvimento espalhados pelo território nacional, dos quais: dezesseis localizados na região Norte; cinquenta e dois na região Nordeste; dez na região Centro-Oeste e vinte e cinco na região sudeste. Desses BCDs da região sudeste: dez estão no Estado de São Paulo; três nas Minas Gerais; cinco no Rio de Janeiro e sete no Espírito Santo. A Figura 1 ilustra a distribuição dos BCDs pelo Brasil.

Figura 1 - Distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Brasil



Fonte: Instituto Palmas (2014)

Conforme a Figura 1, aproximadamente 50% do total das experiências de BCDs encontram-se na região Nordeste, 24% na região Sudeste, 16% na região Norte e 10% na região Centro-Oeste. Particularmente, observa-se que, somente no estado do Ceará, existem cerca de 36% do número do total de BCDs brasileiros (37 iniciativas, em termos absolutos), um número relativamente maior que São Paulo (10%), Bahia (8%) e Pará (8%).

Apesar desse reconhecimento da atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pela SENAES e de a Constituição Federal⁴ reconhecer a inclusão financeira e bancária como um direito, até o presente momento, não existe ainda no Brasil um marco legal regulatório dos BCDs. Nesse sentido, desde 2007, encontra-se em tramitação o projeto de lei proposto pela deputada federal Luiza Erundina, filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). O Projeto de Lei Complementar 93/20075 estabelece a criação dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário e do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Tais regulações são primordiais para o fortalecimento e para a potencialização das ações dos BCDs, já que permitiriam o reconhecimento institucional sobre as políticas públicas da economia solidária e tornariam as experiências do gênero menos vulneráveis a conjunturas políticas (FREIRE, 2011).

Pelo fato dos Bancos Comunitários terem origens em realidades sociais muito parecidas, costumam apresentar dificuldades similares. Analisando as suas práticas, podemos observar um "padrão", conforme descritas por Silva Junior (2007)

[...] percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação)

Tendo em mente esse contexto deficiente de formalização política e esse "padrão" de dificuldades, espera-se que o estudo bibliométrico proposto nesse trabalho possa contribuir para a consolidação da metodologia dos bancos

4 Ver detalhes na Constituição Federal, art. 3º e art. 23º, bem como na Lei 4595 - Capítulo II, art. 3º.

5 Detalhes do PLP 93/2007 no site <http://www.camara.gov.br>.

comunitários de desenvolvimento por meio da identificação de tendências e lacunas nos estudos desenvolvidos sobre o tema no Brasil, evidenciando gargalos estratégicos e de planejamento, potencializando o intercâmbio dessas práticas e a força que possuem em prol de um real desenvolvimento socioeconômico e de uma ciência crítica.

5 RESULTADOS E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE O TEMA BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

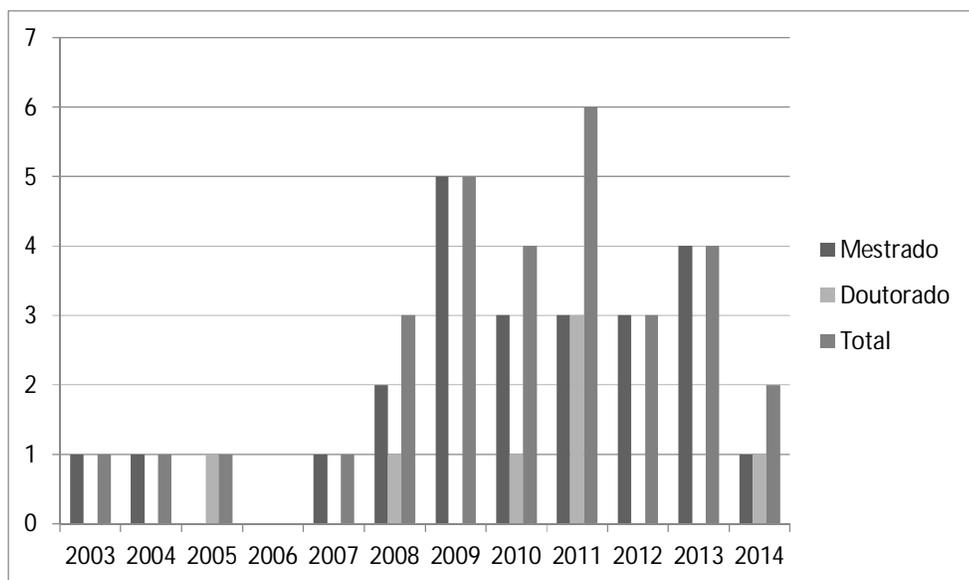
Os resultados da busca bibliométrica são apresentados na Tabela 1, na qual pode ser identificado o número de teses e dissertações no período de 2003 a 2014. Neste período, foi identificado um total de 31 publicações sendo 24 mestrados e sete doutorados. Observa-se que a primeira publicação se trata de um mestrado e ocorreu no ano de 2003. Neste período, o ano de 2011 foi o que mais apresentou publicações em termos numéricos, totalizando seis (três mestrados e três doutorados). A partir dos resultados da Tabela 1 foi construída a Figura 2 que permite observar a evolução dessas publicações no período de 2003 a 2014.

Tabela 1 - Número de teses e dissertações com a temática "Bancos Comunitários"

Ano publicação	Tipo de publicação		Total
	Mestrado	Doutorado	
2003	1	0	1
2004	1	0	1
2005	0	1	1
2006	0	0	0
2007	1	0	1
2008	2	1	3
2009	5	0	5
2010	3	1	4
2011	3	3	6
2012	3	0	3
2013	4	0	4
2014	1	1	2
TOTAL	24	7	31

Fonte: Autores

Figura 2 - Evolução das publicações sobre o tema Bancos Comunitários no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores

As Instituições ou Universidades onde foram publicadas estas dissertações/teses no período de 2003 a 2014 podem ser identificadas a seguir.

Tabela 2 - Instituições/Universidades em ordem decrescente de dissertações/teses publicadas no período de 2003 a 2014

Instituição / Universidade	Nº de publicações
Universidade Federal da Bahia	06
Universidade de São Paulo	03
Universidade Federal do Ceará	03
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	02
Fundação Getúlio Vargas	02
Universidade Federal de São Carlos	02
Universidade Federal da Paraíba	02
Universidade Estadual do Ceará	01
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01
Universidade Estadual de Montes Claros	01
Universidade Federal Rural de Pernambuco	01
Universidade Católica Dom Bosco	01
Universidade de Brasília	01
Universidade Estadual de Campinas	01
Universidade do Porto	01
Universidade de Fortaleza	01
Centro Universitário de Araraquara	01
Universidade do Estado de Santa Catarina	01

TOTAL	31
--------------	----

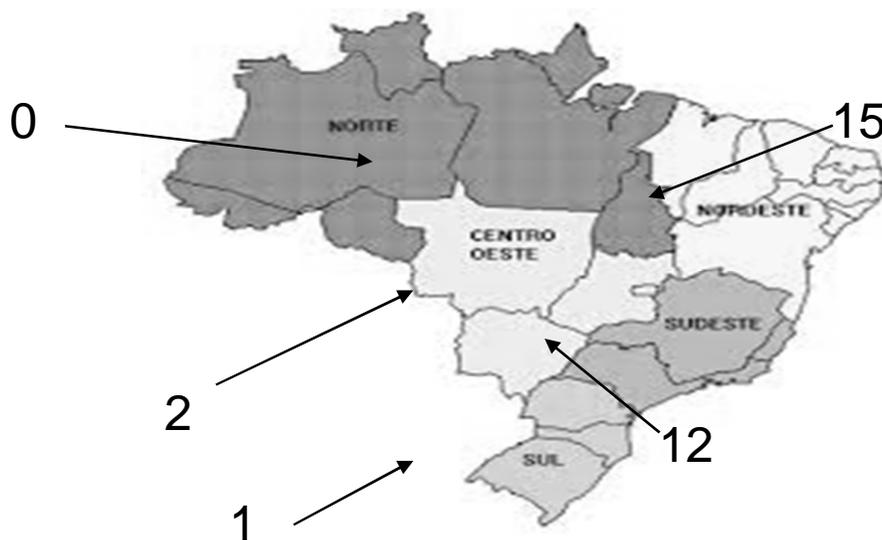
Fonte: Autores.

Na Tabela 2, observa-se que a Universidade Federal da Bahia é a instituição com maior número de publicações. A Figura 3 apresenta a distribuição do número de

Programa de pós-graduação	Nº de publicações
----------------------------------	--------------------------

publicações de mestrado/doutorado na temática Bancos Comunitários, por região geográfica brasileira, no período de 2003 a 2014.

Figura 3 - Distribuição do número de publicações de mestrado/doutorado na temática Bancos Comunitários por região geográfica brasileira, no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores.

De acordo com a Figura 3, cerca de 86% das publicações de mestrado e doutorado na temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem na região Nordeste (48%) e na Região Sudeste (38%) do Brasil, acompanhando a tendência da distribuição dos BCDs pelo Brasil (aproximadamente 50% do total das experiências de BCDs encontram-se na região Nordeste e 24% na região Sudeste).

Já a Tabela 3 apresenta os programas de pós-graduação relacionados às publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses na temática “Bancos Comunitários”, no período de 2003 a 2014.

Administração	12
Sociologia	02
Gestão em organizações aprendentes	02
Políticas públicas e sociedade	01
Ciências econômicas	01
Desenvolvimento social	01
Administração e desenvolvimento rural	01
Avaliação de políticas públicas	01
Administração pública e governo	01
Desenvolvimento local	01
Educação brasileira	01
Direito, estado e constituição	01
Desenvolvimento econômico	01
Economia e gestão do ambiente	01
Integração da América Latina	01
Desenvolvimento regional e meio ambiente	01
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	01
Engenharia urbana	01
TOTAL	31

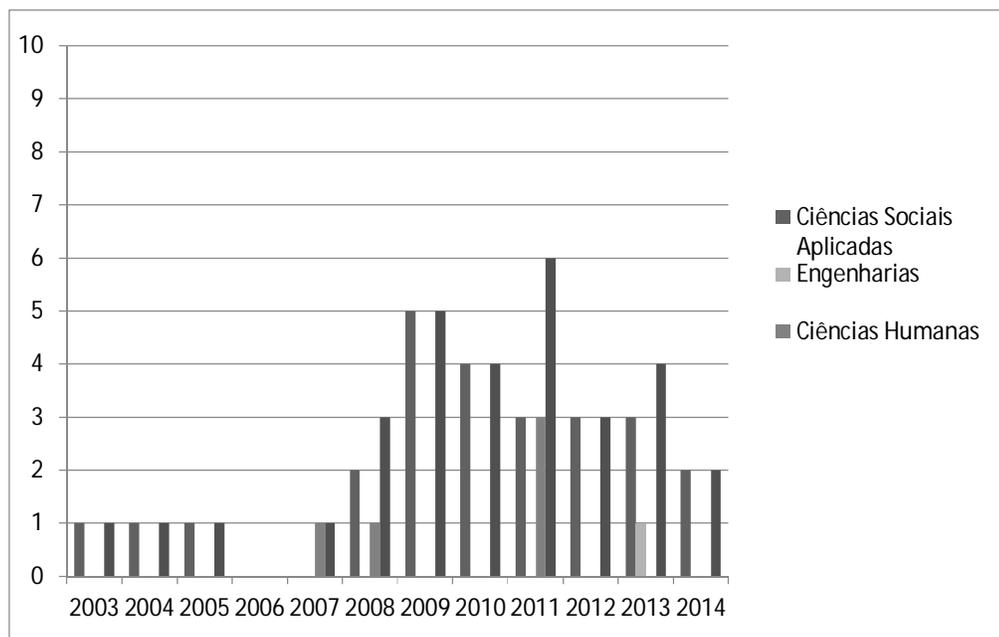
Tabela 3 - Programas de pós-graduação relacionados às publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses na temática Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014

Fonte: Autores.

Ao analisar estes resultados da Tabela 3, observa-se uma diversidade de cursos de pós-graduação cujos estudantes/professores estão empenhados em produzir conhecimento na temática de Bancos Comunitários, cursos como Administração, Sociologia e Gestão são os que mais concentram esta produção. No entanto, observam-se também cursos como Engenharia Urbana, Integração da América Latina, Educação Brasileira, etc., que também estão contribuindo para a disseminação do conhecimento na temática de Bancos Comunitários. Observa-se também que os programas de pós-graduação em Administração são os que concentram o maior número de publicações em mestrado e doutorado no Brasil.

Baseando-se na classificação em áreas do conhecimento - Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas - pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), a Figura 4 apresenta a evolução nas publicações por área de conhecimento do CNPq de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014.

Figura 4 - Evolução nas publicações por grande área de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores.

Observa-se, pela Figura 4, que as áreas de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas concentram 97% das dissertações/teses sobre BCDs, sendo que a área de Ciências Sociais Aplicadas responde por 83% do total. As Engenharias contribuíram com apenas uma publicação, enquanto as outras áreas do conhecimento não apresentaram qualquer estudo. A Tabela 4 apresenta os temas abordados pelas publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014.

Tabela 4 - Temas abordados pelas publicações no período de 2003 a 2014

Palavras-chave	Nº de publicações
Economia Solidária (socioeconomia solidária)	18
Banco Palmas	11
Microcrédito	07
Desenvolvimento local	05
Finanças solidárias	04
Desenvolvimento (humano) sustentável	03
Moeda social	03
Inclusão financeira	02
Emancipação	02
Crediamigo	02
Comunidade	02
Engenharia Urbana	01
Planejamento urbano	01
Tecnologias sociais	01
Organização comunitária	01
Trabalho solidário	01
Políticas públicas	01
Redes locais de economia solidária	01
Movimento de moradia	01
Economia plural	01
Banco de crédito popular	01
Economia	01
Autogestão	01
Movimentos dos sem-terra	01
Assentamento rural	01
Cooperativismo	01
Correspondente bancário	01
Tecnologia bancária	01
Modelos de gestão de redes	01
Sociedade Civil	01
Produção e reprodução da força de trabalho	01
Redes de relações sociais	01
Movimentos sociais	01
Participação social	01
Solidariedade	01
Associação de moradores	01
Educação	01
Regulação	01
Gestão	01
Associativismo	01
Empreendimento solidário	01
Redes	01
Incubação	01
Empreendedorismo	01
Cidade	01
Trabalho	01
Mutirão	01
Direito constitucional e economia social	01
Banco Central e Economia Solidária	01
Economia - aspecto sociológicos	01
Sustentabilidade	01
Gênero	01
Agente de crédito (papel profissional)	01
Pobreza	01
Empoderamento	01
Redes sociais	01
Capital social	01
Redes de cooperação	01
Gestão social comunitária	01
Família	01

Fonte: Autores.

Os cinco temas mais abordados pelas publicações sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014, foram: Economia Solidária; Banco Palmas; Microcrédito; Desenvolvimento Local e Finanças Solidárias. Tais temas estiveram presentes em mais de 10% dissertações/teses analisadas.

Detendo-se aos resultados obtidos e buscando explicá-los numa perspectiva mais geral, o início das publicações de mestrado em 2003 e doutorado em 2005 pode ser interpretado como influência da maior visibilidade que os bancos comunitários de desenvolvimento tiveram após o I Fórum Social Mundial realizado no ano de 2001 em Porto Alegre (RS). Já os picos nas publicações de mestrado em 2009 e de doutorado em 2011 podem também ser decorrentes da maior visibilidade que os bancos comunitários de desenvolvimento tiveram após alguns acontecimentos políticos a partir de 2007: Projeto de Lei Complementar 93/2007 (Luíza Erundina – PSB); Instituto Palmas firmando parcerias com o Governo do Estado do Ceará, Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Emprego por meio da SENAES.

Em estudo semelhante empregando o termo Economia Solidária (período de 1998 a 2009), conforme Oliveira e Zanin (2011), foi constatado um aumento significativo das publicações de mestrado e doutorado a partir de 2002, saltando de quatro (em 2001 e 2000) para sete. Já nos anos seguintes, houve um aumento mais significativo, atingindo, por exemplo, 54 em 2008 e 55 em 2009. A temática da economia solidária está relacionada a dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento já que estes são orientados pelos princípios daquela economia. Essa mesma tendência foi observada nos estudos sobre BCDs, tendo um aumento significativo entre os anos de 2008 e 2011: o ano de 2011 foi o ano em que se deu o maior pico de dissertações/teses produzidas (6 publicações), mas o ano de 2009 teve o segundo maior pico e muito próximo ao número do ano de 2011 (5 publicações).

A tendência de publicações oriundas de universidades localizadas na região nordeste do Brasil pode estar relacionada à presença nessa região do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas. A partir dessa experiência, diversos outros bancos comunitários de desenvolvimento foram replicados. Devido às proximidades logísticas e às condições mais carentes na região Nordeste, existem atualmente 52 BCDs, ou seja, aproximadamente 50% do total implantado no Brasil

(INSTITUTO PALMAS, 2014). Este resultado também pode estar associado às primeiras Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas nas Universidades do Brasil ao final da década de 90, nas quais se incluem as do Estado do Ceará e Bahia (VECCHIA et al., 2011).

As regiões brasileiras destacadamente mais engajadas tanto nas experiências práticas quanto nas de pesquisa são as Nordeste (52 BCDs – 15 instituições/universidades) e Sudeste (25 BCDs – 12 instituições/universidades).

A tendência de publicações oriundas de programas de pós-graduação voltados às discussões nas esferas políticas, econômicas e administrativas pode ser um reflexo da luta política que as experimentações desenvolvidas no âmbito da economia solidária fomentaram nos últimos anos. A busca pelo reconhecimento destas práticas tem mobilizado sujeitos envolvidos com o meio acadêmico e, conseqüentemente, direcionado esforços para seu fortalecimento por meio de discussões conceituais, exposição de indicadores e proposições de políticas públicas.

Ficaram evidenciadas lacunas nas várias áreas do conhecimento em estudos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com presença hegemônica das Ciências Sociais Aplicadas, seguida pelas Ciências Humanas. Ainda que presente, a área de Engenharias contribuiu relativamente pouco para o desenvolvimento de pesquisa sobre os BCDs, com apenas uma publicação (ano de 2013) em um período de 10 anos.

O aumento no número de publicações a partir de 2009 (e os indicadores positivos que apresentaram) pode ter contribuído para argumentar a importância de tais experiências na promoção de qualidade de vida e, provavelmente, para o aumento no número de parcerias firmadas entre o Instituto Palmas e diferentes organismos, destacando em âmbito nacional os públicos (ministérios, governos estaduais).

6 APONTAMENTOS FINAIS E CONCLUSÃO

A partir da análise dos resultados podem ser feitos alguns apontamentos sobre o **papel das Universidades, contribuição de outras áreas de conhecimento e temas relacionados com os Bancos Comunitários**, como:

- **Papel das universidades:** a importância na promoção para a formulação de políticas públicas, fortalecendo as práticas de economia solidária por meio dos estudos metodológicos, dos indicadores levantados e da divulgação de temas de significância social e práticas há décadas experimentadas, entretanto enfraquecidas politicamente;

- **Contribuição de outras áreas de conhecimento:** necessidade de existirem paralelamente a estas discussões teóricas e políticas outras discussões táticas e estratégicas, de forma a balancear o desenvolvimento dessas experiências, consolidando-as por meio da articulação entre distintas áreas de conhecimento, alimentando-as através de diversos canais, como no caso das Engenharias (por exemplo, Engenharia Econômica e Finanças, Engenharia do Trabalho, Engenharia de Processos, etc.), Ciências Exatas e da Terra (por exemplo, Educação Matemática e Matemática Financeira) e Ciências da Saúde (por exemplo, estudo dos aspectos fisiológicos, psiquiátricos e comportamentais do trabalho em BCDs);

- **Ênfase em outros temas:** o estudo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento apresenta-se centrado em aspectos referentes à Economia Solidária e finanças solidárias. Faltam aprofundar estudos em relação a outros aspectos que aparecem nas relações de trabalho cooperado nos BCDs: questões de gênero, aprendizagem de ferramentas de gestão financeira, metodologias para formação de redes e parcerias, desenvolvimento cognitivo e saúde mental, dentre outros.

Como se trata de um fenômeno recente de expansão da rede de Bancos Comunitários pelo Brasil, as Universidades ainda não conseguiram explorar as várias possibilidades e potencialidades de pesquisa que os BCDs propiciariam. A partir desse estudo, pode-se observar uma concentração relativa de dissertações/teses nas regiões Nordeste e Sudeste, acompanhando o crescimento de experiências dos Bancos Comunitários. Por outro lado, apesar de possuir o terceiro número de experiências de BCDs, a região Norte não possui programas de pós-graduação produzindo dissertações/teses no estudo dos BCDs da referida região, o que configura uma lacuna importante, por exemplo, como as ações dos BCDs na região Norte dialogam com as questões da preservação e conservação da Floresta Amazônica. No que se refere às áreas do conhecimento, há espaço para que outras áreas diferentes das Ciências Sociais Aplicadas possam contribuir para o

fortalecimento dos BCDs. Por fim, há também grandes potencialidades de ampliação nos temas de pesquisa sobre os Bancos Comunitários, para além dos temas já frequentes, tais como Economia Solidária, Banco Palmas, Microcrédito, Desenvolvimento Local e Finanças Solidárias, permitindo enriquecer qualitativamente a produção científica sobre BCDs.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. A. A. e TRAJANO, A. R. C. Economia Solidária e Processos Psicossociais: autogestão, autonomia e solidariedade em construção. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. Coimbra, Portugal. **Anais...** Coimbra, Portugal, 2004.

CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M.; CRUZ, F.; SHIMBO, I. Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil - un estudio de casos. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 106, p. 74-94, 2011.

FBES. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 30 nov. 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Moedas sociais e territórios na experiência dos Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28, 2011. Recife, PE. **Anais...** Recife, PE, 2011.

FREIRE, M. V. **Moedas Sociais** - contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GAIGER, Luis I. Significados e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**, 1999.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**.

Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancoscomunitarios/>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e cidadania: tecnologia social**. São Paulo: ITS, 2007.

LAVILLE, Jean L. Fato associativo e economia solidária. **BAHIA: análise e dados**, Salvador, v. 12, n.1, p.25-33, jun. 2002.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et all.. Dicionário Internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162- 168.
LEITE, J. C. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO NETO, Joaquim J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade.** Fortaleza: Arte visual. 2007.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, I. P. **Processo de Implantação e Institucionalização da Política Pública de Economia Solidária no Município de São Carlos.** 2012. Monografia (Especialização em Gestão Pública e Sociedade). Convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins com interveniência da UFT e parceria do GAPI-UNICAMP. 2012.

OLIVEIRA, M. C. S. B. **Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária.** 2012. Dissertação (Mestrado em CTS) - UFSCar. São Carlos-SP. 2012.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 1, 2011. São Carlos , SP, **Anais...** São Carlos, SP 2011.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA. 2007.

SALOMÃO, S. **Intenções e gestos da política pública de economia solidária na afirmação dos direitos sociais: um estudo de caso,** 81 f, 2010, -- São Carlos : UFSCar, 2010.

SENAES. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010.** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2012.

SILVA JUNIOR, Jeová T. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12, 2006. Salvador, Bahia. **Anais...**, Salvador, Bahia , 2006.

SILVA JUNIOR, Jeová T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. In:

Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe, 11., 2007. Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, Bahia, 2007.

SILVA, E. L. e MENEZES. E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Diálogo**, Canoas – RS, n. 18, p. 53 – 76, jan – jun 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.. In: SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Org. de S. 2002 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P.81-129.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, 2004.

VECCHIA, R et al. A Rede de ITCPs - Passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas-RS, n. 18, p. 115-144, jan./jun. 2011.

YUNUS, Mohamed. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2014.

ZANIN, Maria et al. Constituição de Rede de Colaboração entre Empreendimentos Econômicos Solidários para Promoção de Desenvolvimento Territorial no Município de São Carlos/SP. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11, 2011. Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA , 2011.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE, RIO DE JANEIRO

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves¹

Julia Celia Mercedes Strauch²

César Ajara³

RESUMO

A segregação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro apresenta distintos cenários em função das peculiaridades que influenciam na dinâmica do território e, por consequência, na vida da população que reside no local. O Vale do Paraíba Fluminense, localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, possui desenvolvimento introduzido pelas indústrias que intensifica esse processo de segregação socioespacial. De modo compreender e mensurar esse fenômeno esse artigo emprega a análise fatorial que identifica dois fatores: i) relacionado a infraestrutura domiciliar, e o ii) relacionado ao perfil socioeconômico da população residente; e a seguir aplica-se a *krigagem* a esses fatores tratando-os como um processo contínuo no espaço que apresenta variabilidade isotrópica. Para a função de semivariância, o modelo esférico mostrou-se adequado e permitiu verificar que o Fator 1 retrata a segregação entre os bairros e também entre os municípios, apresentando um alcance de 39.812 metros. O Fator 2 retrata a segregação principalmente intrabairros, pois o alcance encontrado foi de 2.399 metros.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Análise multivariada; *Krigagem*.

SOCIOSPATIAL SEGREGATION IN THE MICROREGION OF PARAÍBA FLUMINENSE VALLEY, RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The socio-spatial segregation in State of Rio de Janeiro introduce different scenarios as a result of peculiarities that influence the dynamics of the territory and consequently the life of the local population. The Vale do Paraíba Fluminense, located south of the State of Rio de Janeiro, has development introduced by industries intensifies this process of socio-spatial segregation that intensify the process of socio-spatial segregation. Therefore, for understand and measure the phenomenon this article uses the factorial analysis that identifies two factors: i) related to household infrastructure, and ii) related to the socioeconomic profile of the resident population; and then apply the kriging to these factors treating them as an ongoing process in space that has isotropic variability. For the semi-variance function, the spherical model was adequate and showed that Factor 1 related the segregation between neighborhoods and between the municipalities, with a range of 39,812 meters. Factor 2 related portrays within neighborhoods segregation, whereas the range was found to be 2399 meters.

Keywords: Socio spatial segregation; Multivariate analysis; Kriging.

JEL: R1; R14; R23.

¹ Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Email: anapaulavasconcelos@gmail.com

² D. Sc. Engenharia de sistema e computação; Pesquisador titular em informações geográficas e estatísticas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas; Professora adjunta do Departamento de Cartografia da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; E-mail: julia.strauch@ibge.gov.br

³ D. Sc. em Geografia; Pesquisador titular em informações geográficas e estatísticas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas. E-mail: cesar.ajara@ibge.gov.br

1 INTRODUÇÃO

A diferenciação social no Brasil, no que tange ao acesso a recursos básicos da cidade, está muito presente, levando a diminuição da qualidade de vida da população e acarretando a perpetuação de desigualdades e segregação em várias escalas (CORREA, 2011). Segundo Negri (2008), essa segregação pode ser analisada sob diferentes pontos de vistas (BURGESS, 1925; CASTELLS, 1983, LEFEBVRE, 1972, OJIMA, 2005, CEDRO, 2010) que enfatizam os aspectos metodológicos, políticas públicas, bem como consequências da segregação social no país, no mercado imobiliário, dentre outros.

Todavia, o conceito abordado neste trabalho é a segregação socioespacial que está relacionado à diferenciação social existente na sociedade, que deve ser interpretada pelas diferenças no acesso as oportunidades que as pessoas possuem, tais como acesso a moradia, educação, lazer, infraestrutura urbana, entre outros (HARVEY,1980). Trata-se uma concepção distinta da visão de muitos autores que analisam a segregação sob um único aspecto, como por exemplo, por questões raciais ou pela renda. Essa segregação socioespacial ocorre de maneira involuntária (VILLAÇA, 1998), quando o indivíduo é obrigado a residir em determinados locais por forças externas.

No Estado do Rio de Janeiro, atualmente, é possível encontrar cenários distintos de segregação socioespacial. Cada cidade, região metropolitana, microrregião, possui suas peculiaridades que influenciam na dinâmica do território e, por consequência, na vida da população que reside no local. Mas em geral, as cidades brasileiras de porte médio vêm se beneficiando com a desconcentração industrial dos grandes centros, ou seja, muitas indústrias estão saindo das grandes metrópoles e se fixando em cidades menores que lhes concedem benefícios fiscais e de infraestrutura e outras já se instalam diretamente nestas cidades.

Na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, que está localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, e é composta por nove municípios, a segregação socioespacial se intensificou principalmente por dois motivos: O primeiro foi a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda e o segundo foi a crescente industrialização iniciada no fim da década de 90 em Resende que se expandiu posteriormente aos municípios vizinhos de Porto Real e Itatiaia (SILVA *et al.*, 1996; SOUTO e DULCI, 2008). Essas cidades

atualmente se destacam no Estado do Rio de Janeiro como um polo metalmeccânico (RAMALHO e SANTANA, 2002), que oferece melhores condições de infraestrutura e vem ampliando as áreas urbanas e os serviços do município para acomodar as pessoas que chegam à cidade.

O desenvolvimento trazido pelas indústrias intensifica as diferenças de acesso a oportunidades, como educação, emprego, lazer, infraestrutura urbana e moradia adequada (VENANZI, 2007). Muitos indivíduos são beneficiados pelo progresso econômico do local que possibilita melhores condições de vida, entretanto outros continuam com acesso limitado a estas oportunidades, acentuando assim o processo de segregação social e espacial da população.

Tendo em vista que a segregação socioespacial está presente nos municípios da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, este artigo tem como objetivo analisar a variabilidade deste fenômeno na região em 2010. Para isso são aplicadas técnicas estatísticas e geoestatística com o intuito de entender o processo de segregação e sua intensidade, bem como saber quais são os locais mais afetados pelo fenômeno em questão.

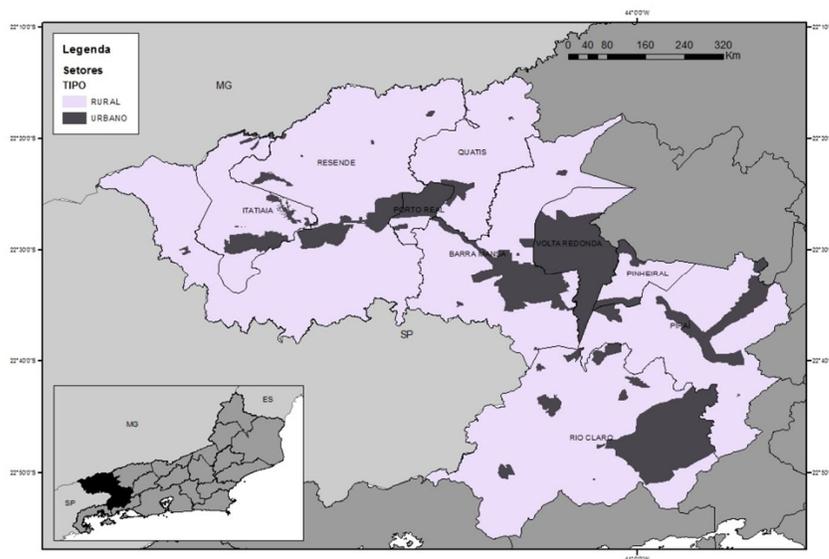
2 MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

A microrregião do Vale do Paraíba Fluminense está localizada ao sul do estado do Rio de Janeiro, conforme a Figura 1, tendo fronteira com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Seus principais eixos de acesso são a BR-116 e a BR-354 que ligam as cidades da Região aos estados de São Paulo e Minas Gerais e também os demais municípios do Rio de Janeiro.

No geral, a maior parte das cidades que compõem a microrregião possuem mais áreas rurais que urbanas em seus territórios, entretanto são nos locais mais urbanizados das cidades que residem a maior parte da população. Porto Real possui muitas áreas urbanas em seu território, assim como Volta Redonda, que é quase toda composta por áreas urbanas e somente ao norte do município encontram-se algumas áreas rurais. Já Quatis é composta praticamente por locais rurais, salvo a área próxima a Porto Real onde se encontra a única zona urbana do município. As áreas urbanas de Barra Mansa se concentram próximo de Volta Redonda, mas é possível perceber um corredor de ligação até o município de Porto Real. A área urbana de Resende também apresenta esta ligação de um município para outro,

sendo que grande concentração urbana da cidade está localizada no meio do território, tendo início na fronteira com Porto Real e se estendendo até o limite do município que faz fronteira com Itatiaia.

Figura 1 - Microrregião Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2011)

A extensão territorial da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é 3.828,702 km². Conforme apresentado na Tabela 1, o menor município em extensão territorial é Porto Real, mas sua densidade demográfica é segunda maior da área estudada, estando abaixo somente de Volta Redonda que apresenta 1.412,75hab./km², sendo a cidade mais densa dentre os nove municípios estudados.

A maior cidade em relação à extensão territorial é Resende com 1.095,253 km², entretanto possui baixa densidade demográfica em relação às demais cidades. Rio Claro chama atenção por possuir uma densidade populacional muito baixa de 20,81 hab/km², a menor de todos os municípios, embora tenha a segunda maior área.

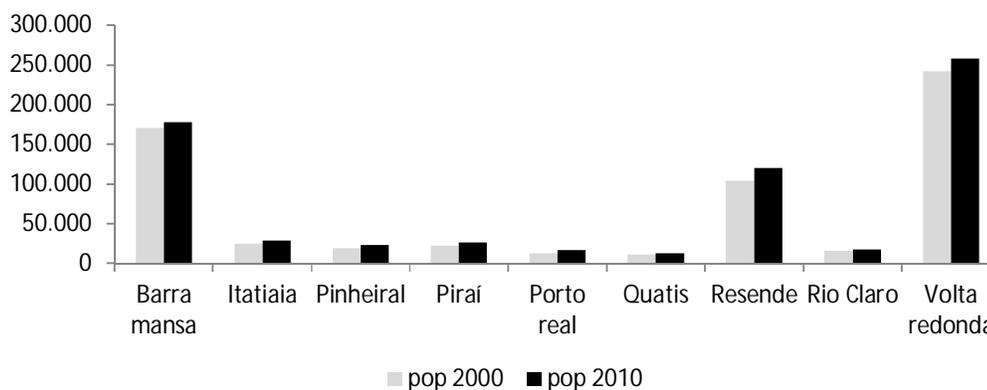
Tabela 1 - Extensão territorial e densidade populacional da microrregião

Municípios	Extensão (Km ²)	Densidade Populacional (hab./Km ²)
Itatiaia	245,147	117,41
Resende	1.095,25	109,35
Quatis	286,093	44,72
Porto Real	50,748	326,95
Barra Mansa	547,226	324,94
Volta Redonda	182,483	1.412,75
Pinheiral	76,53	296,86
Piraí	505,375	52,07
Rio Claro	837,265	20,81

Fonte: IBGE (2011)

A análise da população da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense no ano de 2000 e 2010, ilustrada na Figura 2, mostra que em 2000, a população era de 622.756 habitantes passando para 680.011 no de 2010, um acréscimo de aproximadamente 9%.

Figura 2 - População do Vale do Paraíba Fluminense – 2000 a 2010



Fonte: IBGE (2001; 2011)

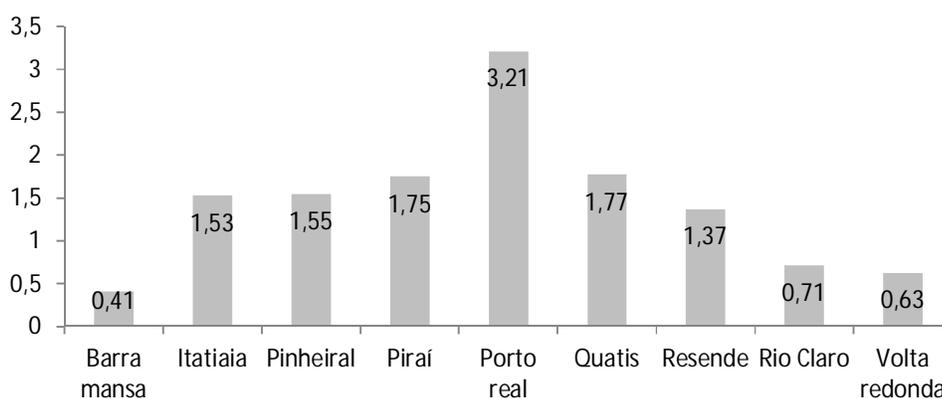
Ainda observa-se na Figura 2 que os municípios de Resende, Volta Redonda e Barra Mansa contribuíram significativamente com o aumento populacional da microrregião, pois o número de moradores em suas cidades durante a década foi maior em termos absolutos, entretanto isto não significa que estes locais tenham taxas de crescimento maiores que os outros. Rio Claro e Quatis não alteraram muito

sua população nesta década quando comparadas as outras cidades que compõem a microrregião. Em Rio Claro a população em 2000 era de 16.228 habitantes, e, em 2010 passou para 17.425 habitantes, um aumento de 1.197 moradores ou 7,37%. Já Quatis, o município menos populoso da microrregião, no ano de 2000 sua população era composta de 10.730 residentes e passou para 12.792 em 2010, um acréscimo de 2.063 habitantes ou 19,22%, devido a sua taxa média de crescimento anual de 1,77.

A população de Resende, Barra Mansa e Volta Redonda juntas no ano de 2000 representava 83% do total da microrregião e no ano de 2010 ocorreu uma leve queda, passando para 81%, demonstrando que outros municípios menos populosos também crescerem significativamente durante a década.

A taxa média de crescimento anual dos municípios da microrregião em questão é representada na Figura 3. A cidade de Porto Real teve sua taxa média de crescimento anual durante a década de 3,21 sendo a mais alta da microrregião. Volta Redonda a cidade mais populosa teve a segunda menor taxa média de crescimento 0,63. Este cenário é explicado por fatores sociais e econômicos que ocorreram nestes municípios como a instalação de indústrias em Porto Real, o reflexo da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que ocorreu no final da década de 90, o processo de reestruturação produtiva ocorrido no período, entre outros.

Figura 3 - Taxa média de crescimento anual - 2000 a 2010



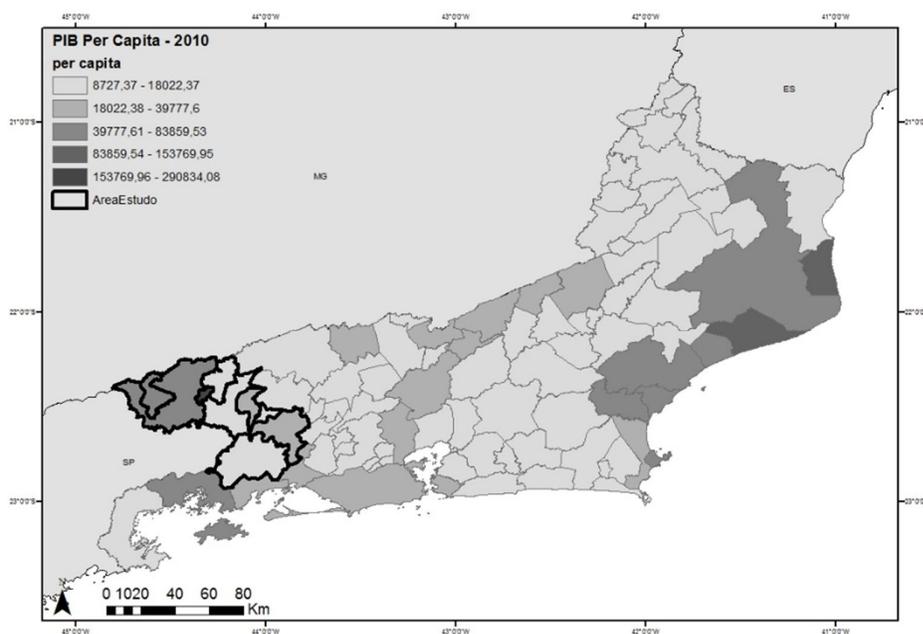
Fonte: IBGE (2011)

A menor taxa média de crescimento foi da cidade de Barra Mansa de 0,41, demonstrando que a sua população embora seja grande e em números absolutos e tenha aumentado em 7.060 pessoas durante a década, anualmente ela cresceu

pouco em relação à população do começo do período (o ano de 2000). As demais cidades da microrregião tiveram a taxa média de crescimento entorno de 1,5, ficando acima da média de crescimento brasileira que foi de 1,17 (IBGE,2011) durante a década. Foi um crescimento expressivo, mas não muito acelerado, nem muito lento.

A importância econômica de algumas cidades da microrregião pode ser percebida na Figura 4, que representa o mapa do Produto Interno Bruto *per capita*- PIB dos municípios do estado do Rio de Janeiro no ano de 2010. No geral há dois grupos de municípios que se destacam em relação a este indicador. Eles estão localizados mais ao noroeste e sul do estado.

Figura 4 - PIB *per capita* municipal no Rio de Janeiro (em reais) – 2010



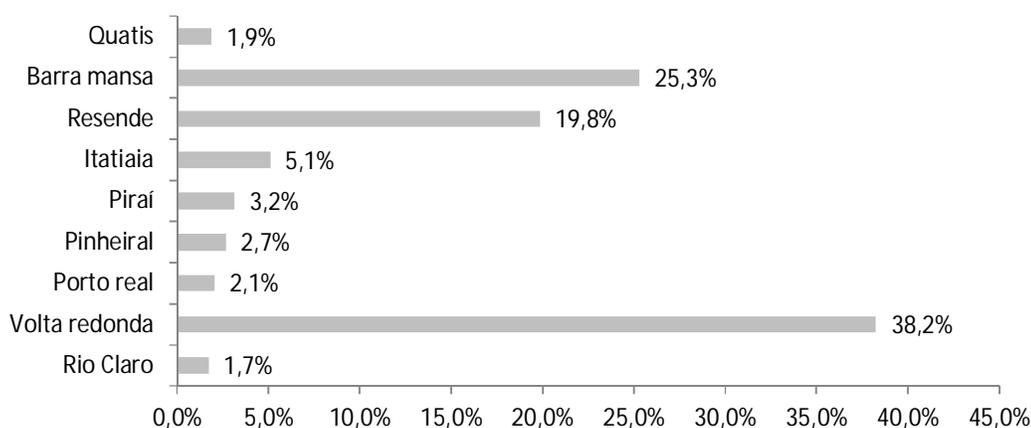
Fonte: IBGE (2010)

Os municípios localizados no sul do estado que se destacam fazem parte da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. Porto Real possui o maior PIB *per capita* do estado de 290.834,08 reais. Resende e Itatiaia também se destacam positivamente, são o 9º e 10º PIB *per capita* do estado, respectivamente. Estas cidades obtiveram este resultado econômico positivo como um reflexo da economia local que está sendo alavancada pela industrialização. Autores como Ramalho & Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 720 – 747.

Santana (2002) caracterizam os municípios em questão como um novo polo automotivo que vem crescendo no sul do estado do Rio de Janeiro por conta da implantação de grandes indústrias como a Peugeot em Porto Real e a Volkswagen em Resende.

O PIB *per capita* se relaciona diretamente com o rendimento gerado a partir de estabelecimentos industriais, de serviços, comerciais e agropecuários. A informação sobre estas empresas estão no registro administrativo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), onde há informações sobre as atividades trabalhistas no Brasil e também informações relacionadas aos estabelecimentos que empregam a população brasileira e os estrangeiros com permissão de trabalho no país. Assim utilizando as informações da RAIS foi elaborada a Figura 5 que ilustra a porcentagem de estabelecimentos municipais na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense no ano de 2010. Entende-se por estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos (RAIS, 2010).

Figura 5 - Estabelecimentos (%) nos municípios – 2010



Fonte: RAIS (2010)

Todas estas informações da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense indicam a importância que a região possui no contexto estadual e também demonstra que as transformações econômicas, alavancadas pela industrialização recente, tende a influenciar a vida dos moradores do local.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Na análise da segregação socioespacial da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense empregou os dados do universo do Censo Demográfico de 2010 e utilizou como unidade territorial os setores censitários dos nove municípios que compõem a área estudada. A base de dados construída possuía inicialmente 1.479 setores, mas somente 1.337 setores foram utilizados nesta pesquisa. Dos 142 setores não utilizados, 63 setores não tiveram suas informações divulgadas para preservar a identidade dos informantes da pesquisa (IBGE,2011) e os outros 79 setores não possuem população como setores de indústrias, quartéis, áreas de preservação, praças, encostas, hotéis, etc.

Na pré-seleção das variáveis foi levado em consideração que a segregação social deve ser entendida como diferenciação ao acesso de oportunidades, como educação, emprego, lazer, moradia adequada e infraestrutura urbana (HARVEY, 1980). Nos municípios da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense o fenômeno em questão foi analisado sob a ótica da segregação involuntária (VILLAÇA, 1998), aquela cujo indivíduo é obrigado a morar em determinados locais por forças externas, como especulação imobiliária. Sendo assim, com o intuito de explicar a segregação na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, foram utilizadas as variáveis apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis selecionadas

Variável	Descrição
DPPP	Proporção de domicílios particulares permanentes próprios.
DPPA	Proporção de domicílios particulares permanentes alugadas.
DPPC	Proporção de domicílios particulares permanentes cedidos.
DPPLC	Proporção de domicílios particulares permanentes com lixo coletado.
DPPBS	Proporção de domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário.
DPPEE	Proporção de domicílios particulares permanentes com energia elétrica.
DAD	Proporção de domicílios com alta densidade, isto é, domicílios particulares permanentes com 7 ou mais moradores.
DPPAG	Proporção de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral.
CP	Proporção de crianças na população isto é, de pessoas até 14 anos.
PR1SM	Proporção de pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de 1 salário mínimo.
PA	Proporção de pessoas alfabetizadas na população.
PI	Proporção de Idosos na população.
PC	Proporção de pessoas de cor ou raça negra.

Com o objetivo de identificar a estrutura social e espacial das cidades foram utilizadas técnicas de estatística multivariada para agrupar as variáveis selecionadas e identificar os fatores que representam as características mensuráveis da segregação socioespacial na microrregião em questão (HAIR *et al.*, 2005). Ressalta-se que para efetuar a identificação dos indicadores por meio da análise fatorial é necessário que as variáveis sejam homogêneas em relação a suas unidades. Desta maneira os dados pré-selecionadas passaram pela relativização de suas medidas, com o intuito de eliminar a heterogeneidade relativa das informações dos setores utilizados, sendo realizado o cálculo de proporções para que seus valores ficassem entre 0 e 1.

De forma a mensurar a intensidade do fenômeno da segregação socioespacial na microrregião, foi aplicada aos fatores encontrados na análise multivariada a técnica de interpolação denominada de *krigagem* para mensurar a intensidade do fenômeno e utilizada às proposições feitas por Jakob (2002) na análise dos dados referente à segregação na região metropolitana da baixada santista. Esse autor emprega a análise do semivariograma, construído a partir da *krigagem*, tratando o valor do alcance como até onde a segregação socioespacial espacial pode ser explicada em determinado lugar e o efeito pepita sendo empregado para traduzir o quanto pequenas distâncias são parecidas (JAKOB, 2003).

A *krigagem* um método de interpolação de dados comumente utilizado na geologia e aplicar a *krigagem* ordinária, que é mais usual em análises de dados sociais e econômicos nesse estudo, possibilitou tratar o fenômeno estudado como um processo contínuo existente no território dos municípios da microrregião (JAKOB, 2006; ANDRIOTTI, 2002). Entretanto para isso foi necessário realizar duas transformações nos dados. A primeira transformação consistiu em passar os dados espaciais utilizados para o sistema de projeção Universal Transverso de Mercator (UTM), de forma que as unidades sejam expressas em metros. A segunda transformação consistiu transformar o mapa dos polígonos dos setores censitários em um mapa de pontos. Para cada setor censitário foi calculado o centróide do setor, levando em consideração a forma e o tamanho.

Ressalta-se que o o mapa de pontos gerados foi dividido em duas subamostras com o objetivo de interpolar e validar a superfície gerada. O primeiro conjunto

utilizado contém 936 pontos que corresponde a 70% das informações originais e o segundo conjunto é composto pelos pontos restante que representam 30% do total ou 401 pontos. O subconjunto maior foi usado para interpolar a superfície e o menor para validar o procedimento.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao ajustar o modelo, pela análise dos componentes principais, algumas informações foram retiradas restando somente oito variáveis. O primeiro resultado, presumindo a normalidade do conjunto de dados, foi a medida de adequação da amostra obtida pela estatística de Kaiser Meyer Olkin (KMO) de 0,736, indicando uma boa estatística e validando o prosseguimento da análise. O teste de Bartlett que verifica a existência de evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de independência das variáveis a qualquer nível de significância teve como resultado o $p\text{-valor} < 0,000$. Desta forma, conclui-se que existem correlações suficientes entre as variáveis estudadas.

Os autovalores e a porcentagem acumulada da variância total explicada extraída dos fatores, que estão representados na Tabela 2, influenciaram na extração dos mesmos. Os autovalores dos sete componentes apresentados, somente os dois primeiros estão acima de 1 e a porcentagem acumulada da variância total explicada por ambos é de 66,816%, o que nos leva a escolha destes componentes para serem utilizados na análise fatorial.

Com o intuito de melhorar o desempenho das cargas fatoriais foi realizada a rotação dos fatores pelo método VARIMAX, conforme observado na Tabela 3. Com a rotação a porcentagem acumulada da variância total explicada pelos dois primeiros fatores se manteve igual, entretanto o percentual explicado por cada fator se alterou.

Tabela 2 - Autovalores

Componentes	Valores iniciais		
	Total	% de Variação	% Cumulativa
1	3,193	39,915	39,915
2	2,152	26,902	66,816
3	0,772	9,649	76,465
4	0,631	7,892	84,357
5	0,468	5,854	90,211
6	0,319	3,986	94,197
7	0,254	3,170	97,367
8	0,211	2,633	100,000

Fonte: O autor

Tabela 3 - Variação total explicada.

Componentes	Somadas de extração de			Somadas rotativas de		
	carregamentos ao quadrado			carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variação	% cumulativa	Total	% de Variação	% Cumulativa
1	3,193	39,915	39,915	2,768	34,604	34,604
2	2,152	26,902	66,816	2,577	32,213	66,816

Fonte: O autor

A matriz de componentes rotativa apresentada na Tabela 4 foi extraída também pelo método de componentes principais a partir da rotação dos fatores VARIMAX com a normalização de Kaiser. Nela consta os agrupamentos das variáveis nos dois fatores selecionados. O primeiro fator (Fator 1) explica 34,6% do modelo e as variáveis que o compõe estão relacionadas direta ou indiretamente ao domicílio, principalmente no que tange sua infraestrutura e a condição de ocupação, sendo nomeado de infraestrutura domiciliar. O segundo fator (Fator 2) explica 32,21% do modelo, é composto por variáveis relacionadas com características das pessoas residentes, sendo nomeado, portanto de perfil socioeconômico dos moradores ou pessoas residentes. Ressalta-se que a composição das variáveis deste último fator nos remete a características negativas em relação segregação socioespacial na área estudada.

Tabela 4 - Matriz de componente rotativa⁴

Variáveis	Componentes	
	1	2
DPPP: Prop. Dom. particulares perm. próprios.	0,753	0,179
DPPC: Prop. Dom. particulares perm. cedidos	-0,89	0,112
DPPLC: Prop. Dom. particulares perm. com lixo coletado	0,831	-0,25
DPPAG: Prop. Dom. parti. perm. com abast. de água da rede geral	0,806	-0,16
DAD: Prop. Dom. parti. perm. com 7 ou mais moradores	-0,11	0,664
CP: Prop. de pessoas até 14 anos	-0,03	0,809
PR1SM: Prop. de pessoas resp. com rend. nom. mensal de 1 s.m.	-0,22	0,774
PC: Prop. Pessoas Residentes - negras	0,063	0,867

Fonte: O autor

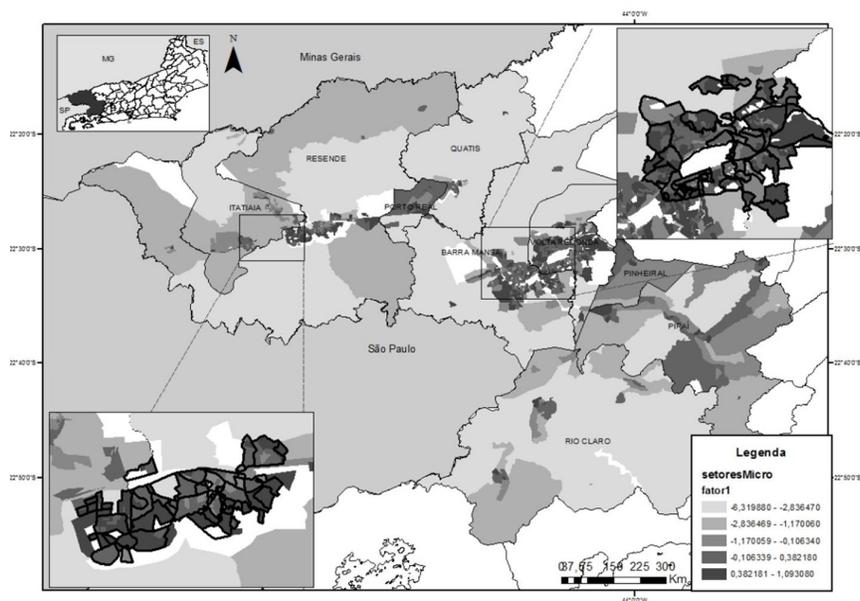
Para compreender a distribuição dos fatores na região foi realizada a espacialização das cargas fatoriais criando um mapa para o Fator 1 e outro para o Fator 2, representados pela Figura 6 e 7, respectivamente. Nas figuras são destacados os bairros das áreas urbanas dos municípios maiores e mais industrializados, a saber, Volta Redonda e Resende.

O Fator 1 (Figura 6) na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense apresenta baixa correlação em muitos setores rurais e principalmente nos municípios com o desenvolvimento econômico mais baixo, como Rio Claro e Quatis. Estes dois municípios a infraestrutura dos domicílios quase não explica a segregação socioespacial.

As áreas urbanas das cidades de Resende e Volta Redonda, no geral, apresentam uma correlação alta com o Fator 1, possivelmente porque nos centros urbanos as condições dos domicílios são mais heterogêneas e o local onde encontra-se as moradias também influencia na segregação intra-urbana, em que processos capitalistas de consumo do espaço levam os indivíduos mais pobres a residirem em áreas menos valorizadas e com menos infraestrutura urbana, acarretando um processo de segregação socioespacial (OJIMA,2006).

⁴ Rotação convergida em três iterações.

Figura 6 - Fator 1 - Infraestrutura domiciliar



Fonte: O autor

Na urbana de Resende percebe-se certa homogeneidade em relação à explicação da segregação socioespacial por meio do fator em questão. Entretanto os bairros Cidade Alegria e Paraíso destacam-se por apresentarem distintas correlações com o Fator 1 em seu interior. Indicando que dentro do mesmo bairro há diferentes níveis de acessos aos serviços básicos, como água encanada, lixo coletado, transporte público, comércio, entre outros, levando a diferentes níveis de explicação da segregação socioespacial pelo fator relacionado à infraestrutura domiciliar.

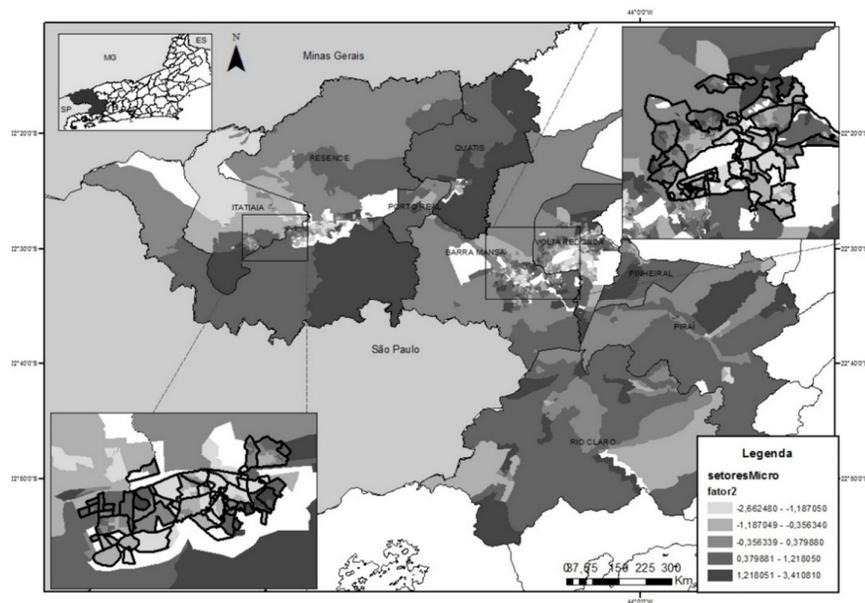
Na área urbana de Volta Redonda 36,6% dos setores possuem cargas no intervalo de -0,343319 até 0,324970 e 58,5% têm cargas de 0,324971 até 1,17235, representando aproximadamente 95% dos setores, demonstrando que a explicação da segregação socioespacial através Fator 1 no local é significativa. Os demais setores estão nas três primeiras faixas da escala construída. Esta distribuição influencia na explicação da segregação intra e interbairros no município.

Em Volta Redonda o bairro chamado Retiro se destaca por apresentar em sua área central uma forte influência do Fator 1 na explicação da segregação socioespacial existente no local, sendo representada no mapa pelo último intervalo da legenda. Entretanto o nível de explicação do fenômeno estudado se atenua levemente nas extremidades no bairro, sendo possível observar uma mudança de

intervalo para um patamar inferior em relação ao último nível da escala utilizada no mapa representado na Figura 6.

A espacialização do Fator 2 ilustrado na Figura 7 representa características relacionadas ao perfil socioeconômico das pessoas residentes. A microrregião como um todo é muito influenciada por este fator na explicação da segregação, entretanto nas áreas urbanas das cidades de Resende e Volta Redonda o Fator 2 apresenta pouca ou moderada explicação da segregação. É possível notar grande heterogeneidade dentro dos municípios e também dentro dos bairros das áreas urbanas estudadas, ou seja, as características relacionadas às pessoas residentes que foram agrupadas pelos fatores estão mais visíveis em escalas menores, neste caso os setores censitários utilizados.

Figura 7 - Fator 2 - Perfil socioeconômico das pessoas residentes



Fonte: O autor

O Fator 2 exerce grande influência nas cidades de Quatis e Porto Real. Internamente também apresentam diferenças na intensidade de correlação a explicação do fator, contudo são diferenças mais tênues do que as vistas nos municípios de Itaitiaia, Piraí e Rio Claro.

Na área urbana de Resende, as características das pessoas residentes agrupadas pelo Fator 2 explica pouco a segregação no local, principalmente na

parte central da cidade. Isto ocorre porque 81% dos setores da área urbana do local estão agrupados nos três primeiros intervalos da escala das cargas fatorais, que vai de -2,507580 até 0,589030. Da área central para o oeste e para o leste a correlação com o Fator 2 vai aumentando até a formação de dois pequenos agrupamentos, localizados nas franjas da área urbana, onde esse fator explica mais a segregação.

Os setores da área urbana de Volta Redonda também estão concentrados nos três primeiros intervalos da escala das cargas fatoriais ilustrada na Figura 7, representando 71% do total. Somente 29% dos setores encontram-se nos intervalos de 0,379881 até 1,218050 e 1,218051 até 3,410810, onde a explicação da segregação é maior.

Na área urbana de Volta Redonda os bairros que estão ao sul da CSN não apresentam muita influência do Fator 2 na explicação da segregação, em contrapartida os bairros localizados ao norte CSN apresentam maior relação com este fator. Este cenário possivelmente tem explicações históricas porque Volta Redonda foi planejada para ser uma cidade industrial com bairros destinados aos funcionários da siderúrgica de acordo com seu cargo (LIMA, 2010).

A heterogeneidade dentro dos bairros da área urbana de Volta Redonda é acentuada tanto nos locais com alta influência do Fator 2 como nos lugares com baixa influência, demonstrando que no interior dos bairros há diferenças em relação à segregação socioespacial sofrida pelos moradores, ou seja, pessoas com condições de vida distintas residem muito próximo uma das outras. O processo de segregação relacionado às características das pessoas residentes agrupadas pelo Fator 2 não separa espacialmente as pessoas como no Fator 1 onde a infraestrutura dos domicílios tende a mostrar os bairros mais homogêneos caracterizando uma segregação maior entre um bairro e outro.

Com a análise dos dois fatores foi possível confirmar a existência de segregação socioespacial na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense. As áreas urbanas de Resende e Volta Redonda apresentam características distintas em relação aos demais locais da microrregião, pois, no geral, a infraestrutura dos domicílios explica mais o fenômeno da segregação nestas áreas enquanto o fator relacionado à população residente influencia mais as demais localidades da microrregião. Com relação às pessoas residentes percebe-se que onde há maior alcance deste fator na explicação da segregação são locais com piores condições

de vida, como os bairros das periferias de Resende e Volta Redonda e nas zonas rurais de toda microrregião.

Utilizando as cargas fatoriais realizou-se uma interpolação de dados por meio da *krigagem* ordinária com o intuito de mensurar a intensidade da segregação explicada pelos dois fatores identificados anteriormente.

Neste estudo não foi considerada a anisotropia para nenhum dos dois fatores, porque os dados não apresentaram influência da direção em sua distribuição espacial. Para ambos os fatores adotou-se o número 12 de *lag*⁵, e, o melhor ajuste para o semivariograma foi o modelo esférico, assim como ocorreu nos trabalhos de Jakob (2002, 2003). O modelo esférico apresenta uma diminuição progressiva da autocorrelação espacial até uma determinada distância, depois desta distância a autocorrelação é zero.

O Fator 1 possui alcance de aproximadamente 39.812 metros, a partir deste valor não há mais correlação espacial, ou seja, a segregação explicada pela característica dos domicílios representada pelo fator apresentado não pode mais ser explicada depois de 39.812 metros dos respectivos pontos interpolados. O efeito pepita do fator é de 0,0685 o que demonstra pouca variabilidade em pequenas distâncias, logo os setores vizinhos não se diferenciam um dos outros em relação à segregação explicada pelo Fator 1. A componente aleatória do fator é pequena, pois a causalidade é menor que 0,15. O *lag* utilizado foi de aproximadamente 3.317 metros, ou seja, o limite de tolerância usado para a direção e distância no cálculo do semivariograma. Desta forma, o resumo do semivariograma do melhor modelo ajustado para o Fator 1 é apresentado na Tabela 5 sendo o modelo do semivariograma obtido para esse fator expresso por $0,068538 * \text{Nugget} + 1,2576 * \text{Spherical}(39812)$

Tabela 5 - Resumo do semivariograma - Fator 1 (Infraestrutura domiciliar)

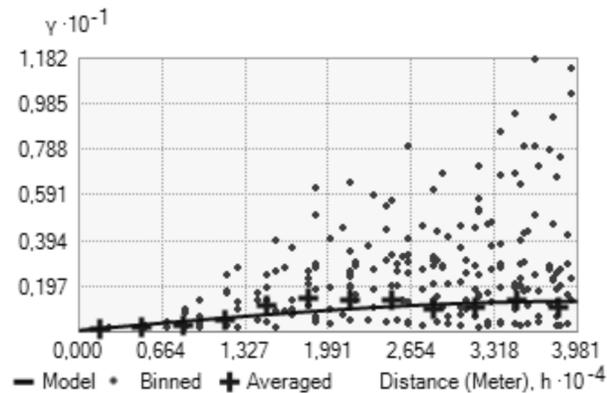
	Efeito pepita	Patamar	Alcance	Lag	Causalidade
Fator 1	0,0685	1,2576	39812,3389	3317,6949	0,054

Fonte: O autor

⁵ *Lag* é a distância pré-definida utilizada no cálculo do semivariograma.

No semivariograma do Fator 1, apresentado na Figura 8, observa-se melhor a distribuição dos dados que não está muito próxima da linha de tendência e não contém muitos pontos no início do semivariograma. Percebem-se também alguns pontos discrepantes. O pequeno efeito pepita fica muito evidente no gráfico, assim como o alcance que vai suavizando lentamente até chegar ao ponto do patamar, onde há correlação vai enfraquecendo entre os pontos da amostra (centroide dos setores).

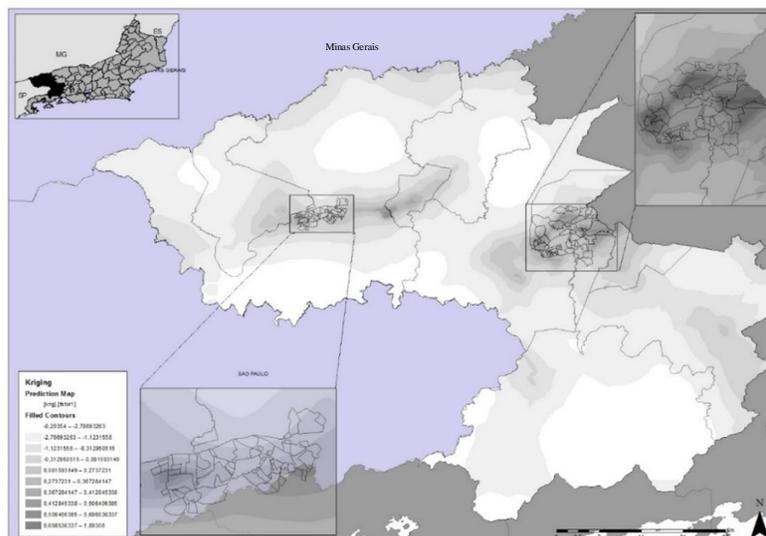
Figura 8 - Semivariograma do Fator 1 (Infraestrutura domiciliar)



Fonte: O autor

Na superfície gerada para as características dos domicílios (Fator1), ilustrada na Figura 9, é possível observar que nas áreas urbanas a intensidade da segregação é maior em relação ao fator em questão e vai se suavizando à medida que se distancia dos locais mais segregados em relação às características salientadas pelo Fator 1. Os locais com maior intensidade da segregação são muito próximos, quando não os mesmo locais, onde o fator em questão explica mais a segregação como visto anteriormente no mapa onde o Fator 1 foi espacializado.

Figura 9 - Superfície gerada do Fator 1 (Infraestrutura domiciliar)

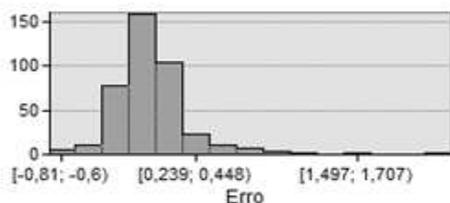


Fonte: O autor

Na microrregião como um todo, a maior parte da concentração de áreas mais segregadas estão nas áreas urbanas de Resende e Volta Redonda, entretanto observa-se duas áreas com presença de intensa segregação explicada pelo Fator 1 no município de Barra Mansa. Os demais municípios apresentam baixa intensidade da segregação relacionada aos domicílios. Ressalta-se que os locais que apresentam maior intensidade de segregação em relação ao Fator 1 estão próximos as bordas da área urbana da cidade, principalmente nos bairros localizados ao leste e sul da zona urbana. Nestes lugares existe pouca diferenciação em relação à intensidade da segregação. A grande diferença capitada é entre um bairro e outro e não intrabairros.

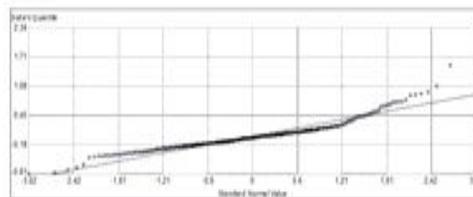
A validação da *krigagem* realizada com as cargas fatoriais do Fator 1 e os pontos da amostra usados para a validação nos revela informações sobre o erro relacionado ao modelo obtido que são elucidadas pelo histograma e o Q-QPlot. No histograma do erro apresentado na Figura 10 observa-se certa assimetria. A distribuição está agrupada em poucas categorias e existem alguns valores extremos. Há uma categoria que se destaca, pois muitos pontos estão contidos neste intervalo. O Q-Qplot, ilustrado na Figura 11, indica que a distribuição do erro não tende a normalidade, pois pontos gráficos se distanciam da reta de tendência em alguns lugares.

Figura 10 - Histograma do Erro



Fonte: O autor

Figura 11 - Q-Qplot do Erro



Fonte: O autor

Na Tabela 6 é apresentada a porcentagem dos pontos em cada intervalo da escala confeccionada a partir da espacialização dos erros. Os intervalos foram construídos através do método de *natural breaks*. Identifica-se a existência de poucos pontos contidos no último intervalo da escala, concentrando-se 50% dos pontos no segundo intervalo de -0,077- 0,382, sendo o intervalo mais próximo de 0, demonstrando que o modelo não está incorreto, uma vez que quanto mais próximo de zero o valor médio dos erros e quanto mais homogêneo os dados, melhor é estimativa do modelo (ANDRIOTTI, 2002).

Tabela 6 - Pontos da validação do Fator 1

Erro	Microrregião	Resende	Volta Redonda
-0,809- -0,076	43%	48%	41%
-0,077- 0,382	50%	43%	52%
0,383- 2,335	8%	8%	7%
Total	100%	100%	100%

Fonte: O autor

Nas áreas urbanas de Resende e Volta Redonda mais de 90% dos pontos estão contidos no primeiro e segundo intervalo. Em Resende a distribuição dos erros está relativamente heterogênea, pois 48% dos pontos da área urbana estão no primeiro intervalo de -0,809- -0,076 e 43% no segundo intervalo da escala. Na área urbana de Volta Redonda somente 7% dos pontos estão no terceiro intervalo da escala, 41% no primeiro, os demais pontos encontram-se no segundo intervalo.

O resumo do semivariograma do melhor ajuste para o Fator 2 é apresentado na Tabela 7 sendo o modelo do semivariograma obtido para esse fator expresso por $0,34228 * \text{Nugget} + 0,84784 * \text{Spherical}(2399,9)$

Tabela 7 - Resumo do semivariograma - Fator 2 (Perfil socioeconômico de residentes)

	Efeito pepita	Patamar	Alcance	Lag	Causalidade
Fator 2	0,3423	0,8478	2399,9339	362,6545	0,403

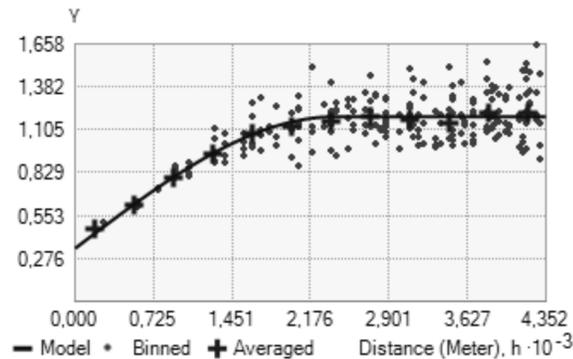
Fonte: O autor

Na análise do semivariograma verifica-se que o Fator 2 possui alcance de aproximadamente 2.399 metros e a partir deste valor não há mais correlação espacial, ou seja, a segregação explicada pelo perfil socioeconômico da população residente representada pelo fator apresentado não pode mais ser explicada depois 2.399 de metros dos respectivos pontos interpolados. A segregação socioespacial explicada pelo Fator 2 tem um alcance muito pequeno se comparada ao Fator 1, conseguindo inferir a segregação intra-bairros.

O efeito pepita do fator é de 0,3423 o que demonstra grande variabilidade em pequenas distâncias, logo os setores vizinhos se diferenciam um dos outros em relação à segregação explicada pelo Fator 2. A componente aleatória do fator é muito significativa, pois a causalidade é maior que 0,3. O tamanho do *lag* gerado foi de 362,6545 metros, ou seja, o limite de tolerância usado para a direção e distância no cálculo do semivariograma.

No semivariograma do Fator 2, apresentado na Figura 12, observa-se que distribuição dos dados está próxima a linha de tendência e não há pontos discrepantes. A maioria dos pontos está agrupada no fim do semivariograma, quando não existe mais correlação espacial entre nenhuma variável. O alcance chega no patamar rapidamente, implicando em um pequeno valor para a distância da correlação espacial e os pontos interpolados.

Figura 12 - Semivariograma do Fator 2 (Perfil socioeconômico de residentes)



Fonte: O autor

A superfície gerada através da *krigagem* para o Fator 2 apresentada na Figura 13 demonstra que a intensidade da segregação explicada pelas características socioeconômicas da população residente é intensa em quase toda microrregião. Somente com algumas exceções, conforme a representação no mapa identificada por manchas mais claras em Pirai, Barra Mansa, entre Resende e Itatiaia e nas áreas urbanas de Volta Redonda e Resende, cujos locais concentram-se pessoas com melhores condições de vida.

Em quase toda área urbana de Resende a intensidade de explicação da segregação por meio do Fator 2 é muito baixa e vai aumentando de maneira tênue em direção as bordas da área urbana. No oeste da cidade há uma mancha um pouco mais escura sobre os bairros da Tayota, Primavera, Vila Isabel, Jardim Beira Rio, Nova Alegria e Jardim Alegria, estes locais estão na periferia da cidade de Resende e possuem características negativas relacionadas às condições de vida da população residente.

Na Tabela 8 são apresentadas as porcentagens dos pontos em cada intervalo da escala confeccionada a partir da espacialização dos erros do Fator 2. Assim, torna-se possível identificar que 55% dos pontos referentes à microrregião em questão encontram-se no intervalo de -0,505 - 0,398, sendo este o mais próximo de zero.

Em Resende existem erros contidos nos três níveis da escala. Observa-se que 22% dos pontos estão no primeiro intervalo de -2,550 a -0,505. Os pontos contidos no terceiro intervalo representam 12% do total e os demais estão no segundo intervalo, o mais próximo de zero. Na área urbana de Resende, a maioria dos pontos referentes aos erros do modelo está no segundo intervalo da escala e somente seis pontos estão no terceiro intervalo.

Os pontos dos erros de Volta Redonda também estão distribuídos de maneira heterogênea. O primeiro intervalo de -2,550 a -0,505 contém 13% do total dos pontos do local, a menor porcentagem dos três intervalos. O segundo possui 52% dos pontos e o terceiro 35%. Esta grande diferenciação dos valores dos erros na área urbana de Volta Redonda pode ser um indício que o ajuste do modelo para o Fator 2 poderia ser melhor naquele local.

Tabela 8 - Pontos da validação do Fator 2

Erro	Microrregião	Resende	Volta Redonda
-2,550- -0,505	18%	22%	13%
-0,506 – 0,398	55%	67%	52%
0,399– 2,564	27%	12%	35%
Total	100%	100%	100%

Fonte: O autor

No geral, a segregação socioespacial descrita a partir da identificação dos dois indicadores e com o uso de um método de interpolação foi uma forma encontrada de generalizar, descrever e analisar o processo de segregação socioespacial na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense a partir dos dados existentes.

Os mapas de superfícies criados pela *krigagem* retratam de maneira contínua a segregação socioespacial no local, por este motivo são parecidos com os mapas dos fatores que retratam o fenômeno de forma real. Desta maneira, onde existe

maior influência do fator na explicação da segregação, são os locais onde a intensidade da segregação tende a ser maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação voluntária (VILLAÇA, 1998) vem ocorrendo na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense durante toda a década, principalmente na área urbana de Volta Redonda e Resende, cidades que se destacam por suas características sociais e econômicas na microrregião.

A análise dos fatores criados confirmou a existência dessa segregação na microrregião. O Fator 1, relacionado a infraestrutura dos domicílios explica melhor o fenômeno em questão nas áreas urbanas, ou seja, a segregação interbairros e também entre cidades que compõem a microrregião. Já o Fator 2, que representa a população residente, capta principalmente a segregação intrabairros. Este cenário é reafirmado na análise do variograma ao efetuar a krigagem onde o Fator 1 possui um alcance muito grande, com mais de 35 quilômetros, e o Fator 2 tem pequeno alcance, por volta de 2 quilômetros. Essa análise permitiu mensurar a distância de segregação para cada um dos fatores.

Em Volta Redonda o processo de segregação socioespacial é marcado pela Fundação da CSN onde a cidade começa a ser planejada pela indústria, deixando de fora os locais cujos moradores que não trabalhavam na companhia. Na década de 60, com venda das casas construídas pela CSN a seus funcionários, a prefeitura passar a gerir o planejamento e urbanização da cidade mantendo o mesmo padrão de segregação, privilegiando os bairros onde a companhia planejou e urbanizou, e dando menos atenção para os demais bairros. Por fim, com a privatização da CSN e a estagnação econômica da cidade, a segregação socioespacial se impôs com os contornos que se observa atualmente.

Na cidade de Resende a segregação foi marcada primeiramente pelo cultivo do café, ainda com mão de obra escrava no fim do século XIX, pois quem possuía terras era privilegiado não só por morar nos locais mais nobres como também obtinha incentivos do governo e acesso a oportunidades. Com o fim do ciclo do café, a cidade entrou em decadência e somente no início do século XX com a instalação da AMAN ocorreu um “boom” populacional e também um novo processo de segregação que é encontrado até hoje, diferenciando civis e militares na cidade. No

fim dos anos 90 iniciou a industrialização no município que vem se intensificando até os dias atuais e traz como consequência a segregação socioespacial vista neste trabalho.

Em relação ao método empregado neste trabalho, a análise fatorial junto com a *krigagem* possibilitou identificar e analisar a segregação socioespacial na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, demonstrando que a análise do semivariograma pode ser um método viável para a interpretação das informações sob a ótica da segregação espacial e social da população nos municípios e também na área intraurbana das cidades. Com estes métodos empregados também tornou-se visível no território a intensidade e a variabilidade da segregação, possibilitando uma análise contínua do fenômeno.

É importante salientar que outros aspectos também estão presentes no processo de segregação da população como mobilidade urbana, acesso à saúde, empregabilidade, poluição, entre outros que devem ser estudados. Entretanto, neste trabalho não foram abordados devido à falta de informações existente para o nível de desagregação utilizado.

Com os resultados obtidos buscou-se ampliar o conhecimento sobre os municípios que compõem a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense e principalmente das áreas urbanas de Resende e Volta Redonda, permitindo uma breve reflexão sobre a variabilidade da segregação nestes locais que tendem a crescer cada vez mais, pois novas indústrias estão se instalando na região. Se não existir planejamento urbano e políticas públicas eficazes voltadas para a igualdade de acesso a oportunidades nestas cidades, a segregação socioespacial tenderá se intensificar.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, J. L. S.. Notas de Geostatística. **Estudos tecnológicos-Acta Geologica Leopoldensia**, São Leopoldo, v. 25, n. 55, p. 3-14, 2002.

BURGESS, E. The growth of the city: an introduction to a research project. Chicago: **The University of Chicago Press**, 1925. p.47-62.

CEDRO, M. Segregação Socioespacial: Descrição de algumas abordagens no Brasil. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 3, ano 1, de 2010.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo; Contexto, 2011. p.123-145.

HAIR, J.F. ANDERSON; R.E. TATHAM; R.L. BLACK, W.C., **Análise Multivariada de Dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980

IBGE. Base de informações do censo demográfico 2010. **Resultados do Universo por setor censitário**. Brasil, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Estatísticas do PIB 2010**. Rio de Janeiro 2010.

JAKOB, A.A.E. A Krigagem como método de análise de dados demográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 2002. Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG, 2002.

JAKOB, A.A.E. A Krigagem como método de análise de segregação espacial da população. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

JAKOB, A.A.E. Young, A.F. O uso de métodos de interpolação espacial de dados nas análises sociodemográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 15., 2006. Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG, 2006.

LEFEBVRE, H. A cidade e a divisão do trabalho. In: **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972, p. 29-76.

LIMA, Raphael J. **A reinvenção de uma cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**. 2010. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NEGRI, S. M.. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises.**, Ano VII, v. 8, n. 8, p. 129-153, 2008. (Coletâneas do nosso tempo).

OJIMA, R. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG, 2006.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2010. Disponi<
<http://www.rais.gov.br/>> Acesso em: 04 fev. 2015.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. A indústria automobilística no Rio de Janeiro: relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional. In: NABUCO, M. R. et al. (Orgs.) **Indústria automotiva: A nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, R. C. M.; COSTA, A. B.; MAGGESSY, A. P.; PAGNIN, E. C. D. Volta Redonda e Duque de Caxias: Dois Modelos Urbanísticos de Implantação de Projetos Industriais. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 4., 1996. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1996.

SOUTO, B.F.; DULCI, J.A. Reestruturação produtiva e seu reflexo na sócio dinâmica do Sul Fluminense. In: Anais *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2008.

VENANZI, D.. As implicações e vantagens do uso do modelo de Consórcio Modular na Indústria Automobilística. In: ENEGEP, 2007.Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

DA ILHA DE PROSPERIDADE AO MAR DE TURBULÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO REGIME MILITAR (1968-1979)

Ivan Colangelo Salomão¹

RESUMO

O robusto crescimento econômico verificado nos anos 1970 esteve fortemente baseado no aumento expressivo do endividamento externo. Apoiado na alta liquidez internacional e nos “petrodólares”, os tecnocratas do regime militar adotaram uma estratégia de desenvolvimento a qual alicerçou a industrialização substitutiva de importações. Por outro lado, aumentou vertiginosamente a dívida externa do país, fazendo do Brasil o maior devedor ano final da década. A administração temerária da dívida brasileira foi um dos principais fatores responsáveis pelas vicissitudes que se abateram sobre o país durante a chamada “década perdida”.

Palavras-chave: Milagre econômico; II PND; Dívida externa.

FROM THE ISLAND OF PROSPERITY TO THE SEA OF TURBULENCE: AN ANALYSIS OF EXTERNAL INDEBTEDNESS PROCESS OF THE MILITARY REGIME (1968-1979)

ABSTRACT

The robust economic growth seen in the 1970s was strongly based on the significant increase in the foreign debt. Supported by high international liquidity and the “petrodollars”, the technocrats of the military regime adopted a development strategy which its foundations the substitution industrialization. On the other hand, it has increased dramatically the external debt of the country, making Brazil the largest debtor in the end of the decade. The reckless management of the Brazilian debt was one of the main factors responsible for the accidents that befell the country during the “lost decade”.

Keywords: Economic miracle; II PND; Foreign debt.

JEL: F34.

1 INTRODUÇÃO

As origens do endividamento brasileiro no exterior remontam à assunção das obrigações da corte portuguesa para com a Inglaterra em troca do reconhecimento de sua independência política em relação à metrópole ibérica. A despeito dos diversos momentos de constrangimento que as contas externas impuseram ao desenvolvimento da economia brasileira ao longo dos séculos XIX e XX, foi a partir

¹Doutorado em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS) Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE-UFRGS) E-mail: ivansalomao@gmail.com

do final dos anos 1960² – quando se observou o abrupto crescimento da captação de recursos forâneos –, que a dívida externa passou a constituir entrave central para a implementação de uma política econômica autônoma.

O fim do período posteriormente reconhecido como o “milagre econômico” (1968-1973) não viria desacompanhado de consequências onerosas. O vigoroso crescimento econômico que justificou o epíteto místico implicou um expressivo aumento da dependência externa do país. A ampliação da capacidade produtiva – com destaque para o setor de bens de consumo duráveis – resultou em demanda por petróleo e bens de capital que já não mais poderia ser atendida pelo parque industrial brasileiro, subordinando, pois, o crescimento da economia à sua capacidade de importação.

O cenário internacional pós-choque do petróleo (1973) impôs, basicamente, duas alternativas ao governo brasileiro: um ajuste externo através da desvalorização cambial ou a superação da dependência de oferta via ampliação da capacidade produtiva. Apesar da restrição inicial de financiamento estrangeiro para sua viabilização, o governo Geisel apostou na segunda opção. Apoiado nos “petrodólares”, o governo levou a cabo um dos mais controversos planos econômicos no Brasil do século XX – o II Plano Nacional de Desenvolvimento –, o qual contribuiu de maneira central para o aumento vertiginoso da dívida externa brasileira e, conseqüentemente, para as vicissitudes da chamada “década perdida”.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de problematizar o processo de endividamento externo levado a cabo pelas autoridades brasileiras durante o período de maior crescimento econômico observado nas duas décadas do regime militar. Para tanto, dividiu-se o artigo em três partes, além desta breve introdução. Na seção dois, discorre-se acerca da dívida externa no decorrer do “milagre econômico”. No terceiro ponto, aborda-se o financiamento externo que viabilizou o II PND, na segunda metade dos anos 1970. Por fim, tecem-se as considerações finais.

2 OPORTUNIDADES E DESÍGNIOS NO GERME DA CRISE (1968-1973)

O elevado grau de restrição a que as obrigações financeiras para com o exterior passaram a submeter a economia nacional a partir desta época exige

² Até meados da década de 1960, a dívida externa bruta do Brasil oscilava tenuemente ao redor dos US\$ 3 bilhões havia mais de uma década.

análise pormenorizada, permitindo, assim, a divisão do recente processo de endividamento em três momentos distintos: (1) 1968-1973, período correspondente ao “milagre”; (2) 1974-1979, fase que compreende os investimentos do II PND; e (3) 1980-1984, quando a severidade da crise balizou a política econômica recessiva da gestão Figueiredo devido à escassez de divisas.

No final da década de 1960, período ao qual Bocchi (2007) refere-se como o segundo ciclo de endividamento, os sinais de reaquecimento da economia fizeram com que o governo brasileiro passasse a incentivar deliberadamente a ampliação do endividamento externo com dois objetivos fundamentais: reforçar a capacidade de importação do setor produtivo e superar as limitações estruturais do sistema financeiro nacional³. Por coincidência, foi justamente nessa época que o mercado internacional de crédito – em especial, o de “euromoedas”⁴ –, após anos de relativa contração da liquidez, voltou a operar com vigor dada a ocorrência de déficits sem precedentes no balanço de pagamentos dos EUA, o que, por consequência, aumentava a oferta externa da moeda norte-americana.

Contribuiu para o sucesso dessa política de inserção externa a então recente criação dos bancos de investimentos. Estas instituições colaboraram para o aumento da oferta de crédito observado no período, atrelando de maneira irreversível o mercado bancário nacional ao estrangeiro. Para Furtado (1989), tal incursão aprofundou-se além do desejado devido à liberdade excessiva com que estes bancos passaram a operar na esfera internacional, independência esta que lhes garantia atuar fora do controle das normas tradicionais de segurança impostas pela emergência do Banco Central.

As condições favoráveis em que estes recursos foram captados permitem, por um lado, classificar o endividamento registrado neste período como positivo e bem-sucedido. O prazo médio da dívida correspondente a empréstimos em moeda passou de 2 anos, em 1970, para mais de cinco, em 1974. Além disso, verificou-se uma redução significativa nos *spreads* cobrados junto aos tomadores brasileiros. Na

³ Para uma análise detalhada do processo de inserção externa dos dois primeiros governos militares, ver, por exemplo, José Eduardo de Carvalho Pereira, *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966-1973* (Relatório de Pesquisa n. 10, pp. 181-189, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974).

⁴ O surgimento do chamado “euromercado” respondeu à necessidade de os bancos norte-americanos se desvencilharem da crescente fiscalização das autoridades monetárias deste país. Com isso, os vultosos déficits do balanço de pagamentos dos Estados Unidos passaram a ser canalizados para as instituições financeiras que contavam com filiais na Europa, atuando como um verdadeiro “multiplicador” de dólares, o qual, por sua vez, pressionava ainda mais para que a moeda estadunidense fosse desvalorizada (PORTELLA FILHO, 1998).

primeira metade desta década, o adicional somado à taxa básica de juros internacional (LIBOR ou *Prime-rate*) havia declinado da faixa dos 4% para valores inferiores a 1% (BATISTA JÚNIOR, 1981).

Tabela 1 – Perfil da dívida correspondente a empréstimos em moedas Brasil, 1967-1973 (em %)

Proporção da dívida que vence:	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
No 1º ano	80	83	68	55	48	31	17
Até o 3º ano	90	93	91	90	88	66	46
Até o 5º ano	93	95	98	98	97	88	72

Fonte: Batista Júnior (1981).

Essa significativa melhora no perfil da dívida refletia a confiança que o mercado financeiro internacional depositava nas contas externas do Brasil. O crescimento expressivo e equilibrado do comércio exterior, somado à manutenção de déficits moderados em transações correntes – os quais eram mais do que compensados pelo influxo de capitais autônomos – garantiam um cenário otimista a longo prazo para o balanço de pagamentos da economia brasileira⁵. Foi esta visão animadora que possibilitou a entrada maciça de recursos estrangeiros, a qual, ao final deste primeiro sub-período, multiplicou a dívida externa brasileira por três (CRUZ, 1984).

Tabela 2 – Transações Correntes, Conta Capital e Saldo do Balanço de Pagamentos Brasil, 1967-1973 (em milhões de US\$)

Ano	Transações Correntes	Conta Capital	Balanço de Pagamentos
1967	-276,23	49,00	-262,00
1968	-581,76	680,00	97,00
1969	-364,41	936,30	531,00
1970	-838,74	1.281,20	534,40
1971	-1.629,70	2.172,80	536,60
1972	-1.687,95	3.792,50	2.537,70
1973	-2.085,43	4.110,80	2.379,90

Fonte: Ipeadata.

⁵ A evolução favorável das condições de endividamento não era, contudo, um privilégio exclusivo dos tomadores brasileiros. Conforme ressalta Batista Júnior (1981), a forte expansão da liquidez no mercado bancário internacional estendia-se a grande parte dos países em desenvolvimento.

O sucesso deste primeiro ensaio internacionalizante não veio desacompanhado de eventuais ônus. A atração de divisas estrangeiras atingiu nível tal a ponto de exigir a intervenção das autoridades para conter o crescimento da base monetária. Para fazer frente às suas metas de inflação, o Banco Central passou a “enxugar” a liquidez através da emissão desenfreada de títulos da dívida pública. A chamada “ciranda financeira” surgiu, portanto, como contrapartida do crescente endividamento externo⁶. Diante desta consequência indesejada, o governo viu-se obrigado a restringir, a partir de 1972, a entrada de capital estrangeiro, estabelecendo prazos mínimos de amortização e taxas compulsórias sobre o valor entrante. Corazza (1988) delega o “imobilismo” da política econômica antiinflacionária da década de 1980 à contradição existente entre este padrão de ajustamento externo e os objetivos internos referentes ao controle monetário.

Se sob a ótica dos prazos exigidos e dos *spreads* cobrados a política de endividamento externo no período do “milagre” pode ser considerada exitosa, o mesmo não ocorreu no que concerne à natureza dos credores. A partir do final dos anos 1960, observou-se uma mudança estrutural no perfil da dívida brasileira neste quesito: passou a ser significativamente superior a dependência do país em relação a instituições privadas – as quais, sabidamente, costumam cobrar taxas de juros mais elevadas – em detrimento dos haveres contratados junto aos organismos multilaterais, fontes oficiais ou agências governamentais de crédito, como o FMI, o BID e o Eximbank.

O predomínio das fontes privadas de crédito mostrava-se, à época, opção inegavelmente vantajosa por, basicamente, três motivos: a rapidez com que eram efetuados os desembolsos, a ausência de contrapartidas em termos de política macroeconômica ou comercial e a garantia sobre controle decisório sobre empreendimentos a serem financiados, liberdade negada aos governos no caso dos investimentos estrangeiros diretos (BATISTA JÚNIOR, 1988). No final da década de 1970, entretanto, já correspondia a aproximadamente 80% a parcela da dívida brasileira junto aos bancos internacionais. É neste sentido que se pode afirmar,

⁶ Corazza (1985, p. 603) assim justifica a transferência vertiginosa de recursos para o mercado financeiro a partir desta época: “como são títulos de elevada rentabilidade, passam a absorver grande parte do capital-dinheiro que já não encontra rentabilidade na esfera produtiva. É ainda através deles que o Estado passa a sustentar a especulação financeira.”

portanto, que a evolução das condições de endividamento no período foi marcada por tendências opostas.

Tabela 3 – Natureza dos credores externos Brasil, 1969-1973 (em %)

Fonte de financiamento	1969	1970	1971	1972	1973
Entidades internacionais e Agências governamentais	43,0	38,0	34,0	26,0	23,0
Financiamento de importações	10,0	12,0	13,0	12,0	11,0
Empréstimos em moeda	36,0	43,0	48,0	58,0	62,0
Títulos	-	-	-	1,0	1,0
Outros	10,0	7,0	5,0	3,0	2,0

Fonte: Batista Júnior (1981).

O modelo de captação de recursos externos desta primeira fase vigorou de maneira satisfatória até que fossem emitidos os primeiros sinais da pré-anunciada crise econômica do início da década de 1970⁷. As contas externas dos Estados Unidos vinham apresentando déficits incompatíveis com a manutenção da estabilidade do sistema monetário internacional havia aproximadamente uma década. As políticas de caráter fortemente expansivo demandadas pelo acirramento das relações com a URSS – e financiadas através da expansão monetária – abalaram de maneira estrutural a contabilidade fiscal do governo norte-americano e, por consequência, a vigência do padrão monetário estabelecido no pós-guerra.

Além disso, a rápida recuperação das economias europeias e o espetacular crescimento do Japão foram causas importantes do progressivo desgaste das regras monetárias e cambiais concertadas em Bretton Woods. Somado à concorrência das exportações dessas economias, o fluxo de investimentos diretos no exterior determinou a ampliação do déficit do balanço de pagamentos americano e a acumulação de dólares nos bancos centrais daqueles países (BELLUZZO, 2006).

O colapso do sistema não tardou a ocorrer. O “determinismo *ex-post*” do curto-circuito em que se transformara o sistema financeiro internacional é assim descrito por Kilsztajn (1989, p. 95): “o movimento de capitais dos Estados Unidos para o exterior e o conseqüente crescimento dos passivos externos oficiais norte-americanos implicavam a desvalorização do dólar, enquanto a iminência da

⁷ Para uma apreciação detida da crise do padrão-dólar, ver, por exemplo, Portella Filho (1998), Kilsztajn (1989) e Belluzzo (2006).

desvalorização do dólar alimentava a saída de capitais norte-americanos e a acumulação de dólares em poder das autoridades monetárias estrangeiras.”

Impossibilitado de garantir a manutenção da paridade estabelecida ao final da Segunda Guerra⁸, dadas a desvalorização de sua moeda e as excessivas perdas de reservas por parte do Fed⁹, o governo norte-americano suspendeu a conversibilidade direta do dólar em ouro em agosto 1971. Dois anos mais tarde, a primeira elevação abrupta do preço do barril do petróleo e a introdução do regime de taxas de câmbio flutuante nos demais países sepultariam em definitivo o acordo de 1944.

Assim sendo, a eclosão do choque do petróleo no final de 1973 veio não apenas a condenar por definitivo todo o mecanismo de endividamento que havia se estabelecido, mas também a macular a incipiente política brasileira de inserção no mercado financeiro internacional. De acordo com Furtado (1981), os males decorrentes do aumento substancial da dívida externa observado desde o final da década de 1960 podem ser delegados ao falso diagnóstico de que o período do “milagre” podia ser tomado como uma situação *normal*, refletindo traços permanentes do contexto internacional e da estrutura da economia brasileira, o qual, desta forma, serviu de base para extrapolações quantitativas.

Tabela 4 – Reservas Internacionais, Dívida Externa e Despesa com Juros Brasil, 1967-1973 (em milhões de US\$)

Ano	Reservas Internacionais	Dívida Externa	Despesa Líquida com Juros
1967	198,00	3.281,00	n.d.
1968	256,70	3.780,00	144,00
1969	655,50	4.403,00	182,00
1970	1.187,00	5.295,00	234,00
1971	1.723,00	6.622,00	302,00
1972	4.183,00	9.521,00	359,00
1973	6.463,00	12.571,00	514,00

Fonte: Para os dados referentes à despesa líquida com juros, Batista Júnior (1981). Para os demais, Ipeadata.

⁸ Acordou-se em 1944 que o governo norte-americano garantiria a equivalência de uma onça (ou 31,103 gramas) de ouro por US\$ 35. Mas o tempo demonstrou a inviabilidade da manutenção dos déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos com a paridade dólar-ouro. Uma década após o colapso de Bretton Woods, a mesma onça do metal precioso atingiu o valor de US\$ 875.

⁹ Em 1971, a saída de capitais dos Estados Unidos, incluindo erros e omissões, alcançou a cifra de US\$ 29 bilhões (KILSZTAJN, 1989).

Há ainda os que imprimem sobre a política de captação de recursos externos do governo Médici (1968-1974) outros estigmas. Para Cruz (1984), o endividamento levado a cabo durante estes anos esteve envolto em um caráter eminentemente financeiro e não-produtivo, uma vez que a parcela de maior relevância dos valores entrantes serviu, basicamente, para a formação das reservas internacionais do Banco Central. Furtado (1983) endossa parcialmente esta tese sob a ótica de sua arqui-conhecida restrição ao consumo conspícuo, dado que, segundo o autor, a entrada de recursos no país durante o “milagre” não foi utilizada para aumentar a capacidade produtiva, mas sim para financiar o dispêndio da crescente classe média e da elite social.

Indo além, Furtado (1983), atentou para problemas de outra natureza. Sem negar que a internacionalização do sistema bancário cooperou para a expansão do crédito, Furtado ressalta a existência de alternativa doméstica para se atingir o mesmo objetivo. Partindo do fato de que as autoridades monetárias captavam poupança interna de maneira eficaz mediante a emissão de Letras do Tesouro, não haveria, segundo o autor, maiores impedimentos para que o Banco Central garantisse instrumentos de crédito criados pelas próprias empresas.

Diante das considerações apresentadas acima, pode-se afirmar que os dados relativos ao setor externo no período correspondente ao “milagre” evidenciam a dubiedade do processo de endividamento adotado pelas autoridades econômicas daquela época. Se, por um lado, promoveu-se uma inserção profunda e até certo ponto irresponsável no sistema financeiro internacional privado – movimento este que veio posteriormente a contribuir para a eclosão da chamada “crise da dívida” na década de 1980 –, por outro, permitiu-se que fossem captados recursos que se fizeram relevantes não apenas para reforçar a posição de defesa da autoridade monetária, mas também para suprir as carências do mercado creditício nacional. Exitoso ou não, este processo em muito diferiria daquele observado no restante da década de 1970.

3 OUSADIA PROVIDENCIAL E A CONDENAÇÃO DE UMA DÉCADA (1974-1979)

Evento cujos desdobramentos vieram a desencadear a inflexão não apenas das condições de endividamento externo brasileiro, mas no curso de toda a economia mundial, o primeiro aumento vertiginoso do preço do petróleo respondeu a

variáveis de cunho geopolítico, o que, em grande medida, fazia de si um acontecimento imprevisível. Suas consequências imediatas, contudo, não repercutiram de maneira negativamente decisiva junto à equipe que assumia a pasta do Planejamento do governo Geisel.

Seguiu-se à eclosão da primeira crise do petróleo o aprofundamento da estratégia de crescimento via endividamento externo, a qual agravou o desequilíbrio estrutural que engendraria a situação calamitosa em que se encontraria a economia brasileira na década seguinte. A deterioração dos termos de intercâmbio não se deveu somente à elevação dos custos do combustível fóssil. Paralelamente ao aumento do valor do petróleo –, insumo de difícil substituição no curto prazo – os produtos manufaturados de menor valor agregado exportados pelo Brasil sofriam quedas substanciais de preços no mercado internacional (ABREU; FRITSCH, 1982).

Foi neste contexto de estrangulamento que o aumento das taxas básicas de juros nos EUA e na Europa, a partir de 1974, neutralizou as vantagens em termos de prazo e de *spread* conquistadas pelos tomadores brasileiros até então. As novas condições de contratação de crédito externo passavam a ser nitidamente desfavoráveis ao país.

Tabela 5 – *Spread* e Prazo dos empréstimos fornecidos aos tomadores brasileiros 1974-1979 (em % e anos)

Ano	<i>Spread</i>	Prazo
1974	1,11	5,60
1975	1,75	5,10
1976	1,95	4,60
1977	1,99	4,30
1978	1,65	4,50
1979	n.d.	5,10

Fonte: Batista Júnior (1981).

Paralelamente à deterioração das circunstâncias em que seria administrada a dívida externa, o montante captado junto ao mercado financeiro internacional passou a crescer em um ritmo muito mais intenso, o qual, somado à dívida anteriormente contraída, viria a conferir ao Brasil, no final dos anos 1970, o desconfortável posto de maior devedor do mundo. Devido ao choque do petróleo e aos problemas no balanço de pagamentos, porém, passaram a ser removidas ou atenuadas as objeções ao capital externo que haviam sido anteriormente introduzidos.

Este cenário de restrição foi relativamente aliviado, contudo, pela maciça entrada dos chamados “petrodólares” no mercado financeiro internacional e pela percepção, por parte dos agentes intermediários, de que o Brasil representava um devedor seguro e confiável. Conforme assinala Carneiro (1992), esta abundância de liquidez permitiu que os déficits em conta corrente fossem financiados sem que houvesse percepção real do quadro dramático que se avistava, elevando a já vultosa dívida externa e contribuindo para reforçar a vulnerabilidade da economia do país em relação aos credores externos.

No que concerne à oferta interna, a situação que se apresentava em 1974 era exatamente inversa àquela em que o governo anterior havia conduzido o “milagre”. Segundo Furtado (1981), abriu-se o país às importações para absorver parte da pressão inflacionária resultante do hiato que havia entre a taxa de investimento e a de poupança. Conforme assinala Batista Júnior (1981), o atraso das indústrias de base e a dependência em relação ao óleo combustível¹⁰ tornavam a pauta de importações extremamente rígidas, dificultando ainda mais o controle dos déficits comerciais. No contexto do “Brasil potência”, no entanto, o endividamento externo era visto como desejável, pois financiaria a erradicação estrutural da dependência da economia brasileira.

As imperiosidades conjunturais em que assumiu governo o novo incitaram, dessa forma, a pôr em marcha o maior esforço substitutivo de importações – em termos de setores abrangidos e de recursos empenhados – já observado no Brasil. No que toca ao financiamento do II PND, o governo passou a incentivar de maneira sistemática do influxo de capital sob a forma de empréstimos, negligenciando qualquer tentativa de favorecer a entrada destes recursos na forma de investimentos diretos.

A contração temporária do primeiro ano do governo Geisel logo viria a ceder espaço às necessidades maiúsculas de financiamento externo requeridas pelas inversões contidas no plano. Passou-se, então, a financiar os déficits em transações correntes pela conta capital, ou seja, através de empréstimos em moeda, o que

¹⁰ Nesta época, importava-se aproximadamente 80% do petróleo consumido no Brasil (BADO, 1991).

permitiu adiar o ajustamento das transações correntes requerido pela crise do petróleo¹¹.

Característica marcante do endividamento exigido pelo II PND, a utilização do setor público como principal canal de captação não veio desacompanhada de ônus para as empresas estatais¹². Por um lado, acompanhava esta estratégia a vantagem de influenciar nas condições de custo e distribuição temporal da dívida, uma vez que as estatais podiam se endividar em prazos mais curtos e a custos mais baixos. A contrapartida, entretanto, deu-se com o sucateamento das empresas públicas brasileiras, as quais foram empregadas de modo abusivo para cumprir as metas de um plano de desenvolvimento excessivamente ambicioso (FURTADO, 1981). Além disso, Corazza (1985) ressalta que, do ponto de vista global das finanças públicas, deve-se muito do desequilíbrio interno das contas governamentais – gerados, em grande parte, pelos déficits em que empresas públicas passaram a incorrer neste período – ao desequilíbrio externo observado no governo Geisel.

Tabela 6 – Transações correntes, Conta Capital e Saldo do Balanço de Pagamentos Brasil, 1974-1980 (em milhões de US\$)

Ano	Transações Correntes	Conta Capital	Balanço de Pagamentos
1974	-7.504,12	6.531,30	-1.040,60
1975	-6.999,50	6.374,00	-1.064,20
1976	-6.425,84	8.499,17	2.687,90
1977	-4.826,22	6.151,28	714,40
1978	-6.983,39	11.884,39	4.262,40
1979	-10.708,23	7.623,51	-3.214,90
1980	-12.739,19	9.610,14	-3.471,60

Fonte: Ipeadata.

¹¹ Por definição, o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos pode ser financiado de três maneiras: (1) através de um saldo positivo na conta de capitais autônomos (empréstimos em moeda ou investimento estrangeiro direto); (2) pela redução das reservas internacionais; ou (3) através do empréstimo de capitais compensatórios fornecidos pelo FMI.

¹² Devem-se à política de endividamento do regime militar os progressivos déficits fiscais registrados pelo setor público consolidado. No esforço desenfreado de captar, o governo imprimiu aos planos das estatais o caráter de um vale-tudo: qualquer projeto de investimento seria considerado bom desde que financiável via tomada de empréstimos no exterior. Como resultado, ampliou-se irresponsavelmente a dívida interna, uma vez que a concentração da dívida externa junto ao setor público e do saldo comercial nas mãos do setor privado exportador obrigava o governo a emitir títulos mobiliários para obter os dólares necessários à cobertura dos serviços da dívida externa (PACHECO, 1986).

Em relação à política cambial, observou-se a manutenção integral da estratégia que vinha sendo adotada desde 1968: minidesvalorizações que cobriam a diferença entre a inflação brasileira e a registrada nos Estados Unidos. Esta relativa passividade deveu-se à preocupação com a inflação e à necessidade de se garantir aos tomadores de empréstimos forâneos condições viáveis de pagamento. No que tange à política monetária, a decisão de se manter diferenciais significativos entre as taxas internas e aquelas cobradas pelos bancos internacionais também atuou no sentido de incentivar as empresas a buscarem recursos junto a estes, ao mesmo tempo em que visava a desaquecer a demanda agregada e a conter a inflação.

Em consonância com a política vigente desde o governo Costa e Silva, preteriram-se as fontes oficiais de crédito em benefício das instituições privadas – com destaque para bancos europeus e norte-americanos –, as quais procuravam, neste momento, “reciclar” os “petrodólares” que não encontravam aplicação fácil no mundo desenvolvido. Bocchi (2007) relembra que, neste momento, o Brasil tornou-se um dos poucos países de relativa expressão na economia mundial a aprofundar sua política de captação de recursos junto aos bancos privados internacionais. Entre 1974 e 1979, a participação dos organismos internacionais na dívida externa brasileira caiu ainda mais, passando de 22 para 12%.

Tabela 7 – Natureza dos credores externos Brasil, 1974-1979 (em %)

Fonte de financiamento	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Entidades internacionais e Agências governamentais	22,0	20,0	19,0	16,0	14,0	12,0
Financiamento de importações	11,0	9,0	9,0	12,0	12,0	12,0
Empréstimos em moeda	65,0	69,0	70,0	67,0	68,0	69,0
Títulos	1,0	1,0	1,0	4,0	5,0	6,0
Outros	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: Batista Júnior (1981).

A visível alteração nas condições de captação de recursos estrangeiros observada a partir do governo Geisel permite, grosso modo, subdividir, este período em duas fases distintas: 1974-1977 e 1978-1979. No primeiro momento, as condições de endividamento foram claramente desfavoráveis em termos de prazo e de *spread* por, basicamente, dois motivos. Em primeiro lugar, o balanço de pagamentos brasileiro já se encontrava em situação deteriorada devido à maciça

transferência de recursos líquidos ao exterior, motivo para que os bancos adotassem uma postura mais parcimoniosa em relação a novos empréstimos. Além disso, o choque do petróleo trouxe, em um primeiro momento, incerteza e instabilidade ao mercado financeiros internacional, contraindo ainda mais a liberação de recursos.

Já em 1978, a despeito da deterioração progressiva do balanço de pagamentos em transações correntes e do aumento ininterrupto da dívida, o reaparecimento de déficits nas contas externas dos Estados Unidos voltou a aumentar a liquidez internacional e a reduzir os *spreads*, tornando novamente favoráveis as condições de captação externa.

Tabela 8 – Reservas Internacionais, Dívida Externa e Despesa com juros Brasil, 1974-1980 (em milhões de US\$)

Ano	Reservas Internacionais	Dívida Externa	Despesa Líquida com Juros
1974	5.269,00	17.166,00	652,00
1975	4.040,00	21.171,00	1.498,00
1976	6.544,00	25.985,00	1.810,00
1977	7.256,00	32.037,00	2.104,00
1978	11.895,00	43.511,00	2.696,00
1979	9.689,00	49.904,00	4.186,00
1980	6.913,00	53.847,00	n.d.

Fonte: Para os dados referentes à despesa líquida com juros, Batista Júnior (1981). Para os demais, Ipeadata.

Quando da eclosão da segunda crise do petróleo, em meados de 1979, os constrangimentos impostos pela dívida externa já comprometiam a condução de toda a política econômica. Nas palavras de Furtado (1981, p. 51) “a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semi-paralisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial.”

Os desdobramentos do novo aumento vertiginoso do preço do combustível rapidamente se fizeram sentir em toda a economia mundial. Dada a vulnerabilidade a que as nações endividadas se expuseram em relação à política monetária norte-americana, a escalada das taxas de juros básicas nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental, como forma de desaquecer suas economias e de conter os impactos inflacionários, resultou em uma situação dramática para os países

devedores. A recessão no mundo industrializado decorrente do choque monetário agravou ainda mais os problemas da balança comercial das nações em desenvolvimento.

Deve-se este choque exógeno ao mecanismo que regia a maior parte dos contratos de empréstimos realizados por tomadores brasileiros: a flutuação das taxas de juros¹³. Prática dominante no mercado financeiro internacional, os juros pós-fixados eram reajustados em uma base trimestral ou semestral, de acordo com a evolução da LIBOR e da *Prime-rate* (FURTADO, 1981). Conforme pode ser observado na tabela 10, a taxa interbancária na praça londrina atingiu, em 1979, o valor recorde de 14,4% para empréstimos de seis meses.

Tabela 9 – Taxas de juros no mercado financeiro internacional 1974-1979 (em % a.a.)

Ano	Prime-rate	LIBOR
1974	10,25	10,19
1975	7,25	6,63
1976	6,00	5,38
1977	7,75	7,50
1978	11,75	12,31
1979	15,25	14,44

Fonte: Batista Júnior (1981).

Em dezembro de 1979, o governo brasileiro promoveu uma maxidesvalorização nominal de 30% do cruzeiro na tentativa de redirecionar a demanda em favor dos bens de produção doméstica e estimular as exportações. Tratava-se de mais uma medida não-convencional com o intuito de atenuar as restrições impostas pelas contas externas. A inflação elevada, no entanto, “corroeu” o ganho real obtido. Além disso, a medida não foi bem recebida pela comunidade financeira internacional, que reagiu racionando o já escasso crédito voluntário tão caro ao fechamento das contas externas do Brasil. A insuficiência de recursos para fechar o balanço de pagamentos naquele ano refletiu a restrição dos credores

¹³ Aproximadamente 77% da dívida externa brasileira havia sido contratada a juros flutuantes, fração que refletia diretamente na transferência de recursos líquidos ao exterior. Calcula-se a taxa efetivamente paga aos credores com base em duas variáveis: o valor da taxa de juros de referência no mercado financeiro internacional (LIBOR ou *Prime-rate*) somado ao *spread* cobrado pelas instituições financeiras, o qual reflete, por sua vez, o risco associado ao país tomador. No caso do Brasil, o aumento total da dívida durante a década fez com que o *spread* pago pelo tomador brasileiro passasse de 1%, até 1979, para 2,25% a partir de então (BATISTA JÚNIOR, 1983).

externos à heterodoxia experimentada pelo ministro Delfim Netto no início do governo Figueiredo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é por demais sabido, a legitimação do governo militar deu-se através do acelerado crescimento econômico observado em grande parte das duas décadas do regime autoritário. Além de acomodar determinados conflitos sociais, o robusto crescimento do PIB, principalmente durante o “milagre”, permitiu uma ascensão à classe média nunca antes vista na história recente do país.

A instabilidade do fenômeno tornou-se clara, contudo, quando do primeiro óbice externo, em 1973. O choque do petróleo submeteu a tecnocracia à escolha de duas estratégias excludentes: o ajuste recessivo ou o ajuste estrutural. A escolha por um plano maiúsculo de investimentos em infraestrutura e na indústria de base logrou concluir a penúltima etapa do processo de industrialização por substituição de importações. Como legado, porém, o processo de endividamento externo necessário para viabilizá-lo fez com que o Brasil assumisse o posto de maior devedor entre todas as economias capitalistas.

A ampliação da dívida durante a segunda metade da década de 1970 caracterizou-se, portanto, pelos seguintes aspectos: (1) eliminação ou redução dos controles sobre a entrada de crédito externo (depósitos compulsórios e prazos mínimos); (2) introdução de incentivos adicionais à captação no exterior (redução drástica do imposto sobre juros remetidos ao exterior e a estatização do risco cambial); (3) orientação da política cambial no sentido de garantir a manutenção das vantagens de se endividar no exterior; (4) manutenção de uma política monetária que estimulasse a captação externa; e (5) maciça utilização do setor público para a atração de divisas.

O endividamento externo no período que compreende os anos de 1974 a 1979 pode ser sumarizado da seguinte maneira: a partir de 1974, em função dos problemas decorrentes da crise internacional e do montante absoluto a que a dívida brasileira havia chegado, viu-se clara deterioração das condições de captação de empréstimos estrangeiros. De 1978 em diante, os déficits apresentados pela economia norte-americana e os “petrodólares” que irrigavam os bancos com atuação internacional voltaram a melhorar as condições de endividamento, até o início de

1980, quando os efeitos deletérios da segunda crise do petróleo já se faziam refletir sobre as contas externas do Brasil. O resultado global deste período de irresponsabilidades foi o aumento da dívida externa muito acima do previsto e do administrável.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P.; FRITSCH, W. As lições da história: 1929-33 e 1979-8? In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BADO, Alvaro R. L. **Repensando a dívida externa brasileira no período da Nova República, 1985/89:** análise da moratória até o processo de redução da dívida. 1991. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BATISTA JÚNIOR, Paulo N. Participação brasileira no mercado financeiro internacional: custo e perfil da dívida externa brasileira. **Estudos Especiais IBRE,** Rio de Janeiro: FGV, n. 2, 1981.

BATISTA JÚNIOR, Paulo N. **Mito e realidade da dívida externa brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

BATISTA JÚNIOR, Paulo N. **Da crise internacional à moratória brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. **Política Econômica em Foco,** Campinas, n. 7, p. 24-41, Nov. 2005/Abr. 2006.

BOCCHI, João Ildebrando. Restrições externas e desenvolvimento econômico no Brasil: o eterno retorno. **Cadernos PUC,** São Paulo, v. 9, p. 15-47, 2000.

BOCCHI, João Ildebrando. Desenvolvimento econômico, ciclos de endividamento externo e poupança externa no Brasil. In: BOCCHI, João Ildebrando; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Desafios para o Brasil:** Como retomar o crescimento econômico nacional? São Paulo: Saraiva, 2007.

CORAZZA, Gentil. Estado e Economia no Brasil - uma revisão da bibliografia recente. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 189-232, 1981.

CORAZZA, Gentil. Ajuste Externo e desequilíbrio interno. **Indicadores Econômicos FEE,** Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 15-19, 1988.

CORAZZA, Gentil. O Brasil e as relações financeiras internacionais. In: CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 4., 2004. Bratislava **Anais...** Bratislava, 2004.

CORAZZA, Gentil. O Brasil e as relações financeiras internacionais. In: JORNADAS DE ECONOMIA CRÍTICA, 9., 2004. Madrid. **Anais...** Madrid, 2004

CRUZ, Paulo Roberto D. C. **Dívida externa e política econômica**. A experiência brasileira dos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, Celso M. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso M. **A nova dependência**. Dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso M. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso M. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso M. **ABC da dívida externa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KILSZTANJ, Samuel. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: o sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 88-99, out./dez. 1989.

MELLO, João Manuel C. de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. (Org.). FMI x Brasil. A armadilha da recessão. **Gazeta Mercantil**, 1983.

PACHECO, Carlos A. O resgate da política econômica: um balanço preliminar do plano de estabilização e de seus antecedentes. In: AYERBE, Luís Fernando; PACHECO, Carlos A. **O choque econômico e a transição democrática**. São Paulo: Vértice, 1986.

PORTELLA FILHO, Petrônio. **Moratória soberana(a)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.

A DINÂMICA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA (2002-2011)

Alex Leonardi¹

Paulo Dabdab Waquil²

Fabricio José Missio³

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o efeito que variáveis de conjuntura macroeconômica exerceram sobre o emprego na indústria de alimentos, entre 2002 e 2011. Para tanto, em primeiro lugar, com base no referencial teórico elaborado, procedeu-se à seleção das seguintes variáveis: juros (Selic), renda, inflação, câmbio e exportações. Em segundo lugar, para captar esta relação (e a magnitude), utilizou-se a análise econométrica, através da regressão linear múltipla. Os resultados encontrados mostram que o conjunto das variáveis utilizadas explica 20,8% das variações no nível de emprego, sendo que todas as variáveis independentes apresentaram o sinal esperado.

Palavras-chave: Indústria de alimentos; Conjuntura macroeconômica; Emprego.

EMPLOYMENT DYNAMICS IN THE FOOD INDUSTRY IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE ENVIRONMENT OUTLOOK (2002-2011)

ABSTRACT

This paper aims at analyze the effect that a group of macroeconomic variables had on employment in the food industry between 2002 and 2011. The theoretical reference indicated for analysis that this group of macroeconomic variables would be composed by interest rate, income, inflation, exchange rate and exports. To this, it was used the econometric analysis through the multiple linear regression. The analysis showed that the set of variables used in the model explained 20.8% of employment and all independent variables had the expected sign.

Key words: Food industry; Macroeconomic Conjuncture; Employment.

JEL: E6, L6, J4.

1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização, formação e consolidação de blocos econômicos e comerciais do final do século passado iniciou uma nova configuração das relações

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande , Campus Santo Antônio da Patrulha (FURG/SAP). E-mail: alex.leonardi@furg.br .

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPAN/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Email: waquil@ufrgs.br.

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). E:mail Fabriciomissio@gmail.com

entre países e regiões, com destaque para a mobilidade dos fatores produtivos e da própria produção de bens. Ocorreram, também, redirecionamentos dos investimentos estrangeiros diretos, e o Brasil, com sua produção agrícola, tornou-se um dos principais destinos desses investimentos⁴.

A abertura comercial e o acesso aos mercados, dados pelas negociações e pelo perfil da política comercial brasileira, bem como a condução da política agroindustrial também são parte importante nas transformações no período recente. Destacam-se, ainda, a preocupação global com a segurança alimentar, os processos de internacionalização, fusões, aquisições e novas plantas como parte da estratégia das empresas ligadas ao agronegócio e à indústria de alimentos, tanto no Brasil como em outros países.

No decorrer da década passada, o Brasil já era um dos principais atores mundial na produção e comercialização de produtos agropecuários, em grande parte, dado suas vantagens ligadas a dotação de recursos naturais. A partir de então, o país passa a se destacar ainda mais, dadas as melhorias no ambiente econômico propiciadas pela estabilização e pelo impulso externo (*boom das commodities*) recebido pelo crescimento e desenvolvimento de outros países demandantes de produtos do agronegócio brasileiro (especialmente a China).

No obstante, em 2008, ocorreu a crise do *subprime*, iniciada nos Estados Unidos após o colapso do mercado imobiliário. Em consequência, houve redução da confiança dos mercados financeiros, resultando no aumento da preferência pela liquidez, em um processo de venda de ativos financeiros com redução significativa dos seus preços e na contração do crédito para os setores produtivos. Essa contração do crédito, por sua vez, levou à queda da produção industrial e do comércio internacional, o que resultou na desaceleração do crescimento econômico mundial.

Os efeitos da crise ainda são visíveis na maior parte dos países, especialmente na Europa. No Brasil, o imediato pós crise é caracterizado por uma recessão que pressionou os níveis de emprego. Nesse contexto, como principais formas de enfrentamento dessa crise, o Banco Central Brasileiro (BC) adotou, inicialmente, medidas restritivas em sua política monetária e elevou a taxa básica de juros (Selic) de 8,75%, em abril de 2010, para 12,75%, em julho de 2011. Mas, levando em conta

⁴ O Brasil foi o quarto país que mais recebeu IED em 2012 (World Investment Report, 2013).

a evolução da crise europeia e seus efeitos sobre as principais economias, a partir de setembro de 2011, o BC passou a reduzir os juros básicos, chegando ao seu menor patamar (7,25%) em dezembro de 2012. Além disso, adotaram-se políticas de valorização do câmbio e medidas de estímulo aos investimentos, como a redução de impostos setoriais.

É, então, nesse contexto que o Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, necessita encontrar alternativas para alavancar o crescimento e manter uma dinâmica de baixo desemprego associada à melhor distribuição de renda. Entre as alternativas está a entrada e busca por novos mercados, bem como a expansão dentro dos mercados em que o país já está inserido, estratégia que deve ocorrer conjuntamente com um processo de agregação de valor às *commodities*. A promoção e o maior desenvolvimento da indústria de alimentos é, nesse contexto, um dos caminhos para alcançar este objetivo.

O processo de industrialização e produção de alimentos também é uma alternativa para a estratégia de expansão com base no mercado interno, considerando os recentes ganhos de rendimentos das famílias de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, é possível identificar um círculo virtuoso, através do aumento do consumo e da necessidade de trabalhadores empregados na produção para atender a esse aumento de demanda, gerando mais renda e mais consumidores potenciais para o agregado da economia. Conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) (2012), esse processo se acelerou no período entre 2002 e 2011, quando o faturamento da indústria de alimentos passou de R\$ 119,8 bilhões para R\$ 316,5 bilhões, o que representou um aumento de 164%. Nesse mesmo período, vendas do total da indústria de alimentos no mercado interno passaram de R\$ 104,4 bilhões, em 2002, para R\$ 293,3 bilhões em 2011, ou seja, um crescimento de 181%, enquanto as exportações (incluindo bebidas) cresceram 315%, passando de US\$ 10,8 bilhões para US\$ 44,8 bilhões.

O objetivo deste trabalho é analisar de forma preliminar o efeito que algumas variáveis de conjuntura macroeconômica exerceram sobre o emprego na indústria de alimentos, entre 2002 e 2011, considerando que aspectos relacionados

principalmente à demanda (externa e interna) são decisivos para construir o ambiente e os cenários em que essa indústria está inserida⁵.

O período analisado leva em consideração a disponibilidade da série de dados homogêneos, que contribuem para a correta utilização do instrumental metodológico (modelo econométrico). Logo, para captar as relações (e a magnitude) de interesse, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla.

Para cumprir com o objetivo, o trabalho encontra-se estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A seção 2 apresenta o referencial teórico, que dá sustentação à elaboração do modelo analítico, enquanto a seção seguinte apresenta o método, a base de dados e os procedimentos da análise econométrica utilizados. A seção 4 analisa os resultados encontrados.

2 O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA: *INSIGHTS* TEÓRICOS

O propósito desta seção é indicar elementos teóricos gerais que sustentem a elaboração de um modelo analítico que relacione o emprego na produção da indústria de alimentos e a conjuntura macroeconômica. Esse referencial apresenta, portanto, um conjunto de recortes dentro da evolução da teoria econômica, abordando o emprego e suas relações com elementos que compõem o ambiente macroeconômico. Não constitui objetivo reexaminar toda a literatura.

Assim, as abordagens que seguem, sem desconsiderar a importância do conjunto das análises e todos os elementos que fazem as interligações, buscam centrar-se na relação de interesse. Nesse sentido, estruturou-se inicialmente o texto considerando o aspecto histórico e de complementariedade das contribuições de dois principais autores, Keynes e Kaldor. Obviamente, os desenvolvimentos teóricos de ambos os autores são muito mais amplos dos aqui sistematizados. Logo, o foco da análise empreendida recai sobre o papel do princípio da demanda efetiva e da taxa de juros. Posteriormente, recupera-se a relação entre inflação e emprego consubstanciada na Curva de Phillips e, por fim, alguns estudos empíricos.

⁵ Ressalta-se que nesse período (mais especificamente, a partir de 2004/2005) observou-se um crescimento expressivo dos empregos formais e a diminuição dos subempregos no país.

2.1 O Emprego a partir do Princípio da Demanda Efetiva (PDE) de Keynes e Kalecki

Dentre as abordagens teóricas que consideram aspectos do emprego e a sua relação com a dinâmica macroeconômica, a principal contribuição é o Princípio da Demanda Efetiva (PDE), tanto em Keynes quanto em Kalecki.

A contribuição original de cada um dos autores demonstra que seria possível explicar teoricamente a existência de um estado de equilíbrio com desemprego. Ou seja, o núcleo de ambas as contribuições é o PDE, que determina que, além do nível de pleno emprego, existem infinitos níveis de equilíbrio com desemprego involuntário cujos valores são determinados pelo volume da demanda agregada. O pleno emprego é, portanto, uma entre “*n*” possibilidades.

Em outras palavras, o princípio da demanda efetiva estabelece que o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção, os quais se esforçam por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores. Segundo Keynes (1977, p. 60):

Seja Z o preço de oferta agregada da produção resultante do emprego de N homens e seja a relação entre Z e N , que chamaremos função da oferta agregada, representada por $Z = \phi(N)$. Da mesma forma, seja D o produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens, sendo a relação entre D e N , a que chamaremos função da demanda agregada, representada por $D = f(N)$. Dessa maneira, se para determinado valor de N o produto esperado for maior que o preço da oferta agregada, isto é, se D for superior a Z , haverá um incentivo que leva os empresários a aumentar o emprego acima de N e, se for necessário, a elevar os custos disputando os fatores de produção, entre si, até chegar ao valor de N para o qual Z é igual a D . Assim, o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. Chamaremos demanda efetiva o valor de D no ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada.

A ênfase dada por Keynes era de que “o ponto em que as previsões de lucros dos empresários são maximizadas” não necessariamente corresponde ao equilíbrio com pleno emprego. Ou seja, existe um limite à expansão lucrativa da produção independentemente da existência ou não de desemprego no mercado de trabalho. Neste caso, a existência de desemprego involuntário não depende da hipótese de que existe algum tipo de rigidez e nem pode ser eliminado por reduções salariais (como preconizado pelo modelo clássico), uma vez que nada garante que esta

redução ampliará o nível de emprego oferecido pelas firmas (Missio, 2011). Além disso, busca-se demonstrar que o desemprego involuntário não é consequência do erro de expectativas, ou seja, não é um fenômeno de desequilíbrio que surge em consequência do hiato entre expectativas esperadas e expectativas realizadas (Dutt, 1991).

Nessas situações, caracterizadas pela existência de capacidade produtiva ociosa, um aumento exógeno de qualquer componente da demanda agregada faria com que as quantidades produzidas aumentassem mais rapidamente que os preços, gerando um processo encadeado de gastos adicionais derivados, o que levaria a um nível de emprego mais alto. Moraes (1991) afirma ainda que uma expansão monetária em condições de desemprego (capacidade ociosa) é capaz de gerar um efeito expansivo real, alterando o resultado 'clássico' da neutralidade da moeda. Conforme a teoria keynesiana, isso ocorreria *via* uma redução permanente da taxa de juros no mercado financeiro, aumentando assim o fluxo de investimento real.

Assim, para Keynes (1977), o nível de equilíbrio do emprego dependerá do montante de investimento corrente, e esse dependerá do incentivo para investir. Por sua vez, o incentivo a investir depende da relação entre a escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos. Convém ressaltar que, quando o emprego aumenta, a renda real agregada e o consumo agregado também aumentam, porém o consumo aumenta menos que a renda, o que causaria uma perda para os empresários se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer apenas o consumo imediato. E, dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir.

Entre as variáveis macroeconômicas mais relevantes para análise conjuntural, a taxa de juros é elemento fundamental. Keynes (1977), ao tratar da taxa de juros na Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda (TG), afirma que, embora seja de esperar que, *coeteris paribus*, uma baixa na taxa de juros estimule o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital cair de forma mais rápida que a taxa de juros; quando, finalmente, *coeteris paribus*, se possa esperar que um aumento do fluxo de investimento faça aumentar o emprego, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio.

Possas (1999) apresenta o PDE a partir da contribuição de Kalecki, para quem o nível de emprego permanecia apenas subjacente, como decorrência implícita da validação de certo volume de produção pelas vendas. O foco no resultado *ex post* permitiu tornar mais claro o essencial, ou seja, que o referido princípio consiste na determinação unilateral das rendas pelo gasto. Possas (1999, p. 19) afirma que:

De fato, é esse o *insight* notável de Kalecki no famoso trecho, logo no início deste texto, em que, frente à igualdade contábil entre os lucros brutos e o gasto capitalista em investimento e consumo, se pergunta pelo significado da equação — isto é, pelo sentido de sua determinação, se dos lucros para o gasto ou vice-versa. E conclui, ao inverso do senso comum, que ela se dá do gasto para o rendimento (no caso, os lucros) — porque os capitalistas não podem decidir alterar o que ganham, mas só podem decidir o que gastam (em investimento ou em consumo); logo, é a soma dos seus gastos que determina a sua renda, e não o contrário.

Possas (1999) sistematizou a versão de Kalecki do PDE em um contexto mais simples e mais geral, de modo a explicitar mais claramente as condições lógicas e teóricas que são estritamente necessárias e suficientes para a sua validade: numa dada economia mercantil, em toda transação de compra e venda, existe apenas uma decisão autônoma de gastar, conseqüentemente, todo gasto determina uma receita de igual magnitude, dessa forma, por agregação, o total do gasto em um dado período contábil é sempre igual e determina o total da receita.

As equações básicas da macroeconomia de Kalecki (em certa medida, assim como as de Keynes) “são relações contábeis acrescidas implicitamente de uma determinação unilateral do dispêndio/produto para os rendimentos” (Possas, 1999, p. 24). Por exemplo, a renda nacional (Y), pode ser decomposta em lucros brutos (P) e salários (W):

$$Y = P + W \text{ (1)}$$

Pela ótica dos gastos, a equação anterior pode ser reescrita como (é igual por definição contábil):

$$Y = I + C_k + C_w \text{ (2)}$$

Em que I é o investimento, C_w, o consumo dos assalariados, e C_k, o consumo dos capitalistas.

Combinando-se as Equações (1) e (2) e admitindo-se que a propensão a consumir dos trabalhadores é igual a 1 (ou seja, C_w = W), obtém-se a equação

dos lucros, com a mesma causalidade unidirecional dos gastos capitalistas para a sua renda:

$$P = I + Ck \text{ (3)}$$

Em resumo, a breve revisão desses apontamentos teóricos evidencia a importância do investimento, da renda e dos juros para a análise do emprego.

2.2 Emprego e o setor externo: as contribuições de Kaldor

As contribuições de Kaldor remetem à importância da inclusão do “mercado externo” como determinante da demanda agregada e, conseqüentemente, do crescimento da indústria (e do emprego).

O crescimento da produtividade associado ao aumento da produção industrial estaria sujeito às economias de escala, principalmente nos países e nas regiões mais desenvolvidas, em consequência dos seus mercados internos serem, em geral, mais dinâmicos, assim como sua maior capacidade exportadora, que permite o crescimento das empresas ao longo do tempo. Esses ganhos de escala estão associados, entre outros, a fatores como os ganhos crescentes de produtividade, aos “ganhos” em termos de conhecimento dos trabalhadores (*learning by doing*), às facilidades de difusão de novos conhecimentos, à existência de economias de aglomeração, etc.

Conforme Missio (2012), o modelo kaldoriano dá origem à chamada tradição estruturalista-keynesiana, que apresenta uma teoria do crescimento puxada pela demanda agregada que considera a existência de restrições advindas da estrutura produtiva impeditivas à expansão sustentável da demanda, de forma compatível com o equilíbrio intertemporal da conta corrente do Balanço de Pagamentos.

O modelo kaldoriano, segundo o autor, estabelece que o processo de contínua migração de mão de obra do setor atrasado para o setor industrial é responsável pela formação do “mercado interno” e, conjuntamente com o investimento, constitui o principal componente da demanda nos estágios intermediários de desenvolvimento. Dessa forma, ao esgotar as possibilidades de expansão da demanda via aumento do mercado interno de um país, as exportações tornam-se o principal componente de expansão da demanda, o que torna o desempenho no comércio internacional fundamental para sustentar taxas de crescimento elevadas de um país. E essa ênfase de Kaldor na evolução das

exportações como o principal componente da demanda final levou autores como Thirwall (1979), McCombie e Thirwall (1994), entre outros, a formalizar suas ideias com base no “multiplicador do comércio internacional de Harrod”, cuja demonstração conduz à conclusão de que a taxa de crescimento da economia é determinada pela taxa de crescimento das exportações e pela elasticidade renda da demanda por importações.

O aumento da heterogeneidade produtiva em direção aos setores *tradables*, como consequência da manutenção de um câmbio real competitivo, permite retornar às implicações kaldorianas da chamada “Lei de Verdoorn”, na qual existe uma relação positiva e que vai do crescimento do produto industrial em direção à produtividade na indústria. Para Missio (2012, p. 245):

Esta lei é incorporada aos modelos de tradição Kaldoriana e constitui o elemento chave do fluxo circular e da causalidade cumulativa. O argumento central é a existência do mecanismo que faz com que o crescimento inicial do produto induza aumento da produtividade. Este aumento, por sua vez, dada a taxa de *mark up*, faz com que haja uma queda no nível de preços dos *tradeables*, provocando crescimento na competitividade do país. Assim, as exportações tendem a aumentar, gerando crescimento do produto e, este, da produtividade, levando a um novo ciclo de crescimento e, assim, sucessivamente.

Dentro dessa abordagem, recentemente incorporou-se a ideia de que um câmbio real competitivo tem efeitos positivos sobre a economia dado a pressuposição quanto à endogeneidade da produtividade do trabalho em relação à demanda em virtude de: (i) a tecnologia ser incorporada em bens de investimento (Kaldor, 1957); (ii) existirem retornos crescentes de escala ou efeito transbordamento (Young, 1928); e (iii) ocorrer o processo de “*learning-by-doing*” (Arrow, 1962).

Com base nessa abordagem kaldoriana, somam-se as exportações e a taxa de câmbio aos aspectos já levantados por Keynes e Kalecki como explicativos para a determinação do emprego na indústria. Essas duas variáveis, câmbio e exportações, complementam-se como indicadores da importância da demanda externa por produtos da indústria brasileira de alimentos. Evidentemente, existem outros fatores que podem estimular ou limitar essa demanda, como as barreiras comerciais que podem tornar não significativas o impulso externo, ainda mais quando se considera grupos específicos dentro da referida indústria.

2.3A relação entre inflação e emprego

Outra variável, que faz parte da conjuntura macroeconômica, e que, na sua abordagem teórica apresenta íntima relação com o emprego, é a taxa de inflação. Mendonça e Sachsida (2012) fazem um resgate histórico dessa relação (curva de Phillips) e apresentam os principais aspectos considerados nessa abordagem teórica.

Segundo os autores, estudos baseados em dados dos EUA, em meados da década de 1970, deixaram claro que, assim como uma taxa de desemprego elevada não garante uma inflação baixa, uma alta taxa de inflação não garante uma taxa de desemprego baixa, resultando em uma significativa mudança quanto à interpretação da chamada *Curva de Phillips*. Ademais, eles ainda afirmam que Edmund Phelps e Milton Friedman, em 1967 e 1968, respectivamente, já haviam sugerido que a taxa de desemprego está relacionada às alterações na taxa de inflação e que o desemprego pode diminuir apenas temporariamente em resposta a um aumento da taxa de inflação.

Atualmente, os modelos de “equilíbrio geral estocástico dinâmico” incorporam versões modificadas da Curva de Phillips (a chamada Curva de Phillips Novo-Keynesiana) em que os preços não se alteram imediatamente, de tal forma que é possível estabelecer uma relação positiva entre a taxa de inflação e o nível do produto, e, portanto, uma relação negativa entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego. Obviamente, existem diversos desdobramentos e aprofundamentos que confirmam a relação entre essas variáveis.

Na próxima seção serão apresentados alguns estudos empíricos que, de certa forma, contribuem para demonstrar a relação entre o emprego e algumas variáveis conjunturais, mesmo que de forma mais individualizada.

2.4 Revisão da literatura empírica

O estudo de Bolliger (2006) teve como objetivo analisar a contribuição das atividades agroindustriais para geração de renda e emprego no Brasil, a partir do princípio da demanda efetiva. Uma grande amplitude de resultados foi encontrada. Ademais, constatou-se que as diferenças conceituais e os critérios de delimitação do conceito de agroindústria (como, por exemplo, incluir apenas o primeiro processamento do produto agropecuário ou também as segundas e terceiras

transformações) são a justificativa para a amplitude da variação dos resultados e não as diferenças nos indicadores de medida.

O estudo mostra ainda que existem evidências de que as empresas agroindustriais se diferenciam das demais em relação à agregação de valor e geração de emprego. Além disso, verificou que, apesar das agroindústrias de óleo vegetal, cana de açúcar, leite, moagem de cereais e café, em geral, terem alta produtividade, elas acrescentam pouco valor sobre a matéria-prima adquirida e geram mais rendas do capital que rendimentos do trabalho e, relativamente, poucos empregos. Por outro lado, as agroindústrias de carnes, preparação do couro e outras agroindústrias têm como característica o trabalho intensivo e apresentam produtividade e salários médios inferiores.

Maia (2001) verificou o impacto da liberalização comercial, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de emprego por nível de qualificação no Brasil, nos anos de 1985 e 1995, através de uma metodologia que utiliza dados das matrizes de insumo-produto e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O resultado mostrou que o impacto da variação do consumo final sobre o emprego teve grande peso na geração de novos postos de trabalho, principalmente para os trabalhadores qualificados. Não obstante, em termos gerais, os efeitos da liberalização comercial e da mudança tecnológica sobre o emprego foram negativos.

Para Oliveira e Proni (2007), o processo de reestruturação produtiva e um ambiente de maior aquecimento da demanda agregada, proporcionado pelo aumento acelerado das exportações, criam um novo dinamismo e perspectivas para o emprego industrial nos anos 2000.

Por sua vez, Baltar *et al.* (2009) analisaram descritivamente o perfil e a evolução recente (2004-2007) do emprego e da renda do trabalho no Brasil, tendo como pressuposto que as variações do emprego e da renda do trabalho afetam significativamente a capacidade de gasto e o consumo das pessoas, podendo, assim, induzir (inibir) investimentos a partir da ampliação (retração) da demanda. A partir desse objetivo, concluíram que o processo de aumento do rendimento familiar foi caracterizado por um aumento superior da renda das famílias situadas nas faixas de menor renda, aumentando fortemente a quantidade de famílias situadas nos estratos superiores e provocando modificações na estrutura de consumo. O maior acesso ao crédito e a maior regularidade dos fluxos de rendimentos provocaram

uma expressiva ampliação e diversificação do consumo não apenas por bens, mas também por serviços de transporte, saúde, educação, recreação, cultura e serviços pessoais, contribuindo para gerar um ambiente positivo para o investimento.

Em relação ao impacto da taxa de câmbio real sobre o mercado de trabalho, ressalta-se que existem poucos trabalhos na literatura empírica brasileira. Uma exceção é o trabalho de Romanatto, Porcile e Curado (2008), que, partindo das relações entre salário real, produtividade, emprego e taxa de câmbio real, analisa a economia brasileira durante os anos 1990. Entre os resultados encontrados destaca-se a relação positiva que o desemprego guarda no período com a taxa de câmbio real. Uma possível explicação para essa relação positiva, segundo os autores, pode estar associada ao fato de que, no curto prazo, a desvalorização não gerou uma resposta nas exportações e na demanda efetiva, seja pelo aumento da incerteza com relação à política cambial, seja porque afetou negativamente o salário real, reduzindo o consumo. Outra explicação seria a crise ocorrida no início da década, em que o desemprego aumentou junto a elevações da taxa de câmbio e, depois de 1995, o câmbio voltou a ter trajetória crescente, assim como o desemprego.

Mendonça e Sachsidá (2012) estimaram a Curva de Phillips Novo-Keynesiana (NKPC) para o Brasil, com dados mensais, entre janeiro de 2002 a março de 2012, e também para o período de janeiro de 1995 a março de 2012. Como resultado, a estimativa mostrou que o impacto de curto prazo do desemprego sobre a inflação depende do conjunto de *proxies* adotadas, sendo que, na maior parte dos casos, a relação negativa esperada entre as variáveis foi observada. No longo prazo, o efeito do desemprego mostrou-se pouco relevante na formação do processo inflacionário.

Bacha e Lima (2004) analisaram a aplicabilidade da curva de Phillips na interpretação da economia brasileira, no período de 1991 a 2002, e constataram a existência de dois cenários diferentes a respeito das taxas mensais de inflação: no primeiro, que compreende o período de 1º trimestre de 1991 ao 2º trimestre de 1994, houve vigência de altas taxas mensais de inflação e de forte indexação e, em uma versão alternativa da curva de Phillips modificada, teve o formato esperado pela teoria, mas não apresentou resultados estatísticos satisfatórios; no segundo período, entre o 3º trimestre de 1994 e o 4º trimestre de 2002, caracterizado por taxas menores de inflação mensais e redução do processo de indexação, os resultados corroboram o formato esperado para a curva de Phillips modificada.

Já o trabalho de Nazaré (2005) analisa o comportamento da autoridade monetária brasileira diante das oscilações das variáveis macroeconômicas tradicionais e da taxa de desemprego, no período 1994-1999. No trabalho, realizam-se testes com dados em nível e através do método White, bem como com o auxílio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e dos Mínimos Quadrados Ordinários em Dois Estágios (VI) com variáveis explicativas defasadas em um e dois períodos, respectivamente. Os resultados do modelo MQO sugerem que cada aumento de uma unidade da Selic implicaria aumento de 0,16 na taxa de desemprego, enquanto que, pelo método VI, um aumento unitário na Selic implicaria aumento de 0,02 na taxa de desemprego, ou seja, corrobora-se a ideia de que a taxa de desemprego é em parte explicada por variações na Selic.

Enfim, neste trabalho analisa-se o efeito que um grupo de variáveis de conjuntura macroeconômica tem sobre a dinâmica do emprego na indústria de alimentos, considerando que esse “grupo” de variáveis é reconhecidamente importante, como apontado na abordagem teórica apresentada. Evidentemente, ressalta-se que a análise a ser empreendida tem suas limitações, tanto no que se refere à importância de outras variáveis que poderiam ser agregadas (como o investimento e a inovação tecnológica) quanto a problemas referentes à existência de inter-relações entre as variáveis utilizadas.

3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Os dados sobre o emprego na indústria de alimentos do Brasil, para o período mensal de janeiro de 2002 até dezembro de 2011, foram obtidos no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No MTE, selecionaram-se os dados de estoque de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é um Registro Administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual; e os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), com periodicidade mensal, um instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A indústria de alimentos foi identificada de acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme o Código de Atividade Econômica – CNAE/95 (instituída no ano de 1994), a qual possuía uma

série mais longa e homogênea que a CNAE/1.0 (2002), e a CNAE/2.0 (2006) (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação indústrias de alimentos

INDÚSTRIA	NOME
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (TOTAL)	ALIMENTOS
ABATE E PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE E DE PESCADO	CARNES
PROCESSAMENTO, PRESERVAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS	CONSERVAS
PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS	ÓLEOS
LATICÍNIOS	LATICÍNIOS
MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS	MOAGENS
FABRICAÇÃO E REFINO DE AÇÚCAR	AÇUCAR
TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ	CAFÉ
FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	OUTROS

Fonte: MTE

Os dados para as variáveis conjunturais (Quadro 2) foram extraídos da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Quadro 2 - Resumo das variáveis conjunturais, fontes e nomes utilizados

DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	NOME
INFLAÇÃO - IPCA geral - Índice de Preço (dez. 1993 = 100) Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC).	IPCAIND
TAXA DE CÂMBIO - efetiva real - INPC - exportações - índice (média 2005 = 100) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).	CAMBIND
TAXA DE JUROS - Over/Selic - (% a.m.) - Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (BCB Boletim/M. Finan.).	JUROS
RENDIMENTO médio real efetivo - pessoas ocupadas - RMs - R\$ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME).	RENDA
EXPORTAÇÕES (FOB) - US\$ - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX).	EXPORT

Fonte: Ipeadata

Para a construção da série histórica mensal (janeiro de 2002 até dezembro de 2011) do emprego na indústria de alimentos e seus subgrupos, foi necessário combinar os estoques anuais de emprego (apenas celetistas) encontrados na RAIS e os saldos mensais (diferença entre trabalhadores admitidos e desligados) encontrados no CAGED. A soma dos saldos da CAGED nos 12 meses de cada ano não é igual à diferença entre o estoque do início e do fim de cada ano da RAIS. O MTE justifica essa diferença dizendo que os saldos podem estar superestimados, considerando a existência de uma maior omissão das empresas no tocante aos

desligamentos, quando as mesmas encerram as atividades⁶. Nesse sentido, para corrigir esse problema, as diferenças entre a soma dos saldos mensais e a diferença entre o estoque inicial e final de cada ano foi distribuída pela média dos 12 meses de cada ano da série. Acredita-se que não haverá prejuízo para a análise, dada a baixa amplitude desses valores.

Outra questão que o MTE esclarece é o comportamento negativo do mês de dezembro. Segundo este, existe uma sazonalidade negativa que permeia todos os setores de atividades econômicas (com algumas exceções) como fim de ciclo escolar, festas do fim de ano, época de chuvas, fim da safra, etc. Nesse contexto, o saldo de empregos apresenta forte queda em dezembro, influenciada mais pela redução das admissões, em torno de 30%, com relação à média mensal dos demais meses, do que pelo aumento das demissões, que chegam a 17%. Ou seja, o problema não existe apenas pelo fato de as empresas demitirem mais, mas, principalmente, porque admitem muito menos em dezembro. Além disso, um menor número de novas empresas (33% a menos com relação à média dos demais meses do ano) inicia suas atividades no mês de dezembro.

A forma geral da equação a ser estimada é dada a seguir:

$$Y_i = \beta_0 + \sum_{j=1}^K \beta_j Z_j + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

em que $i = 1, 2$ e $j = 1, \dots, K$. A variável dependente é a variação mensal do emprego na produção total (Y_1) ou por grupo (Y_2) da indústria de alimentos; Z são as variáveis independentes ($K = 5$); β 's são os parâmetros a serem estimados; ε é o termo de erro idiossincrático. As variáveis de controle são formadas por: i) JUROS_1: variação mensal da taxa de juros defasada de um período (1 mês); ii) RENDA_1: variação mensal da renda defasada de um período (1 mês); iii) IPCAIND_1: variação mensal da inflação defasada de um período (1 mês); iv) EXPORT_2: variação mensal das exportações defasada de dois períodos (2 meses); e v) CAMBIND_2: variação mensal do índice da taxa de câmbio defasada de dois períodos (2 meses).

⁶ Nota Técnica sobre Conceitos e Conteúdos:
http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/faq/bd_conceit_conteudo.asp

Em relação ao sinal dos parâmetros estimados associado às variáveis independentes, espera-se que: a) JUROS_1 apresente sinal negativo, considerando que a redução dos juros favorece, principalmente, o investimento produtivo, aumentando assim a quantidade de oferta de trabalho dada pelo aumento da produção; b) RENDA_1 apresente sinal positivo, uma vez que o aumento do consumo de alimentos tende a estimular a sua produção e, conseqüentemente, o emprego no setor; c) IPCAIND_1 apresente sinal positivo, ou seja, o aumento da inflação está relacionado ao aumento do nível do produto, por conta do “descompasso” entre oferta e demanda; d) EXPORT_2 apresente sinal positivo, considerando que o aumento de demanda externa pelo setor externo também estimule o aumento da produção; e, e) CAMBIND_2 apresente sinal negativo, já que uma desvalorização significaria uma redução do preço dos produtos nacionais no exterior e, assim, um aumento da demanda de produtos *in natura*. Considera-se, dessa forma, que diminui a produção e o emprego na indústria de alimentos porque a produção passa a ser direcionada para o mercado externo⁷.

Por fim, considerando as características da série mensal, para um período de 10 anos, e a reconhecida sazonalidade da produção de alimentos, foram realizados testes estatísticos de comparação do R^2 e do teste t que mostraram um melhor resultado a partir da realização do ajuste sazonal, para cada um dos subgrupos de produtos e para o total da indústria de alimentos. Então, adotou-se o método *X11* de ajuste sazonal (também adotado pelo IBGE para ajuste sazonal em séries estatísticas oficiais), utilizando o software livre Demetra UI⁸.

Ademais, os testes realizados de comparação do R^2 e do teste t também mostraram a necessidade de transformar as variáveis em uma série estacionária, através da primeira diferença, tanto para as variáveis dependentes (total da indústria e cada um dos subgrupos de alimentos) quanto para as variáveis independentes. Além disso, foram realizados testes para a identificação no número de defasagens nas séries de dados a fim de escolher o melhor ajustamento, bem como o teste padrão de *Durbin-Watson* para identificar os problemas de autocorrelação.

⁷ Outro argumento que reforça essa relação inversa entre câmbio e emprego é o fato de que, quando ocorre uma desvalorização, o salário real diminui, o que pode reduzir a demanda interna. Esse efeito pode ser superior ao efeito advindo da ausência de concorrência (e, portanto, de maior demanda dos produtos nacionais).

⁸ Para mais formações sobre o método *X11*, ver Fávero, Oliveira e Ângelo (2003).

Para o processamento e análise dos dados, pelo método de regressão múltipla, foram utilizados os softwares “*Windows Excel*®” e “*Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O crescimento do emprego total da indústria de alimentos e nos seus respectivos subgrupos apresenta desempenho significativo. Enquanto o número de empregos em 2002 era pouco mais de 887 mil, em 2011, chegou a mais de 1,453 milhões (crescimento de 63,84%). Ressalta-se que, nesse período, o setor sofreu os efeitos adversos da crise econômica internacional, que levou a uma redução do número de emprego em 2010 (Quadro 1).

Considerando todo o período analisado, destaca-se o crescimento do emprego no grupo “Açúcar” que, em 10 anos, quase dobrou a quantidade de empregos formais (aproximadamente 96,59%). Logo depois, em termos de crescimento, aparece o grupo “Carnes” (79,52%) e o grupo “Conservas” (69,98%). Os grupos “Laticínios” (56,45%), “Moagens” (46,39%), “Outros” (40,28%) e “Óleos” (34,25%) também tiveram crescimentos significativos, enquanto que o grupo “Café” foi o único que apresentou desempenho pouco significativo no período (crescimento de 2,97%).

Quadro 1 - Estoque do emprego no total e em cada grupo de produtos da indústria de alimentos, 2002 – 2011

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ALIMENTOS	887.090	940.300	1.024.426	1.108.614	1.229.888	1.339.164	1.372.067	1.426.226	1.400.855	1.453.407
CARNES	238.625	258.635	288.231	331.825	365.702	407.114	408.401	405.120	415.497	428.374
CONSERVAS	29.435	31.918	35.447	35.475	40.299	43.225	42.668	44.868	44.675	50.033
ÓLEOS	22.684	24.182	24.517	26.489	26.420	29.413	32.085	33.492	34.872	30.454
LATICÍNIOS	73.620	75.510	76.227	82.590	87.163	92.934	96.892	103.082	109.301	115.180
MOAGENS	85.467	91.247	93.861	100.666	99.782	101.814	106.863	111.225	118.205	125.117
AÇUCAR	174.024	190.081	226.938	229.901	264.151	300.105	305.212	326.104	318.236	342.112
CAFÉ	19.117	18.268	18.576	19.027	20.212	21.048	19.943	19.108	19.083	19.684
OUTROS	244.118	250.459	260.629	282.641	326.159	343.511	360.003	383.227	340.986	342.453

Fonte: RAIS/MTE

A seguir, apresentam-se os resultados do modelo econométrico (Tabela 1). Conforme observado, o conjunto das variáveis de conjuntura utilizadas no modelo explica 20,8% do total do emprego na indústria de alimentos ($R^2=0,208$). O valor do teste Durbin-Watson de 1,923 (próximo de 2, em um intervalo de 0 a 4) indica ausência de problema de autocorrelação⁹. Com relação a cada uma das variáveis independentes (ou exógenas), todas apresentaram o sinal esperado, o que sugere evidências que permitem corroborar o referencial teórico. Ainda, foram significativas a 95% de confiança a inflação e o câmbio e, com 90% de confiança, a variável juros.

Para o total da indústria, a inflação, o câmbio e os juros apresentaram o sinal esperado e foram significativos, enquanto os coeficientes associados às variáveis renda e exportações, apesar de apresentarem sinal positivo (esperado), foram não significativos. De acordo com os resultados, ainda é possível afirmar que, entre as variáveis significativas, as que mais explicaram o emprego na indústria de alimentos, em ordem decrescente de importância, são a inflação, o câmbio e os juros.

Considerando os resultados do modelo de regressão linear múltipla (apenas os significativos a 90% de confiança) em relação ao total e aos grupos da indústria de alimentos foi identificada a seguinte ordem de importância das variáveis:

(i) *inflação* - significativa e com o sinal esperado para o total da indústria (Alimentos) e para os grupos “Carnes”, “Conservas”, “Óleos”, “Laticínios”, “Moagens”, “Açúcar” e “Outros”. Os resultados confirmam o esperado a partir da abordagem teórica, especialmente da Curva de Phillips, que mostra uma relação inversa entre inflação e desemprego. Ademais, eles estão de acordo com o resultado do trabalho de Bacha e Lima (2004). Vale ressaltar que a inflação, ao longo do período analisado, esteve em patamares relativamente baixos e dentro das metas estabelecidas pela política monetária. Além disso, pode ser considerada como um indicador do descompasso entre a oferta e a demanda por alimentos industrializados e, assim, indicar a necessidade de aumento da produção levando em conta a capacidade instalada;

⁹ Para os grupos “Café” e “Outros” o teste Durbin-Watson indicou que pode ter ocorrido problema de autocorrelação.

(ii) *câmbio* - significativa e com o sinal esperado para o total da indústria (Alimentos) e para os Grupos “Carnes”, “Conservas”, “Laticínios”, “Moagens” e “Outros”. Ou seja, uma variação positiva dessa variável implica uma variação negativa no emprego desses grupos, dada a possibilidade de aumento das exportações das matérias-primas e redução do processamento pela indústria. Os resultados encontrados corroboram os resultados do trabalho de Romanatto, Porcile e Curado (2008);

(iii) *juros* – significativa e com o sinal esperado para o total da indústria (Alimentos) e para os grupos “Carnes”, “Açúcar” e “Outros”, ou seja, uma redução nos juros implica uma variação positiva no emprego desses grupos. Os resultados estão em linha com os alcançados por Nazaré (2005).

(iv) *renda* – teve o sinal esperado em todas as estimativas e foi significativa para os grupos “Carnes”, “Laticínios” e “Moagens”. Isso implica que uma variação positiva na renda leva a uma variação positiva no emprego desses grupos, confirmando a abordagem teórica, principalmente, no que diz respeito à teoria da demanda efetiva de Keynes e Kalecki, e no mesmo sentido do estudo de Baltar *et al.* (2009);

(v) *exportações* – as estimativas foram significativas e com o sinal esperado para os grupos “Laticínios” e “Café”, ou seja, o aumento das exportações implica variação positiva no emprego desses grupos, corroborando, dessa forma, a abordagem teórica de Kaldor e os resultados encontrados por Oliveira e Proni (2007).

Tabela 1 - Resultados da análise de regressão linear múltipla

GRUPO	R Square	Durbin-Watson	Resultados	JUROS_1	RENDA_1	IPCAIND_1	EXPORT_2	CAMBIND_2
ALIMENTOS	0,208	1,923	B	-12554,22	9,18	287,30	0,65	-525,54
			Beta	-0,14	0,10	0,40	0,09	-0,20
			t	-1,65	1,12	4,76	1,01	-2,29
			Sig.	0,10	0,26	0,00	0,32	0,02
CARNES	0,236	2,337	B	-6078,41	8,04	109,76	0,14	-198,58
			Beta	-0,18	0,22	0,40	0,05	-0,19
			t	-2,11	2,60	4,80	0,58	-2,28
			Sig.	0,04	0,01	0,00	0,57	0,02
CONSERVAS	0,109	2,307	B	-208,06	0,18	11,14	0,03	29,92
			Beta	-0,04	0,03	0,25	0,06	0,18
			t	-0,41	0,34	2,79	0,63	1,97
			Sig.	0,68	0,74	0,01	0,53	0,05
ÓLEOS	0,087	1,998	B	-348,56	-0,23	3,46	0,03	-8,07
			Beta	-0,13	-0,08	0,16	0,15	-0,10
			t	-1,39	-0,86	1,74	1,61	-1,07
			Sig.	0,17	0,39	0,08	0,11	0,29

LATICÍNIOS	0,368	1,866	B	-420,84	0,60	18,81	0,06	-28,97
			Beta	-0,10	0,13	0,55	0,17	-0,22
			t	-1,29	1,72	7,27	2,18	-2,94
			Sig.	0,20	0,09	0,00	0,03	0,00
MOAGENS	0,240	2,012	B	-167,90	1,14	22,92	0,07	-32,19
			Beta	-0,03	0,17	0,44	0,13	-0,16
			t	-0,31	1,96	5,32	1,55	-1,96
			Sig.	0,76	0,05	0,00	0,13	0,05
AÇÚCAR	0,075	2,246	B	-13121,34	2,28	93,65	-0,04	-235,31
			Beta	-0,20	0,03	0,18	-0,01	-0,12
			t	-2,20	0,36	1,99	-0,07	-1,31
			Sig.	0,03	0,72	0,05	0,94	0,19
CAFÉ	0,063	1,176	B	-51,37	0,02	-0,85	0,01	-3,21
			Beta	-0,06	0,03	-0,12	0,18	-0,12
			t	-0,63	0,28	-1,32	1,86	-1,31
			Sig.	0,53	0,78	0,19	0,07	0,19
OUTROS	0,099	0,488	B	-2538,56	0,34	32,44	0,01	-84,66
			Beta	-0,16	0,02	0,25	0,01	-0,17
			t	-1,72	0,21	2,77	0,10	-1,90
			Sig.	0,09	0,83	0,01	0,92	0,06

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma, o comportamento das variáveis em relação ao emprego total da indústria de alimentos, bem como para cada um dos grupos que compõem essa indústria, leva a considerar que, em geral, são confirmadas as indicações que a abordagem teórica trouxe como suporte para a análise. No entanto, as variáveis utilizadas não representam o total da demanda nem todos os aspectos ligados à oferta e isso pode ter afetado as estimativas em relação ao emprego. Em outras palavras, é possível que alguns efeitos tenham se sobreposto aos efeitos que resultaram da análise do conjunto de variáveis escolhidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou o efeito que algumas variáveis de conjuntura macroeconômica exerceram sobre o emprego na indústria de alimentos, entre 2002 e 2011. Os resultados encontrados mostram a importância da condução da política econômica na geração de emprego nesse setor da economia.

Por outro lado, os resultados mostram que a influência de tais variáveis tem relevância limitada e, portanto, explicações sobre a dinâmica do emprego nesse setor com base nas oscilações da “conjuntura econômica” devem ser vistas com cautela. Ou seja, devem-se levar em conta outros aspectos importantes, como os de caráter estrutural. Entre esses se destacam a distribuição regional dessa indústria, o tamanho das empresas, o grau de concentração e, ainda, a sazonalidade da

produção, característica dessa indústria, que está fortemente ligada à produção agropecuária, a qual é a principal fornecedora de matéria-prima.

Assim, para pesquisas futuras sobre essa temática seria interessante levar em consideração aspectos ligados à rotatividade e à formalização do emprego, bem como a análise de outras variáveis como a produtividade da indústria e do trabalho, os investimentos estrangeiros diretos, as fusões e aquisições, e, principalmente, a inovação tecnológica. Outro aspecto interessante a ser abordado seria a realização de novos estudos empíricos buscando analisar a transformação dos alimentos pela indústria, as especificidades do emprego e da produção na agricultura e pecuária, bem como os efeitos das políticas públicas adotadas e implementadas nesse período (como a formalização do trabalho, a política direcionada às micro e pequenas empresas e a valorização do salário mínimo).

REFERÊNCIAS

ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, 2012. Disponível em: <<http://www.abia.org.br/anexos/FichaTecnica.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. S. A Curva de Phillips e a economia brasileira: período de 1991 a 2002. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 131-162, 2004.

BALTAR, P. E. A. (Coord.). **Estrutura do emprego e renda**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BOLLIGER, F. P. **Agroindústria, emprego e renda na perspectiva da demanda efetiva**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DUTT, A. K. Expectations and equilibrium: implications for Keynes, the neo Ricardian Keynesians, and the post Keynesians. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 14, n. 2, 1991.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HILL, C.; GRIFFITHS, W.; JUDGE, G. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 1999.

IPEADATA. Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: out. 2012.

KALDOR, N. A model of economic growth. **The Economic Journal**, Oxford (UK), v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.

KALDOR, N. The role of effective demand in the short and long-run growth. In: BARRÉRE, A. (Org.). *The foundations of keynesian analysis: proceedings of a conference held at the University of Paris I-Pantheon-Sorbonne*. London: Macmillan Press, 1988.

KEYNES, J. M. A. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Economistas).

MENDONÇA, M. J.; SACHSIDA, A. **Inflação versus desemprego: novas evidências para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2012. (*Texto para discussão*, 1763).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – TEM**, 2012. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>. Acesso em: 16 out. 2012.

MISSIO, F. J. Demanda efetiva, teoria do emprego, equilíbrio e expectativas. **Leituras de Economia Política** (UNICAMP), v. 18, p. 101-130, 2011.

MISSIO, F. J. **Câmbio e crescimento na abordagem keynesiana estruturalista**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MORAES, R. C. Teoria da inflação: do princípio da demanda efetiva à curva de Phillips com expectativas adaptadas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 3-40, 1991.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. **Séries temporais**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2006.

NAZARÉ, R. **A taxa de desemprego em segunda geração de modelos de crises cambiais: uma aplicação para o caso brasileiro**. 2005. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Grande empresa industrial, reestruturação produtiva e a dinâmica recente do emprego formal no Brasil. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 3, n. 3, p. 98-127, 2007.

PINO, F. A. et. al. Sazonalidade em séries temporais econômicas: um levantamento sobre o estado da arte. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 103-133, 1994.

POSSAS, M. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 17-46, jul./dez, 1999.

ROMANATTO, E.; PORCILE, G.; CURADO, M. Produtividade, salários e taxa de câmbio: uma análise da experiência brasileira nos anos 1990. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 545-570, set./dez. 2008.

WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R. J. **Introductory statistics for business and economics**. 4th ed. New York: John Wiley, 1990.

DESVELANDO ASPECTOS E LÓGICAS DA REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO ESPAÇO: UM ESTUDO NO COMÉRCIO DE RUA EM PAU DOS FERROS/RN

Franciclécia Sousa Barreto Silva¹

Eliana Costa Guerra²

Josenev Rodrigues de Queiroz Dantas³

RESUMO

As cidades são consideradas centros da produção, da distribuição, da circulação e do consumo, localidades em que se materializa a divisão social do trabalho. Neste interim, as relações de troca consolidaram a atividade comercial e a lógica de distribuição, que associadas à localização estratégica da cidade, promoveram o adensamento populacional de modo que o trabalho informal de rua, por exemplo, se implantasse e se mantivesse, dividisse e disputasse, muitos espaços com estabelecimentos comerciais formais. O artigo trata de alguns dos aspectos e expressões da informalidade na via pública da cidade de Pau dos Ferros, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, que tem ganho significativa importância na rede urbana potiguar por articular um fluxo considerável de pessoas e mercadorias e influência, a ponto de lhe ser conferida o status de centro sub-regional A (IBGE, 2010). O fato é que a população de vendedores, clientes e dependentes do comércio de rua é muito grande para ser ignorada; em que pese sua relevância como fenômeno empírico, o comércio de rua tem tido relativamente pouco tratamento acadêmico. O trabalho de campo que norteia o artigo, permite apreender também a reprodução de segmentos da classe trabalhadora e apresentar a lógica do capital empreendida nesse território para fins de reprodução.

Palavras-Chave: Reprodução Capitalista; Dinâmicas Urbanas; Informalidade.

UNVEILING ASPECTS AND REPRODUCTION OF CAPITALIST LOGIC IN SPACE: A STUDY ON THE STREET TRADE IN PAU DOS FERROS / RN

ABSTRACT

Cities are considered centers of production, distribution, circulation and consumption locations that materializes the social division of labor. In the interim, the exchange ratios consolidated commercial activity and the logic of distribution, which associated with the strategic location of the city, promoted population density so that the informal working street, for example, implanted and maintained, divide and disputed many spaces with formal businesses. The article deals with some aspects and expressions of informality in the street of the city of Pau dos Ferros, located inside the Rio Grande do Norte state, which has gained

¹ Mestre em Serviço Social - UFRN; Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ; Docente do Departamento de Economia - CAMEAM/UERN; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território – GEPECT/UERN. <cleziasb@hotmail.com>

² Doutora em Sociologia - Universidade Paris; Docente do Departamento de Serviço Social - UFRN <elianacostaguerra@hotmail.com>

³ Doutora em Ciências Sociais; Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES); Docente do Departamento de Economia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território – GEPECT/UERN. URL: <http://www.uern.br/professor/josenevqueiroz> E:mail: <josenev_queiroz@hotmail.com>

significant importance in Potiguar urban network for articulating a considerable flow of people and goods and influence, to the point that you be given the status sub-regional center A. (IBGE, 2010). The fact is that the population vendors, customers and street trade dependent is too large to be ignored; in spite of its relevance as an empirical phenomenon, street trading has been relatively little scholarly treatment. The field work that guides the article, allows also learn to play segments of the working class and present the logic of capital undertaken in that territory for breeding purposes.

Keywords: Capitalist reproduction; Urban dynamics; Informality.

JEL: R23

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade se tem presenciado a manutenção de formas de trabalho desregulamentadas cuja forma concreta é a informalidade de rua. Tal fenômeno ganha notoriedade articulado nos limites entre o legal e o ilegal. Para Alves e Tavares (2006), apesar de estas atividades apresentarem traços fortes das atividades tradicionais, estaríamos caminhando em direção a formas não ocultas e totalmente institucionalizadas.

A partir das últimas décadas do século XX, especialmente, nos anos de 1970, se instalaram de modo mais intenso nas cidades, transformações econômicas e espaciais movidas pelo atual paradigma de produção flexível; desse modo, novas modalidades de comércio e consumo que surgiram inerentes às necessidades do capital com fins a valorização, resultaram, portanto, na alteração das relações intraurbanas e regionais das cidades. São essas transformações frutos de um processo de produção e reprodução que coibiram, dentre outras coisas, a própria tentativa de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, cedendo lugar a uma heterogeneidade ocupacional, que tem permitido a propagação de variadas formas de reprodução da força de trabalho, a exemplo da intensificação das atividades informais, que servem de ocupação para um número expressivo da População Economicamente Ativa – PEA. Trata-se do retorno para o centro da dinâmica de reprodução, de formas de exploração do trabalho aparentemente suplantadas. Felipe (1988) analisando os centros regionais já assinalava a necessidade dos estudiosos atentarem para o peso da informalidade no espaço urbano nordestino, que produz um mercado de trabalho, que permite surgir tipos profissionais como: biscateiros, ambulantes, trabalhadores de rua, entre outros.

A abordagem de Carvalho e Guerra (2008) acerca da inserção e o lugar que

ocupa a população supérflua no âmbito da lógica intransponível do capital na contemporaneidade, reflete bem a realidade do trabalho hoje. As autoras fazem referência a um forte processo de exclusão recente capitalista que só não se dá de forma absoluta, por trata-se de uma lógica que tem permitido criar formas precárias de inclusão, “[...] vis e, mesmo, degradantes pondo em risco a vida e comprometendo a humanidade de homens e mulheres (CARVALHO E GUERRA, 2008, p.98)”.

Na análise de Durães (2014, p.234) a informalidade no mundo e no Brasil já ultrapassou a mera fronteira urbana. Esse fenômeno é global e presente em diversas partes do mundo, “[...] seja composta por imigrantes (alocados em países desenvolvidos/centrais), seja por populações que no passado tiveram emprego estável/formal”. Trata-se da retomada, diga-se, precária, desses trabalhadores na composição do mercado de trabalho no Brasil, o que torna o presente estudo moderno e pertinente. O fato é que a população de vendedores e consumidores dependentes dessas práticas é muito grande para ser ignorada; e em que pese sua relevância como fenômeno empírico, o comércio de rua tem tido relativamente pouco tratamento acadêmico.

Diante do exposto, o presente texto foi construído a partir de um estudo de caso⁴, que discute aspectos e expressões da informalidade na via pública da cidade de Pau dos Ferros, cidade que tem ganho significativa importância na rede urbana do Rio Grande do Norte por articular um fluxo considerável de pessoas e mercadorias, influência que permitiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conferir-lhe o posto de centro sub-regional “A”⁵.

Em dia de maior movimento – o sábado – a dinâmica do comércio de rua da cidade de Pau dos Ferros se intensifica e a circulação muitas vezes é de difícil mensuração, já que as atividades do comércio de rua se juntam ao movimento da feira tradicional semanal. O que não se pode desconsiderar é que as atividades que

⁴ Essa pesquisa é parte da dissertação de mestrado da autora, intitulada: “A informalidade no capitalismo contemporâneo: um estudo do comércio de rua em Pau dos Ferros, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN, em 2011, que aqui ganha novas contribuições de análise.

⁵ Integram os centros sub-regionais 169 centros com atividades de gestão menos complexas entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial, tem área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos externos se dão apenas com as três metrópoles nacionais. Tem presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados do Norte e do Centro Oeste (IBGE, 2008).

dinamizam a economia local movimentam uma população flutuante superior à residente. A coleta de informações diretas foi realizada no final do ano de 2010, posteriores visitas para observação sistemática foram também realizadas em 2011 quando enfim concluiu-se a pesquisa. No dia da coleta (sexta-feira), chegou-se a contabilizar 139 (cento e trinta e nove) bancas, embora só tenha sido possível colher informações de 121 delas⁶.

O trabalho de campo que norteou este artigo permitiu apreender também a reprodução de segmentos da classe trabalhadora, além de apresentar a lógica do capital empreendida nesse território para fins de reprodução.

Portanto, analisar as expressões contemporâneas do comércio nas vias públicas, significa desvelar engrenagens dos processos produtivos desenvolvidos por sujeitos sociais que, ao se apropriarem material e simbolicamente de tais espaços, explicitam uma multiplicidade de sociabilidades. Ao mesmo tempo, significa adentrar nos meandros das transformações no âmbito da produção capitalista e explicitar como estas redimensionam os espaços de valorização do capital, atingindo, igualmente, os indivíduos e suas subjetividades. Ademais, “[...] nessa trama complexa de dinâmicas e conotações, as praças de comércio tradicionais não se constituem como um espaço único, mas, como um espaço fracionado em territórios delimitados” (MORAIS; ARAÚJO, 2006, p. 247). No atual estágio do capitalismo, elas ganham dinamismo e se delinham em múltiplas facetas no contraditório processo de reprodução ampliada do capital.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE INFORMAL DE RUA E AS LÓGICAS DE REPRODUÇÃO NO ESPAÇO

A atividade informal de rua no século XXI se reproduz em meio a uma integração do velho e do novo, ou seja, é expressão de uma atividade *antiga de rua* característica da formação das cidades, ao mesmo tempo em que reflete a *lógica moderna*, de esferas mais desenvolvidas, quando possibilita em vias públicas a circulação e consumo de produtos industrializados, de natureza tecnológica advindos de diferentes localidades.

⁶ Além das bancas montadas, nos dias em que a contagem foi realizada, espaços vazios foram identificados, entre algumas, ou nas laterais de algumas ruas, que, segundo informação dos próprios vendedores presentes, tratava-se de espaços de bancas não montadas.

A estrutura das praças de comércio nas diversas cidades brasileiras denota a condição de vida dos indivíduos envolvidos e o lado tradicional da atividade. As bancas, barracas, seja qual denominação adotada, são constituídas à base de muito sol e calor, mediante um esforço contínuo e manual das pessoas envolvidas. Trata-se de uma atividade de risco, os vendedores estão constantemente vulneráveis a assaltos/roubos e chuva, além das fiscalizações nas vias públicas por parte das prefeituras. Muitas vezes se localizam no entorno do comércio formal, mantendo nítida relação com essas outras atividades. Corrobora-se com Durães (2014, p. 235) para quem a “linha divisória do formal para o informal é bastante tênue, invisível, como a contratação de trabalhadores informais por empresas formais. Os formatos misturam-se, complementam-se”.

Quanto à inserção de pessoas na atividade, não existem barreiras à entrada, é visível a estreita relação dessa atividade com condições de desemprego, da não possibilidade de inserção de muitos em ocupações regulamentadas. Alguns nem sequer chegam à condição do primeiro emprego, o comércio de rua foi a primeira e única opção. Conseqüentemente, o baixo poder econômico não lhes permite galgar patamares maiores no âmbito da atividade, as garantias em se tratando de seguridade social, são mínimas ou inexistentes. Trata-se de uma atividade que requer pouco investimento e não possui exigência de escolaridade e/ou qualificação.

Diante desse quadro, constata-se que a informalidade encontra-se em sintonia com a precariedade, cuja vivência expressa formas de trabalho desprovidas de direitos, e a lógica de autonomia incorporada pelos partícipes confere ao capital um leque amplo de exploração. Fato é que para continuar se reproduzindo, o capital abate todas as barreiras, se para isso ele precisa se apoiar e redimensionar o desenvolvimento de determinadas atividades, ou mesmo, articular ideologicamente a adesão dos trabalhadores às suas normas, ele assim o fará. É pertinente ao estudo, a análise de Rosdolsky (2001) que, ao se apoiar nos escritos de Marx, tem anunciado a lógica do capital, necessariamente voltada à criação de uma esfera de circulação constante para fazer fluir sua valorização, a qual faz parte da geografia do capitalismo.

No decurso dessa dinâmica, portanto, o comércio formal e o informal se interacionam, sendo elementos indispensáveis à dinâmica da economia, embora a

reprodução se molde a realidade de cada cidade/região. Em Pau dos Ferros, por exemplo, cidade *lócus* da pesquisa, quando uma das entrevistadas retrata o grau da mobilidade do centro da cidade, por exemplo, se apoia no seguinte grau comparativo: “O povo gosta muito de dizer e é verdade que ali a “*feira*”, é a 25 de Março em São Paulo porque todo mundo que passar, passa ali naquele beco, então, fica muito registrado ali”. Com efeito, no curso da distribuição de mercadorias, há concorrência entre capitalista e mesmo entre os vendedores de rua. Todavia, quando se considera o sistema do capital de modo amplo, estas dinâmicas estão inteiramente inseridas na lógica do processo mais amplo que objetiva, por fim, a valorização do capital.

O objetivo aqui não é conferir a esses sujeitos o papel de produtivos ao capital, tampouco ser esta uma atividade *subsumida* formal e real do processo de trabalho ao capital. No entanto, o desenvolvimento desta não nega a sua funcionalidade ao sistema, não a exclui do processo de exploração traçado pelo capital, da subordinação às leis impostas pelo capitalismo. Não estariam esses sujeitos ocupando aquele espaço se não fossem e permanecessem envolvidos numa lógica de exploração, seus produtos igualmente não seriam vendidos se os consumidores não fossem induzidos a tal compra, a serem demandantes de tais produtos. Submetido ao nível de domínio do capital, esclarece Durães (2014, p. 255) que o trabalho de rua faz parte do processo de circulação das mercadorias, cuja participação do ambulante/camelô é feito gratuitamente, sem custo para o capital industrial, que ainda se beneficia de um poderoso marketing personalizado (‘boca a boca’).

Corroborar-se com Soares (2008, p.122) para o qual certas modalidades de trabalho informal “funcionam como uma forma de manter a ordem, evitando a convulsão social”. Algumas destas modalidades, inclusive, para continuarem se reproduzindo recebem apoio de instituições como o Banco Mundial, Banco do Nordeste do Brasil ou, mesmo, de políticas de governo, a exemplo do Microempreendedor Individual. Estão esses sujeitos inseridos numa lógica tal em que o mundo das organizações sindicais e das associações se tornam algo alheio. Na atualidade se materializa, portanto, uma espécie de *empreendedorismo por necessidade*.

Esses aspectos apresentam as determinações do mercado no atual nível de desenvolvimento capitalista em que “[...] todos os trabalhadores mesmos os que não vendem diretamente sua força de trabalho, só podem se reproduzir mediante um espaço econômico permitido pelo mercado, seja qual for a sua produção” (TAVARES, 2004, p. 144-145). Ou seja, nenhum ser humano sequer está livre das determinações do mercado, porque suas reproduções pessoais implicam envolvimento e confronto.

Apesar de continuarem sendo formas de trabalho tradicionais de rua, novas formas são inventadas ou reinventadas para fins de execução da atividade, formas que se conectam ao mundo globalizado, na medida em que são comercializados produtos de diversos “cantos” do mundo, exemplo claro são os advindos de Taiwan, Japão, China, entre outros. Uma análise mais aprofundada permite evidenciar uma lógica com característica que se trata de uma mesma dinâmica de distribuição de mercadorias, que associa pequenos e médios comerciantes de rua às redes de distribuição de maior dimensão.

Os produtos vendidos nas ruas são oriundos das mesmas redes de distribuição, ora adquiridos nos atacadistas locais, ora nos distribuidores regionais/mundiais que abastecem o comércio, além daqueles que exercem relação direta com a empresa capitalista, quando compram diretamente das fábricas, são expressões vistas claramente no presente estudo e em tantos outros. Analisando a atividade de rua em Salvador, Durães (2014, p. 237) afirma se tratar de um fenômeno contraditório, “[...] ao mesmo tempo moderno (por incorporar produtos qualificados modernizantes e modernizadas) e tradicional (por manter-se no lugar por excelência da informalidade, na rua)”. Há, portanto na *rua*, uma concorrência com as formas tradicionais do comércio da cidade, influenciadas no modo, nos hábitos de consumo dos habitantes e na organização espacial das atividades econômicas. Há toda uma clientela envolvida, fixa e flutuante, que cria uma rede informal que supera a lógica do próprio comércio de rua e sua estrutura direta.

Atualmente a realidade propõe a necessidade de se pensar as atividades informais não mais como um problema passageiro a ser solucionado; está em curso uma lógica que tem conduzido os trabalhadores à adesão ao projeto de dominação do capital, pela ilusória possibilidade destes se tornarem capitalistas, cujo objetivo tem sido transformar o sujeito em consumidor e o trabalhador num empreendedor.

3 O COMÉRCIO DE RUA EM PAU DOS FERROS/RN: DINÂMICA E CONFIGURAÇÃO ATUAL

Pau dos Ferros está situado na Mesorregião Oeste do Rio Grande do Norte, Microrregião de Pau dos Ferros, distante 400 km de Natal, a capital do Estado, localizado na região de fronteira com os Estados do Ceará e da Paraíba, encravada num 'triângulo' formado pelas antigas Capitais Regionais⁷ de Mossoró (RN), Campina Grande (PB) e Juazeiro do Norte (CE), na chamada 'rede urbana nordestina interiorizada'⁸.

Essa localização (fronteira e no cruzamento de duas rodovias federais, BR-405 e BR-226) reforça a sua influência no desenvolvimento regional, que se expande através da oferta de serviços públicos, em especial educação de nível superior e saúde e serviços privados, com destaque para o comércio; e reforça suas funções urbanas, com a ampliação de sua área de influência para além dos limites do Rio Grande do Norte (DANTAS, 2014).

Com base nos dados do REGIC e das matrículas no ensino superior, Dantas (2014, p. 194) configurou a área de influência de Pau dos Ferros, a qual ficou composta por 55 municípios (42 no Rio Grande do Norte, 09 na Paraíba e 04 no Ceará). Somadas as populações desses municípios, inclusive Pau dos Ferros, havia, em 2010, nessa área, 440.877 habitantes, dos quais 281.890 (63,94%) residiam na área urbana (IBGE, 2010).

Pau dos Ferros, se caracteriza como um município eminentemente urbano já que abriga mais 90% de sua população na sua sede, segundo os dados do último censo (IBGE, 2010). Tem uma economia sustentada pelo setor terciário (comércio e serviços públicos e privados), o que explica em grande medida o crescimento e a valorização de sua área urbana. Esse crescimento tem contribuído para mobilizar constantemente um fluxo populacional expressivo, dos mais de 50 municípios do seu entorno, e tem atraído investimentos e investidores.

Diariamente e, principalmente aos sábados (dia da feira tradicional), é perceptível o fluxo de pessoas gerado pelo comércio de rua na sede do município. Tal atividade se centra na oferta de determinados produtos e se desenvolve em um

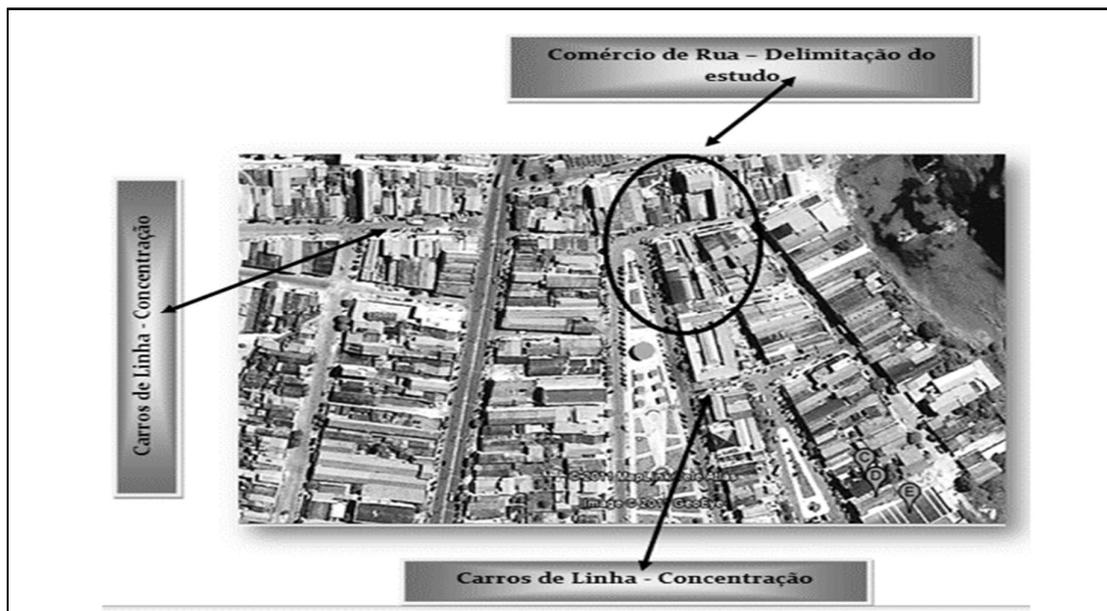
⁷ Cano (1989); Andrade (1987).

⁸ Cano (1989); IPEA (2002); IBGE (2008).

contexto de crescimento visível do comércio *formal* que nas últimas décadas, tem acompanhado, mesmo em proporções diversas, a dinâmica de crescimento da cidade.

O comércio na via pública acontece em um entrocamento próximo, uma distância de poucos centímetros umas das outras, encontram-se as bancas, bem como as lojas do comércio formal local. Trata-se de um verdadeiro *labirinto* de corredores estreitos com mercadorias diversificadas expostas. Na figura 01 é possível visualizar a localização do comércio e do sistema de transportes, delimitados e concentrados em locais estratégicos.

Figura 1 – Pau dos Ferros/RN: localização do comércio de rua e circulação de carros de linha



Fonte: Silva (2011).

Em dias de maior movimento, muitas vezes, fica impossível transitar e se deslocar entre uma banca e outra, ou mesmo, entrar nas lojas do comércio varejista formal, dada a quantidade de produtos nas próprias calçadas. Identificar e diferenciar um dono de uma banca e outra, se torna ainda mais complexo. Portanto, “[...] é uma banca colada na outra, uma banca colada na outra. Você pra passar entre uma banca e outra você passa se torcendo né, você passa se torcendo, é uma banca colada na outra, essa lá...é mais de feira mesmo [...]” (SILVA, 2011), relatou um funcionário da Prefeitura, quando se questionou as formas de regulação sobre o

uso do espaço urbano e sobre as atividades econômicas realizadas pela prefeitura naquele espaço. Em meio a descrição é perceptível a existência de conflitos no uso do espaço urbano entre os vendedores de rua, além da expansão da atividade relatada na voz do entrevistado:

Havia pessoas que tomavam o espaço de outras, outras penetravam assim na via pública onde você trafega, onde trafega os veículos e isso aí foi feito essa contagem e procurou-se dar uma arrumada. Quer dizer, quem estava assim muito próximo da via onde trafegava o veículo a gente procurou afastar essa pessoa mais pra parte interna da rua, certo? Pra não correr muito risco nem pra quem está passando na via pública como pra o próprio feirante que está vendendo, isso aí foi feito. Não quero dizer que tenha se organizado a feira, porque é impossível até por conta do espaço, o espaço é muito pequeno. A feira se expandiu, ela pega ali a lateral do Mercado Público, tanto ao leste como ao sul e se estende por aquela rua ali, atravessa a 7 de Setembro e vai até depois do açougue municipal, passa em frente ao açougue municipal e já vai lá até perto do posto segundo meio (11º ENT./FUNC. PREF. SILVA, 2011, p. 154).

A partir do relato, foi possível observar mais atentamente a localização desse comércio, que se espalha pelas imediações da Praça da Matriz e articula as ruas: Pedro Velho, Teófilo Rêgo, Adolfo Fernandes, Francisco Marçal, 7 de Setembro e Bevenuto Fialho da cidade de Pau dos Ferros. E, até mesmo, o posto de Gasolina ao qual se referiu o funcionário da Prefeitura, como ponto final de extensão desse comércio.

É possível se verificar, ainda, a proximidade do comércio com outros tipos de serviços, tais como: hospital, correios, bancos, casa lotérica e até mesmo uma escola. Ao se concentrarem em um só ambiente espacial, esses serviços terminam por atrair maior número de pessoas no centro da cidade e no próprio comércio, uma vez que muitos se deslocam para a cidade de Pau dos Ferros com intenções variadas: receber seus rendimentos; fazer compras e pagamentos em geral; se corresponder via correios; ver questões de saúde; acesso a faculdades, haja vista que as pequenas cidades do entorno, como já relatamos, não oferecem tais serviços. A localização central destes serviços, portanto, constitui aspecto facilitador do consumo, além de oferecer suporte ao atendimento de outras necessidades.

Na planta abaixo (Figura 2), pode-se observar a extensão descrita acima.

Figura 3 – Pau dos Ferros/RN: carros de linha



Fonte: SILVA (2011, p.158).

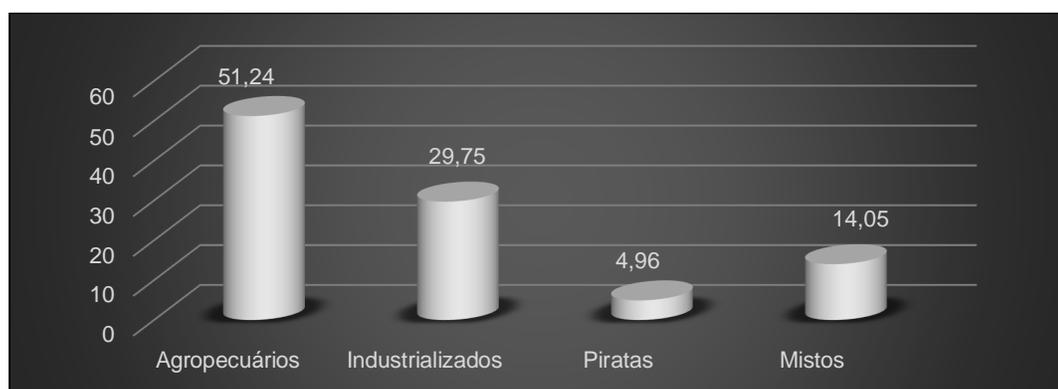
Importante ressaltar é que se trata de veículos inadequados para o transporte de pessoas e que são bastante desconfortáveis, principalmente se considerada algumas distâncias mais longas. Outra particularidade em relação aos carros de *linha* merece destaque: a localização estratégica das áreas de estacionamento escolhidas, pontos de saída para direção geográfica das cidades de origem destes e a proximidade com o próprio comércio, fator facilitador desse fluxo.

É notório que as estruturas dos transportes e das próprias estradas constituem parte fundamental da dinâmica de acumulação do capital, por permitir acelerar o processo de circulação deste, seja facilitando o fluxo das mercadorias, sua distribuição e/ou possibilitando às pessoas o acesso aos mercados de consumo. À medida que o comércio se expande, os capitais se multiplicam, em uma escala adequada ao tamanho da região e às condições objetivas de infraestrutura. É a natureza do capital em reprodução naquele espaço em particular, já que sem a esfera da circulação, a acumulação é interrompida. Por essa razão, Harvey (2006, p.73) nos referencia Marx e sua obra “O Capital”, nos fazendo lembrar que o capital não é uma coisa ou conjunto de instituições, é um processo de circulação entre produção e realização. E ainda acrescenta: “Esse processo deve expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação” (HARVEY, 2006, p. 73).

Harvey (2006, p.49) ainda descreve dois aspectos indispensáveis à circulação: “o movimento físico real de mercadorias do lugar da produção ao lugar do consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e às mediações sociais [...]”. Com fins de atender o primeiro aspecto, o capital recorre a inúmeros recursos, dentre estes, redimensiona a seu favor setores como o comércio, peça importante para fazer escoar a mercadoria, articulando hoje atividades que vão além da atuação do mercado formal, para dar mobilidade a esse processo, diminuindo o tempo de permanência da mercadoria na “cadeia circulante” (atacadistas, varejistas e bancos etc.) que Harvey denominou, mais acima, de mediações sociais. A efetivação desse processo circulante está ligada também à eficiência e custos do transporte, estes também influem na acumulação. Por isso, a relevância relatada dos carros de linhas no âmbito da economia local. Articulados no transporte de pessoas e mercadorias, esses carros exercem papel considerável ao processo de circulação como um todo.

As bancas se distribuem na venda de diversos produtos e podem ser enquadradas nas seguintes categorias¹¹: produtos agropecuários; industrializados (confeção, tecidos e calçados); mistos (miudezas em geral) e piratas (CD/DVD), conforme. Gráfico 01.

Gráfico 1 – Pau dos Ferros: distribuição dos vendedores segundo produto comercializado (%)



Fonte: Silva (2011, p. 164).

¹¹ Não foi encontrado como se pressupôs, inicialmente, a venda de produtos artesanais; estes só são vistos como parte das vendas dos quiosques, não das bancas.

Os produtos agropecuários são maioria e assumem a forma de: cereais, grãos, frutas e verduras, leite, produtos derivados do leite, dentre outros, o que delinea a natureza e a dimensão desse comércio e, em particular, a característica da região. O diferencial está na presença do revendedor que traz nova dinâmica à oferta deste produto naquele espaço, hoje, não mais restrito à venda dos pequenos produtores locais. Aliás, essa é uma característica presente na maioria dos vendedores de rua: eles atuam como revendedores das mercadorias, excetuando alguns casos.

Os produtos derivam de diversas localidades, em sua maioria, dos estados da Bahia e do Ceará. Em alguns casos, os chamados fornecedores são donos de pontos comerciais de frutas formalizados, os quais abastecem e repassam parte dos produtos aos vendedores de rua. Há uma articulação diversa que envolve a compra e a venda desses produtos. Alguns chegam, inclusive, a atuar aos sábados como vendedores, estabelecendo concorrência com os demais e em condições mais favoráveis por meio do barateamento do preço, já que a compra do produto se dá em maior escala.

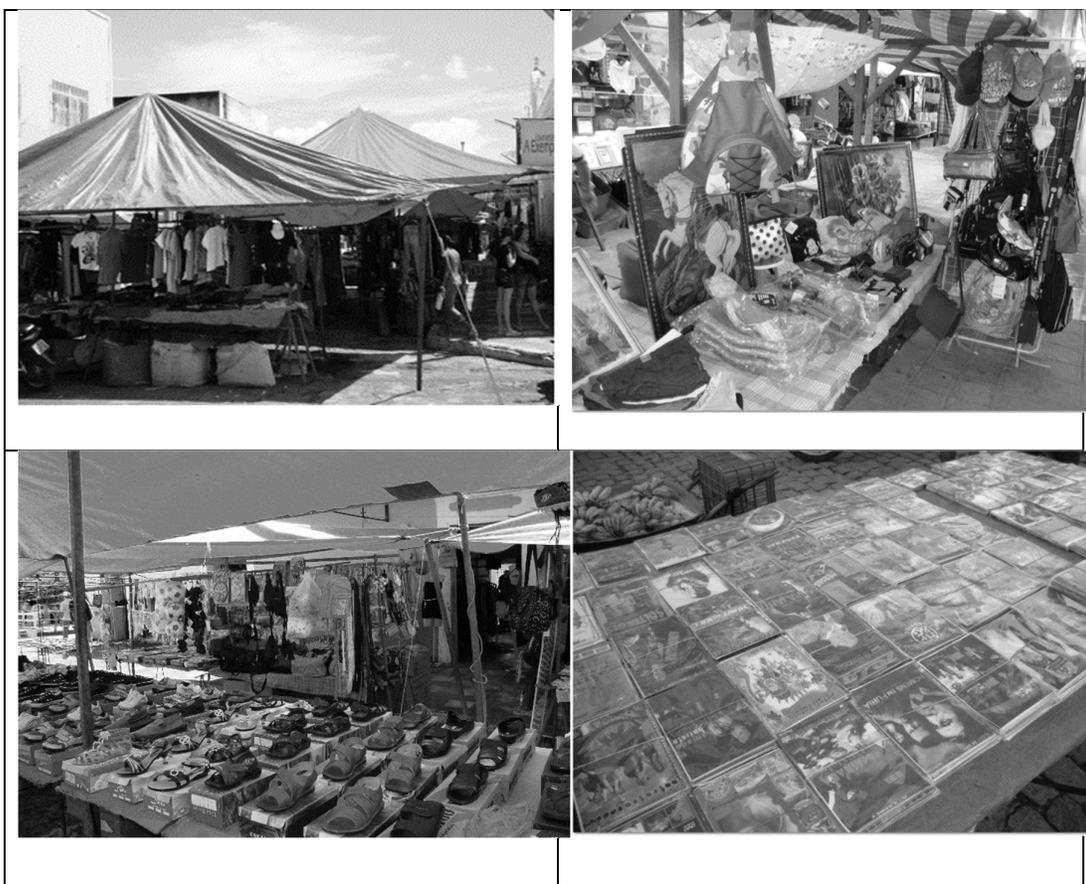
Os produtos industrializados, categorizados aqui na venda específica de tecidos, confecção ou calçados, são comercializados por aproximadamente 30% dos vendedores. Alguns compram diretamente das fábricas, ou mesmo de lojas maiores, especializadas no tipo de produto vendido, com nota fiscal. Outros compram das grandes feiras espalhadas pelas cidades do Nordeste, a exemplo, de Fortaleza/CE; Natal/RN etc. Há, ainda, outros que produzem sua própria mercadoria, especificamente, aqui, nos referimos à produção de peças íntimas. Essa produção, em particular, ganha formas variadas de distribuição: parte destina-se à venda direta ao consumidor no comércio de rua, outra parte é repassada para revendedores.

As bancas, que denominamos mistas, vendem produtos variados: brinquedos, quadros, bolsas, bijuterias – “[...] têm de tudo um pouco”! Não é difícil perceber que a maioria dos produtos comercializados não tem qualquer comprovação fiscal e pode ser facilmente encontrada nas chamadas lojas *de um real*. Em geral, a referência é de serem produtos importados, originalmente fabricados em outros países como: Taiwan, China, entre outros, tais produtos adentram no país, muitas vezes, através de transações pouco confiáveis, ou mesmo, pela via do contrabando.

A compra da mercadoria se dá especificamente de duas maneiras: vendedores adquirem seus produtos em cidades como São Paulo, Recife, entre outras cidades, e nas próprias lojas locais, como nos descreve certo entrevistado: “[...] é, eu compro aqui no Dadá importados, no Sobral, de um rapaz que traz mercadoria lá de São Paulo, Recife”. (8º ENT. SILVA, 2011).

Na figura 04, a estrutura das bancas e alguns produtos comercializados podem ser visualizados.

Figura 4 – Pau dos Ferros/RN: estrutura das bancas e produtos comercializados



Fonte: Silva (2011).

Quanto aos comerciantes de produtos “piratas”, CDs e DVDs não originais, observou-se a presença destes em menor quantidade, não chegando a 5% dos vendedores pesquisados. Provavelmente, a apreensão de muitos produtos piratas, há alguns anos, na cidade, tenha inibido este tipo de venda no comércio de rua. Somam-se a estes fatores, a concorrência dos mochileiros, presença visível da venda de porta em porta.

Quanto à localização, as bancas de produtos agrícolas e de lanches se concentram em frente ao açougue municipal, local onde as pessoas estão concentradas, sobremaneira aos sábados, para fazer feira de frutas e verduras. No corredor, entre as lojas, concentram as bancas de confecção, tecidos, calçados e mistos. Inclusive, aqueles comerciantes proprietários de lojas aproveitam para colocar suas bancas em frente das mesmas e atuar nas duas modalidades de comércio.

Na alocução de uma das entrevistadas, que trabalha há mais de dez anos no comércio de rua, a estrutura do comércio de rua, em Pau dos Ferros, foi vista no tempo dando-nos um sentido de “*redimensionamento de ocupação do espaço e no espaço*”. Ela esclareceu que algumas pessoas realmente abandonaram a atividade, se deslocando para outras ocupações, muitas das quais também informais. Além do mais, há também o que denominamos aqui, de “*ampliação espacial de bancas*”, ou seja, o alargamento de algumas bancas, de produtos específicos, que segundo nossa entrevistada, foi se dando com o tempo, em detrimento do tamanho de outras. Para ela, a feira diminuiu e ao mesmo tempo se modificou.

Assim, descreve:

[...] assim, [a feira] foi diminuída e foi substituída uma parte. [...] você foi hoje ali de frente a minha banca e só tem uma banca pequena e do outro lado não tinha, mas ali naquele canto, naquela banquinha pequena é uma banca grande, porque o rapaz não veio hoje, é o filho daquela mulher que tava com história “*ai, num sei o que, tá faltando dinheiro*” é assim os fitudim. Ali é banca do filho dela, é do comprimento da minha banca¹². E você também notou que na saída não tinha uma banca, é uma banca de confecção porque o rapaz hoje vai pra Pereiro, não coloca nem hoje, nem amanhã só a partir de quarta-feira (ENT.1, SILVA, p.167).

É bem verdade e de fácil percepção que as bancas de confecções, por exemplo, ocupam parte considerável das ruas e possuem estruturas que se destacam das demais, o que sinaliza o *olhar* descritivo da vendedora, constatado

¹² A banca de entrevistada tem 6,5 metros de comprimento e 1,40 metros de largura. Chegou-se a ver bancas de confecção com cerca de 10 metros de comprimento, enquanto outras bancas que vendem outros produtos têm 3 metros, 7 metros em média, etc. Os tamanhos são variados. Há também aqueles que são donos de mais de uma banca (SILVA, 2011).

por meio da observação. Ademais, o próprio funcionário da Prefeitura já havia feito menção à desproporção do tamanho de algumas bancas, se comparadas a outras.

Alguns vendedores deslocam-se, ora se instalando em comércios de rua, ora vendendo de porta em porta, possuindo pontos fixos em diferentes feiras da região, nas quais expõem seus produtos em dias de maior movimentação.

No comércio em Pau dos Ferros, apesar de os produtos agropecuários ainda representarem a maioria das vendas, as bancas de produtos industrializados (confeção e calçados) se destacam em termos de tamanho e de estrutura de vendas. Sutilmente, a dinâmica do comércio tem se modificado em resposta às novas determinações do processo de reprodução do capital, resguardada as particularidades da região. Principalmente, se considerado o fato de que o comércio de rua, de um modo geral, tem sido utilizado essencialmente para facilitar a distribuição de distintos produtos, principalmente, os advindos de fábricas e lojas de departamento.

Ademais, o formato do comércio de rua também se particulariza no tempo por certa mobilidade populacional nos últimos anos; tomamos por base, o número de vendedores distribuídos por faixas de tempo na atividade. Dos vendedores presentes no perímetro de estudo, no dia contabilizado, 30% trabalham no comércio, há menos de 3 (três) anos, apesar de 50,41% dos vendedores estarem naquele local há mais de 10(dez) anos (SILVA, 2011). Essa movimentação recente descrita reflete a realidade de uma atividade caracterizada pela facilidade de ingresso e saída, ou seja, alguns efetivamente podem ter saído da atividade, e outros terem ingressado, logicamente, não numa relação direta e condicionada. A entrada pode estar associada à falta de emprego e/ou complementação de renda. A causa para saída pode ter sido a concorrência de outras bancas maiores, ou o crescimento do próprio comércio formal, como mesmo nos têm relatado os entrevistados.

Outra particularidade enfatizada no âmbito das entrevistas foi a dimensão assumida pela concorrência no comércio de rua, destacando principalmente a relação com as lojas. Vejamos a descrição:

[...] antes era mais, diminuiu mais, porque a competição... A concorrência pode-se dizer não das bancas porque o que tá aumentando mais é as lojas, porque existe muitas, muitos vendedores. [o surgimento das lojas tá prejudicando as bancas?] [...] tá, porque existe lojas que vendem também barato, assim no caso,

produtos que não seja de marca, são mais barato que vende em lojas. Que antes as lojas vendiam coisas, como é que se diz, mais caras e hoje em dia não é mais assim. [...] loja de confecções, de roupas, que tem muitas aqui em Pau dos Ferros. [...] a gente sentimo mais na venda da loja. [...] porque, eu acho que sim, teve gente que deixou, que antes tinha banca e hoje tem só loja. Quem vai abrir uma loja acaba com a banca (ENT.7, SILVA, 2011, p.169).

Foi citada também a realidade de algumas pessoas que tinham banca anos atrás no comércio de rua e, ao conseguirem colocar uma loja, acabaram por optar pela loja, deixando o comércio de rua mediante a extinção da banca, fato de fácil verificação. O sonho com o próprio negócio, seja na forma de “loja” ou “mercadinho”, é algo que foi relatado nas entrevistas. Inclusive, no âmbito das entrevistas foi constatado dois casos de vendedores que têm banca e loja, com a diferença que para uma, a loja veio primeiro, enquanto para a outra, foi a banca. A mãe de um dos entrevistados se adequa a esse último caso. Tinha uma banca, cresceu e hoje tem uma loja, mas mantém a banca, na qual o entrevistado vende diariamente.

As lojas de calçados podem servir, aqui, de exemplo para o caso em que o “formal” age algumas vezes como concorrente do comércio de rua local. A oferta do produto de forma diversificada, as formas de pagamento facilitadas por conta do crédito na loja e até a própria conservação dos produtos, têm atraído principalmente os consumidores residentes na cidade, o que tem feito com que o consumidor do comércio de rua seja o das cidades circunvizinhas, ou mesmo, os da zona rural e, ao comprarem à vista, acabam levando o produto em menor quantidade.

Em termos de estrutura, em Pau dos Ferros, comércio tradicional interiorano, as bancas são construídas em ferro soldado para dar o formato desejado e alcançar a forma retangular de banca. Em alguns casos, as lonas são compartilhadas entre os vendedores, a depender do tamanho destas e dos laços de amizade estabelecidos preliminarmente entre estes. A figura 05 apresenta a estrutura do comércio de rua local. Em algumas ruas, as bancas ficam montadas permanentemente; em outras, são montadas e desmontadas todos os dias, deslocadas e guardadas. Para alguns, montar a banca significa, ainda, despende diariamente mais dinheiro quando pagam outras pessoas para proceder à montagem das bancas, na maioria das vezes. Isso ocorre quando os vendedores são do sexo feminino e/ou apresentam idade mais elevada.

Figura 5 – Pau dos Ferros: montagem e desmontagem das bancas



Fonte: Silva (2011, p.171).

O comércio de rua em Pau dos Ferros ainda hoje, mantém a estrutura rudimentar de “feira”, é indiscutível, mas incorpora produtos novos e ideologias dominantes que não são exclusivas dos grandes centros urbanos. Impressionante é ver que determinados vendedores, mesmo submetidos às condições precárias de trabalho, à locomoção árdua diária ao sair de suas cidades para vender em Pau dos Ferros, enaltecer as vantagens do auto emprego, ao se denominarem patrões de si mesmos.

A importância para o capital e a exploração da atividade de rua e das pessoas envolvidas para fins de reprodução são explicitadas por possibilitar:

[...] a circulação e consumo de mercadorias, contribuindo para a realização dos produtos industrializados, objetivando uma renda para consumo que satisfaça suas necessidades básicas. Desde que suas atividades foram inseridas na divisão social do trabalho capitalista, ele também passa a ser explorado. [...] Atuar na venda de mercadorias mais populares, possibilitando dessa forma a reprodução da classe trabalhadora a custos baixos, deixando-a mais suscetível aos menores salários, sem com isso comprometer o nível mínimo de sobrevivência desses trabalhadores. (ALVES, 2001, p. 135)

A pesquisa revelou que a maioria dos vendedores provém de Pau dos Ferros, mais de 60%. Apesar de esse número ser considerável, há uma diversidade de cidades ali representadas na figura do vendedor de rua, que não podem ser desconsideradas na análise, principalmente, aquelas de outros estados, que fazem

fronteira com o Rio Grande do Norte, de onde partem diversos vendedores. Dentre os 121 vendedores identificados, 21 provém de localidades diferentes, com destaque, para vendedores do Ceará, das cidades de Juazeiro do Norte e de Lavras da Mangabeira; bem como da Paraíba, de cidades como Uiraúna e Souza.

A maioria é do sexo masculino (70,25%); realidade que ainda hoje se mantém, estes se deslocam para Pau dos Ferros, em seus próprios carros, em carros alugados, ou nos chamados carros de linha. O deslocamento de 40% dos vendedores para Pau dos Ferros denota não somente a propalada mobilidade em direção a essa cidade como e, principalmente, a problemática das ocupações na região, nomeadamente nos pequenos municípios, estes que mantém certo grau de dependência com Pau dos Ferros, diante do limitado desenvolvimento de suas economias. Hoje, com o avanço dos meios de transportes, as populações das cidades pequenas podem comprar em Pau dos Ferros os produtos e atividades de que necessitam, dinamizando a rede urbana do estado.

Quando se cruza os dados de escolaridade e de tempo na atividade pôde se observar que tanto aqueles vendedores que estão no comércio de rua há mais de dez anos, quanto os de menor tempo (entre um e três anos) se concentram, em sua maioria, na faixa de escolaridade de Fundamental Incompleto. Ou seja, do total de vendedores de cada faixa de tempo citada (61 vendedores que está há mais de 10 anos e 38 entre 1 e 3 anos)¹³, cerca de 50% declararam ter começado o Ensino Fundamental, mas não concluído (SILVA, 2011, p.176).

Em se tratando da renda, não foi possível traçar um perfil dos vendedores em geral. É claro o receio de exposição por parte dos mesmos. Naturalmente para o tipo de atividade desenvolvida, que se articula muitas vezes entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito, evidenciar detalhes pode parecer arriscado. As informações foram vagas, imprecisas, fechadas, deixando-nos em dúvida, ou mesmo expressando um discurso comum, por exemplo, “é muito pouco”, ou “só dá pra fazer um salário” (SILVA, 2011, p. 177). A questão da renda, portanto, só pôde ser mais bem explorada nas entrevistas dirigidas, através do depoimento direto dos sujeitos. A não explicitação exata dos rendimentos pode estar associada ao grau de concorrência entre os vendedores, principalmente entre os residentes em Pau dos Ferros e os

¹³ Somadas essas duas faixas de tempo, chegaremos a 81,82% do total dos vendedores identificados (121). O restante se distribui na faixa de 4 a 6 anos (13,22%) e 7 a 9 (4,96%).

que vêm dos arredores. As bancas são muito próximas umas das outras e expor a renda pode gerar alguma especulação por parte dos concorrentes. A descrição de um dos entrevistados ajuda a entender esse contexto:

[...] é de concorrência, eles brigam, eles tiram freguês da banca do outro, eles brigam com o outro, ali ó, ali gente já tirou freguês da minha banca, eu digo, *“mas num tem problema não, o sol nasceu pra todos”*, não é por isso que eu vou ficar com raiva da pessoa, cada qual tem a sua consciência, né? Às vezes eu boto gente pra comprar a pessoas que tem banca no meio da feira e tem loja também, tem isso também lá, tem banca e tem loja, ali é um bocado, viu? Aí muitas vezes eu não tenho a mercadoria, *“olhe, fulano ali tem, em a banquinha ali e tem a loja ali”*, eu não tenho isso não, agora tem uns... (ENT.1 SILVA, 2011, p.177).

Evidente: foi constatada a existência de laços de amizade expressos nas relações estabelecidas por determinados vendedores, e até de cumplicidade, se consideradas as dificuldades diárias comuns a todos, principalmente, dentre aqueles que estão na atividade há mais tempo. A rápida passagem dos vendedores “exteriores” não permite a criação desses laços, de maneira especial, entre aqueles que frequentam a feira apenas aos sábados. No entanto, não se pode desconsiderar esse “ar” de individualidade de alguns, revelado através de formas de conflito no uso do espaço urbano.

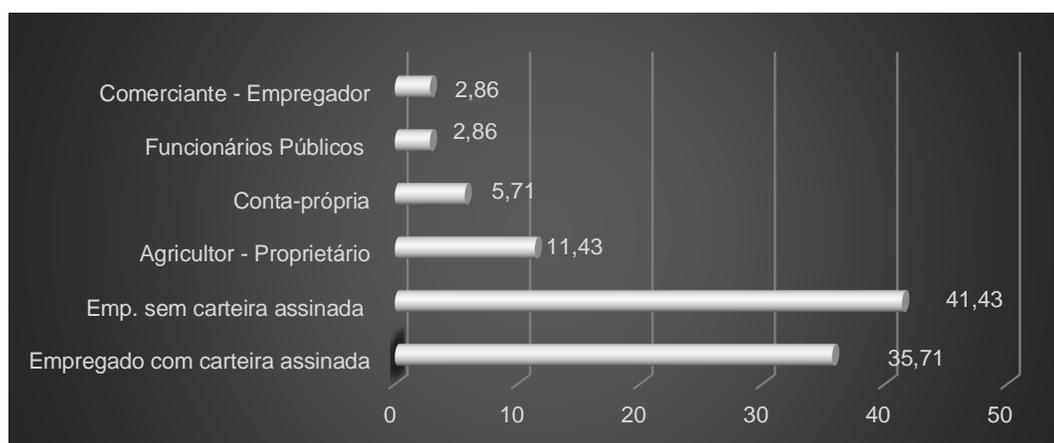
Questionado sobre possíveis conflitos na organização do espaço urbano, conta-nos o funcionário da prefeitura, as inúmeras tentativas de organização do espaço; seu relato expressa bem a lógica concorrencial a que nos referimos anteriormente. Nas palavras deste interlocutor:

[...] já... Eu mesmo pessoalmente fui lá, eu e mais dois fiscais, fomos lá e encontramos rejeição exatamente nessa parte, aquele teimoso que sai do local dele e quer mais espaço, ele quer um espaço maior do que o que ele precisa, entendeu? Maior do que o que ele precisa... tem aqueles comerciantes mais ambiciosos, que querem vender mais, ele quer a banca dele bem destacada assim pra quem vai fazer a compra chegar e já ver aquela banca bem destacada, sabe? Então, há essa parte de ambição por parte de alguns e eu já estive lá mais de uma vez e até já entrei em atrito com alguns porque eles não quiseram obedecer, não quiseram... já dentro desse nosso trabalho de organização, eles quiseram desobedecer. Mas isso aí tá em andamento e o projeto do prefeito é regularizar isso aí (11º ENT FUN. PREF. SILVA, 2011, p.178).

A questão ocupacional em Pau dos Ferros se reflete na realidade brasileira de insuficiência de postos de trabalhos formais, diga-se de baixa qualidade. A maioria dos vendedores¹⁴ que relatou ter exercido alguma atividade anterior ao comércio de rua estavam inseridos em ocupações por conta própria ou era empregado sem carteira assinada.

Os dados expostos no gráfico 02 permitem problematizar a trajetória ocupacional desses vendedores envolta em atividades vulneráveis, marcadas pela instabilidade. Aqueles que trabalharam sem carteira assinada e sem qualquer cobertura pelo sistema previdenciário ainda são mais expressivos. Na condição de desempregados, hoje, esses vendedores estão na rua, muitos sob o discurso da autonomia.

Gráfico 2 – Pau dos Ferros: distribuição dos vendedores na atividade anterior por posição na ocupação (%)



Fonte: Silva (2011, p. 179)

A jornada de trabalho desses vendedores é de difícil mensuração. Na semana e, principalmente aos sábados, as madrugadas são bem movimentadas. Muitas pessoas de Pau dos Ferros e das cidades circunvizinhas se movimentam em direção ao centro para fazerem a chamada *feira semanal*. O ponto principal, logo cedo, é o açougue público, onde as bancas de frutas estrategicamente se localizam. Diante disso, quem vai montar sua banca e/ou quando o produto é do tipo agropecuário ou mesmo lanches, são os primeiros a chegar; estão lá por volta de

¹⁴ Esclarecimento: Mais da metade dos vendedores, 57,85%, haviam exercido alguma atividade anterior.

2h30min e 03h da manhã e ficam, em média, até 11h30min, 12h. Os proprietários das bancas de confecção e calçados, em que algumas das bancas são montadas, acabam por chegar mais tarde, 06h30min, mas se estendem tarde adentro, fecham muitas vezes às 4h da tarde. Quem tem loja e banca, só sai de lá depois das 5h da tarde, depois de um dia que começou às 7h da manhã (SILVA, 2011, p. 190).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade foram desenvolvidos e difundidos meios modernos e diversificados para alcançar o consumo de maneira rápida, redefinindo funcionalidades espaciais que diferem do passado, quando o processo de produção e comercialização era tipicamente tradicional. Assim, a revolução do domínio do consumo foi acompanhada de alterações significativas da estrutura do consumo, acarretando novas formas de produção e de comércio (SANTOS, 2008). Corroborase com Santos (2008, p.20) para quem o comportamento do espaço acha-se assim afetado por enormes disparidades de situação, seja geográfica e/ou individual.

As modernizações atuais mundiais implicaram em mudanças significativas para todos os setores da economia; nas cidades dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o mercado de trabalho se deteriora e uma porcentagem significativa de pessoas não possuem atividades, nem rendas permanentes. Desse modo o comércio de rua se mostra determinante para a geração de emprego para muitos e para interações com outros segmentos da economia, já que grande parte dos vendedores de rua realizam suas compras em atacadistas e produtores, da própria região ou cidade onde operam. A atividade de rua ganha, portanto, funcionalidade para o sistema capitalista na medida em que se configura como um espaço comumente utilizado para escoar parte da produção das indústrias, principalmente daquelas situadas na região Nordeste, sobretudo se considerada a distribuição como importante elemento nesse processo complexo que objetiva, por fim, à valorização do capital. Além de oferecer produtos a baixo custo que atende boa parte da demanda da população que circula no espaço, principalmente os de baixa renda.

O estudo também revelou diferenças de perfis pessoais e ocupacionais dos vendedores de rua, suas distintas respostas aos ciclos do mercado de trabalho, os

distintos níveis de aceitação social e de formas diversificadas de intervenção no espaço.

As expressões da atividade informal, na via pública de Pau dos Ferros, podem ser apreendidas no movimento real da economia brasileira, que por sua vez, se insere na dinâmica capitalista mais ampla. Os trabalhadores inseridos em ocupações informais, de um modo geral, são produtos do desenvolvimento do capitalismo, que gera superpopulação. Tais expressões refletem, acima de tudo, a capacidade e a lógica do capital de se expandir e de se agregar em realidades tão diversas.

As mudanças balizadas pela ótica “flexível”, apenas acirraram o contexto de precarização do trabalho, num país marcado historicamente pelas precárias formas de trabalho. O objetivo foi claro: aumentar a atração do país para os investidores estrangeiros por meio de alterações na legislação trabalhista, apresentando um mercado de trabalho menos rígido. É perfeitamente claro que: desregulamentação, flexibilização, terceirização são expressões de uma lógica societária, cujas violações proferidas pelo capital, com sua forte mobilidade pelo globo, têm relegado a força humana de trabalho, a peça imprescindível à reprodução deste no capitalismo contemporâneo. Na verdade, o empregador não necessita de empregos e, sim, do trabalho, por isso, se dizer que muitos lares são, hoje, extensão da fábrica.

Não há dúvidas de que estamos, atualmente, numa dinâmica de um modelo diferenciado do neoliberalismo, denominado “social-desenvolvimentismo”. E, apesar de a economia brasileira ter conseguido reverter um pouco do quadro destrutivo para o mundo do trabalho que caracterizou a última década do século XX, por meio da ampliação das ocupações formais e redução da taxa de desemprego, em 2014 estimada em torno de 6,5% (IBGE, 2015).

Este cenário mais recente (2014) balizado por mudanças nas políticas econômicas, tem repercutido em oscilações no mercado de trabalho que anunciam preocupação e que contribuirá para a desestruturar o mercado de trabalho brasileiro: em termos regionais, para ilustrar, se observado o 4º trimestre de 2014, houve expansão da taxa de desocupação nas regiões Nordeste (de 7,9% para 8,3%), Sudeste (de 6,2% para 6,6%) e Centro Oeste (de 4,9% para 5,3%) na comparação com o mesmo trimestre de 2013, enquanto nas regiões Norte e Sul, o cenário foi de estabilidade do indicador (IBGE, 2015). Sabe-se que essa problemática é bem maior

em países como o nosso, no qual o mercado de trabalho é caracterizado por baixos salários, elevada rotatividade de mão de obra, desemprego, desigualdade e informalidade, esta última que marcara o desemprego dia a dia. As ocupações informais, as passíveis de serem contabilizadas, por exemplo, ainda são responsáveis por mais da metade da PEA.

Torna-se imprescindível, portanto, retomar o debate do desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro, a partir da lógica que permeia sua dependência e, principalmente, a superexploração do trabalho como alavanca da acumulação interna.

Nesse sentido, entendemos a dinâmica do comércio de rua sofrendo determinações que tem conferido alterações na teia de relações que se configuram no espaço particular. Diante disso, torna-se notório o fato que a investigação do comércio de rua das várias cidades desse Brasil, deve ter em vista sua heterogeneidade, o seu grau e como ela se manifesta na cidade.

Há necessidade imediata de estimular mais pesquisas sobre este importante segmento informal urbano. Demonstrada a importância do comércio de rua, explicitada sua natureza contraditória, heterogênea, cabe investigar que política ou conjunto de políticas públicas seria mais adequado para lidar com essa diversidade, que possa incorporar as demandas dos comerciantes de rua no ambiente econômico e social complexo das cidades.

REFERENCIAS

ANDRADE, Manoel C. **Geografia econômica do Nordeste**: o espaço e a economia nordestina. São Paulo: Atlas, 1987.

ALVES, M. A. “**Setor informal**” ou **trabalha informal**? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Campinas, SP, 2001.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**. v. 9, n 1, São Paulo, p. 62-82, jan/mar. 1989.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil). In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA – ENGAL, 12., 2009. **Anais....** 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5788_Costa_Maria_Clelia_Lustosa.doc>. Acesso em: 21 out. 2010.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUERRA, Eliana Costa. Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital. In: SOUZA, A. de A; ARRAIS NETO, E. de A; FELIZARDO, J. M.; CARDOSO, M.J.P.; BEZERRA, T.S.A.M (Org.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Edições: UFC, 2008.

DANTAS, Joseney R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. Natal, 2014, 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

DURÃES, B. O trabalho de rua no Brasil: o perfil da informalidade de rua em Salvador. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e Miséria de Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

FELIPE, José Lacerda. **Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 08 jul. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desocupação: Sala de Imprensa. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2825>. Acesso em: 20 jun. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil** - Desenvolvimento Regional e estruturação da rede urbana. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP, 2002. (V. 3).

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAUJO, Marcos Antonio Alves de. **Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN)**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SILVA, F.S.B. **A informalidade na via pública**: riscos e viabilidade econômica – estudo de caso em Pau dos Ferros. Pau dos Ferros: UERN. 2003. Monografia (Trabalho de conclusão de curso – Economia), 2003.

SILVA, Franciclécia de Sousa Barreto. **As faces e os disfarces da informalidade no capitalismo contemporâneo**: um estudo do comércio de rua em Pau dos Ferros/RN. 2011. 237 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

BANCOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A EXPERIÊNCIA DE BRASIL E CORÉIA DO SUL

José Carlos Martines Belieiro Junior ¹

Bernardo Schirmer Muratt ²

RESUMO

O debate acadêmico sobre o desenvolvimento econômico dos países periféricos reconhece o papel positivo do Estado no fomento e apoio direto à industrialização. No caso de países como Brasil e Coréia do Sul, que vivenciaram experiência de rápida modernização social e econômica, o ativismo estatal foi decisivo para impulsionar setores industriais relevantes. No caso da indústria automotiva, esse setor ocupa lugar central na estratégia de desenvolvimento econômico dos países. O Brasil foi o primeiro país periférico a receber indústrias multinacionais do setor e a Coréia, promoveu a formação de indústrias nacionais patrocinado pelo Estado. Nos dois países, os bancos públicos de desenvolvimento, como o BNDES no Brasil e o KBD na Coréia centralizaram a implementação dessas políticas. O trabalho pretende analisar a trajetórias dos dois bancos no apoio ao setor automotivo a partir dos anos 1950 até a década dos 2000.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Indústria automotiva; Bancos públicos: BNDES e KBD.

PUBLIC BANKS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF BRAZIL AND SOUTH KOREA

ABSTRACT

The academic debate on the economic development of the peripheral countries recognize the positive role of the State in the promotion and direct support to industrialization. In the case of countries such as Brazil and South Korea, who lived experience of rapid social and economic modernization, the state activism was crucial to boost relevant industries. In the case of the automotive industry, this sector plays a central role in the economic development strategy of countries. Brazil was the first country to receive peripheral multinational sector industries and Korea, promoted the formation of national industries sponsored by the state. In both countries, the public development banks such as BNDES in Brazil and the KBD in Korea centralized implementation of these policies. The work aims to analyze the trajectories of the two banks in supporting the automotive industry from the 1950s to the 2000s.

Keywords: Economic development; Automotive industry; Public's bank: BNDES and KDB.

JEL: R51.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil e a Coreia do Sul são dois países de trajetórias econômicas semelhantes no que diz respeito ao papel do Estado na promoção do

¹ Doutor em Sociologia (UFPR), Professor Adjunto III, área de Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jcmbjunior@yahoo.com.br

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: bmuratt@gmail.com

desenvolvimento econômico e na superação do atraso histórico. Ambos países foram colônias, e suas economias estavam voltadas ao mercado externo e na dependência de produtos primários. O Brasil como colônia portuguesa, e mesmo no período 1922-1930 teve sua economia baseada principalmente na exportação do café. Esse arranjo agroexportador baseado na grande propriedade rural beneficiava apenas os proprietários de terra, que constituíam uma parcela diminuta da população geral, fazendo com que o país, além de desigual, tivesse um mercado interno incipiente. No entanto, com a vinda de imigrantes europeus após a abolição da escravidão em fins do séc. XIX, começou a se formar, sobretudo no estado de São Paulo, uma burguesia urbana vinda do café, que passou a diversificar a sua atuação para os bens de consumo não duráveis, como indústria têxtil e gêneros alimentícios.

No caso da Coreia, sua condição de ex-colônia japonesa, foi a base para a produção do arroz que era exportado em sua totalidade para o Japão. Com o aumento do poderio industrial dos nipônicos, parte de sua indústria migrou para a Coreia e junto dela veio a burocratização nos moldes japoneses, com uma nova hierarquia, diferente da coreana, que era mais antiquada, baseada nos costumes confucionistas, que valorizavam o trabalho público e a hierarquização da sociedade, ajudando na formação de uma burocracia coesa (VELASCO; CRUZ, 2007). A colonização japonesa na Coreia pode ser dividida em três etapas de acordo com Haggard (1990): inicialmente como simples produtor de arroz, após o final da primeira guerra mundial, em 1919, com reivindicações dos cidadãos coreanos por direitos, a Coreia foi elevada a plataforma industrial para o império japonês, e por último, a partir de 1937, passa a receber a indústria de guerra japonesa, assim recebendo indústrias de base todas instaladas pelos *zaibatsu*³.

No pós-1945, houve um grande vácuo industrial deixado pelo Japão, derrotado na segunda guerra. O total da produção industrial de 1948 no país asiático era equivalente apenas a um quinto do que fora em 1940, e houve uma grande inflação na qual os preços quase dobraram entre 1947 e 1948 (HAGGARD, 1990). Neste contexto, políticas protecionistas e controles cambiais foram adotadas pelo

³ Para Zaibatsu ver: SOBRINHO, Barbosa Lima. Japão: O Capital se faz em casa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

governo da época. Deflagrada a Guerra da Coreia em 1950, a península coreana foi dividida entre norte e sul pelo paralelo 38. Com a predominância do norte no início do conflito, houve uma reforma agrária que no fim da guerra foi mantida pelos EUA. No fim do conflito, em 1953, foi reconhecida a divisão da península pelo paralelo 38 dando origem a dois Estados, Coreia do Sul e Coreia do Norte. A parte sul era agrária e atrasada. O então presidente Syngman Rhee (1948-1960) é mantido no poder, tendo os Estados Unidos como seu principal aliado. Rhee, realiza uma manobra política e cria uma clientela urbana que provinha dos antigos proprietários de terra, lhes dando concessões e empréstimos a juros baixos para criação de indústrias locais.

A partir dessa breve introdução, é necessário destacar importantes diferenças entre Brasil e Coreia do Sul e seus respectivos processos de acumulação capitalista. O país asiático não compreendia uma classe agrária forte, ao passo que no Brasil as elites rurais foram o principal impasse para a realização de políticas industrializantes. Apenas em 1930 com Getúlio Vargas foi que houve um maior distanciamento das classes agrárias dominantes, para dar lugar a um Estado empresarial e desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2003). Após a crise de 1929, com a queda do preço do café no mercado internacional, acabou promovendo a fragilização da elite cafeeira que ocupava o poder nacional desde 1894. Com isso Getúlio Vargas (1930-1945) toma o poder buscando afastar as elites agrárias predominantes. Em 1932 há uma tentativa de tirar Getúlio do poder, e assim realiza uma aliança com os produtores de café paulistas adotando medidas protecionistas.

O presidente Getúlio Vargas também irá dotar uma política favorável à indústria nacional de base que renderá frutos positivos no contexto da segunda guerra mundial. Após tentativas frustradas de tentar convencer o empresariado nacional a fazer uma siderúrgica que produzisse de acordo com as políticas de modernização do governo e não de acordo com a demanda do mercado, Vargas busca auxílio financeiro dos Estados Unidos, então empenhados na Segunda Guerra, para construir uma usina siderúrgica. Sendo inicialmente negada, o presidente busca ajuda alemã. O jogo de barganha internacional de Getúlio lhe rendeu dividendos e, com o auxílio americano, foi instalada a primeira siderúrgica integral da América Latina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941,

dando um passo fundamental na superação do modelo agrário-exportador brasileiro (SKIDMORE, 1982).

A burocratização do Estado e a criação de instituições públicas essenciais para a implementação de políticas de desenvolvimento da economia nacional, realizada na Coreia ainda no período colonial e no Brasil a partir de Vargas e 1930, são as maiores semelhanças entre esses dois países. O Brasil na América Latina, e a Coréia do Sul, no leste asiático procuraram superar em tempo curto o subdesenvolvimento econômico e o atraso produtivo através do papel ativo do Estado, via políticas de incentivo a setores da economia. Aí estão as bases para a industrialização e o aprofundamento do Estado nas relações econômicas industriais, para superar o vácuo manufatureiro com relação às nações economicamente desenvolvidas. Nesse processo de desenvolvimento econômico capitalista impulsionado pelo Estado, o papel dos bancos públicos foi fundamental para articular políticas no Brasil e Coréia do Sul a partir dos anos 1950.

2 BANCOS PÚBLICOS E O SETOR AUTOMOTIVO 1950 A 1979

As origens históricas dos bancos públicos são semelhantes nos dois países. Tanto o KDB (*Korea Development Bank*) coreano quanto o BNDES brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foram criados na década de 1950. Primeiramente, no Brasil, o BNDES (então BNDE) tem sua origem na comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), comissão implementada no segundo governo Getúlio Vargas (1950-54). Através dessa comissão, foi feita uma promessa de financiamento de 22 bilhões de cruzeiros pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), permitindo as condições para a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, no interior do segundo governo Vargas. Inicialmente, o banco seria financiado pelos recursos provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e depois, direcionando-os à indústria de acordo com os interesses do governo (SKIDMORE, 1982). No entanto, o valor total prometido pelos EUA não chegou ao BNDE, forçando o banco a trabalhar com menos capital disponível, o que tornou mais dificultosa a implantação e o financiamento da indústria doméstica nessa fase.

O KDB da Coréia do Sul foi fundado em 1954 como Korea Reconstruction Bank (que é rebatizado de Korea Development Bank), para receber o capital

proveniente da aliança com os norte-americanos após o final da guerra em 1953. Desse modo, foi concretizado um sistema de financiamento baseado na poupança externa, que irá caracterizar o padrão de desenvolvimento coreano. O banco foi fundado em um momento em que os Estados Unidos forçavam a implantação de reformas “pró-mercado” na fechada economia coreana herdada do Japão. Todavia, o então presidente sul-coreano Syngman Rhee, utiliza-se do KDB para montar uma clientela que consistia dos antigos proprietários de terra que estavam nas áreas urbanas após a reforma agrária realizada após a guerra da Coreia.

Rhee manejou a transferência dos ativos estatais para constituir um gigantesco sistema de clientela, em cujo núcleo estava um seleto grupo de velhos e novos empresários. Além da transferência quase gratuita de propriedades públicas, esse sistema envolvia ainda a garantia de lucros aos grupos favorecidos, pela concessão de crédito a taxas de juros negativas e pela conclusão de contratos sem concorrência e em condições privilegiadas (VELASCO; CRUZ, 2007, p. 225).

No caso brasileiro, diferente da experiência sul-coreana de maior abundância de recursos, em 1953 o BNDES passou a contar com apenas um terço dos recursos prometidos em 1952, pois a burocracia que vinha se formando no banco de desenvolvimento, não era condizente com as políticas que os organismos financeiros internacionais demandavam, e nem pelos idealizadores da Comissão Mista Brasil-EUA desejavam, que buscavam cooperação com os Estados Unidos e uma maior abertura da economia brasileira. Os recursos públicos direcionados ao banco cessam de vez em 1958 (MARTINS, 1985). Nesse período, há uma parceria CEPAL-BNDES. Desse modo, o banco passa a funcionar como uma *think tank*, passando a ter um caráter institucional diferenciado, presente antes apenas em quadros de instituições como o Itamaraty e o Banco do Brasil. Esses fatores foram de grande importância para o BNDES executar um papel fundamental no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK 1955-60) e lançar-se em uma campanha com a finalidade de angariar mais recursos.

Em 1960, com a deposição de Rhee na Coreia do Sul, um breve governo republicano foi liderado por Chang Myon, entre 1960 e 1961. Com a chegada de Park ao poder em 1961, a industrialização nacional passou a ser liderada diretamente pelo presidente. Para garantir a continuidade da política, Park Chung Hee criou o Economic Planning Board (EPB). Esse órgão foi formado por burocratas que não haviam tido muita influência nos governos de Rhee e Chang Myon. No EPB,

estavam concentrados os poderes de orçamento e planejamento no mesmo ministério. Essa concentração de poder gerou a autonomia necessária à burocracia estatal para implantar as medidas econômicas e as políticas setoriais, diferente dos governos anteriores, em que o processo de substituição de importações foi implantado, mas era tido como corrupto e lento, sendo esses alguns dos motivos para o golpe militar em 1961. Vale destacar que o EPB, na época de sua formação, era composto por desenvolvimentistas (HAGGARD, 1990). Assim como na experiência do BNDES, o EPB passa a ser um órgão com um insulamento burocrático de forte importância para atingir as metas de desenvolvimento do país.

3 A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DO BRASIL E DA COREIA DO SUL

A indústria automotora dos dois países começou seu processo de formação de maneira bastante semelhante. Ainda na primeira metade da década de 1950, o parque industrial automotivo instalado no país consistia de empresas estrangeiras que apenas montavam *kits* CKD (*complete knock down*) importados. No Brasil, devido a uma maior demanda por carros e por problemas na balança de pagamentos, a importação de carros completos e *kits* foi proibida, e as montadoras existentes teriam que passar a contar com componentes nacionais na sua fabricação. Antes da proibição da importação, havia três fábricas de automóveis em operação no Brasil: a Volkswagen, a Willys-Overland e a Mercedes-Benz. Porém, a produção girava em torno de 20 mil unidades ao ano (BNDES, 2002b). As montadoras presentes no país não objetivavam grandes escalas de produção, o que começou a mudar com o governo de JK e as políticas de expansão e apoio estatal promovido pelo “Plano de Metas” (1956-1961).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a receber a primeira onda de imigração de montadoras (SHAPIRO, 1997). O primeiro carro fabricado no Brasil foi a Kombi da Volkswagen, e o veículo já contava com 20% de financiamento do BNDES na sua produção – o financiamento era proporcional ao montante de componentes nacionais utilizados na produção. No plano econômico do governo Juscelino Kubistchek, a indústria automotiva foi considerada básica e essencial para o desenvolvimento de outros setores da economia, como autopeças e serviços. Com a construção de estradas e a demanda de veículos crescendo, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), que passou a coordenar a

implantação da indústria no país. Caminhões de carga eram prioritários para o Geia, e os veículos de passeio eram muito importantes para o governo, pois seriam emblemáticos para a população e novo momento econômico marcado pela euforia do desenvolvimento econômico.

O Brasil foi o primeiro país periférico a estabelecer medidas de conteúdo local na sua produção de veículos, a fim de acabar com o problema na balança de pagamentos e fomentar a indústria local. Logo foi estabelecida uma série de medidas para as montadoras instaladas em território nacional.

As montadoras tinham de seguir um cronograma de conteúdo interno extremamente ambicioso para serem elegíveis para a plena gama de subsídios financeiros. A cada ano seus veículos tinham de conter uma porcentagem maior de componentes comprados internamente. Em 1º de julho de 1960, os caminhões e veículos utilitários precisavam ter 90% de conteúdo nacional, e os jipes e carros, 95%. [...]. Ao oferecer os incentivos financeiros somente por um período limitado, o plano punha as iniciantes retardatárias em desvantagem competitiva (SHAPIRO, 1994, p. 81-83 apud AMSDEN, 2009, p. 275).

Apesar de apresentar crescimento no setor de automóveis e ter forte porcentagem de fator local em sua produção, a indústria automotora brasileira tem uma grande diferença em relação à indústria automotiva sul coreana, isto é, no caso do país asiático, a indústria apresenta um caráter nacional e diversificado, e no caso brasileiro, a origem estrangeira das montadoras. Com a crise econômica que afetou o Brasil na primeira metade da década de 1960, o BNDES sofre um estrangulamento de recursos, ao mesmo tempo que as menores empresas nacionais como a Vemag, são adquiridas por empresas transnacionais. Em 1964, no início do regime autoritário no Brasil, há uma reforma tributária que extingue o Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE), que era a principal fonte de recursos para o banco (MARTINS, 1985).

Ao lado da mudança no contexto político e institucional, ocorreram mudanças na posição do BNDES na estrutura do Estado, e o banco deixa de ser parte da jurisdição do Ministério da Fazenda e passa para a responsabilidade do Ministério do Planejamento (BNDES, 2002a), o que ocorre até os dias atuais. Além disso, são criados outros fundos para diversificar sua atuação em diferentes áreas da economia. O principal para esse trabalho é o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame, 1964), posteriormente

transformado em subsidiário em 1971. Esse fundo é diretamente vinculado à fabricação e aquisição de bens de capital, necessários para a indústria automotiva.

A partir daí, ou seja, na segunda metade dos anos 60, o BNDES passa a se consolidar como uma das principais instituições financeiras do país. Embora seja relevante reconhecer as divergências e disputas internas no banco sobre o caráter do projeto nacional de desenvolvimento e sobre a abordagem dos problemas brasileiros, tais como alianças com o capital estrangeiro etc., o projeto desenvolvimentista ganha força e é mantido ao longo do período pós-64. O BNDES passa a exercer seu caráter autônomo, fazendo parte dos chamados “bolsões de eficiência” da burocracia estatal brasileira (GEDDES, 1986, p. 105 apud EVANS, 2004, p. 95). Com a crise do petróleo de 1973, as montadoras de carros apresentam capacidade ociosa, sem necessidade de expansão – até então a entrada da Fiat no mercado brasileiro foi responsável por 88% dos investimentos do banco. É a partir desse momento que o governo brasileiro vislumbra a oportunidade de expandir internacionalmente o seu setor de autopeças. Nos anos 1970, das vinte maiores empresas de autopeças em funcionamento no Brasil, apenas seis estavam sob controle nacional.

O BNDES buscou apoiar programas para melhorar a qualidade de pesquisa e desenvolvimento nas empresas de autopeças, aumentar a sua produtividade e fortalecer a estrutura do capital das indústrias nacionais com capital de giro próprio (BNDES, 2002b). Empresas de destaque no setor de autopeças no Brasil, foram a Cofap, a Máquinas Varga, a Tupy, Braseixos, a Brasinca, a Ardeb, a Ferropesças Villares, a DHB e a Nakata, todas de capital nacional. No entanto, a partir de 1974 com a deflagração da crise do petróleo e o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1974-1979), a indústria de bens de consumo duráveis deixa de ser prioridade para as políticas do banco, e os investimentos passam a ser concentrados na produção de bens de capital, com o objetivo de superar a etapa de industrialização “difícil”.

Para podermos falar da indústria de automóveis sul-coreana temos que falar num fenômeno próprio da experiência do país asiático que são os *chaebols*. Os *chaebols* são grupos industriais de origem familiar que foram fundamentais no processo de acumulação coreano. Sendo que os grupos mais tradicionais da

economia do país, eram provenientes da clientela política criada por Syngman Rhee. Para Velasco e Cruz (2007, p. 209), os *chaebols* eram um:

Conjunto de firmas com atuação em diferentes mercados de produtos, sob controle empresarial e financeiro comum, a diversificação é um traço inerente aos grupos econômicos, como às grandes empresas industriais modernas. Em ambas o mecanismo de mercado dá lugar à hierarquia.

Os *chaebols*, desde a época de Rhee, contavam com apoio direto do KDB para financiar suas atividades empresariais. Com a nacionalização do setor bancário feita em 1962 pelo presidente Park Chung Hee, o KDB se torna o banco dos bancos e garantidor dos ativos dos bancos privados. No momento que um banco privado coreano financiava empresas, o prestador de última instância era o KDB, logo é possível afirmar que o fomento industrial no geral era promovido pelo banco (CASTRO, 2009). Com a nacionalização bancária, o manejo e a distribuição dos recursos financeiros torna-se mais fácil na medida em que o governo dispõe de todos os ativos financeiros disponíveis. A indústria automotiva coreana tem três gigantes empresariais escolhidas pelo governo: Hyundai, Kia e Daewoo. A Hyundai começou suas atividades com a construção civil e foi selecionada no governo de Park Chung Hee para ser uma produtora naval de navios-tanque, construindo o maior estaleiro do mundo na década de 1970, em Ulsan (VELASCO; CRUZ, 2007). Hyundai é a que tem o maior destaque no cenário econômico e industrial, sendo dela o primeiro veículo nacional produzido na Coreia do Sul. Todas essas fabricas começaram montando carros sob licença de montadoras estrangeiras, sendo elas a Ford, GM e Peugeot, respectivamente.

Em 1962, é lançado no país asiático a Lei de Proteção da Indústria Automotiva. Essa lei foi fruto de *lobby* feito pelo diretor da Korean Central Intelligence Agency (KCIA) em benefício da Nissan Motors, que na época, tinha parceria com a coreana Senara Motors, visando conquistar o nascente mercado da Coreia do Sul. A legislação previa que a importação de carros estava proibida, montadoras teriam isenção de impostos e peças e componentes estavam isentos de taxas de importação. A primeira linha de montagem da Coreia do Sul começou em 1962, com *kits* importados do Japão. Na época, havia apenas 20% de conteúdo nacional nos carros sul-coreanos; nos anos 1970, esse índice já havia atingido a marca acima de 90%, graças aos incentivos dados pelo governo na nacionalização do setor (GREEN, 1992).

De acordo com Lee (2002), a Hyundai sempre teve o interesse de ser uma concorrente de respeito frente às principais líderes no setor que estava se instalando no país asiático. Vide o exemplo da questão dos estaleiros, Velasco e Cruz (2007) apontam que a Hyundai Heavy Industries, que teve amplo apoio do governo Park em “situações adversas”, consolidou-se como a maior construtora naval do mundo e até hoje se mantém nesse patamar. A diversificação do grupo ajudou a empresa e arcar com os custos de forma mais fácil. O seu financiamento se deu não apenas por bancos do governo, mas a Hyundai também foi autorizada a pedir empréstimo a outros bancos internacionais, conseguindo cerca de US\$ 72 milhões de bancos do Japão, França e Inglaterra. O governo entrou com o empréstimo de US\$ 100 milhões para a construção de uma fábrica própria, capaz de montar 56 mil carros por ano. Lee comenta sobre a ajuda do Estado para promover a indústria no setor automotivo:

To promote the auto industry, the government also exempted the direct tax on the construction of factories and equipment investment and provided long-term loans at a much lower interest rate than that applied to general loans from banks. Yet the most important source of financing during the latter half of the 1970s was foreign borrowings. (LEE, 2002, p. 191).

As medidas tomadas pela Hyundai Motor Company estavam ligadas às políticas estabelecidas pelo governo, que, em 1974, decretou o “The Long-Term Development Plan for the Auto Industry”, que consistia em um plano de longo prazo para a indústria automotiva, a qual, até então, não havia sido agraciada pelas políticas de Estado. Entre as suas medidas, estava o apoio do governo a empresas escolhidas, no caso a Hyundai, Kia e GM Korea. Elas teriam que produzir, em economia de escala, modelos produzidos totalmente de forma local, com motores menores que 1.500 cc, e foi estabelecida a produção mínima de 50 mil carros por ano para cada fabricante. A produção automotiva deveria ter no mínimo 95% de conteúdo nacional.

Com isso, a partir de 1974, com a implementação do plano de longo prazo do governo em apoio às montadoras, a Coreia do Sul passa a modificar o paradigma da divisão internacional do trabalho no quesito de produção automotora (LEE, 2002). Ao contrário do Brasil, que cedeu às exigências da Ford em 1966, para se implantar com mais facilidade no mercado interno, a Coreia do Sul conseguiu estabelecer políticas de proteção ao seu mercado. Os grupos selecionados do governo detinham

capital suficiente para a empreitada. Enquanto os brasileiros contavam com transnacionais para produzir automóveis, ainda com forte conteúdo nacional, faziam com que a indústria média crescesse (AMSDEN, 2009). Já a Coreia do Sul foi capaz de fomentar sua própria indústria nacional de automóveis.

4 ANOS 1980-2000

Nos anos 1980 há uma mudança ideológica na burocracia estatal sul coreana, e o neoliberalismo passa a entrar na cena política e no interior do Estado. Um bom indicador dessa adesão, é a internacionalização do conhecimento acadêmico. Entre 1970 e 1990, 801 coreanos obtiveram doutorado nos Estados Unidos, enquanto, no mesmo período, 301 japoneses tiveram a mesma formação (AMSDEN, 1994 apud VELASCO; CRUZ, 2007). A elite e o aparelho burocrático coreano estavam agora nutrindo simpatia pelo neoliberalismo, o que vinha de encontro às aspirações do governo sul-coreano. Isso dividiu a burocracia estatal, colocando o EPB e o Ministério das Finanças do lado ortodoxo, e o Ministério da Indústria e o Ministério das Obras Públicas do outro lado, de inspiração heterodoxa.

No mesmo período, há crescentes tensões do capital com o Estado. Nos fins da década de 1970, a Hyundai vinha sendo pressionada para fazer uma *joint venture* com a GM, em vez de seguir sozinha no ramo automobilístico. A empresa contrariou as sugestões dos burocratas e constituiu seu projeto próprio, como mostrado na seção anterior. Em 1981, os bancos comerciais passam da mão do Estado para a iniciativa privada, ainda que sob estrito comando estatal. O governo ainda tinha poder para nomear dirigentes e outras funções importantes no interior das instituições financeiras, mesmo que privados (VELASCO E CRUZ, 2007). Os principais beneficiados com a liberalização do sistema bancário foram os *chaebols*, os únicos agentes privados nacionais com capacidade de arcar com os custos de aquisições dos bancos. Além da liberalização, houve um ajuste para conter a inflação, que ficou abaixo dos 5% a partir de 1982.

A Coreia do Sul se recuperara bem do choque do petróleo de 1978, o que é mais uma vez explicado pela existência de poupança externa provida pelos Estados Unidos, a qual ainda era abundante. O Brasil, por sua vez, encontrou vários obstáculos para a tomada de empréstimos nos anos 1980 e os impactos econômicos da crise de 78 foram importantes. A moratória declarada pelo México

em 1982 fez com que as nações periféricas em geral perdessem a credibilidade e confiança no mercado de investimentos externos. Todavia, a credibilidade sul-coreana parece ter se mantido intacta. A economia brasileira, apesar da crise, mostra crescimento nos anos de 1984, 1985 e 1986; o PIB cresce, pois ainda há formação bruta de capital fixo, graças ao II PND. Ainda que, desde o fim da década de 1970, o país estivesse em crise, ela é ignorada e o investimento continua (CASTRO, 2004). No entanto, a inflação chega à casa dos 100% e, no ano de 1988, chega a 1.000%.

Nesse período, isto é, nos anos 1980, o BNDES passa a ter uma função dupla: enquanto ainda é responsável pelo *funding*, ele também passa a ser responsável pelas privatizações. Em 1981, o banco já seria responsável pela Comissão Especial de Privatizações, que indicou 140 empresas que poderiam sofrer privatização, com a finalidade de diminuir o tamanho do Estado-empresário brasileiro. O papel do BNDES também foi de manter o parque industrial, visto que, no contexto de crise, não era possível aumentá-lo, mas também não era benéfico diminuí-lo (BNDES, 2002b).

A questão da indústria automotiva na própria Coreia do Sul também era assegurada pelo Estado. Mais uma vez, entra a “coalizão neomercantilista” para a exportação e também o aporte do Estado para o controle de preço pelas próprias empresas. Houve restrição às importações de veículos completos de 1986 até 1988, ou seja, durante o período de racionalização da indústria. De acordo com Green “of the cars on South Korean roads, 99.9% are Korean made. Despite the formal adoption of an import liberalization policy in 1988, foreign cars are hard to find in the streets of Seoul” (GREEN, 1992, p. 419). Nesse mesmo período, a Hyundai passa a entrar no competitivo e lucrativo mercado americano. Após a expansão da fábrica de carros em Ulsan, no início da década de 1980, a empresa aumentou sua produção. Como o mercado interno não era suficiente para a oferta crescente, a alternativa era a exportação. Em 1986, empresa lança o modelo compacto Excel nos Estados Unidos e, junto com a Hyundai, a Daewoo passa a produzir o Pontiac Le Mans e a Kia monta o Ford Festiva (GREEN, 1992).

A venda de carros coreanos nos Estados Unidos subiu 105% em 1987 e 37% em 1988. A experiência adquirida na introdução de veículos no Oriente Médio e em alguns países da América Latina, ainda que timidamente, fez com que a Hyundai

tivesse o *know-how* necessário para a empreitada no território norte-americano. O governo sul-coreano mais uma vez entrou em ação quando a Hyundai foi acusada de *dumping* no Canadá e nos Estados Unidos (GREEN, 1992). Graças a medidas diplomáticas do governo, como o envio de cartas e comunicação diplomática, a Hyundai pôde passar pelo processo sem maiores complicações (GREEN, 1992). O caso da indústria automotiva brasileira era distinto do coreano. O setor automotor no Brasil passava por estagnação nos anos 1980 e 90. As restrições monetárias adotadas pelo país para sair da crise da dívida e da crise fiscal fizeram como que a participação do BNDES no setor caísse 50%. Todavia, o âmbito de caminhões seguiu mais forte do que o de veículos de passeio. No início da década de 1980, os seguintes produtos eram financiados pelo banco:

- a) chassis de caminhão com capacidade mínima igual ou superior a trinta toneladas;
- b) chassis de ônibus rodoviário com motor diesel de potência superior a 130 hp;
- c) carrocerias metálicas para chassi de capacidade máxima igual ou superior a 19 toneladas;
- d) carrocerias metálicas para chassi com motor diesel de potência superior a 130 hp;
- e) equipamentos adaptáveis a chassis com capacidade máxima de tração igual ou superior a 19 toneladas (BNDES, 2002b).

O BNDES, a partir da década de 1990, passa a ser o principal agente do governo Collor responsável pelas privatizações que estavam tomando forma no Brasil desde a década passada. Como já destacamos anteriormente, a burocratização diminui e o modelo econômico que dava legitimidade ao *funding* realizado pelo BNDES entra em esgotamento. A partir do governo Collor, o banco passa a ser o maior responsável pelo Plano Nacional de Desestatização (PND), que foi lançado no mesmo governo. O setor automotivo do Brasil nos anos 1990 recebeu desembolsos por parte do BNDES, todavia concentrou uma porcentagem muito baixa do total, cerca de 3,6 bilhões de dólares para o setor como um todo entre 1991 e 2001, o que representou 4,3% do total de desembolsos para o decênio em questão. Todavia, o número de IEDs foi grande, apenas entre 1991 e 1993 foram

investidos US\$ 900 milhões, enquanto de 1980 a 1984 o valor foi de US\$ 466 milhões e de 1985 a 1989, US\$ 451 milhões (BNDES, 2002b).

No caso da nação asiática, todavia, o país não poderia cometer o mesmo erro do passado e limitações foram impostas aos *chaebols* quanto à participação nos leilões de privatização de empresas. Logo o governo sul coreano baixou uma medida que impedia que os trinta maiores grupos participassem de leilões, na tentativa de evitar concentração de capital por parte dos grandes grupos nacionais. Mas, para promover mudanças de infraestrutura, a fim de concorrer na economia aberta, o país precisaria recorrer ao crédito privado e às empreiteiras, e os *chaebols* estavam aí mais uma vez como beneficiados do projeto. Nesse primeiro processo liberalizante por Kim Young Sam, os *chaebols* ainda saíram com o mesmo grau de poder que tinham anteriormente (VELASCO; CRUZ, 2007).

5 ANOS 2000

Como observado na seção anterior, houve uma mudança nos paradigmas coreano e brasileiro de desenvolvimento na década de 1990. Ambos os países abandonam suas tradições desenvolvimentistas e fazem reformas liberais na sua economia, principalmente a industrial. No caso do Brasil, a privatização das estatais foi o principal reflexo das reformas orientadas para o mercado ocorrida no período. Já na Coreia do Sul, a quebra dos *chaebols*, tanto nos setores verticais quanto horizontais nos quais haviam se expandido, foi o processo mais notável para o país asiático.

Como nos anos 1980, em que o caminho entre as duas nações foi distinto, os anos 2000 mostram novamente uma mudança da abordagem estatal de um dos países. O Brasil, ainda que de forma menos agressiva, começa a trazer o Estado e as instituições de volta à economia nacional, abrindo caminho para novas políticas de inspiração desenvolvimentista. Em 2002, o presidente que sucede Fernando Henrique Cardoso é Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A Coreia do Sul, por sua vez, mantém-se na política econômica exercida por Kim Dae Jung, que segue as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas o papel do Estado continua grande em sua economia. Todavia, a partir dos anos 2000, devemos nos concentrar na mudança de caráter do Estado brasileiro frente a questões econômicas e sociais,

que efetivamente sofreu mudanças em relação aos anos 1990, marcados pela hegemonia neoliberal (VELASCO; CRUZ, 2007).

Lula, assim que eleito em 2002, havia muitas expectativas no exercício do seu mandato, muitos acreditavam que esse era o momento em que demandas históricas seriam atendidas, como a reforma agrária, a reforma tributária, somadas com o fim de políticas econômicas ortodoxas. No entanto, não é isso o que ocorre: assim que o presidente assume o governo, demonstra intenções de continuar com a política econômica exercida nos governos anteriores de FHC. Isso pode ser explicado pelo temor lançado na mídia e nos empresários que não tinham conhecimento do que poderia ser a política econômica do governo brasileiro nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT). A fim de não acabar com o *modus operandi* econômico estabelecido na década anterior, o governo continuou com as metas de superávit primário, que de 2003 a 2005 representaram 4,25% do PIB (DINIZ; BOSCHI, 2007).

É importante destacar a situação econômica em que o país se encontrava no momento da sucessão presidencial. A inflação era de 12,53%, com uma dívida de US\$ 14,7 bilhões com o FMI, a dívida externa representava 57,5% do PIB, com uma taxa de juros de 25% e com a balança comercial deficitária em US\$ 8,4 bilhões. É compreensível a manutenção de algumas políticas de cunho ortodoxo, dado o estado econômico com uma inflação chegando à casa de dois dígitos. Portanto, a mudança de abordagem por parte do governo brasileiro, no que diz respeito à economia, seria paulatina. Para César Benjamin (2004), o governo Lula claramente manteve o viés neoliberal das gestões anteriores, apontando um cenário incerto para os anos seguintes. No entanto, ao analisarmos os gastos sociais do segundo governo de FHC e os do governo Lula até 2005, podemos observar um aumento em gastos sociais.

Diniz e Boschi também ressaltam a importância do programa “Bolsa Família” no combate à pobreza no país. O programa é um aperfeiçoamento do “Bolsa Escola”, aumentando sua abrangência e supervisão e chegando a atender uma quantidade de lares pobres acima da estimativa do Ministério do Desenvolvimento Social (DINIZ e BOSCHI, 2007). A mudança de perspectiva frente às problemáticas sociais é clara no novo governo. Por outro lado, a Coreia do Sul, que também passa por um processo de sucessão presidencial no ano de 2003, demonstrando não ser muito clara na sua política econômica ao longo da década, seguindo as

recomendações do FMI para o desmantelamento dos grandes grupos empresariais na continuidade do governo Kim Dae Jung no período pós-crise. O governo coreano, em conformidade com o receituário do FMI, aumentou a taxa de juros de forma significativa, fazendo com que a obtenção de crédito por parte da pequena e média indústria encontrasse fortes obstáculos, levando essas empresas à falência, uma vez que mais bancos públicos também passaram à iniciativa privada (HEO et al., 2008).

O governo sul-coreano também promoveu uma flexibilização das leis do trabalho, visando facilitar demissões, e também fez fusões dos setores mais fracos dos *chaebols*, muitas delas com empresas estrangeiras. O aumento do consumo baseado no cartão de crédito foi incentivado pelo presidente Kim Dae Jung. O novo presidente, Roh Moo Hyun (2003-2008), foi obrigado a arcar com os custos da política econômica adotada por Kim. O novo presidente encontrou um contexto de descontentamento por parte dos trabalhadores e das pequenas empresas, tendo em vista os métodos ortodoxos adotados pelo seu antecessor. Graças a esses fatores, o gasto com o bem-estar social cresceu, de 17,9% em 1997 para 25,3% em 2006. A economia teve um crescimento menor tanto para Roh Moo Hyun quanto para Kim Dae Jung, cerca de 4% a.a., enquanto Kim Young Sam teve um crescimento médio de 7,1% a.a.

Outro fator herdado que contribuiu para o baixo crescimento econômico coreano foi a baixa taxa de investimento doméstico. Como na década anterior, os *holdings* do país passaram por um processo da internacionalização, seus investimentos foram focalizados em outros países, com a finalidade de redução de custos e maior competitividade, uma vez que Roh aumentou impostos para poder arcar com maiores gastos sociais, o que fez a taxa de investimentos domésticos cair de forma notável no país nos anos 2000.

De acordo com Heo entre outros (2008), o desempenho econômico da presidência de Roh Moo Hyun pode ser resumido da seguinte maneira:

In summary, the Roh administration had to deal with the results of the my topic policies adopted by the Kim Dae-jung administration to quickly recover from the financial crisis. To make matters worse, the Roh administration increased social welfare expenditures by increasing taxes to improve social wealth redistribution. As a result, corporate capital moved to foreign countries looking for better business environments, which turned slowed the economy. (HEO et al., 2008, p. 21).

Apesar das tentativas de sanar os problemas causados pela abrupta abertura do mercado coreano a partir da crise, o governo de Roh Moo Hyun não foi bem-sucedido em termos gerais da economia. Apesar de ter ensaiado uma quebra do modelo neoliberal, não houve uma volta definitiva ao desenvolvimentismo nos moldes de Park. Um exemplo disso é o crescimento nos valores dos empréstimos do KDB. Esse fator, no entanto, é devido a um maior ganho de independência dos *chaebols* após o *big-push* estatal na metade da década de 1980. O seu sucessor, Lee Myung Bak (2008-2013), promoveu várias políticas no início do seu governo que não foram muito bem vistas pela população, teve um viés mais orientado para os negócios internacionais e concentrou-se em baixar os impostos para os mais ricos, trazendo descontentamento às camadas populares. Também houve planos de privatizar o KDB e transformar a economia mais voltada para o mercado (MICHELL, 2009). Todavia, durante a crise de 2009, a Coreia do Sul resistiu bem, pois tinha integrantes fortes na indústria nacional, como os *chaebols*.

A crise internacional veio de encontro aos planos de Lee Myung Bak, que buscava uma maior integração com o mercado globalizado. É importante destacar que a economia coreana ainda tem um pensamento estruturalista marcante, principalmente no que diz respeito à sua economia doméstica, sendo o país que deu a melhor resposta à crise mundial, de acordo com os dados da revista *Carta Capital* de 12 de novembro de 2014.

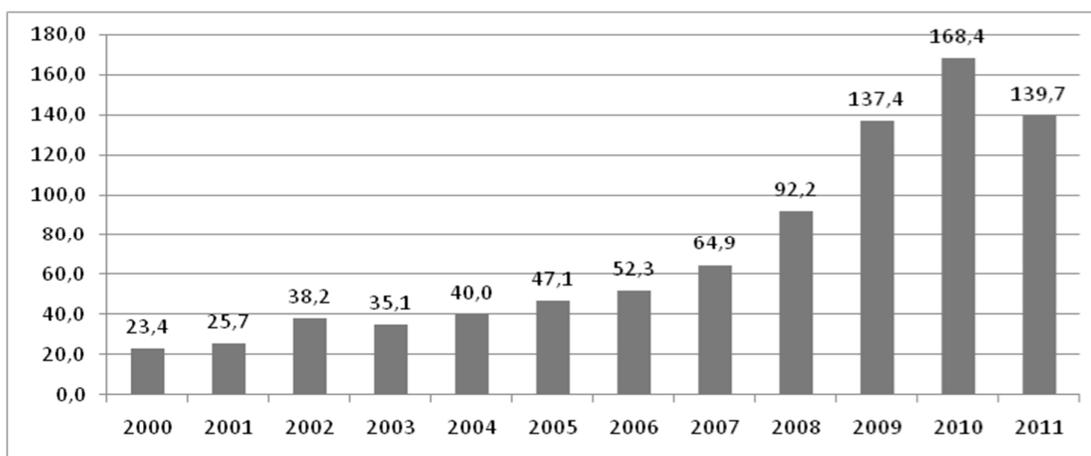
6 OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO DE 2003 A 2010

Dada a mudança política iniciada em 2003 no Brasil, o BNDES também teve seu perfil modificado, em primeiro lugar, por voltar a financiar empresas públicas, como a Petrobras, em obras de infraestrutura. Tudo isso devido a uma nova abordagem dada à problemática do crescimento econômico trazida pelo novo governo. Em 2004, o Estado lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O BNDES foi responsável pela modernização dos setores produtivos, importação, exportação, micro e médias empresas, desenvolvimento social e urbano. O banco reedita o papel que teve desde a sua criação até os anos 1990, o papel de grande investidor, responsável pela injeção de liquidez no mercado nacional.

[...] o banco teve importante papel, assim como outros bancos oficiais, na manutenção do nível dos investimentos durante a fase de escassez de liquidez pela qual passou o sistema financeiro privado nacional em decorrência da crise financeira internacional, que teve seu ápice em setembro de 2008. Entre 2004 e 2010, o volume de financiamento salta de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 168,4 bilhões, evidenciando o aumento dos empréstimos do banco nos últimos anos (COUTO; TRINTIM, 2012, p. 7).

O maior volume de financiamentos por parte do banco de desenvolvimento brasileiro evidencia a mudança na abordagem do BNDES frente à economia nacional (Gráfico 1). A Coreia do Sul, por sua vez, teve um aumento nos desembolsos em capital produtivo, principalmente no fim do governo de Roh Moo Hyun. Isso foi seguido pelo seu sucessor, pelo menos no ano de 2008, visto que, no período de Lee Myung Bak (2008-2013), houve a grande crise internacional e o KDB tomou medidas anticíclicas para não ser afetado, tendo um papel preponderante (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Desembolsos do BNDES 2000-2011 (em bilhões de reais)



Fonte: Couto e Trintim (2012).

Os desembolsos dos bancos apresentam sinais de crescimento especialmente no intervalo de 2007 a 2008. Ambos apresentam aumento de 42% nominalmente nos seus desembolsos, enquanto de 2008 para 2009 o BNDES apresenta um crescimento de 49%. Esse crescimento significativo tem duas causas principais: o início da política dos campeões nacionais, com fusões para formar grandes companhias em setores em que o Brasil é mais competitivo, no caso alimentação e bebidas; e a injeção de crédito na economia, que começava a sentir

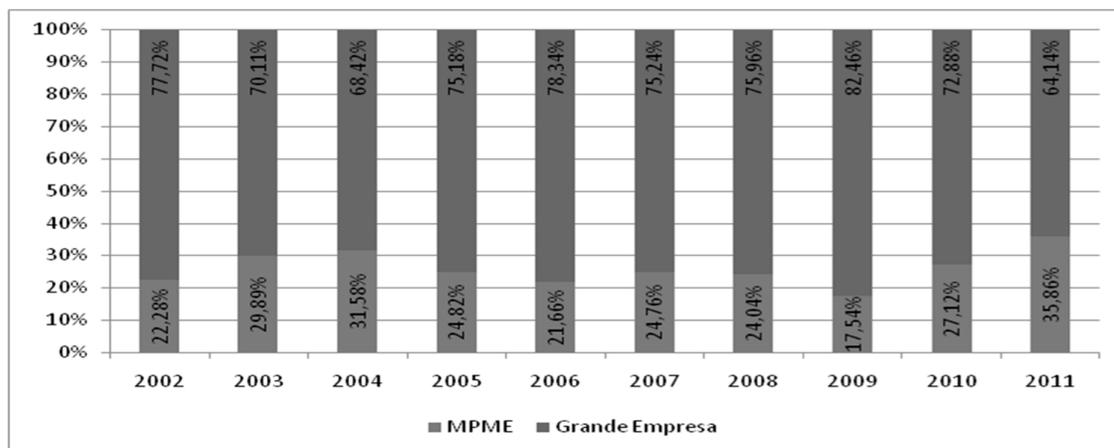
alguns efeitos da grande crise financeira internacional, como exemplificado por Couto e Trintim (2012):

à partir de setembro de 2008, com o agravamento da crise financeira internacional (desencadeada pelo mercado *subprime* dos Estados Unidos) e a conseqüente redução da liquidez externa, o governo teve que atuar de forma a minimizar os efeitos da restrição do crédito. No que diz respeito ao BNDES, houve ampliação das linhas de financiamento às exportações e ao capital de giro, e o banco foi responsável por cerca de um terço da expansão do crédito no país. Em setembro de 2008, o BNDES respondia por apenas 16% da oferta de crédito ao setor privado. Mas com o agravamento da crise financeira internacional, a participação do BNDES sobe para 17% em dezembro do mesmo ano (COUTO; TRINTIM, 2012, p. 14-15).

Ou seja, ao contrário dos anos anteriores, o Estado brasileiro, através do BNDES, passava a protagonizar políticas anticíclicas. É notável a mudança de abordagem frente à economia por parte do Estado e do relacionamento com os mercados. A Coreia do Sul, por sua vez, também faz uso de sua máquina estatal para contornar a crise, com desembolsos do KDB. Apesar de os empréstimos de 2009 serem menores do que os de 2008, a quantidade investida na indústria foi 0,3% maior, ou seja, manteve-se dentro do mesmo patamar histórico. A economia do país asiático também contou com auxílio dos *chaebols*, principalmente dos fabricantes de automóveis, que concentraram suas vendas no mercado chinês (MICHELL, 2009).

No que diz respeito ao direcionamento dos empréstimos dos bancos públicos de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto na Coreia do Sul, o maior beneficiado nos anos 2000 foi a indústria. O desembolso para a indústria em geral representou, de 2002 a 2009, 53,4% (KDB, 2003-2010) dos desembolsos do KDB, em média. A respeito do BNDES, a média de desembolsos de 2002 a 2010 foi de 45,6% (COUTO; TRINTIM, 2012) para o setor industrial, principal aposta dos bancos estatais. Os dois países também apresentam uma semelhança no que diz respeito ao investimento na pequena e média indústria. Contrariando o seu histórico das décadas de 1970 e 1980, os países passaram a investir mais nas indústrias de menor porte, a partir dos anos 2000. O gráfico 3 ilustra o caso do Brasil.

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos empréstimos do BNDES de acordo com o porte da empresa (2002-2011)



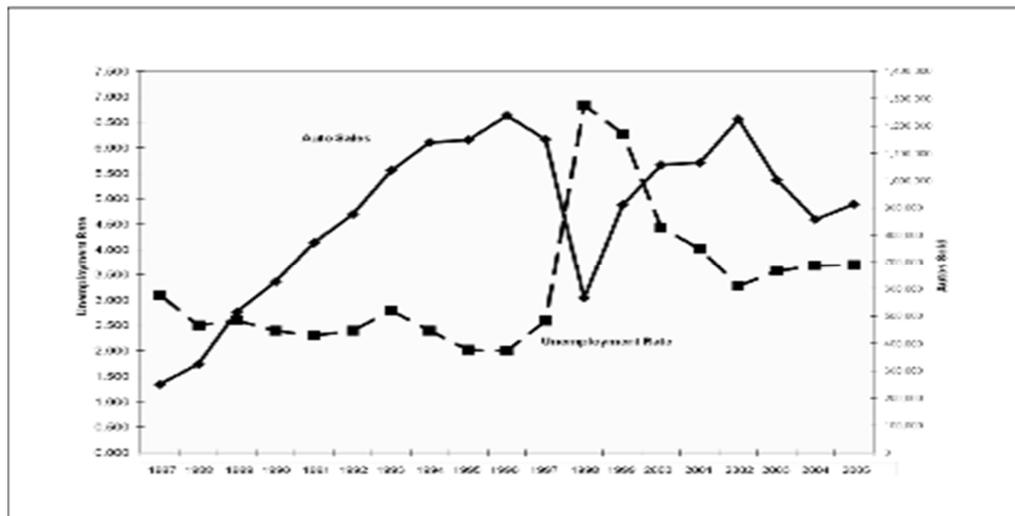
Fonte: Couto e Trintim (2012).

A Coreia do Sul mantém clara a sua política de acabar com as assimetrias econômicas internas, pois os grandes *holdings* coreanos, durante muito tempo, principalmente nos governos de Park Chung Rhee e Chun Doo Hwan, foram praticamente os únicos beneficiados pelas políticas econômicas do Estado e dos recursos do banco. Nos relatórios do KDB, fica claro o investimento nos setores menos favorecidos. Segundo o relatório de 2005, de 2000 até 2005, o KDB desembolsou 3 trilhões de wons, através do Fundo de Estímulo à Economia Regional, realocando indústrias de Seul para outras áreas menos favorecidas e criando cooperativas de investimento em cooperação com as autoridades regionais (KDB, 2006).

7 O SETOR AUTOMOTIVO NOS ANOS 2000

Um setor que apresentou avanços e recebeu incentivos do Estado no caso brasileiro foi o setor automotivo. Sendo uma área preponderante para o mercado interno, como visto nas seções anteriores, o nicho automotor sempre foi um dos grandes responsáveis pela industrialização do Brasil. No caso coreano, o setor de automóveis também é de alta relevância, todavia a sua produção é muito mais voltada ao mercado externo, mas suas flutuações acabam também por causar efeitos multiplicadores na economia coreana, como mostrado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Vendas no setor automotivo (azul) e taxa de desemprego (preto)



Fonte: Ebert e Montoney (2007).

É claro, de acordo com o gráfico acima, que o setor automotivo na Coreia do Sul e o seu desempenho influenciam fortemente a questão do emprego no país. Por isso, os investimentos estatais ainda são pesados nessa área, pois os efeitos do desemprego podem gerar uma forte estagnação nos mais variados setores econômicos do país. No Brasil, a partir dos anos 2000, o setor automotivo também recebeu maiores incentivos. Um desses incentivos propostos pelo BNDES foi o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado em 2009, no contexto da crise internacional. O programa foi muito importante para baratear custos de financiamento de bens de capital, o que permitiu que as montadoras e fabricantes de autopeças realizassem investimentos planejados para a manutenção do crescimento do setor.

O âmbito da indústria automotora também recebeu uma quantidade significativa de desembolsos. Assim como na Coreia, o setor automotivo é responsável por uma expressiva parte do emprego nacional. De 2002 a 2011, os desembolsos direcionados à fabricação de carros e autopeças representaram 6% do total do BNDES (Tabela 8), em média, enquanto na década de 1990 até 2001, os investimentos representaram 4,3% do total, lembrando que os empréstimos do BNDES na época foram mais retraídos.

Tabela 1 – Desembolsos para o setor automotivo – 2002-2011

Ano	Desembolsos a preços de 2011** (R\$ milhões)	% do desembolso do BNDES
2002	2.880	3,90
2003	4.267	7,92
2004	3.784	6,47
2005	6.543	10,04
2006	7.070	10,11
2007	3.976	4,72
2008	5.368	5,07
2009	6.786	4,34
2010	6.284	3,44
2011	4.659	3,35

Fonte: BNDES.

Fonte: BNDES (2012).

O programa BNDES Proengenharia é de suma importância para a economia nacional. Tendo sido criado em 2009, ele se concentra em investimentos em P&D, para o desenvolvimento de novos motores e peças. Através disso, também é feita uma política de maior localização da produção para alavancar a industrialização interna (BNDES, 2012).

A localização de projetos no país é fundamental para o desenvolvimento do setor, por permitir atualização tecnológica dos produtos, geração de receitas de *royalties* e exportação, desenvolvimento de fornecedores, aumento de compra de componentes nacionais etc. (BNDES, 2012, p. 119).

As políticas de conteúdo nacional foram fundamentais para o fomento da indústria nacional. Como visto nos capítulos anteriores, tanto na Coreia quanto no Brasil, a localização da produção foi um dos catalisadores da superação industrial e obtenção de *know-how* com a finalidade de exercer uma competitividade forte na economia internacional. Atualmente, o setor automotivo na Coreia do Sul apresenta uma taxa de conteúdo local de 97% (KDI, 2013). Os seus carros já não se baseiam apenas no baixo custo, e o forte investimento em inovação que passou a ocorrer desde a década de 1980 fez com que a indústria automotiva se concentrasse em desempenho e *design*. Desse modo, os produtos coreanos se diferem pela qualidade e têm mais valor agregado, favorecendo a posição do país no cenário econômico mundial competitivo.

Outra questão notável é o caráter da produção automotiva nos dois países. A Coreia do Sul, desde a década de 1980, buscou aumentar sua produção visando ao mercado externo, principalmente o mercado dos Estados Unidos, ao passo que o Brasil sempre contou com um mercado interno considerado grande e inexplorado. No entanto, a nação asiática, na segunda metade da década de 1990, já detinha uma produção de veículos próxima a 3 milhões de unidades, enquanto o Brasil produzia pouco mais de 2 milhões. Considerando o diminuto mercado interno coreano frente ao brasileiro, fica evidente a vantagem de ser uma economia exportadora em um setor com maior benefício tecnológico. Como as montadoras brasileiras são em sua maioria internacionais, o interesse de exportar não é predominante. Basta ver os números de exportação de unidades de veículos das duas nações em 2010. De acordo com a *think tank* coreana KDI, em 2010 a Coreia do Sul exportou 2.772.107 veículos, enquanto o Brasil foi responsável por exportar 767.432 automóveis.

Ao observarmos a indústria do Brasil no período estudado nesta seção, é clara a sua evolução. É igualmente nítida a diferença da industrialização coreana em relação à brasileira. A produção industrial da nação asiática é muito mais intensiva no que tange à tecnologia de ponta, e o parque produtivo do país é formado por gigantes nacionais que atualmente competem pela liderança de seus setores. Apesar da matriz produtiva, há uma semelhança importante, que é a da relação do Estado frente à economia. A máquina estatal nos dois países utilizou-se de suas instituições e empresas, no caso os bancos de desenvolvimento, para o fomento dos seus setores preponderantes. Além disso, a economia dos dois Estados não se sujeitou inteiramente às regras de mercado, agindo com pragmatismo, principalmente nos momentos de crise.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento industrial da periferia sempre foi um desafio que pode sofrer vários percalços. A experiência histórica mostra que países que conseguem uma superação do *gap* industrial considerável geralmente apresentam um elevado grau de intervenção estatal na economia. As nações centrais tiveram seu desenvolvimento marcado pela livre-iniciativa burguesa, o mesmo não ocorrendo com a maioria dos países da periferia das economias avançadas, que geralmente

têm uma sociedade menos igualitária e focada e uma elite formada em produtos primários. No caso das nações periféricas, a superação do subdesenvolvimento recai na capacidade de entender as melhores oportunidades para as políticas de desenvolvimento econômico, como o exemplo do proveito da ajuda americana dada à Coreia do Sul nos tempos da Guerra Fria, ou a busca de poupança externa advinda dos países produtores de petróleo na década de 1970 por parte do governo brasileiro.

Este trabalho procurou mostrar que há uma forte diferença entre Brasil e Coreia do Sul pelo fato de o país sul-americano ter uma elite rural forte, que apresenta interesses antagônicos aos industrializantes que permearam a política econômica pós-crise de 1929. A antiga elite agrária da Coreia do Sul não teve escolha além de se urbanizar após a reforma agrária realizada durante a guerra civil, e isso teve relação direta com a formação dos *chaebols*. No que diz respeito às políticas dos bancos de desenvolvimento, o BNDES e o KDB têm uma gênese similar, advinda do auxílio americano. Ambos iniciam as atividades incentivando o processo de substituição de importações, mas a sua maior diferença reside no fato de que a Coreia do Sul buscou incentivar indústrias privadas nacionais, enquanto o Brasil contou com produtoras estrangeiras de bens de consumo duráveis e estatais por trás da indústria pesada. O BNDES passou a financiar também as empresas estrangeiras, enquanto na Coreia as subsidiárias estrangeiras eram raras e, à medida que os *chaebols* foram crescendo, o mercado foi se fechando ainda mais para os que vinham de fora.

A questão da indústria automotiva serve para destacar bem a diferença que a localização das fábricas exerce no papel de um crescimento próprio. A Coreia do Sul, com um setor automotor praticamente todo nacional, que teve fortes incentivos governamentais, representou a superação completa do *gap* industrial, enquanto as transnacionais brasileiras, responsáveis pela produção de automóveis, não causaram o mesmo efeito multiplicador, sendo a única parte verdadeiramente brasileira o setor de autopeças, que é uma indústria intermediária, de menor valor final se comparada com as vendedoras de veículos.

Ambos os bancos funcionaram e têm funcionado como agentes de *funding* de maior relevância e, no caso brasileiro, como único agente do tipo. O Estado está presente na economia dos dois países, mas na brasileira o Estado aparece como

empresário e também indutor da produção. Já na Coreia, o país ocupa o papel de indutor somente, apostando nos grandes grupos empresariais nacionais voltados à exportação. O Brasil era focado no mercado interno, muito pelo seu tamanho e população, o que parece ter implicado um caráter concentrador de renda no Brasil. O auxílio americano à nação asiática, que deu a esta uma poupança externa abundante, também foi um elemento diferenciador frente ao Brasil. A Coreia tinha liquidez financeira e abundância de recursos, enquanto os brasileiros passaram a ter dificuldades em financiar seu desenvolvimento com recursos externos, sobretudo na década de 1980.

No quesito de liberalização econômica, o BNDES também foi um instrumento preponderante, ainda que distante de seu propósito original. Na Coreia do Sul, o Estado foi também um agente de política econômica importante, ao implantar o desmanche de alguns *chaebols* para gerar uma concorrência mais sadia e em melhores condições de equidade.

Há uma certa semelhança entre o BNDES e o KDB nos anos 2000, principalmente no que diz respeito à crise financeira. Além disso, a política adotada para o fortalecimento da indústria por setores que o BNDES adotou na década em questão lembra o modelo coreano sob a gestão de Park Chung Hee, por selecionar setores para investimento, mesmo que o Brasil tenha priorizado a indústria alimentícia no período. No entanto, os níveis de investimento nacional em relação ao PIB necessitam maior crescimento para que o Brasil possa ter uma superação do mesmo nível que o da Coreia. Apesar de o novo desenvolvimentismo não alcançar um índice de crescimento tal qual o do antigo desenvolvimentismo, ele se mostra presente e indutor do crescimento. Contudo, diante do que foi exposto, é válido afirmar que hoje Brasil e Coreia são países de níveis diferentes no quesito industrial, todavia, ao utilizarem-se de órgãos como o BNDES para financiar o desenvolvimento próprio, as expectativas parecem favoráveis, como mostra o exemplo brasileiro passado e o coreano até hoje.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (Org.) **A Reinvenção dos Carros**: de JK a FHC. São Paulo, Scritta, 1997.

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do “resto”**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

BENJAMIN, César; SADER, Emir et al. **O Governo Lula: Decifrando o Enigma**. São Paulo: Vira mundo, 2004.

BAUMANN, Renato. Biefex: efeitos internos de um incentivo à exportação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 44, n. 2, 1990.

BNDES. **BNDES: 50 anos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002a.

BNDES. **BNDES 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002b.
Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes_setorial.html>. Acesso em: 15 out. 2014.

BNDES. **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/São Paulo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista e desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, out./dez. 2010.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. P. **Economia brasileira em marcha forçada**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CASTRO, Lavínia Barros de. Financiamento do desenvolvimento: experiência comparada Brasil-Coreia (1950-1980). **Revista do BNDES**, n. 32, 2009.

COUTINHO, L. Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

COUTO, Ana Cristina Lima; TRINTIM, Jaime Graciano. O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2012. **Anais...** 2012. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/011020121854415026_Ana%20Cristina%20Lima%20Couto.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

DINIZ, Adriana do Nascimento. **BNDES: de agente desenvolvimentista a gestor da privatização: 1952-2002**. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000332988>>. Acesso em: 15 out. 2014.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. **A difícil rota do desenvolvimento**: empresários e a agenda pós-neoliberal. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

EBERT, Robert R.; MONTONEY, Mariel. Performance of the South Korean Automobile Industry in the Domestic and United States Markets. **The Baldwin-Wallace College Journal of Research and Creative Studies**, v. 1, n. 1, p. 12-24, Fall 2007.

EVANS, Peter. **A Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.

GREEN, Andrew E. South Korea's Automobile Industry: development and prospects. **Asian Survey**, v. 32, n. 5, p. 411-428, May 1992. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0004-4687%28199205%2932%3A5%3C411%3ASKAIDA%3E2.0.CO%3B2-O>>. Acesso em: 15 out. 2014.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 45-62, jan./mar. 2010.

HAGGARD, Stephan. **Pathways from the Periphery**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

HEO, Uk et al. Political economy of South Korea: economic growth, democratization and financial crisis. **Maryland Series in Contemporary Asian Studies**, v. 2008, n. 2, Article 1. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.umaryland.edu/mscas/vol2008/iss2/1>>. Acesso em: 15 out. 2014.

KOREA DEVELOPMENT INSTITUTE (KDI). Evolution of industrial policy and green growth in Korea. **Future of the World Trading System: Asian Perspectives 11-12**, March, 2013. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/reser_e/wts_future2013_e/ahn.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2003**. Seul, 2004. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2004**. Seul, 2005. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2007**. Seul, 2008. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2008**. Seul, 2009. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2009**. Seul, 2010. Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **The Korea Development Bank Annual Report 2010**. Seul, 2011.

Disponível em: <<https://www.kdb.co.kr/ih/wcms.do>>. Acesso em: 15 out. 2014.

LEE, Daechang. **Korean Automotive Industry in Transition**. Kia Research Institute, 1997. Disponível em: <<http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/1453/163a.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LEE, Moon-Soo. **Political economy of industrial transformation: a case study of the development of an automobile industry in Korea**. 2002. 429 f. Dissertação (Mestrado)–Georgia University, 2002. Disponível em: <<http://athenaeum.libs.uga.edu/handle/10724/20611>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MICHELL, Tony. Economic policy reforms in the Lee Myung-Bak Administration. **Korea's Economy**, Korea Economic Institute of America, v. 25, p. 33-44, 2009. Disponível em: <<http://keia.org/publication/economic-policy-reforms-lee-myung-bak-administration>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

REDIVO, André da Silva; CARIO, Sílvio Antônio Ferraz. O BNDES e as políticas desenvolvimentistas – 1952 a 1979. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 16., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/sul/.../i1-228bb372d9ea300861fffe457317b092.docx>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

ESTUDO DE INDICADORES DAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM BIOTECNOLOGIA NAS REGIÕES BRASILEIRAS: UMA VISÃO EM TORNO DA BIOECONOMIA

Angela Machado Rocha¹

Maria Clara Barreto de Freitas Melro²

Douglas Alves Santos³

Marcelo Santana Silva⁴

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva⁵

RESUMO

A Bioeconomia refere-se às atividades econômicas relacionadas com a criação, desenvolvimento, produção e uso de processos e produtos biológicos, em um universo onde a Biotecnologia é elemento primordial. Pela sua megabiodiversidade, fonte para imensurável desenvolvimento de novos produtos biotecnológicos, o Brasil tem potencial para liderar a Bioeconomia. Para isso, entretanto, é necessário estabelecer ambiente adequado para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores e garantir a continuidade de pesquisas biotecnológicas, especialmente aquelas consideradas como estratégicas para o país. Sob o enfoque das perspectivas da Bioeconomia no Brasil, o presente trabalho apresenta um estudo a respeito de indicadores das pesquisas acadêmicas em Biotecnologia. Para a investigação sobre a pesquisa foi consultado o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Conclui-se que existe um aumento crescente e contínuo do número de grupos de pesquisas em diversas áreas de conhecimento, em todas as regiões brasileiras, com forte regionalização dos estudos e pesquisas altamente especializados nas regiões Sul e Sudeste, aparente eixo mercadológico para a Biotecnologia. Porém, para que se estabeleça e se consolide no país uma "nova era industrial", baseada na Bioeconomia, é necessário que um número expressivo de resultados das pesquisas realizadas se converta em produtos e serviços biotecnológicos.

Palavras-chave: Bioeconomia; Biotecnologia; Indicadores Científicos; Linhas de Pesquisa.

STUDY INDICATORS OF ACADEMIC RESEARCH IN BIOTECHNOLOGY IN THE BRAZILIAN REGIONS: A VISION AROUND THE BIOECONOMY

¹ Doutora em Energia e Ambiente (UFBA), Especialista em Engenharia de Processamento Petroquímico (UFBA) e Graduação em Engenharia Química (UFBA) Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Bahia Email: anmach@gmail.com

² Pós-Doutorado na University of Birmingham, UK, Mestrado e Doutorado em Patologia Experimental e Comparada (USP), Graduação em Medicina. Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Bahia Email: melro.ufba@gmail.com

³ Doutor em Tecnologia de Processos Químico (UFRJ), Mestrado em Engenharia Química (UFPE) e Graduação em Engenharia Química (UFPE). Instituto Nacional de Propriedade Industrial Email: dsaints@inpi.gov.br

⁴ Doutor em Energia e Ambiente (UFBA), Mestrado em Regulação da Indústria de Energia (UNIFACS) e Graduação em Economia (UESC). Instituto Federal da Bahia. Email: profmarceloifba@gmail.com

⁵ Doutora em Administração (UFBA), Mestrado em Economia (UFBA) e Graduação em Ciências Contábeis (UNEB) e Economia (UCSAL). Universidade Federal da Bahia. Email: mvaesca.ufba@gmail.com

ABSTRACT

The Bioeconomy refers to economic activities related to the creation, development, production and use of biological processes and products, in a universe where biotechnology is key element. For its mega biodiversity, source of immeasurable development of new biotechnology products, Brazil has the potential to lead the Bioeconomy. For this, however, it is necessary to establish appropriate environment for the development of innovative biotechnological products and processes and ensure continuity of biotechnology research, especially those considered as strategic for the country. From the standpoint of the prospects of the Bioeconomy in Brazil, this paper presents a study on indicators of academic research in Biotechnology. For research on the research was obtained from the Directory of Research Groups (DGP) of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). It concludes that there is a growing and continuous increase in the number of research groups in various areas of knowledge, in all regions of Brazil, with strong regionalization of studies and highly specialized research in the South and Southeast, apparent marketing hub for biotechnology. However, in order to establish and consolidate the country a "new industrial age", based on the Bioeconomy, it is necessary that a large number of results of research conducted from becoming biotechnology products and services.

Keywords: Bioeconomy; Biotechnology; Scientific Indexes; Research Lines.

JEL: O3; Q5

1 INTRODUÇÃO

A expressão "Bioeconomia", na concepção atualmente utilizada, é uma terminologia recente, adotada há cerca de duas décadas. Contudo, seu conceito já foi esboçado em 1950 por Kenneth E. Boulding quando, em seu trabalho – "*A Reconstruction of Economics*" – o cientista preconizou que a "Bioeconomia" seria uma tentativa de explicação da teoria econômica usando analogias biológicas, ou ainda, uma tentativa de demonstração de doutrinas econômicas por analogias biológicas. Anos mais tarde, em 1976, imbuído do mesmo espírito de correlação, o economista Colin W. Clark se referiu à "bioeconomia" como uma gestão eficaz dos recursos biológicos. Nas décadas seguintes, os avanços da comunhão entre a ciência e a tecnologia ampliaram a percepção da importância da utilização de organismos vivos, ou partes destes, para a geração de conhecimento aplicado a produção de bens e serviços. Os estudos e investigações sobre esta produção, sua utilidade e agregação de valor, entre outros aspectos afins, constitui o campo de saber do que hoje se denomina como Bioeconomia (ORGANISATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT, 2007).

De modo ampliado, a Bioeconomia refere-se a avaliação das atividades econômicas relacionadas com a criação, desenvolvimento, produção e uso de produtos e processos biológicos em um universo onde a Biotecnologia contribui

como elemento-chave. Em estimativas projetadas até 2030, avalia-se que a Bioeconomia responderá por 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países que participam da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; em adição, prevê que o Brasil se apresente como um potencial ator no cenário de liderança da Bioeconomia mundial (REVISTA EXAME, 2013).

Acredita-se que o Brasil, onde a biodiversidade abrange 20% de todas as espécies de plantas, animais e microrganismos da Terra, representa o maior patrimônio biológico do mundo (GANEM, 2010). Diante desse cenário, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, em 2013, uma Agenda para desenvolver a Bioeconomia da CNI, a Agenda consiste em delinear propostas para um "nova era industrial" baseada em produtos, tecnologia e serviços biológicos nas áreas de saúde humana, biotecnologia industrial e agronegócio. É nesse alcance e novo modo de “pensar” o desenvolvimento é que a adesão da indústria e do Brasil como um todo pretendem aumentar a produtividade, a eficiência e a competitividade, respeitando critérios de sustentabilidade. Trata-se pois, do reconhecimento de que a Bioeconomia e o mercado de biotecnológicos têm o potencial de alavancar a economia do Brasil e estruturar a economia do futuro (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013),

Coincidentemente, a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que compreende o período 2012-2015, também objetiva "desenvolver biotecnologias inovadoras que agreguem valor, promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias" (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2011).

A Biotecnologia, de fato, tem sido objeto de um grande esforço das políticas públicas brasileiras desde a década de 1980, quando surgiram os primeiros programas de apoio para o desenvolvimento dessa área. No final de 2001, o Congresso Nacional aprovou a criação do Fundo Setorial de Biotecnologia e, em 2007, a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, almejando estabelecer ambiente adequado para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, e garantir a continuidade de pesquisas biotecnológicas, especialmente aquelas consideradas como estratégicas para o país (BIANCHI, 2013).

Assim, o presente trabalho se desenvolve sob o enfoque das perspectivas do desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil, apresentando objetivamente um estudo a respeito de indicadores de pesquisa em Biotecnologia no país.

2 BIOTECNOLOGIA E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO BRASIL

A Biotecnologia Tradicional ou Clássica envolve um conjunto de técnicas que utilizam seres vivos encontrados na natureza e/ou aqueles melhorados pelo homem para desempenhar determinada função produtiva. Já a Biotecnologia Moderna surgiu no início dos anos setenta, com o desenvolvimento da técnica do DNA recombinante, que resultou no campo da Engenharia Genética, possibilitando a manipulação de seres vivos com introdução de características diversas daquelas encontradas na natureza, obtidas pela aplicação de técnicas não naturais de seleção, transformação genética e otimização fisiológica (MALAJOVICH, 2012).

A Biotecnologia nos bioprocessos modernos, em vários aspectos, tem lastro nos mesmos focos de análise de técnicas antigas. Embora o grau de sofisticação seja hoje incomparavelmente mais elevado, as suas bases permanecem inalteradas em relação aos fenômenos biológicos que subsidiam recursos disponibilizados para manipulação. Assim, por exemplo, diversos protocolos técnicos foram estruturados a partir de microorganismos e enzimas que, atuando sobre os respectivos substratos, se tornam agentes no desenvolvimento e industrialização de produtos finais desejados (BORZANI et al. 2001).

É possível afirmar que a moderna biotecnologia é um dos alicerces da economia baseada no conhecimento e uma das tecnologias-chaves do século XXI, sendo por definição uma tecnologia horizontal com fronteiras técnicas difusas e variáveis, que servem como plataforma de conhecimentos comuns para outras ciências, com múltiplas aplicações em várias atividades pré-estabelecidas (TEIXEIRA, 2012).

De acordo com a OCDE, em médio prazo, o domínio das tecnologias com uso de microorganismos gerarão produtos de maior valor agregado, impactando em ganhos de competitividade (PAIS, 2009). No Brasil, seguindo rota semelhante àquela percorrida pela biotecnologia no mundo, a proteção patentária para desenvolvimentos biotecnológicos foi implementada logo após a oficialização do

Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, o Acordo TRIPS.

A efetivação de uma legislação própria se deu a partir da Lei de Propriedade Industrial (LPI 9.279/96), marco importante, na década de 90. Esta Lei permitiu que produtos biotecnológicos, e seus processos de obtenção, pudessem ser patenteados, assim como os produtos químicos, farmacêuticos e alimentares. Na sequência da LPI, no ano seguinte foi sancionada a lei que criou um sistema *sui generis* para a proteção das variedades de plantas, a Lei de Proteção de Cultivares (9.456/97) (GAZETA DO POVO, 2014).

Criado em 2001, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) veio aprofundar ainda mais as questões de biotecnologia e atendendo a medida provisória MP nº 2186-16 que vem estabelecer que o acesso ao patrimônio genético, e de qualquer conhecimento tradicional associado, para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou pesquisa de biodiversidade, precisar passar pela sua autorização prévia (do CGEN) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007). Em 2006, o CGEN publicou a Resolução nº 23, a qual previa à sua época, a compulsória manifestação ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) por parte dos requerentes que tivessem depositado pedidos de patente e que, em adição, estes pedidos se referissem a objeto que houvessem obtido (ou não) seus produtos por meio do acesso às amostras de componentes de recursos genéticos nacionais.

Na sequência, em 12 de fevereiro de 2009, a Resolução nº 23 do CGEN foi revogada pela Resolução MMA nº 34 que, por sua vez, em seu artigo segundo, para efeitos de comprovação da observância das disposições da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, previu que:

o requerente de pedido de patente de invenção cujo objeto tenha sido obtido em decorrência de acesso a amostra de componente do patrimônio genético nacional realizado a partir de 30 de junho de 2000 deverá informar ao INPI a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso, bem como o número da correspondente Autorização de Acesso concedida pelo órgão competente.

Em paralelo à Resolução nº 34 do MMA, ainda em 2009, o INPI publicou a Resolução INPI/PR nº 207, que permanece em vigência, normatizando os procedimentos relativos ao requerimento de pedidos de patentes de invenção cujo objeto tenha sido obtido em decorrência de acesso a amostra de componente do patrimônio

genético nacional. Entretanto, há um consenso entre a comunidade científica de que a legislação atual é excessivamente restritiva, inibindo iniciativas de pesquisa e desenvolvimento (VALOR ECONÔMICO, 2013).

A promulgação da Lei da Inovação, a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005, incentiva as parcerias entre as universidades e empresas, o que também representa um importante marco, ao permitir que o conhecimento acumulado nos centros de pesquisa incremente a produtividade da economia (NUNES, 2010).

O Brasil é um país privilegiado em face da sua megabiodiversidade, fonte imensurável de novas moléculas e compostos, que podem ser utilizados, aperfeiçoados ou servir de modelo para o desenvolvimento de novos fármacos, cosméticos, alimentos, biocombustíveis, defensivos agrícolas, etc. Entretanto, as estatísticas apontam que são ainda modestas as iniciativas de transformação dos ativos naturais em ativos intangíveis apropriados pela utilização da biotecnologia, mesmo com os avanços legais citados (ZUCOLOTTO; FREITAS, 2013).

3 INDICADORES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS

As atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são fundamentais na geração e disseminação de Tecnologia, norteando a produção de novos conhecimentos, frequentemente pela experimentação (ORGANISATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT, 2010). Onde quer que haja sinais de esforços em P&D, supõe-se que algum grau de inovação deva estar ocorrendo, embora nem todas as atividades inovadoras demandem necessariamente atividades explícitas de P&D (MARTINS, C. et al., 2013).

Para avaliação da inovação em atividades científicas ou tecnológicas em um dado projeto, faz-se necessário compor um trabalho estatístico baseado em análises básicas e emprego de indicadores específicos para mensuração dos esforços e aspectos científicos e tecnológicos (PERUCCHI; GARCIA, 2012).

Com o atual aumento da relevância do papel da Ciência, Tecnologia e sobretudo da Inovação como determinantes do desenvolvimento econômico e social, os centros de pesquisas estão praticamente sendo forçados a medir a sua produtividade através de indicadores individuais e grupais. Do ponto de vista das

políticas de fomento, o foco de avaliação visa a identificação daquelas instituições e áreas com maiores potencialidades, qcom indicadores que norteiam o estabelecimento dos critérios preferenciais nos momentos de adequações a aplicação dos recursos públicos (MEULEMAN; DE MASENEIRE, 2012).

4 METODOLOGIA

Na maioria dos países com economias desenvolvidas, as atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico ocorrem em empresas privadas e em instituições de pesquisa governamentais, civis e militares; no Brasil, encontram-se sediadas quase totalmente nas universidades (SCHWARTZMAN, 2008).

Desse modo, para investigação sobre a pesquisa em Biotecnologia no Brasil foi consultado o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPQ (CNPq).

Desenvolvido em 1992, o DGP/CNPq constitui uma base de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no Brasil. São computados os grupos localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais, sendo excluídos os localizados nas empresas do setor produtivo. Cada grupo é situado no espaço (Divisão Regional, Unidade Federativa e Instituição) e no tempo. As informações do DGP/CNPq são alimentadas e atualizadas pelos líderes de cada grupo e a cada dois anos um censo é realizado pelo CNPq (CNPQ, 2014a).

No presente trabalho, os dados foram extraídos do DGP/CNPq, em junho de 2014, sendo utilizado como termo de busca a palavra "Biotecnologia", aplicada a grupos de pesquisa. Foram selecionados grupos que contivessem no nome, ou linha de pesquisa, ou palavra-chave da linha de pesquisa, o referido termo. Buscou-se apenas os grupos certificados e atualizados pelas suas instituições, aplicando-se filtros das 5 regiões brasileiras como linha de pesquisa. Os dados obtidos permitiram analisar: (i) o número de grupos de pesquisas atualmente cadastrados e sua distribuição nas cinco regiões do Brasil; (ii) a evolução anual dos grupos; (iii) as suas áreas do conhecimento.

As Áreas do Conhecimento representam um conjunto de conhecimentos que se inter-relacionam e que são reunidos segundo a natureza do objeto de

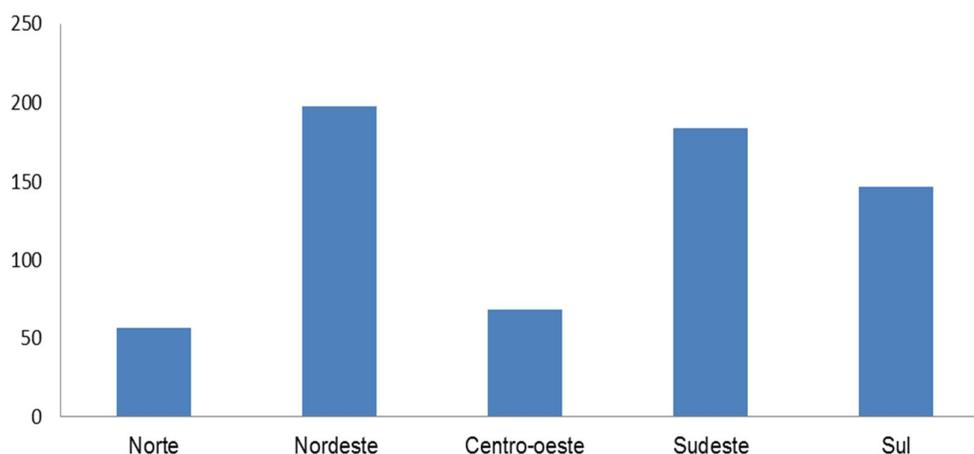
investigação, com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas, proporcionando assim às instituições que atuam em ciência e tecnologia uma forma prática de sistematizar e divulgar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico (CNPQ, 2014b). Esta hierarquização se estrutura em quatro níveis, que vão do mais geral aos mais específicos, abrangendo 08 grandes áreas, a saber: 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; 7. Ciências Humanas; 8. Linguística, Letras e Artes; 9. Outros (CNPQ, 2014b).

Outros aspectos importantes observados foram as linhas de pesquisas dos cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de onde se procurou inferir a ênfase das pesquisas no Brasil. Para isso, foi utilizado o Wordle®, uma ferramenta disponível na web para gerar "nuvens de palavras" a partir de um texto pré-definido. As nuvens dão mais destaque às palavras que aparecem com mais frequência no texto original. A imagem resultante fornece uma visualização geral do cenário, onde a importância de várias palavras é representada em termos de tamanho da fonte (quanto maior mais relevante) ou cor (no caso de igualdade de tamanho da fonte, quanto mais escura mais relevante) (WORDLE, 2014). A partir da relação de cursos recomendados e reconhecidos da CAPES para a grande área multidisciplinar da Biotecnologia, foram realizadas análises das principais linhas de pesquisas desenvolvidas no Brasil (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014).

5 RESULTADOS

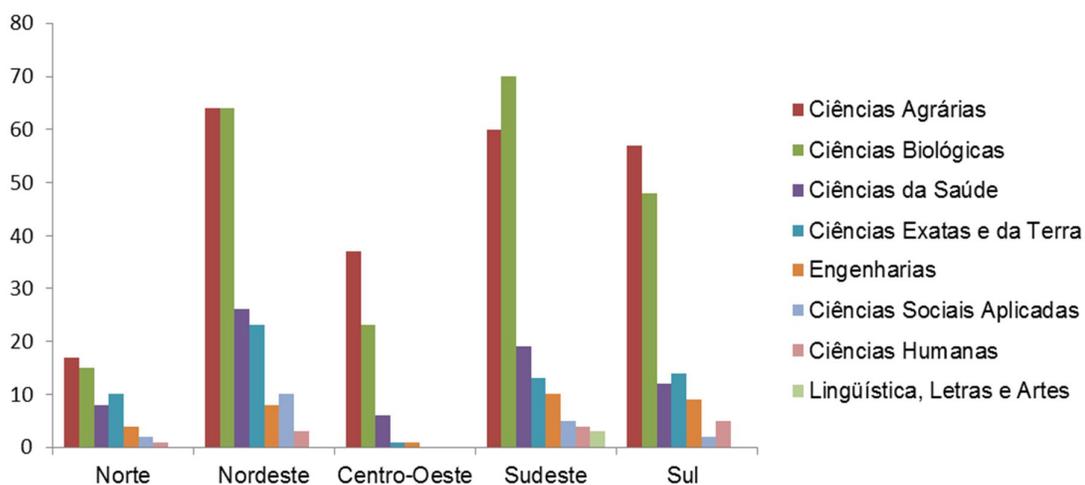
Foram identificados 657 grupos de pesquisa no DGP/CNPq. A distribuição regional dos grupos de pesquisa é apresentada na Figura 1. A região Nordeste concentra o maior contingente, perfazendo um total de 198 grupos; em seguida, a região Sudeste com 184 grupos e a região Sul, com 146 grupos. As regiões Centro-oeste e Norte possuem respectivamente 68 e 57 grupos.

Figura 1 - Distribuição Regional dos Grupos de pesquisa no Brasil



As áreas predominantes das pesquisas por região geográfica estão representadas na Figura 2. Pode-se observar predominância nas áreas das Ciências Agrárias e Biológicas em todas as regiões. A região Sudeste é a única em que as pesquisas nas Ciências Biológicas superam as das Ciências Agrárias. Na Região Nordeste, os números de grupos de concentração nas Ciências Agrárias e nas Ciências Biológicas se igualam.

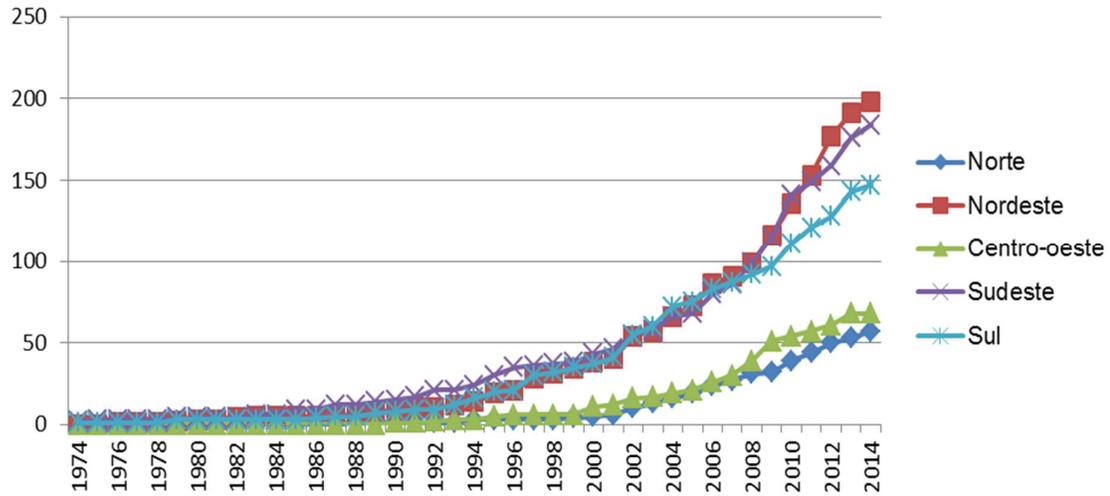
Figura 2 - Área de Concentração das Pesquisas por Região Geográfica do Brasil



A evolução anual acumulativa dos grupos pode ser observada na Figura 3. Os grupos mais antigos datam de 1974 e estão localizados no Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas do país. Observa-se tendência de evolução crescente em todos

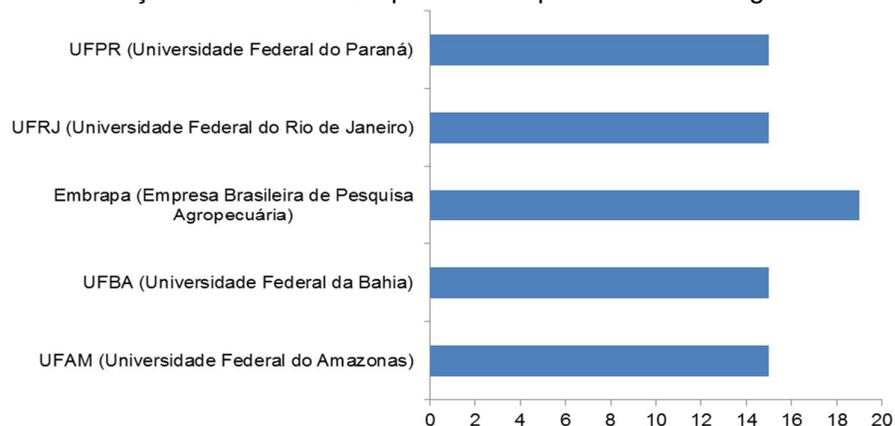
as regiões brasileiras, especialmente a partir do ano de 2001, ano da criação do Fundo Setorial de Biotecnologia. O crescimento dos grupos se acentua a partir de 2007, quando é estabelecida a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. O Nordeste é a região que apresenta maior crescimento de número de grupos de pesquisa e é também a que mais concentra grupos dedicados a essa temática.

Figura 3 - Evolução Anual Acumulativa dos Grupos de Pesquisa por Região do Brasil



As instituições líderes em número de grupos de pesquisa por região são mostradas na Figura 4. A UFAM, a UFBA, a UFRJ e a UFPR, sediadas respectivamente nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, curiosamente possuem o mesmo número de grupos, ou seja, 15 grupos. A Embrapa, localizada na região Centro-Oeste é instituição que concentra maior número de grupos, no total de 19.

Figura 4 - Instituições Líderes em Grupos de Pesquisa em cada Região do Brasil



As Figuras 5A, 5B, 5C, 5D e 5E, na sequência, representam respectivamente as nuvens de palavras referentes às linhas de pesquisa dos cursos recomendados e reconhecidos pelas Capes das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul. O perfil obtido nestas análises revela que há uma forte regionalização no perfil da Biotecnologia no Brasil. Há concretizações de estudos e pesquisas altamente especializados nas regiões Sul e Sudeste.

Figura 5A- Perfis das Nuvens de Palavras do Wordle® para Linhas de Pesquisa por Região do Brasil: Perfil da Região Norte



Figura 5B - Perfis das Nuvens de Palavras do Wordle® para Linhas de Pesquisa por Região do Brasil: Perfil da Região Nordeste



6 CONCLUSÕES

Os estudos em Bioeconomia tem o potencial de contribuir para o reconhecimento do perfil de ciência, tecnologia e inovação apontando especificidades, tendências e outros aspectos relevantes na elaboração de planejamentos institucionais e aprimoramento das políticas públicas.

O aumento crescente e contínuo do número de grupos de pesquisas em diversas áreas de conhecimento, em todas as regiões brasileiras, sugere influência dos esforços para ampliação da eficiência e eficácia das políticas públicas em prol da Biotecnologia.

No presente trabalho foram detectadas características que refletem o mapeamento de diversos parâmetros ligados a economia e desenvolvimento regional. Observou-se forte regionalização das pesquisas e estudos e pesquisas altamente especializados nas regiões Sul e Sudeste, aparente eixo mercadológico para a Biotecnologia.

Entretanto, os dados ora obtidos revelam a importância da pesquisa acadêmica no cenário de produção do conhecimento, reiterando a persistente dicotomia frente aos indicadores de transferência de tecnologia. Para que se estabeleça e se consolide no país uma "nova era industrial", baseada na Bioeconomia, é necessário que um número expressivo de resultados das pesquisas realizadas se converta em produtos e serviços biotecnológicos. Ressalte-se também, neste sentido, a importância da legislação que normatiza a propriedade intelectual relativa à Biotecnologia, de forma que o contexto jurídico não represente um elemento inibidor das pesquisas no país.

Ademais, as articulações e aproximações entre a Universidade e a Indústria no Brasil são, no momento atual, fatores condicionantes para a construção de uma Economia Sustentável. Nesse sentido, a Agenda lançada pela CNI, que coincide com o esforços governamentais no fomento à Biotecnologia, é um prenúncio favorável para que se concretize a expectativa da OCDE, apontando o Brasil como liderança da Bioeconomia em um futuro próximo.

7 PERSPECTIVAS

Os esforços conjuntos das instâncias de Governo, da Indústria e da Universidade, aliado à uma maior flexibilização da propriedade intelectual em relação ao acesso aos recursos genéticos, podem contribuir para acelerar a lidença do Brasil na Bioeconomia.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, C. A Indústria Brasileira de Biotecnologia: montando o quebra-cabeça. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 9, n. 2, p. 99-116, abr./Jun. 2013.

BORZANI, W.; AQUARONE, E.; SCHMIDELL, W. **Biotecnologia Industrial – Fundamentos**. São Paulo, SP: Editora; Edgard Blucher. 288p, 2001. (V. 1).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Bioeconomia: uma agenda para o Brasil**. Brasília: CNI, 2013.40 p. : il.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Grupos de Pesquisa**. 2014a. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do Conhecimento**. 2014b. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Relação Curso da Área Biotecnologia**. 2014. Disponível em; <[GANEM, Roseli Senna \(org.\).**Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**:Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.437p.](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=90400003&descricaoArea=MULTIDISCIPLINAR+&descricaoAreaConhecimento=BIOTECNOLOGIA&descricaoAreaAvaliacao=BIOTECNOLOGIA#>>. Acesso em: Acesso em: 26 jun. 2014.</p></div><div data-bbox=)

GAZETA DO POVO. **Biotecnologia e propriedade intelectual**, 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-ireito/artigos/conteudo.phtml?id=1438343>>. Acesso em 28 abr 2014

MALAJOVICH, M. A. **Biotecnologia 2011**. Rio de Janeiro: Edições da Biblioteca Max Feffer do Instituto de Tecnologia ORT, 2012.

MARTINS, C. et al. O Processo de Inovação em um Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento: Caracterização e Análise. **E-tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p.24-50, jun. 2013.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012–2015. Balanço das Atividades Estruturantes 2011**. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/docs/218981.pdf>>.

Acesso em: 4 jul. 2013

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Regras para o Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado**, 2007. Disponível em :<

http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cartilha.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013

MEULEMAN, M.; DE MASENEIRE, W. Do R&D subsidies affect SMEs' access to external financing? **Research Policy**, n. 41, p. 580-591, 2012.

NUNES, A. L, **Mudanças Promovidas pela Lei da Inovação nas Funções e Práticas de Gestão dos Intermediadores da Cooperação Universidade-Empresa das Universidades Federais**. 240p. 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2010.

OCDE - ORGANISATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT. **The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda**. Paris: OEDC Headquarters, 2007.

OCDE - ORGANISATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT. **The OECD innovation strategy: innovation to strengthen growth and address global and social challenges**. Paris: OCDE Publications, 2010.

PAIS, V. **Tendências Tecnológicas e de Mercado para Biopolímeros**, 2009.

Disponível em:<

<http://www.camarbra.com.br/eventos/bioenergiaSustentavelNov2009/fotos/Victor%20pais.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

PERUCCHI, V.; GARCIA, J. C. R. Indicadores de produção dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.50-64, jan. 2012

REVISTA EXAME. Brasil tem potencial para liderar bioeconomia, diz OCDE, 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-tem-potencial-para-liderar-bioeconomia-diz-ocde>>. Acesso em: 2 maio 20104

SCHWARTZMAN, S. **Universidades e Desenvolvimento na América Latina Experiências Exitosas de Centros de Pesquisas**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro-RJ, 2008, 334p

TEIXEIRA, F. **Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados: desafios para o desenvolvimento da Biotecnologia no Brasil**, 2012. Disponível em:<

http://www.redetec.org.br/redeseprogramas/redestematicas/repict/pdf/xvrepict_1_dia_Felipe_Teixeira.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **O melhor uso dos recursos biológicos**. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2972948/o-melhor-uso-dos-recursos-biologicos>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

ZUCOLOTTO, G.; FREITAS, R (Org). **Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.240 p.

WORDLE - **Beautiful Word Clouds**. 2014. Disponível em : <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=wordle%C2%AE>. Acesso em: 10 jun. 2014.

O ÍNDICE DE DIVERSIFICAÇÃO E O GRAU DE EXPOSIÇÃO AO MERCADO DOS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL

Kathleen Rodrigues Krüger da Silveira¹

Cidonea Deponti Machado²

Silvio Cezar Arend³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul dos agricultores associados à Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Para tanto, analisou-se o grau de exposição ao mercado e o grau de diversificação destes agricultores. Os dados utilizados são de caráter secundário, tomando por base as informações obtidas no Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. A pesquisa possui uma amostra de 197 entrevistados e se caracteriza por ser descritivo-analítica. O tabaco é o produto mais cultivado nesta Microrregião e o tamanho médio das propriedades (12 hectares) colabora para o desenvolvimento da monocultura do tabaco e a dependência do mesmo. Desta forma, a diversificação dos meios de vida poderia ser uma estratégia relevante para esses agricultores, pois permite maior autonomia, qualidade de vida e possibilidade de ampliar as fontes de renda.

Palavras-chave: Fumicultores; Índice de diversificação; Grau de exposição ao mercado; Meios de vida.

DIVERSIFICATION INDEX AND MARKET EXPOSURE DEGREE OF TOBACCO GROWERS AT GEOGRAPHIC MICROREGION OF SANTA CRUZ DO SUL

ABSTRACT

This study aimed to analyze the process of productive diversification of the geographical micro-region of Santa Cruz do Sul referring to the farmers associated with the Brazilian Tobacco Growers Association (AFUBRA). To this end, we analyzed the degree of market exposure and the degree of diversification of these farmers. The data used are of secondary character, based on the information obtained at the Social Research Center (NUPES) from the University of Santa Cruz do Sul – UNISC. The survey has a sample of 197 respondents and it is descriptive and analytical. Tobacco is the most cultivated product in this micro-region and the average size of the properties (in average 12 hectares) contributes to the development of tobacco monoculture and the dependence thereof. Thus, diversification of livelihoods could be an important strategy for these farmers because it allows greater autonomy, quality of life and ability to broaden the sources of income.

Key words: Tobacco growers; Diversification index; Market exposure degree; Livelihoods.

JEL Codes: Q11; Q12.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), bolsista CAPES. E-mail: kathleen_kruger@hotmail.com

² Dr.^a em Desenvolvimento Rural (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). E-mail: cidonea@unisc.br

³ Dr. em Economia (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). E-mail: silvio@unisc.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o Índice de Diversificação e o Grau de Exposição ao Mercado dos agricultores produtores de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, tendo em vista o conhecimento empírico da dependência econômica destes agricultores para com este cultivo.

Para alcançar estes objetivos tornou-se por base os dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES) e referem-se à pesquisa realizada no ano de 2011, a pedido da AFUBRA, intitulada “As famílias agricultoras que cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

Inicialmente é necessário compreender a formação da Microrregião e assim tornar clara a delimitação do tema em questão. Posteriormente aborda-se a dependência econômica das famílias produtoras de tabaco desta Microrregião e as possíveis causas e consequências que a ratificação da Convenção Quadro poderá causar nestas famílias.

Com base nesta situação de dependência e vulnerabilidade em que estes agricultores se encontram buscou-se compreender o processo de diversificação produtiva através do enfoque dos meios de vida de Frank Ellis que também discute o desenvolvimento rural e os processos de diversificação produtiva.

2 A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

Muitas famílias produtoras de tabaco não produzem outros cultivos em suas propriedades além do tabaco, gerando dependência econômica exclusiva deste cultivo. Assim, a Microrregião estudada caracteriza-se pela dependência⁴ deste produto. Frente ao acordo da Convenção Quadro para Controle do Tabaco⁵ da Organização Mundial da Saúde (CQCT/OMS) assinada pelo Brasil em 2005, a qual tem por objetivo o controle da produção do tabaco, a diminuição de seu uso e o controle dos locais onde está sendo consumido, esta temática torna-se relevante para discussões acerca da situação dos produtores da região.

⁴ Entende-se dependência o fato de muitos agricultores terem apenas a renda da venda do tabaco para sobreviverem.

⁵ É um tratado internacional de saúde pública, criado em 2003, que surgiu através das reivindicações da sociedade frente a todas as informações, problemas que o cigarro pode causar à saúde humana (SILVEIRA, 2013).

Desde o início das discussões da Convenção Quadro para Controle do Tabaco o debate em torno da cadeia produtiva do tabaco foi ampliado e trouxe mudanças significativas e concretas para a cadeia, exigindo a busca por alternativas para que os agricultores produtores se protejam das dificuldades e das incertezas do mercado. Para tanto, na busca de se solidificar uma resposta para tais dificuldades, buscou-se embasamento teórico acerca do tema dos meios de vida e das categorias analíticas subjacentes: autonomia, flexibilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento, renda, qualidade de vida, resistência, diversificação e especialização, entre outras questões importantes para o desenvolvimento destes agricultores e da Microrregião.

Ellis (2000) defende a diversificação dos meios de vida como uma maneira de subsistência de várias famílias rurais, pois através dela as famílias poderão encontrar outras oportunidades para, assim, enfrentar os diversos e desconhecidos obstáculos, ou, como o próprio autor relata, as vulnerabilidades que por certas vezes muitos encontram.

De acordo com Ellis (2001), quando as famílias decidem pelo processo de diversificação geralmente obedecem a certo conjunto de fatores, de causas e de motivações, que podem variar significativamente em diferentes situações em um determinado ponto no tempo. No que diz respeito às causas para diversificação, estas podem ser motivos específicos de localização ou de um determinado desastre. Desta forma, cada local que diversifica acaba por obter um conceito diferenciado para a diversificação, pois seus motivos são diferenciados.

Ellis (2001) salienta que é muito complicado delimitar o conceito dos meios de vida, pois é algo que vai se transformando, conforme as complexidades que este termo abrange. O conceito de meios de vida no dicionário refere-se a meio para a vida. Assim, pode-se analisar que só neste contexto já se refere a algo muito amplo, pois vai além da esfera econômica, direciona a atenção para a maneira pela qual a vida é obtida. E como a vida é obtida em situações de pobreza no meio rural?

Com esta pergunta o autor vai encaminhando ao conceito de capacidade, que é um dos passos para se chegar à definição dos meios de vida. A capacidade é o conjunto de ações alternativas que uma pessoa pode conseguir com as suas características econômicas, sociais e pessoais (ELLIS, 2001).

Outro passo para se chegar ao conceito de meios de vida é conhecer os componentes analiticamente úteis dos seus ativos, que são: capital natural (terra,

água, árvores); capital físico (bens trazidos à existência por meio de processos de produção econômica); capital humano (nível de escolaridade e estado de saúde de indivíduos e populações); capital financeiro (ações e dinheiro que podem ser acessados, a fim de adquirir bens); e capital social (as redes sociais e associações que as pessoas participam).

Esses componentes sustentam estratégias de subsistência individuais e familiares – um meio de vida compreende ativos (natural, físico, capital humano, capital financeiro e capital social), atividades e o acesso a estes (mediado por instituições e relações sociais), que definem em conjunto a vida adquirida pelo indivíduo ou pela família. Ou seja, os meios de vida irão depender dos ativos com que os indivíduos estão envolvidos e de como estes ativos são disponibilizados para ele, bem como a disponibilização vai depender do esforço do indivíduo para chegar até os ativos, de qual será sua capacidade, sua determinação de conquistar tais ativos.

Nesse sentido, Ellis (2000) ressalta a importância da diversificação dos meios de vida, pois através da ampliação das fontes de renda, os agricultores conseguirão melhores estratégias para se desviarem de situações adversas ou até mesmo enfrentá-las com maior facilidade, gerando maior autonomia e fortalecendo-se frente a atores e ativos externos.

A autonomia gerada pelos agricultores vai além da organização da produção e/ou da liberdade de escolha de como produzir os cultivos dentro da propriedade. Está relacionada com a compreensão de Almeida (1999), pois quando o agricultor possui autonomia ele consegue desenvolver uma estrutura de produção na sua propriedade, conforme o seu conhecimento e/ou conforme o que lhe foi passado por seus pais e/ou conforme o que ele busca conhecer, ou seja, outras formas de desenvolver algum tipo de cultivo, aumentando o leque de formas de produção.

3 O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO E A EXPOSIÇÃO AO MERCADO DOS PRODUTORES DE FUMO

Para obter o Índice de Diversificação e do Grau de Integração ao Mercado dos produtores de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul utilizou-se da pesquisa realizada no ano de 2011 pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES), intitulada “As famílias agricultoras que

cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

Tal pesquisa identificou os produtores fumicultores a partir do cadastro de associados da AFUBRA. A amostra foi sorteada aleatoriamente dentre os 132.630 agricultores associados e cadastrados na AFUBRA, obedecendo-se à proporcionalidade por Estado e por municípios. A amostra geral da pesquisa foi de 1.200 agricultores e para este estudo a amostra considerada representa a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, constituindo-se em um total de 197 produtores de tabaco analisados, com margem de erro de 5% e com nível de confiabilidade de 95%, tornando a amostra representativa para o conjunto de agricultores da Microrregião.

A pesquisa foi realizada através de visitas aos produtores e utilização de um questionário para a obtenção das informações socioeconômicas. Os dados foram compilados no software Statistical Package for Social Sciences (SPSS). O Índice de Diversificação indica a participação de cada produto na receita total da propriedade. Logo, quanto menor o índice de diversificação, mais diversificada é a propriedade e, quanto maior o índice, mais especializada a propriedade, ou seja, mais dependente de um único produto para a obtenção da receita.

A classificação dos produtores quanto ao seu Índice de Diversificação está baseada no estudo realizado por Guanzirolli e Cardim (2000, p.70), os quais denominaram como “grau de especialização a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o valor da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento”.

Os agricultores são classificados como ‘superespecializados’ se o percentual obtido com sua linha de exploração principal (PERCPROD) for igual a 100%; ‘especializados’ se $65\% \leq \text{PERCPROD} < 100\%$; ‘diversificados’ se $35\% \leq \text{PERCPROD} < 65\%$ e ‘muito diversificados’ se o percentual obtido com sua linha de exploração principal for inferior a 35%.

Já o Grau de Integração ao Mercado classifica os agricultores em três categorias: ‘muito integrado’, ‘integrado’ e ‘pouco integrado’. A divisão dos agricultores nestas três categorias também foi baseada no trabalho de Guanzirolli e Cardim (2000). Estes autores definiram que o grau de integração é igual ao percentual da produção vendida (receita efetiva com a atividade agropecuária)

dividido pelo valor bruto da produção (que inclui estoques e autoconsumo da propriedade). Conforme o resultado do percentual de venda é estabelecido a classificação do agricultor: o agricultor que possuir percentual de venda (PERCVEND) $\geq 90\%$ é considerado 'muito integrado ao mercado', se $50\% \leq$ PERCVEND $< 90\%$ é considerado 'integrado ao mercado' e se PERCVEND $< 50\%$ o agricultor é considerado 'pouco integrado ao mercado'.

A classificação foi desenvolvida em três áreas das produções dos agricultores que traziam algum tipo de receita para a propriedade: a agricultura, a pecuária e a geral, que engloba o resultado total (produção agrícola + produção pecuária).

Primeiramente analisou-se a participação do tabaco na receita bruta total na propriedade, com um mínimo de 9,82% chegando a ser responsável por até 100% da receita bruta total. Em média a receita com a venda do tabaco representa 76,55% da receita total das propriedades.

Como identificado, o tabaco é um dos produtos mais cultivados nas propriedades e por este motivo foi o primeiro produto a ter seu índice calculado. Através da análise da participação da receita do tabaco na receita total dos agricultores desta Microrregião no ano de 2011, pode-se evidenciar que 2,1% dos agricultores são muito diversificados, 16% são diversificados, 81,4% são especializados e 0,5% são superespecializados.

Com base nos dados obtidos através do Índice de Diversificação analisaram-se outros produtos cultivados em cada propriedade, a saber: alho, milho, feijão, arroz, batata doce, batatinha, cana de açúcar, cebola, girassol, mandioca, melancia, soja, laranja, pêssego, uva, pepino, tomate, aves, ovos, suínos e mel.

Através destes resultados, infere-se que existe diversificação, mas não com a finalidade de gerar renda nas propriedades, pois os produtos cultivados possuem o objetivo de autoconsumo para as famílias.

Posterior ao cálculo do Índice de Diversificação analisou-se o Grau de Integração ao Mercado (IM) dos agricultores. A primeira categoria a ser analisada foi a agricultura, sendo que esta apresentou os seguintes resultados: que 5,2% dos produtores da amostra possuem um IM (Grau de Integração ao Mercado) menor que 0,5, o que significa que são pouco integrados, porque vendem menos de 50% da produção.

Já 66,8% dos produtores tem um IM até 0,89. Isso significa que podem ser considerados integrados, pois vendem entre 50% e 90% da produção. Logo, mais da metade dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul são integrados a algum tipo de mercado. Completando a amostra de produtores da microrregião, 33,2% dos agricultores podem ser considerados muito integrados a algum tipo de mercado.

Calculando o IM da produção animal, ou seja, toda receita advinda da venda de animais, 6,2% dos agricultores são considerados pouco integrados, pois vendem menos de 50% da produção. Considerando o total da produção agrícola e pecuária, 5,1% dos produtores da amostra tem um IM menor que 0,5, significando que são pouco integrados, pois vendem menos de 50% de sua produção. Já 80% dos produtores possuem um IM até 0,89, ou seja, são considerados integrados e 20% dos produtores podem ser considerados muito integrados, pois tem um IM superior a 0,9.

Conforme os dados referentes à realidade da Microrregião de Santa Cruz do Sul, pode-se inferir que existe um grau de integração ao mercado considerável em todas as categorias analisadas (agricultura, animal e geral).

Os dados demonstraram que são poucos os produtos cultivados nas propriedades que tem como finalidade gerar receita para a propriedade. Produtos que anteriormente eram produzidos por agricultores desta microrregião, como é o caso da batata inglesa (VOGT, 1997), perderam expressão e hoje se reduzem, quando muito, a cultivos de subsistência e a produção utilizada para o autoconsumo dos produtores e/ou de suas criações, do ponto de vista do cálculo do Índice de Diversificação, pouco (ou nada) contribui para aumentar o índice.

Gazolla e Schneider (2007, p. 90) comentam sobre a importância do autoconsumo alimentar, “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”.

Logo, infere-se que o autoconsumo alimentar é o produto cultivado e transformado dentro da propriedade que não passa pelo mercado ou por algum processo de transformação externo. Com a produção de autoconsumo, os agricultores estão ampliando o seu portfólio, pois apesar do autoconsumo não gerar

receita, este gera apropriação de outras práticas agrícolas, contribuindo para a subsistência. Além disso, o autoconsumo permite a redução dos recursos monetários necessários para adquirir no mercado os bens destinados à sua subsistência, o que gera autonomia e/ou liberdade. Caso este agricultor queira aumentar a produção de algum destes cultivos será mais fácil, pois a maneira e/ou forma de cultivar já lhe é conhecida.

No entanto, com a entrada do tabaco como um cultivo que apresentava, inicialmente, ser mais rentável que os outros, os agricultores acabaram deixando de produzir para o autoconsumo (VOGT, 1997). Esse acontecimento foi um dos motivos para que a Microrregião se encontre atualmente nessa situação de dependência.

Logo, pode-se considerar a observação de Souza Filho *et al* (2004), de que os agricultores aumentam o grau de abertura e de inserção aos mercados e acabam focando em alguns produtos de maior valor agregado e, conseqüentemente, acabam elevando o grau de especialização da produção. No caso da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, os agricultores focaram no cultivo do tabaco porque acreditaram que este lhes proporcionaria maior rentabilidade e acabaram aumentando o grau de especialização da propriedade.

Outra questão apontada pelos autores que merece reflexão diz respeito à debilidade da unidade familiar estar associada à falta de apoio, ou seja, falta de capital social e/ou financeiro para os agricultores desta Microrregião. De acordo com Deponti e Schneider⁶ (2013, p. 22), a falta de acesso dos agricultores à assistência técnica (capital social/intelectual) em áreas de cultivo de tabaco deve-se a um paradoxo:

Os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço, ou seja, as famílias em maior vulnerabilidade social, com problemas financeiros e de sobrevivência das famílias são aquelas excluídas dos programas, em virtude da falta de informação, da situação financeira instável. Essas famílias serão excluídas e são justamente as que necessitam de ajuda e de acompanhamento.

Vale ressaltar que os agricultores produtores de tabaco possuem assistência técnica das empresas tabacaleiras, porém este auxílio é direcionado apenas ao cultivo do tabaco. Logo, estas famílias estão desconhecendo outras possíveis oportunidades de geração de renda para suas propriedades, pois há falta de

⁶ O estudo realizado por Deponti e Schneider (2013) refere-se ao município de Dom Feliciano – Projeto Piloto do Programa de Diversificação produtiva do MDA, porém estas conclusões também servem para a Microrregião de Santa Cruz do Sul no tocante à assistência técnica.

assistência técnica no que se refere a diferentes estratégias de geração de renda, que destaquem e valorizem o saber fazer dos agricultores da Microrregião.

Diante do exposto, nota-se que para a implementação da diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco faz-se necessário, além da participação ativa dos agricultores, da participação do Estado, buscando desenvolver programas que permitam ampliar a autonomia dos agricultores, diminuindo a dependência do mercado e reduzindo o grau de vulnerabilidade.

Nessa esteira, Perondi e Schneider (2007, p. 3) acreditam que “a criação de diversidade em processos sociais e econômicos se refletem em fatores que pressionam e oportunizam a família, a adaptação e a diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região”.

Entretanto, outro fato deve ser ressaltado, é se a assistência técnica das organizações competentes tem chegado a estes agricultores com a finalidade de mostrar novos instrumentos, habilidades para lidar com situações adversas e também novos caminhos possíveis a ser perseguidos. Assim, seria necessária a cooperação, tanto dos agricultores no sentido de buscar iniciativas e determinação para acessar novos ativos, como também seria necessário o comprometimento das instituições de levar novas estratégias e oportunidades de acesso aos ativos por parte dos agricultores. Dessa forma, todo e qualquer agricultor terá oportunidade de ter acesso aos ativos.

Outro fator que justifica a especialização da Microrregião é a dificuldade dos agricultores familiares encontrarem meios para comercialização dos demais cultivos desenvolvidos em suas propriedades. Observa-se que, caso houvesse canais adequados de comercialização, esta produção de subsistência poderia, de alguma forma, ser ampliada e processada, agregando valor, potencializando a venda no mercado e, assim, alavancando a lucratividade do agricultor.

Conforme mencionado, os agricultores familiares possuem técnicas para cultivar outros produtos em suas propriedades, produtos que, muitas vezes, são produzidos apenas para a sua subsistência, mas por falta de mercado, restringem as iniciativas dos agricultores em investir em outros cultivos, pois há incerteza de venda da produção. Situação esta que não ocorre na cadeia produtiva do tabaco, porque os contratos preestabelecidos entre o agricultor e a empresa amarram um ao outro e garantem a venda da produção.

4 CONCLUSÃO

Ao analisar os dados infere-se que não há diversificação produtiva expressiva na Microrregião de Santa Cruz do Sul, inclusive os agricultores analisados demonstraram especialização produtiva e alta integração ao mercado. Essa situação coloca-se contraditória ao enfoque dos meios de vida de Ellis, o qual salienta os aspectos positivos advindos da ampliação dos portfólios e dos capitais natural, social, econômico, etc. Além disso, a diversificação produtiva poderia gerar novas fontes de renda dentro das propriedades, ampliar a autonomia e reduzir o grau de vulnerabilidade frente ao mercado, constituindo-se uma alternativa para contornar as adversidades.

Conforme destacado, quanto maior a diversificação produtiva, maior a possibilidade de autonomia. Quando uma unidade se diversifica, amplia sua liberdade no mercado, pois não está dependendo de um único produto. Logo, consegue aumentar os seus lucros e principalmente reduzir a vulnerabilidade frente a situações climáticas, por exemplo, além de amenizar a dependência de empresas de insumos e de integradoras.

Somando-se a todas essas alternativas vislumbradas a partir da diversificação produtiva das propriedades, os agricultores poderão consumir e vender sua produção no mercado consumidor, de maneira que estarão internalizando os recursos dentro de sua propriedade, não ficando tão vulneráveis em relação aos atores e ativos externos.

Todavia, é importante observar que haja um despertar desses agricultores, havendo uma necessária mobilização, para que assim tornem-se atores ativos frente à problemática da dependência do tabaco.

Apesar de se evidenciar a dependência com o cultivo do tabaco, quase todos os agricultores produzem outros cultivos dentro da propriedade. No entanto, estes produtos não representam renda bruta, pois são produtos utilizados para a sua subsistência, que permitem a estes agricultores não precisarem buscar mercados, ou seja, não estão despendendo recursos financeiros para sua aquisição. Conforme verificado, a produção de outros cultivos além do tabaco caracteriza a diversificação produtiva das famílias que cultivam tabaco na Microrregião Geográfica de Santa

Cruz do Sul, no entanto esta produção está voltada majoritariamente para o autoconsumo das famílias e não impacta no Índice de Diversificação.

Por esse motivo é necessário proporcionar a esses agricultores acesso a estratégias de subsistência individual e familiar, no caso acesso a ativos (natural, físico, humano, financeiro e social). O acesso a tais estratégias, mediado por instituições e relações sociais, facilitará e permitirá melhores condições para que estes agricultores desenvolvam qualidade de vida individual e familiar. No entanto, essa mudança será diretamente proporcional à capacidade e à determinação de cada agricultor, de como cada um acessa esses ativos, como reage e desenvolve-os.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. **Revista IDeAS**, n.2, p. 176-213, jul./dez. 2013. Disponível em:< http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/n02/06-IDeAS-v07_n02-Cidonea_Machdosergio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

ELLIS, F. The Determinants of Rural Livelihood Diversification in Developing Countries. **Journal Agricultural Economics**, n.2, p.289-302, maio 2000

ELLIS, F. Diverse Livelihoods and Natural Resources: A Research Context. **Institute of Development Studies**, n.7, p. 1-16, jan. 2001. Disponível em:< <https://www.ids.ac.uk/files/SLSA7.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da Autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p. 89-122, 2007. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/467.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

GUANZIROLLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. **Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. Disponível em:< <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 117 – 135, maio/ago. 2012. Disponível em:< <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>>. Acesso em: 05 out. 2012.

SOUZA F^o, H. M. et al. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2004. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2004. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

O AMBIENTE INSTITUCIONAL FORMAL E OS RUMOS DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL

Leonardo Xavier da Silva¹

RESUMO

Este artigo busca analisar a cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul, seu ambiente institucional formal e as principais ações e medidas adotadas pelo Brasil após a ratificação a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) em 2005. Em termos conceituais, este trabalho fundamenta-se em torno de dois eixos centrais, que apresentam relevância no estudo: Cadeias Agroindustriais, sob o ponto de vista de suporte analítico e, pelo aporte teórico, a Nova Economia Institucional (NEI), com ênfase em Instituições Formais. A pesquisa teve caráter exploratório, tendo buscado informações e dados em fontes secundárias, complementadas por entrevistas com especialistas no objeto estudado. Dentro desta proposta, o artigo demonstra que o país vem se destacando com suas medidas de controle e combate ao tabagismo. Todavia, mesmo diante das mudanças no ambiente institucional formal, constata-se que essa situação não implicará numa grande desaceleração da produção a curto e médio prazos.

Palavras-chave: Cadeia agroindustrial do tabaco; CQCT; Ambiente institucional formal.

THE FORMAL INSTITUTIONAL ENVIRONMENT AND THE WAY OF TOBACCO AGRO-INDUSTRIAL CHAIN IN RIO GRANDE DO SUL STATE, BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyzes the tobacco agro-industrial chain in Rio Grande do Sul, its formal institutional environment and the main actions and measures adopted by Brazil after the ratification of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), in 2005. Conceptually, this work is based around two central axes that are relevant in the study: Agro-industrial Chains, from the point of view of analytical support, and the theoretical framework, the New Institutional Economics (NIE), with emphasis on Formal institutions. The research was exploratory, and information and data sought from secondary sources, supplemented by interviews with experts in the studied object. Within this proposal, the article demonstrates that the Country has stood out with their control measures and anti-smoking. Nevertheless, it appears that this situation does not imply a major slowdown in the short and medium-term production.

Keywords: Tobacco agro-industrial chain; FCTC; Formal institutional environment.

JEL: Q02; Q18

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário do agronegócio, o Brasil lidera desde 1993, as exportações de tabaco em folha, sendo também, o segundo maior produtor mundial. Essa

¹ Economista; Mestre e Doutor em Economia pela UFRGS.

atividade na safra de 2013/14 abarcou 182.970 famílias em quinze estados, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA,2015).

Presente em 651 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, juntos correspondem por 97,4% da produção nacional e apresentam relevância nessas localidades. Cultivado por pequenas propriedades familiares, a região Sul produziu 731.390 toneladas na safra de 2013/14. Em 2014, foram exportadas 473 mil toneladas do produto para 96 países, gerando US\$ 2,5 bilhões, de acordo com o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO, 2015).

A União Europeia foi responsável por 42% das importações do tabaco sul brasileiro em 2014. Na sequência dos mercados, o Extremo Oriente representou 28% do total exportado, a América do Norte importou 10%, o Leste Europeu mercenciou 8%, a África/Oriente Médio negociou 6% e a América Latina adquiriu 6% do valor total comercializado (SINDITABACO,2015).

Todavia, com a vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) ratificada pelo Brasil em 2005, os atritos e a disputa entre os diversos agentes interessados, tanto na promoção quanto no combate da atividade, suscitam desse modo, incertezas quanto ao rumo das regiões produtoras. Esse tratado, com a adesão de 180 países (até março de 2015), enfatiza a necessidade de estratégias de redução da demanda e da oferta dos subprodutos do tabaco, pois, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2015), são considerados nocivos ao consumo, causam dependência química e expõem seus usuários a substâncias tóxicas. *World Health Organization* (WHO, 2015) destaca a existência de um bilhão de fumantes no mundo, onde cerca de 80% vivem em países de baixa e média renda.

Dentro desse contexto, esse artigo tem como objetivo analisar a cadeia agroindustrial do tabaco no RS, seu ambiente institucional formal e os possíveis efeitos sobre a produção, além das principais ações e medidas adotadas pelo Brasil após a CQCT. O Rio Grande do Sul destaca-se como estado brasileiro com maior produção de fumo, responsável na safra de 2013/14, por 51,70% do total da produção da região Sul do Brasil, com 274 municípios e 84 mil famílias envolvidas na atividade. (AFUBRA,2015).

Assim sendo, este trabalho foi estruturado em cinco seções. Além da introdução, o segundo capítulo aborda a fundamentação teórica pertinente ao

desenvolvimento do estudo e o terceiro evidencia a metodologia de pesquisa utilizada. O penúltimo capítulo retrata as discussões e resultados acerca do direcionamento da cadeia agroindustrial do tabaco no RS diante do ambiente institucional formal. O último capítulo tece algumas considerações e sugestões de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cadeias Agroindustriais (CAGS) e a Nova Economia Institucional (NEI)

Os processos agroindustriais começaram a ser estudados através de duas vertentes metodológicas. A *commodity system approach* (CSA) foi desenvolvida por Goldberg em 1968, na escola americana, em estudos dos sistemas produtivos do trigo, da soja e dos citros (NEVES et al., 2015).

A outra abordagem tradicional para sistemas agroindustriais foi proposta por Morvan (1985), na França, o que define uma sequência de caracteres ("*filière*"), como um conjunto de operações relacionadas para transformar um produto. De acordo com Neves et al. (2015, p. 2), "a análise *filière* é uma ferramenta importante para descrever sistemas, organizar a integração dos estudos e analisar as políticas industriais, empresas e estratégias coletivas".

À vista disso, nesse trabalho optou-se por empregar a estrutura analítica baseada nas Cadeias Agroindustriais (CAGs). A razão para essa escolha é a compreensão a partir desse conceito, dos segmentos envolvidos na produção, transformação e comercialização do produto agropecuário, até chegar ao consumidor final (FARINA et al., 1997).

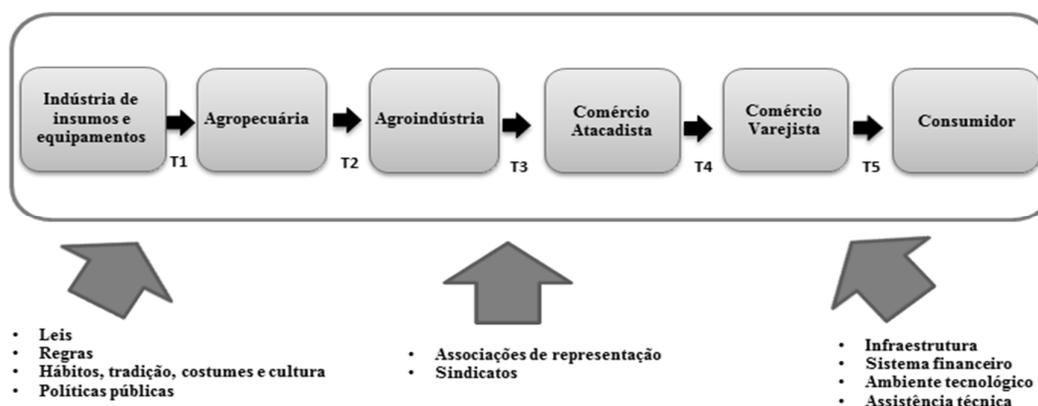
Conforme Batalha (1997), o enfoque de análise de cadeias produtivas é uma ferramenta que possibilita o acompanhamento de um produto desde sua entrega ao consumidor final até o setor fornecedor de insumos. Implica no entendimento de como são realizadas as atividades em cada agente participante do processo produtivo.

Dessa forma, a análise de uma cadeia produtiva aborda os diferentes segmentos do ambiente institucional e organizacional que possuem vínculo, direto e/ou indireto, com a cadeia estudada (CARVALHO JUNIOR, 1995).

A figura 1 representa uma caracterização sintética da cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio:

Segundo Miele, Waquil e Schultz (2011), as associações de representação e sindicatos fazem parte do ambiente organizacional, enquanto que a infraestrutura, o sistema financeiro, ambiente tecnológico e assistência técnica perfazem os setores de apoio à cadeia. Já as leis, regras, hábitos, tradição, costumes, cultura e políticas públicas integram o ambiente institucional, objeto de estudo da Nova Economia Institucional (NEI).

Figura 1 – Caracterização de uma cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio



Fonte: Miele, Waquil e Schultz (2011) adaptado de Zylbersztajn, Neves (2000); Batalha (1997).

O ambiente institucional contempla as macroinstituições, base das interações entre os seres humanos; e as estruturas de governança, que contemplam as microinstituições e regulam uma transação específica (AZEVEDO, 2000). Ainda segundo o autor, no nível microinstitucional está o braço da NEI denominado Economia dos Custos de Transação (ECT), estruturado por Williamson; e no nível macroinstitucional, o braço da NEI que se ocupa do ambiente institucional, estruturado por Douglass North.

O nível macroinstitucional, tem em North um dos grandes expoentes responsáveis pelo destaque dado às abordagens que tratam do papel das instituições e das dinâmicas de funcionamento da economia (LOPES,2013).

Instituições não devem ser entendidas como mero sinônimo de organizações, mas como regras, normas, acordos construídos pelos seres humanos. As

instituições estão presentes no ambiente, interferindo no comportamento dos atores, fornecendo elementos que contribuem para moldar as suas condutas e comportamentos.

Para North (1990), as instituições podem ser formais – regras escritas nas leis e regulamentos, criadas para resolver problemas específicos de coordenação econômica, social e política – e informais – regras que não estão escritas, que se acumulam ao longo do tempo, originadas dos usos e costumes.

As instituições, em North (1991, p. 13), são, portanto, “as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma à interação humana”. As instituições representam para North (1991), restrições – quer sejam elas formais (leis e direito de propriedade), ou informais (costumes, tradições e códigos de conduta) – construídas pelo homem que estruturam a interação social, política e econômica.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Essa pesquisa é resultado de uma dissertação de mestrado, sendo que os dados primários foram coletados através de entrevistas, com o auxílio de roteiros semiestruturados e questionários junto a instituições formais, organizações formais e setores de apoio ligados à cadeia, sob o recorte do RS. A seleção, caracterizada por critério de conveniência buscou a pluralidade de discursos sobre as possíveis mudanças na cadeia agroindustrial do tabaco no RS, a partir da adesão ao tratado pelo Brasil.

Concomitantemente a isso, fez-se uso nesse artigo de dados produção, número de produtores, principais regiões produtoras e receitas monetárias obtidas através da cadeia em estudo, especialmente a partir de 2005, ano em que foi assinada a CQCT pelo Brasil. As informações e apontamentos relevantes para as análises em questão foram disponibilizados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco (SINDITABACO), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil (MDIC). Demais informações e apontamentos foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e consulta a documentos de organizações como Instituto Nacional do Câncer (INCA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Mundial e Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais (DESER).

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

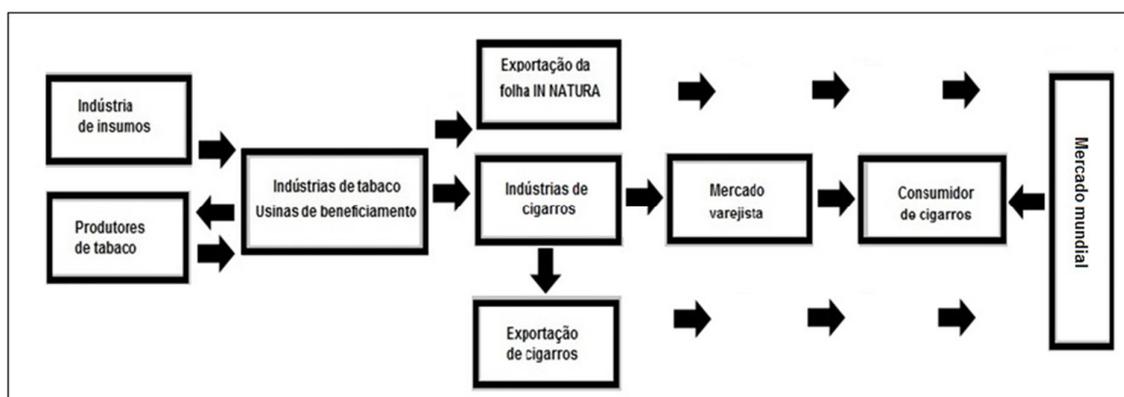
4.1 O Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) e os elos que Compõem sua Cadeia Agroindustrial (CAG)

Considerado um dos pilares do agronegócio do tabaco e apontado como o principal responsável pelo sucesso e desempenho da atividade, o (atualmente chamado pelos agentes que compõem a cadeia) Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) foi criado em 1918, pela empresa Souza Cruz. As empresas (indústrias de tabaco e usinas de beneficiamento), por meio do SIPT, controlam a cadeia produtiva, desde os insumos, o plantio das sementes, colheita, classificação, seleção do produto, armazenagem, transporte, beneficiamento e a produção e exportação de seus derivados (SILVA; BORGES, 2010).

Exemplos dessa situação são as cadeias de aves, suínos e tabaco na Região Sul, que estabelecem relações contratuais com os agricultores, os quais recebem os insumos, seguem pacotes tecnológicos, têm acompanhamento técnico e garantia para colocação de seus produtos no mercado (WAQUIL, 2014).

Assim sendo, a cadeia agroindustrial do tabaco tem início com os fornecedores de fatores e insumos e termina na logística de distribuição e consumo da folha *in natura* fora do país e/ou do produto final desse processo produtivo, os cigarros (SILVA; BORGES, 2010). A figura 2 ilustra a cadeia agroindustrial do tabaco no RS.

Figura 2 - Elos da cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da AFUBRA (2015)

Diversos insumos são utilizados na produção do tabaco, entre eles: inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, acaricidas, nematicidas, molusquicidas, fumigantes, adubos e similares, e placas de poliestireno expandido (CARVALHO JÚNIOR; BINOTTO; PEREIRA, 2005). Além dos citados acima, há também o uso de calcário, ureia, adubo químico, substrato, sulfato de potássio, antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhante adesivo.

Esses defensivos são produzidos na sua predominância por empresas multinacionais, algo que se verifica também em outras atividades agrícolas. Segundo Silva e Borges (2010), Basf S.A., Bayer S. A., Milenia Agro Ciências S.A., Hokko/Arysta Life Science, FMS Agricultural Products, Rhodia-Agro S.A., Fersol Indústria e Comércio Ltda são alguns dos fabricantes.

Quanto às indústrias e usinas de beneficiamento, o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) representa 15 companhias. Entre elas estão a Philip Morris e a Souza Cruz, principais responsáveis pela produção de cigarros no Brasil. A British American Tobacco (BAT) é acionista majoritária da empresa Souza Cruz, com 75,3% do capital acionário (NASDAQ, 2015). As demais são empresas de beneficiamento, processadoras e exportadoras de fumo em folha, tais como a China Brasil Tabacos Exportadora S.A., Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, a Universal Leaf Tobaccos, a JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda, JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda, a Continental Tobaccos Alliance S/A, Tabacos Marasca Ltda, Premium Tabacos do Brasil S/A, ATC Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda, Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A, Industrial Boettcher de Tabacos Ltda, Intab Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda e Tabacos Novo Horizonte Ltda (SINDITABACO, 2015).

A maioria dessas corporações encontra-se estabelecida nas cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, localizadas no Vale do Rio Pardo, RS. Nas usinas de beneficiamento estão empregadas 29 mil pessoas, entre empregos fixos e temporários (AFUBRA, 2015).

O tabaco após passar pelas indústrias de beneficiamento tem três destinos. Primeiro, o produto *in natura* é exportado para outras indústrias, através de um contrato de venda ou, apenas, transportados até os locais (países), onde a própria companhia possui suas indústrias de cigarros sendo, assim, caracterizado apenas como uma mudança na etapa de produção (SILVA; BORGES, 2010). Essas

exportações representaram, segundo a AFUBRA (2015), 88% do total produzido no país no ano de 2013.

A segunda destinação se dá através do transporte até as indústrias de cigarros dentro do Brasil e, depois, a comercialização para o mercado interno (SILVA; BORGES, 2010). Esse abastecimento é realizado pelas indústrias de cigarro estabelecidas no país, com destaque para a Souza Cruz e a Philip Morris, conforme acima mencionado. O consumo doméstico de 2013 representou 12% da produção nacional, o que equivaleu a 84.350 toneladas e receita bruta de R\$ 17,66 bilhões (AFUBRA, 2015).

A terceira hipótese é quanto à exportação de cigarros e cigarrilhas. De acordo com dados da AFUBRA (2015), totalizaram 3.295 toneladas (onde 1 kg equivale a 1000 cigarros), o que representou apenas 0,69% das exportações. Essa participação no comércio internacional do tabaco *in natura* é resultado das mudanças nas políticas macroeconômicas do Brasil no final dos anos 90, mais especificamente a Medida Provisória (MP) nº 1.725 de 1998, que fixou alíquotas elevadas de impostos de exportação para cigarros e bebidas destinadas ao comércio externo (SILVA; BORGES, 2010).

O Brasil também importou 12.320 toneladas de tabaco na safra de 2011/12 (AFUBRA, 2015). Além da importação de cigarros lícitos, o país tem enfrentado problemas com o contrabando de cigarros que está avaliado em 31% do mercado nacional, com evasão fiscal de R\$ 4,5 bilhões (PORTAL DO TABACO, 2015). Dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) revelam que a capacidade instalada de produção de cigarros no Paraguai chega a 70 bilhões de unidades por ano. Em 2013, foram produzidas 55 bilhões de unidades, desse total, apenas 1,3 bilhão teriam sido consumidas no país e sete bilhões exportadas ilegalmente. Estima-se que o restante – 46,7 bilhões, foi contrabandeado para países vizinhos como o Brasil, segundo a Aliança de Controle do Tabagismo do Brasil (ACTBR, 2014).

Analisados os elos que compõem a cadeia agroindustrial do tabaco, a próxima seção retrata a produção de fumo no RS após a adesão à CQCT pelo Brasil em 2005.

4.2 A produção de fumo no Rio Grande do Sul entre os anos de 2005 e 2013

O Rio Grande do Sul como maior produtor nacional de tabaco, possui 274 municípios envolvidos no cultivo (SINDITABACO, 2015). À vista disso, através dos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), analisou-se a produção entre os anos de 2005 a 2013, conforme a tabela 1.

Dentro do período pesquisado, constataram-se variações entre 343 mil toneladas em 2010 e 499 mil toneladas no ano de 2011. Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2010), na safra de 2009/10 houve uma diminuição na produção devido a fatores climáticos (fenômeno *El Niño*), o que gerou perdas que atingiram a região Sul do país.

Como maiores regiões produtoras, destacaram-se o Vale do Rio Pardo, a Região Sul, Centro-Sul, Vale do Taquari, Alto da Serra do Botucaraí e Central, conforme a tabela 1. Essas seis regiões foram responsáveis por 85,83% da produção de tabaco do RS em 2013 (FEE/IBGE, 2014).

À vista disso, quando se analisa o período entre 2005 e 2013, evidenciam-se oscilações na produção, com exceções dos anos de 2010 e 2011. A princípio, as variações não ocorrem em decorrência de ações governamentais vinculadas à CQCT.

Tabela 1- Produção de tabaco nas 28 regiões do RS (2005 a 2013)

Corede	2005 (t)	2006 (t)	2007 (t)	2008 (t)	2009 (t)	2010 (t)	2011 (t)	2012 (t)	2013 (t)
Alto da Serra do Botucaraí	22.525	27.234	26.015	24.930	24.026	18.364	28.382	19.993	22.441
Alto Jacuí	340	700	482	449	415	393	450	315	450
Campanha	27	220	220	220	220	220	233	38	69
Campos de Cima da Serra	-	-	474	62	60	59	62	58	60
Celeiro	-	-	-	3.963	4.717	2.830	3.746	3.182	3.053
Central	31.016	32.938	32.282	23.512	23.725	15.319	27.019	17.863	21.753
Centro-Sul	60.618	72.365	71.674	71.623	71.976	50.016	70.602	62.577	61.748
Fronteira Noroeste	3.050	4.311	3.761	2.878	3.401	2.388	3.417	3.139	2.718
Fronteira Oeste	222	211	158	92	44	28	3	0	0
Hortênsias	8	22	18	15	14	7	10	0	0
Jacuí-Centro	16.875	17.319	19.023	20.081	18.121	14.039	21.497	16.514	17.135
Litoral	1.180	1.260	1.303	1.324	1.324	1.324	1.406	887	708
Médio Alto Uruguai	17.732	18.445	15.956	16.470	17.290	12.799	17.644	14.869	14.872
Metropolit. Delta do Jacuí	170	261	158	172	135	139	110	80	80
Missões	1.047	1.237	901	721	835	552	696	400	379
Nordeste	1.035	1.876	1.323	989	901	888	819	862	816
Noroeste Colonial	5.106	6.767	5.029	278	269	244	120	31	59
Norte	4.851	4.314	3.828	3.135	2.790	3.483	3.738	2.645	2.455
Paranhana-Enc. da	90	111	70	44	44	37	17	12	12

Serra									
Produção	5.591	8.428	7.563	7.292	6.569	6.532	6.628	4.939	5.366
Rio da Várzea	-	-	2.701	1.891	2.173	1.996	2.401	1.425	1.424
Serra	1.132	1.595	1.077	1.285	1.093	843	1.045	680	596
Sul	56.256	63.780	59.826	52.902	56.641	42.776	65.832	59.587	64.135
Vale do Cai	11	5	5	5	5	5	5	4	7
Vale do Jaguari	-	-	-	6.097	6.168	7.228	10.252	10.049	10.785
Vale do Rio Pardo	175.904	178.609	188.332	175.441	174.766	139.036	203.924	156.183	177.154
Vale do Taquari	25.561	30.718	32.489	29.636	26.091	21.937	29.397	20.529	22.630
Total	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.482	499.455	396.861	430.905

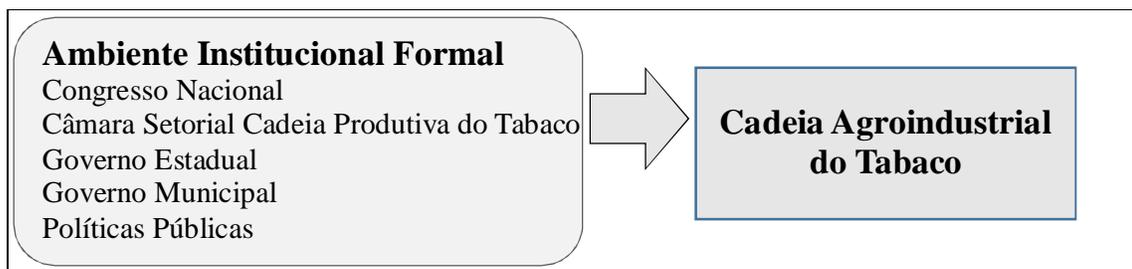
Fonte: FEE/IBGE. Produção Agrícola por COREDE, 2014.

Nota: os chamados Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Conforme o estabelecido na Lei, eles têm por objetivo: - a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; - a integração dos recursos e das ações do governo na região; - a melhoria da qualidade de vida da população; - a distribuição equitativa da riqueza produzida; - o estímulo à permanência do homem em sua região; - a preservação e recuperação do meio ambiente (COREDESUL, 2016). O uso deste recorte analítico para expor a produção regionalizada do tabaco no Rio Grande do Sul se deu em razão da FEE priorizar a construção de estatísticas e de interpretações baseadas nos COREDES.

4.3 O ambiente institucional formal da cadeia agroindustrial do tabaco no RS

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco ratificada pelo Brasil em 2005 trouxe medidas com o objetivo de reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais. Assim sendo, esse tratado de saúde pública internacional, como uma instituição formal, é regido por um conjunto de normas, que tratam de regular as relações sociais, econômicas e políticas envolvidas na cadeia produtiva, restringindo as ações que buscam fortalecer o consumo de tabaco. Entre as principais medidas, aborda temas como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, marketing, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal, impostos e alternativas para diversificação em propriedades produtoras (INCA, 2007). A figura 3 apresenta os componentes do Ambiente Institucional Formal da CAG do tabaco:

Figura 3 - O Ambiente Institucional Formal da Cadeia Agroindustrial do Tabaco



Fonte: Elaborado pelos autores

Abaixo da CQCT, surgem as demais instituições formais da cadeia que, através das regras, buscam regularizar o ambiente em que as organizações estão inseridas. Têm caráter legal, por serem impostas por órgão que tem o poder de delimitar a atuação de cada agente econômico, como por exemplo, os governos federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, destaca-se o Congresso Nacional que exerce o poder legislativo e tem como função elaborar normas de direito e legislar as mais variadas esferas políticas e constitucionais do país, aprovando, rejeitando e fiscalizando as propostas feitas pelo poder executivo. Geralmente constituído por parlamentos, congressos, câmaras e assembleias.

Nesse sentido, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco pode ser considerada como uma organização formal que também sugere a criação de instituições formais para a cadeia, pois propõe as regras. Tal câmara foi criada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco contribui com análises e informações sobre a conjuntura econômica e social da cadeia, na identificação de prioridades definidas em planos da macroeconomia, definição de preços mínimos, elaboração de plano de safras, busca de consenso para conflitos e negociações internas e externas, assim como na definição dos índices de produtividade da terra.

Diversas entidades de caráter nacional, representativas de produtores, trabalhadores, empresários, setor privado e representantes de órgãos públicos, parlamentares, técnicos governamentais compõem a Câmara Setorial.

No âmbito estadual, as instituições formais são construídas nas Assembleias Legislativas, que é o órgão de representação através dos deputados estaduais e têm a missão produzir normas jurídicas, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. No contexto municipal, as Câmaras Municipais que possuem função legislativa, responsáveis através dos vereadores, na elaboração das leis sobre matérias de competência exclusivas de cada Município. Nos três níveis, o poder executivo cumpre o papel de apresentar a criação, alteração e/ou eliminação de instituições formais, apreciadas pelo poder legislativo competente.

Fazem parte ainda do ambiente institucional formal, as políticas públicas que são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado (seja a nível nacional, estadual ou municipal) voltados para a resolução de problemas

de interesse público. Através de grupos organizados, a sociedade faz seu apelo aos seus representantes (vereadores, deputados e senadores, membros do poder legislativo).

Diante disso, de um modo geral, o Brasil, antes mesmo da adesão a CQCT, já vinha adotando muitas medidas em maior ou menor grau do tratado, através de demandas de organizações públicas e de órgãos fiscalizadores e de classe. O quadro 1 demonstra as principais medidas adotadas pelo Brasil a partir do ano de 2000:

Figura 4 - Medidas adotadas pelo Brasil para o controle do tabaco entre 2000 e 2016

Ano	Medidas restritivas adotadas pelo Brasil - 2000 a 2016
2000	Proibição da publicidade nos meios de comunicação, como TV, rádio e outdoors, com exceção dos pontos de venda. Proibição da distribuição de amostras grátis ou brindes, assim como das visitas de promoção, vendas e distribuição em instituições de ensino, de saúde ou local público. Proibição de merchandising. Proibição de publicidade em mídia eletrônica, incluindo a internet.
2001	Proibição de descritores, tais como "light" e "suave". Advertências sanitárias ilustradas exigidas em 100% de uma das faces das embalagens e nas propagandas nos pontos de venda.
2002	Alíquota do IPI alterada. Aumento dos preços de cigarros de 8% a 17%. Implementação do tratamento do fumante em todas as unidades de saúde, com medicamentos.
2003	Proibição parcial do patrocínio de eventos esportivos.
2004	Segundo grupo de advertências sanitárias.
2005	Proibição total do patrocínio de eventos esportivos. Ratificação da CQCT/OMS.
2007	Alíquota do IPI aumenta em 30% para todas as classes de cigarros. Porto Alegre: Restrição do tabagismo em recintos coletivos. Fumódromos permitidos.
2009	Imposto aumenta em 65% para venda a varejo. SP e RJ: leis proíbem o fumo em recintos coletivos e os fumódromos. Terceiro grupo com 10 advertências sanitárias ilustradas.
2011	Proibição do tabagismo em todos os ambientes de trabalho e recintos coletivos do país. Regulamentação ainda pendente. Proibição da publicidade em PDVs (permitida a exposição dos produtos para venda). Regulamentação ainda pendente. Aumento dos impostos nos quatro anos seguintes. Advertências sanitárias exigidas em 30% da face frontal das embalagens a partir de 2016.
2012	Proibição do uso de mentol e demais aditivos em produtos de tabaco.
2013	Política de tributação de IPI. Preço mínimo de varejo R\$ 3,50. Os fabricantes de tabaco ganham a batalha no final de 2013 sobre os aditivos aromatizantes.
2014	O maço de cigarros mais barato chega a R\$ 4,00. Aprovada em 2011, mas regulamentada em dezembro de 2014, a lei proibiu o ato de fumar em locais coletivos.
2015	R\$ 4,50 p/ o maço contendo 20 cigarros
2016	30% da face da frente com advertência de texto

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do relatório do projeto ITC- Brasil (2014)

Os resultados mostram progresso em áreas como: a adoção de advertências sanitárias nas embalagens de produtos de tabaco para informar sobre os malefícios do tabagismo e para estimular a cessação do tabagismo; a proibição do ato de fumar em ambientes de trabalho e recintos coletivos, diminuindo a exposição da população brasileira ao tabagismo passivo; e a proibição da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, reduzindo a exposição da população às estratégias de indução ao consumo.

Dados do sítio da AFUBRA (2014) revelam queda no consumo de cigarros (maços com vinte unidades) no mercado interno. Em 2010 foram consumidos 4,85 bilhões de maços, em 2011 (4,87 bilhões), em 2012 (4,45 bilhões) e em 2013 (3,80 bilhões) de maços.

Todavia, com o aumento dos impostos, os fumantes buscam cigarros no mercado ilegal, mais baratos, o que conseqüentemente, leva à perda de arrecadação governamental, avaliada em R\$ 4,5 bilhões (PORTAL DO TABACO, 2015). Nesta lógica, a partir de 2010 observou-se um aumento nas apreensões de cigarros contrabandeados e os anos de 2013 e 2014 representaram 37,05% do total apreendido desde 2001 (R\$ 293.808.659,59 e R\$ 257.069.452,79), sendo esse último, contabilizado até agosto (BRASIL, 2015).

Além dos objetivos propostos pela CQCT quanto ao combate ao mercado ilícito de cigarros, o governo brasileiro também criou através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco, a fim de cumprir com os objetivos dos artigos 17 e 18 (apoio a atividades economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas), além das questões econômicas, sociais e culturais.

Esse programa consiste na parceria com organizações governamentais e não-governamentais, sociedade civil que apoia com ajuda financeira empresas de assistência técnica e extensão rural (Ater), bem como universidades, prefeituras e cooperativas que desenvolvam projetos que visem a diversificação das culturas em propriedades de fumicultores de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2013).

Segundo Brasil (2013), as principais políticas direcionadas à diversificação são:

a) Pronaf – O Pronaf é um programa de crédito para a agricultura familiar brasileira. É um mecanismo de incentivo à produção e melhoria da infraestrutura no meio rural de forma a criar as condições adequadas para os processos de desenvolvimento com qualidade de vida no campo. É um programa de crédito que beneficia mais de 2 milhões de famílias agricultoras. Associado ao Pronaf existe o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Seguro para regiões do Semi Árido brasileiro (Garantia-Safra).

b) PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, desenvolvido para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar.

c) Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Programa criado no Brasil através da Lei nº 11.947/2009 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) para alimentação escolar para a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

d) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), coordenada pelo Departamento de Ater - Dater, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. A implementação do Programa de Ater, seja através dos órgãos públicos de Ater, como através da participação das Organizações Não Governamentais, especialmente ampliando iniciativas inovadoras, tem papel fundamental na implementação de propostas de diversificação nas áreas de produção de fumo.

e) Seguro da Agricultura Familiar é um programa exclusivo para os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf. Para os produtores de fumo que se decidam por ampliar a diversificação de sua renda através de outras culturas, com financiamento do Pronaf, o Seguro da Agricultura Familiar proporciona mais segurança para o

caso de frustração de safra. O Seguro de Preços da Agricultura Familiar trata de um programa vantajoso aos agricultores e também aos consumidores.

f) Programa do Biodiesel busca a inserção de agricultores familiares produtores de fumo e constitui-se uma das alternativas na diversificação com garantia de renda.

g) Programa Turismo Rural busca contribuir para a diversificação nas áreas de produção de tabaco com o desenvolvimento de outras atividades não agrícolas. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar a diversificação da renda, a valorização da cultura local, a comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares.

h) Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção busca realizar e/ou apoiar a transição dos modelos produtivos convencionais para estilos sustentáveis de agropecuária, de pesca, de aquicultura, de extrativismo e de manejo de sistemas florestais.

i) Programa de Agroecologia prevê recursos para apoio à produção, industrialização e comercialização de alimentos orgânicos, tendo como metas: capacitação de técnicos e agricultores na produção com base agroecológica; assistência técnica e extensão rural; estímulo à pesquisa e ensino voltados à agroecologia; e crédito subsidiado para a transição agroecológica.

Essas ações, de acordo com Brasil (2013), possuem como objetivo, apoiar os agricultores familiares em todas as etapas do cultivo, desde a produção a comercialização. Ainda conforme Brasil, apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais que estiverem dispostos a diversificar suas atividades, de maneira que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social destas regiões.

Em vista disso, infere-se que os negócios agrícolas e o seu entorno são condicionados pelas instituições, como é o caso da cadeia agroindustrial do tabaco e as implicações diante do tratado de saúde pública internacional. Logo, as mudanças institucionais demonstram o modo como as sociedades evoluem, interferindo no comportamento dos agentes, através das regras formais para a manutenção da ordem, redução das incertezas e do desenvolvimento da sociedade (NORTH, 1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a inicial tensão gerada em virtude da CQCT, o Brasil acompanha esse movimento, pois a cadeia agroindustrial do tabaco possui relevância para estados, municípios e milhares de pequenos produtores familiares. Aqui também estão instaladas as filiais das corporações tabaqueiras e diversas atividades satélites ligadas ao setor.

Esses divergentes interesses, pró e antitabaco, foram retratados na pesquisa com o objetivo de compreender os diferentes aspectos da realidade na cadeia no RS sob a influência de um ambiente institucional formal.

O que se pode constatar é que o país vem se destacando com medidas de controle e combate ao tabagismo, principalmente a partir do ano de 2000. Em decorrência disso, houve uma redução no consumo de cigarros legalizados no Brasil, mas em contrapartida, o crescimento do mercado ilícito de cigarros e produtos afins. Medidas de combate ao contrabando de cigarros têm se intensificado como forma de minimizar as perdas em arrecadações de impostos.

Além das medidas supracitadas, merecem destaque, os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar, subsidiando o processo de diversificação da produção e renda em áreas fumicultoras, atendendo aos artigos 17 e 18 da CQCT sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde.

Entretanto, o que se verifica é que, mesmo diante das diversas ações antitabagistas adotadas, a cadeia do fumo ainda não está fadada a extinguir-se no Brasil a curto e médio prazo. Se analisado o período entre 2005 e 2013, não houve mudanças significativas na produção de tabaco no RS, apenas variações na produtividade.

Essa situação demonstra que o impacto da redução de consumo interno decorrente da pressão antitabagista ainda não implicará numa grande desaceleração da produção. O tabaco produzido no Brasil tem como principal cliente o setor externo. Coadjuvam para tal, as articuladas estratégias das empresas que buscam intensificar seus domínios, manutenção e criação de novos mercados consumidores. Nesses mercados, as corporações aproveitam ambientes de regulação mais brandos, a crescente população e o aumento da renda.

Além disso, a existência de um bilhão de consumidores no mundo não pode ser ignorada. Somente com a alteração do hábito (dependência) de fumar dos consumidores e dos avanços da consciência social em relação à saúde individual e coletiva poderá atingir os ensejos antitabagistas.

Todavia, é certo que, em se cumprindo as metas da CQCT, haverá uma redução na demanda por fumo, o que traduzir-se-á em redução na produção, comprometendo, possivelmente, a estabilidade econômica dos municípios cuja renda e emprego internos estejam alicerçados na agricultura. Os agricultores serão aqueles mais fortemente atingidos por uma transformação provocada pelas mudanças institucionais derivadas de tal convenção.

Logo, conclui-se que o estudo se torna relevante na medida em que permite refletir sobre as implicações que emergem em meio a um ambiente institucional formal, sendo o país um grande produtor mundial, exportador de tabaco e atuante nas medidas antitabagistas. No entanto, o rumo do SIPT, no curto prazo, é de estabilidade, ou até mesmo crescimento, diante da mudança cambial observada a partir do ano de 2015 no Brasil, o que o coloca com preços mais competitivos no mercado internacional, já liderado pelo produto brasileiro. Mas, também, em função das suas condições competitivas, quase centenárias.

REFERÊNCIAS

ACTBR. **Manutenção da ilegalidade:** empresas de tabaco do Brasil fornecem matéria prima para os cigarros contrabandeados do Paraguai, 26 nov. 2014. Disponível em: <http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=2574> . Acesso em: 01 dez. 2014.

AFUBRA. **Cadeia produtiva.** [2015]. Disponível em:< <http://www.afubra.com.br/cadeia-produtiva.html>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Diagnóstico socioeconômico fumicultor sulbrasileiro** [2015]. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/perfil-fumicultor.html>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Fumicultura no Brasil.** [2015]. Disponível em:< <http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

_____. **Exportação em kg.** [2015]. Disponível em:< <http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Fumicultura Mundial.** [2015]. Disponível em:< <http://www.afubra.com.br/fumicultura-mundial.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Consumo mundial de cigarros**. [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/171>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2010.

AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BATALHA, M.O., Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas, In: BATALHA, M.O. et. al, **Gestão Agroindustrial**, São Carlos : Ed. Atlas, 1997. P.24-48.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco**, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf >. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Destruição de Cigarros** (Art. 14 Decreto-lei nº 1.593, de 21/12/1977) Valores Anuais, por Região Fiscal, em reais, 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/DestruCigarros/default.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CARVALHO JÚNIOR, L. C. de. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. **Textos de Economia**, v .6, n.1. 1995.

CARVALHO JÚNIOR, L. C. de; BINOTTO, Paula Alexandra; PEREIRA, João Gustavo de S. **A cultura do fumo**. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.labsad.ufsc.br/estudos_economia_SC/Trabalhos%20sobre%20economia%20catarinense/0%20Sintese%20master%20plan/4.2%20CPR%20Fumo.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

COREDESUL – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em <http://www.coredesul.org.br/Pagina/9/O-QUE-SAO-E-COMO-FUNCIONAM-OS-COREDES-%96RS>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FARINA, E.M. et al., A experiência de regulamentação de sistemas agroindustriais no Brasil, In: Farina, E.M. et al., **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. Piracicaba: Ed. Singular, Fapesp;Pensa, p. 207-214, 1997.

FEE – **Agricultura/Culturas temporárias/Fumo/ Quantidade produzida**.2014. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/index.php> >. Acesso em: 12 dez. 2014.

INCA. **Status da Política**. [2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e>. Acesso em: 15 abril 2015.

_____. **Percentual de fumantes no Brasil cai mais uma vez, afirma Vigitel**. 02 maio 2014. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2014/percentual_fumantes_brasil_cai_mais_uma_vez_vigitel>. Acesso em: 04 dez. 2014.

ITC – BRASIL - Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco **Relatório do Projeto**. Resultados das ondas 1 e 2 da pesquisa (2009-2013), maio de 2014. Disponível em: <http://www.itcproject.org/files/ITC_BrazilNR-POR-May29v3.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Política**, São Paulo, v. 33, n.4 oct./dec. 2013.

MIELE, M; WAQUIL, P. A; SCHULTZ. **Mercados e Comercialização de Produtos Agroindustriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011 80p.

MORVAN, Y. 1985. **Filière de Production, in fondaments d'économie industrielle. Econômica**. 2. ed. Paris: Economica, 1991.

NASDAQ. **British American Tobacco Announces Offer For Souza Cruz - Quick Facts**. 10/09/2015. Disponível em: <<http://www.nasdaq.com/article/british-american-tobacco-announces-offer-for-souza-cruz--quick-facts-20150910-00331#ixzz3r8NeiOcE>>. Acesso em: 21 set. 2015.

NEVES et al. Mapping and Quantification of Sugar Cane Chain in Brazil, 2015. **IFAMA 2015 Forum & Symposium**, June 14th -17th 2015.

NORTH. D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University Press.1990.

_____. D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives. American Economic Association**. v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

PORTAL DO TABACO. **Contrabando já responde por 31% do mercado nacional de cigarros**. 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/?p=504>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SILVA, L. X. da; BORGES, R. L. A. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do tabaco sul-brasileiro. **Quinto Encontro de Economia Gaúcha** – Porto Alegre, 2010.

SINDITABACO. **Evolução das exportações – Região Sul do Brasil**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/exportacoes/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. Estatísticas e Infográficos. **Produção de tabaco no Rio Grande do Sul**. [2015]. Disponível em:< <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. **Associadas**. [2015]. Disponível em:< <http://sinditabaco.com.br/entidade/associadas/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

WAQUIL, P. D. **A conta ambiental e econômica do desperdício**. Entrevista especial com Paulo Waquil. Instituto Humanitas Unisinos. 31/08/2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/534797-a-conta-ambiental-e-economica-do-desperdicio-entrevista-especial-com-paulo-waquil> > Acesso em: 19 set. 2014.

WHO.**Tobacco**. Fact Sheet Nº 339, 06/07/2015. Disponível em:< <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs339/en/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

A CONTRIBUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt Correio¹

Fabiano Abranches Silva Dalto Correio²

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar os efeitos da Previdência Social Rural (PSR) na redução da desigualdade de renda nos municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMREC). A metodologia utilizada consistiu em um levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao Ministério da Previdência Social e à Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. A abordagem de análise foi quantitativa. No que se refere aos resultados, constatou-se que a contribuição da PSR é maior nos municípios cuja renda per capita agrícola é menor. Nestes casos o papel desempenhado pela PSR se estende para além do contexto familiar abrangendo também a esfera econômica. A PSR destaca-se, portanto, ao desempenhar um papel extremamente importante do ponto de vista social e econômico, tendo em vista o público que o programa atinge, tanto no que tange à manutenção das famílias no campo, como ao montante de recursos que adiciona à economia dos municípios.

Palavras-chave: Previdência Social Rural; Renda; AMREC.

THE RURAL SOCIAL SECURITY CONTRIBUTION TO THE REDUCTION IN THE INCOME INEQUALITY

ABSTRACT

The objective of this research focuses on analyzing the effects of the PSR in reducing income inequality in the lives of elderly in municipalities of AMREC (Association of Municipalities of the Carboniferous Region)/SC. The methodology used was a data collection on the Brazilian Institute of Geography and Statistics Census, the United Nations Development Program of the Ministry of Social Security and on the Dataprev – Enterprise of Technology and Social Security Information. The approach of analysis was quantitative. With regard to the results, it was found that the PSR contribution is higher in counties whose per capita agricultural income is lower. In these cases, the role played by PSR extends beyond the family context also comprising the economic sphere. The PSR stands out, therefore, to perform an extremely important role in the social and economic point of view, considering the public that the program reaches both with regard to the maintenance of families in rural areas, as the amount of resources that adds the economy of the municipalities.

Keywords: Rural Social Security; Income; AMREC.

JEL: H5, H55, J14, J18, J26.

¹ Economista. Mestre e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná.

² Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná e Doutor pela Universidade de Hertfordshire, na Inglaterra.

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social Rural (PSR) é uma política pública fundamental por não impor condicionalidades ao acesso com relação à renda ou ao estrato social. Por ser uma das principais políticas públicas voltadas ao meio rural, mais recentemente ela ganhou notoriedade ao promover resultados socioeconômicos positivos, não somente para o campo, mas para a economia dos pequenos municípios rurais em todo o país.

Segundo Delgado e Cardoso Jr. (1999), foi com a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a PSR começou a se consolidar no Brasil. Contudo, conforme destacam estes autores, as mudanças mais sólidas da PSR foram estabelecidas de fato somente em 1992, com a aplicação de duas leis complementares (nº 8.212 e 8.213, de 24 de junho de 1991) que instituíram o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios, promovendo a universalização do programa previdenciário rural brasileiro. Estas se traduziram na aplicação das seguintes regras: equiparação do acesso ao benefício para homens e mulheres; redução da idade mínima para aposentadoria (60 anos para os homens e 55 para mulheres); e o piso de um salário mínimo para aposentadorias e pensões (superando o meio salário mínimo vigente anteriormente).

Com a efetivação da PSR na década de 1990 a cobertura do sistema previdenciário sobre os residentes rurais aumentou substancialmente. Neste âmbito, os estudos de Schwarzer e Querino (2002), Bezerra (2006), Sugamoto (2007), Caldas (2008), por exemplo, revelam uma contribuição significativa da PSR para diversas regiões, áreas e níveis de agregação: i) na composição da renda das famílias, ao possibilitar a redução da pobreza no meio rural por meio da redistribuição de renda; ii) na aquisição de medicamentos e no acesso aos serviços privados de saúde; iii) no sustento de filhos e netos desempregados ou subempregados; iv) ao permitir melhorias nas moradias; v) ao ser empregada como seguro agrícola nas pequenas propriedades; vi) e ao se traduzir, em muitos casos, em uma das principais fontes de receitas para os municípios.

Contudo, embora a PSR apresente um amplo impacto no que tange à realidade rural brasileira, ela é ainda pouco debatida na academia, tendo em vista

que a ruralidade foi durante muito tempo sinônimo de atraso.³ A invisibilidade da PSR no âmbito acadêmico também está atrelada ao baixo investimento em políticas públicas no meio rural em comparação ao meio urbano. No sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente no meio rural da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), onde se desenvolveu esta pesquisa, não havia até então estudos sobre os efeitos da PSR na distribuição de renda dos municípios da região.

Ao analisar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais precisamente o Censo de 2000 e 2010, evidenciamos na AMREC os fenômenos do êxodo rural e do envelhecimento do campo, o que suscita a hipótese de que a população idosa possa permanecer no meio rural, em parte, em função de possíveis impactos da PSR. Diante disso, delinea-se o objetivo central da presente pesquisa, que se centra em analisar os efeitos da PSR na redução da desigualdade de renda nos municípios da AMREC.

No tocante a metodologia, realizou-se um levantamento de dados abrangendo variáveis demográficas dos municípios que contemplam a região. Tais informações foram coletadas através do Censo do IBGE, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e do site da AMREC⁴. Outro levantamento paralelo foi feito junto ao Ministério da Previdência Social (MPS), cujos anuários e bancos estatísticos forneceram um mapeamento do valor e da quantidade de benefícios emitidos para cada município investigado. A abordagem de análise foi quantitativa.

Por fim, é preciso salientar que o objetivo desta pesquisa perpassa um debate central acerca da universalização da PSR no âmbito do Estado como provedor de direitos sociais. Para tanto, a partir de Skocpol (1985), Pitelis (1994); Screpanti (2001), Hodgson (2006) e Draibe (1985) assume-se na presente pesquisa o Estado como uma estrutura institucional que, em constante transformação, é capaz de influenciar de diferentes formas a sociedade bem como a vida dos indivíduos.

Desta forma, o presente artigo está dividido em quatro partes. Após esta breve introdução, a seguir aborda-se a PSR como política social no Brasil adentrando aos seus impactos socioeconômicos. Na sequência estão os resultados desta pesquisa, e por fim encontram-se as considerações finais acerca do que foi observado.

³ Uma busca através das palavras-chave Previdência Social Rural realizada no Banco de Teses da CAPES, e verificou-se que no período de 1987-2013 foram desenvolvidos apenas 21 estudos que abordassem a contribuição da PSR na vida do idoso do campo.

⁴ <http://www.amrec.com.br/municipios/>

2 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL COMO POLÍTICA SOCIAL

De modo geral, a Previdência Social pertence ao campo da seguridade social que, em conjunto, traduzem-se em políticas sociais. Castro (2011) embora concorde que o termo Política Social possa ser interpretado de várias formas e que para defini-lo há uma série de limitações e dificuldades, busca caracterizá-lo como sendo um conjunto de ações e programas do Estado. Tal conjunto é responsável por promover a oferta de bens, serviços e transferências de renda, com a finalidade de suprir as necessidades e os direitos sociais, sobretudo no que se refere à redução da pobreza e da desigualdade.

Na Constituição de 1988, o conceito de Previdência Social Rural está associado aos demais princípios de seguridade social, a exemplo da universalidade da cobertura e do atendimento, bem como da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais e urbanas (DELGAGO; CASTRO, 2003). Segundo Fleury (2004), a Constituição Federal de 1988 se traduz em um modelo de seguridade social que busca romper com a estrutura restrita, antes focalizada ao mercado de trabalho formal, ao passo que gera mecanismos mais solidários e redistributivos, tendo por base os princípios de justiça social, ao estender universalmente a cobertura.

No campo da proteção social, Castro (2011) argumenta que no Brasil a Previdência Social é a política que atua há mais tempo, e pode ser vista como um sistema, devido aos seus oitenta anos de estruturação no país. Este autor argumenta ainda que a Previdência Social Rural possui um padrão distributivo o que denota o propósito significativo do benefício em reduzir a desigualdade de renda em municípios rurais no país.

Com relação ao sistema previdenciário, segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), no ano de 2013, o país estava aproximadamente com 2,3 mil agências de prestação de serviços previdenciários, localizadas nas diversas regiões e cobria cerca de 24 milhões de beneficiados através do Regime Geral da Previdência Social – RGPS. No que tange à seguridade social rural, segundo os dados disponibilizados pelo MPS no ano de 2013, foi emitido no Brasil o valor aproximado de 70 milhões de reais englobando aposentadorias, pensões e outros benefícios garantidos pela PSR.

Em síntese, a PSR, atrelada a um conjunto de políticas sociais, cumpre um

papel fundamental no enfrentamento da pobreza ao passo que assegura condições mínimas de sobrevivência à população beneficiada, atuando também como mecanismo de redistribuição de renda. A seguir adentra-se aos impactos socioeconômicos da PSR no Brasil.

2.1 Impactos Socioeconômicos da Previdência Social Rural no Brasil

Embora tenha sido efetivada com atraso com relação à Previdência Urbana, é preciso reconhecer que ao ser instituída no Brasil, a PSR trouxe uma série de mudanças em termos quantitativos e qualitativos à realidade de vida dos beneficiados, ao papel do idoso no ambiente familiar, bem como aos aspectos socioeconômicos relacionados aos municípios rurais em todo o país.

Publicações relevantes e ricas em dados informativos sobre a PSR - Delgado e Cardoso Jr. (1999); Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000); Beltrão, Camarano e Mello (2005); Schwarzer e Querino (2002); Castro (2011) – estão presentes nos estudos realizados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esses autores destacam a PSR como política universal e revelam a importância dessa renda para as famílias rurais, sobretudo quando os idosos passam de assistidos para assistentes. Tais autores também evidenciam que a PSR cumpre um papel fundamental no enfrentamento da pobreza, ao passo que assegura condições mínimas de sobrevivência à população beneficiada contribuindo para a redução da desigualdade de renda no país.

Além de contribuir para a distribuição da renda, Castro (2011) revela que as políticas sociais de modo geral podem promover crescimento econômico, uma vez que grande parte dos gastos sociais do governo beneficiam as pessoas mais empobrecidas. Isso faz com que uma quantia significativa desse valor permaneça no país, tendo em vista que este estrato da sociedade é o que tem maior propensão a consumir produtos nacionais. Com isso, há um aumento na geração de emprego e renda, no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como na renda das famílias.

Dessa maneira, Augusto e Ribeiro (2005) afirmam que o valor mínimo pago pelo benefício previdenciário – e nesse caso especialmente a aposentadoria rural – dinamiza a economia local dos pequenos municípios, sobretudo de regiões pobres, pois esta renda é gasta totalmente nos comércios locais, proporcionando aumento

do emprego, dos estabelecimentos, e maior movimentação financeira, devido ao pagamento mensal do benefício. Os autores também destacam o forte impacto da PSR na melhoria das condições de vida dos aposentados e de seus familiares.

No que tange ao impacto da PSR nos pequenos municípios rurais, Guimarães e Santos (2008) tecem considerações relevantes ao pesquisarem o município de Ferros, em Minas Gerais. Os autores identificaram que a PSR exerce importância predominante na economia local, uma vez que os valores pagos mensalmente pela previdência superam as demais rendas locais. Além disso, eles acrescentam que o desenvolvimento econômico e social da região é fomentado pela renda dos aposentados e pensionistas da previdência, que garante inclusive a subsistência do comércio local.

Através de uma pesquisa realizada no município de Remígio na Paraíba, Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) também revelam a importância da PSR para os pequenos municípios. Os autores apontam que, no município investigado, as transferências de renda pela PSR superaram o repasse referente ao Fundo de Participação do Município (FPM) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Considerando isso, afirmam que o mundo rural deixou de ter como principal fonte de renda as receitas agrárias, de modo que o comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem os principais vetores de recursos para os pequenos municípios brasileiros. Tais autores acrescentam ainda que, nas pequenas cidades, é a renda dos aposentados que sustenta a maioria das atividades em seu comércio.

As mudanças realizadas pela PSR são também identificadas por Sugamoto (2007), no município de Colombo – PR, onde a autora identifica a importância do benefício previdenciário para manutenção das famílias e da agricultura familiar. A autora revela que a PSR é responsável pela melhoria das condições de sobrevivência da população, e que em muitos casos a renda se traduz em financiamento e insumos para manutenção da atividade produtiva.

Delgado e Cardoso Jr (1999) afirmam que a PSR permite a valorização do idoso no espaço familiar, uma vez que há uma inversão dos papéis, de assistidos para assistentes, quando a renda da aposentadoria é destinada, sobretudo, à subsistência do grupo familiar. Também Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) revelam que o benefício da aposentadoria deu à família rural estabilidade e

credibilidade econômica mínima, o que mudou o quadro de relações estabelecidas no contexto familiar e também social. Os autores salientam que, com a promulgação da PSR, o idoso passa a ser visto de outra forma por seus filhos, noras e netos, pois deixa de ser uma despesa para a família passando em muitos casos a ser a fonte da única garantia de ingresso regular de renda destinada, sobretudo, à compra de gêneros alimentícios.

Para finalizar, Sugamoto (2007) ressalta que a PSR não está associada à improdutividade do aposentado, mas se traduz em um direito e em uma estratégia de sobrevivência. Embora o montante recebido de um salário mínimo represente um baixo valor, o benefício previdenciário tem contribuído de forma significativa para melhoria e manutenção das condições de sobrevivência dos idosos beneficiários, bem como de seus familiares.

Em suma, com base nos autores acima referenciados, assume-se que a PSR desempenha um papel extremamente importante do ponto de vista social e econômico no Brasil, tendo em vista o público que o programa atinge, tanto no que tange à manutenção das famílias no campo, como ao montante de recursos que adiciona à economia dos municípios. A seguir, a partir da revisão da literatura, construiu-se o (QUADRO 1) sintetizando os principais fatores impactados pela PSR no Brasil:

Quadro 1 - Principais Fatores Impactados pela PSR no Brasil

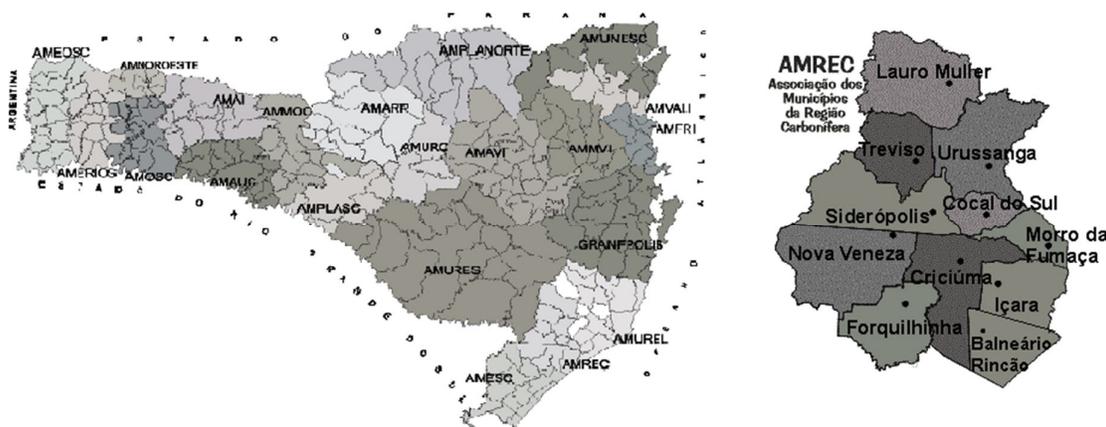
MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS APOSENTADOS	INSERÇÃO NA DINÂMICA LOCAL DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS
Promove a valorização do idoso no espaço familiar, assegurando-lhe autonomia e independência	Em alguns casos, se traduz na principal fonte de receitas para os municípios
Possibilita o sustento de filhos e netos desempregados ou subempregados	Contribui para a movimentação do comércio local
Possibilita melhoria nas condições de moradias	Promove aumento do emprego
Proporciona aquisição de medicamentos	Promove crescimento econômico
Proporciona acesso aos serviços privados de saúde	Contribui para redução da pobreza no meio rural
Traduz-se em seguro agrícola nas pequenas propriedades rurais	Contribui para redução na desigualdade de renda.

Fonte: O autor (2015)

3 UNIVERSO ANALÍTICO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA

Conforme já mencionado na introdução, a AMREC é composta por doze municípios contemplados na Figura 1: Balneário Rincão⁵, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Figura 1 - Municípios pertencentes à região da AMREC – Sc



Fonte: AMREC (2014)

Inicialmente são apresentadas informações referentes à dinâmica populacional dos municípios pertencentes à AMREC. Essas são fornecidas pelo Censo do IBGE de 2000 e 2010 e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na sequência, adentra-se aos dados coletados junto ao Ministério da Previdência Social (MPS), e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), os quais informam o valor e a quantidade de benefícios emitidos para cada município da região no ano de 2013.

3.1 Dinâmica populacional na AMREC

Segundo o último censo divulgado pelo IBGE em 2010, a AMREC apresentou uma população total de 390.791 habitantes, sendo 51% mulheres. Quando comparado com o censo anterior, verifica-se que, num período de dez anos, a região obteve um aumento populacional de 12%. Contudo, quando se analisa apenas a

⁵ Balneário Rincão não foi abordado nesta análise, tendo em vista que sua emancipação ocorreu em janeiro de 2013 e, por isso, não consta no censo do IBGE nem mesmo nos anuários estatísticos da Dataprev.

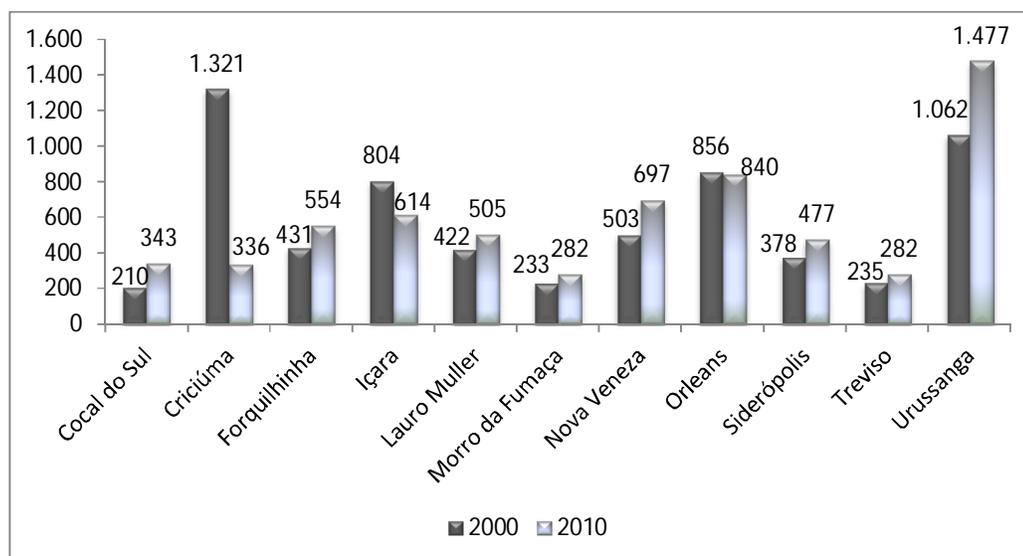
população rural da AMREC, verifica-se que no período de 2000 a 2010 houve uma redução de 33%, visto que em 2000 o número de habitantes rurais era 63.792 passando para 42.857 em 2010.

Além da problemática do êxodo rural os dados do censo permitem identificar um segundo fenômeno que é o do envelhecimento do campo. Na AMREC, no ano 2000, a população com idade de aposentadoria rural (mulheres acima de 55 anos e homens acima de 60 anos) totalizava 6.455 habitantes; em 2010, o número caiu para 6.407. Ou seja, enquanto a população rural total reduziu 33%, o número de potenciais aposentados rurais reduziu apenas 0,75%, o que remete a concluir que a população idosa está permanecendo no meio rural e que possivelmente o êxodo é um fenômeno juvenil.

Essa mesma análise, quando realizada em nível nacional, corrobora com a realidade da AMREC. Segundo dados do censo, no Brasil pôde-se observar que entre 2000 e 2010 houve uma redução de 14% dos residentes rurais com até 39 anos de idade. Entretanto, quando se analisa a população rural de mulheres entre 40 e 54 anos, e homens de 40 a 59 anos, verifica-se um aumento de 4% para o referido período. E, no que diz respeito a população com idade de aposentadoria rural, entre 2000 e 2010 houve um aumento de 20%.

A fim de especificar mais essa análise, o Gráfico 1 ilustra a população de potenciais aposentados rurais nos municípios pertencentes à região da AMREC. É possível identificar, com exceção dos municípios de Criciúma, Içara, e Orleans que, no período de 2000 a 2010, houve um aumento de mulheres com idade acima de 55 anos e homens acima de 60 anos. Os municípios de Cocal do Sul e Urussanga são os que mais apresentam aumento dessa população, com 39% e 28% respectivamente. No primeiro caso, a referida população era contemplada por 210 habitantes em 2000 e aumentou para 343 em 2010. No segundo município, essa população era de 1.062 habitantes em 2000 e passou para 1.477 em 2010. Dentre todos os municípios da região, Urussanga apresenta o maior número de potenciais aposentados rurais.

Gráfico 1 - População de potenciais aposentados rurais da AMREC



Fonte: Censo 2000 e 2010 IBGE, Elaboração própria

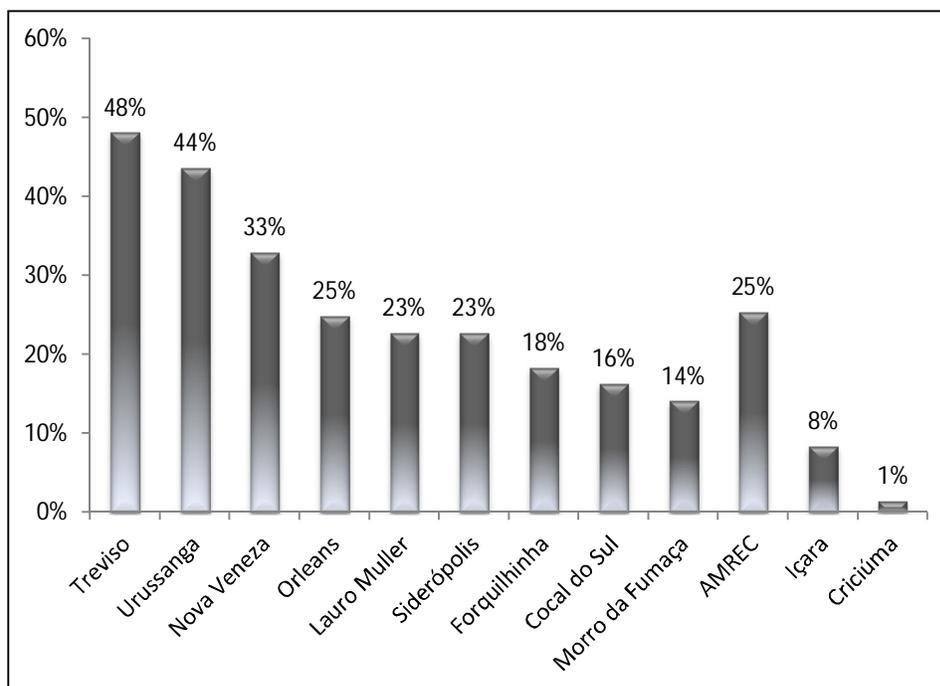
No que se refere aos municípios de Criciúma e Içara, denota-se uma redução considerável de potenciais aposentados rurais no período de 2000 a 2010, de 75% e 24% respectivamente. Acredita-se que isso se deve às características dos referidos municípios: ambos possuem um desenvolvimento industrial mais avançado, cuja urbanização é marcada pela migração urbano/rural – não só de jovens, mas também dos idosos; como pelo aumento da extensão de área urbana em relação à rural⁶. Embora o IBGE não disponibilize a extensão em km² do que é rural e urbano, o instituto considera rural toda a área que está situada fora dos limites urbanos. Logo, infere-se que o aumento da urbanização em Criciúma e Içara, tenha reduzido a área considerada rural pelo censo do IBGE, o que ajuda a explicar a forte redução de potenciais aposentados rurais nos referidos municípios.

A fim de melhor ilustrar tal situação, analisou-se o percentual da população rural em relação à população total da AMREC. Conforme demonstra o Gráfico 2 o referido percentual em Içara e Criciúma é inferior à média da AMREC. A região possui 11% de seus habitantes residindo na área rural; em Içara, esse dado cai para

⁶ A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural segundo sua localização, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana o IBGE considera as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

8%; e no que tange ao município de Criciúma, esse possui apenas 1% de sua população em área rural.

Gráfico 2 - População rural/total dos municípios da AMREC



Fonte: Censo 2000 e 2010 IBGE , Elaboração própria

Já os municípios de Treviso, Urussanga e Nova Veneza destacam-se pela representatividade de sua população rural em relação à população total. Treviso é o município que apresenta a menor população da região com 3.527 habitantes, de modo que 48% residem em área rural. Urussanga possui uma população total de 20.223 habitantes sendo que 44% residem em área rural. Nova Veneza é o terceiro menor município da região em termos de população e apresenta 13.309 habitantes sendo 33% residentes rurais.

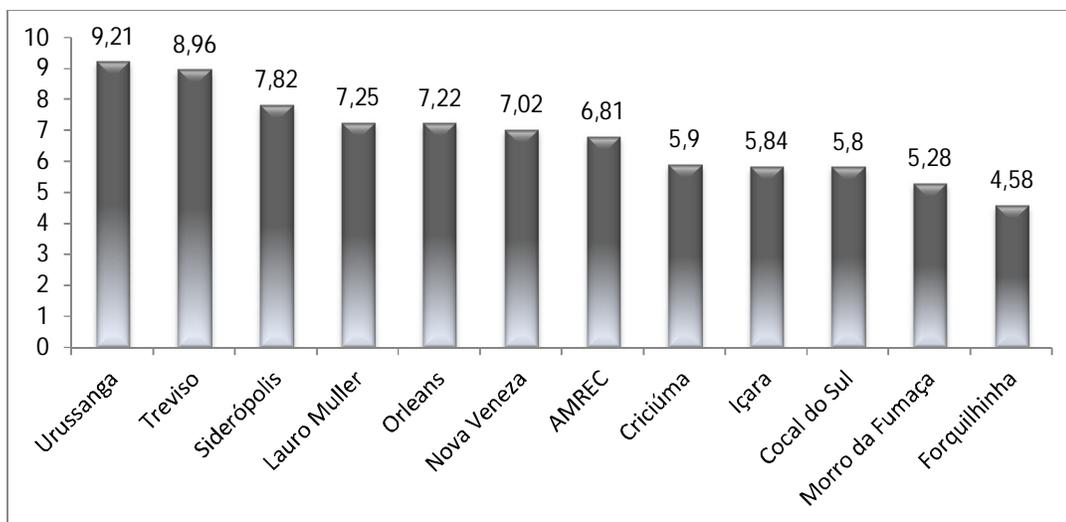
Outro dado importante a ser analisado é a Taxa de Envelhecimento Humano⁷ disponibilizada pelo PNUD. O Gráfico 3 a seguir ilustra a referida taxa para os municípios da AMREC e demonstra que os que possuem as mais altas taxas de envelhecimento são Urussanga e Treviso. Os mesmos que apresentam o maior

⁷ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Taxa de Envelhecimento Humano é calculada a partir da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/
Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 892 – 914.

número de habitantes rurais em relação à população total, o que evidencia novamente a problemática do envelhecimento do campo.

E, em contrapartida, os municípios de Forquilha, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Içara e Criciúma apresentam as menores taxas de envelhecimento humano, estando inclusive abaixo da média da AMREC cuja taxa é de 6,81. Vale lembrar que esses quatro últimos municípios são os mesmos que apresentam o menor número de habitantes rurais em relação à população total.

Gráfico 3 - Taxa de envelhecimento humano dos municípios da AMREC



Fonte: PNUD, Elaboração própria

A fim de compilar e complementar as informações vistas até agora, a Tabela 1 traz a área em km², o número de habitantes urbanos e rurais, o número de habitantes/km² e a proporção de habitantes rurais em relação à população total para cada município da AMREC.

Tabela 1 - Dinâmica populacional dos municípios DA AMREC

MUNICÍPIO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	HAB/ KM ²	POPULAÇÃO RURAL/ TOTAL
Cocal do Sul	72	12696	2463	15159	212	16%
Morro da Fumaça	82	13863	2263	16126	196	14%
Treviso	158	1833	1694	3527	22	48%
Forquilha	182	18426	4122	22548	124	18%
Criciúma	238	189630	2678	192308	808	1%
Urussanga	241	11405	8818	20223	84	44%
Siderópolis	263	10051	2947	12998	49	23%
Lauro Muller	270	11106	3261	14367	53	23%
Içara	290	53913	4920	58833	203	8%
Nova Veneza	294	8927	4382	13309	45	33%
Orleans	552	16084	5309	21393	39	25%
AMREC	2641	347934	42857	390791	148	13%

Fonte: Censo IBGE (2010); PNUD (2010).

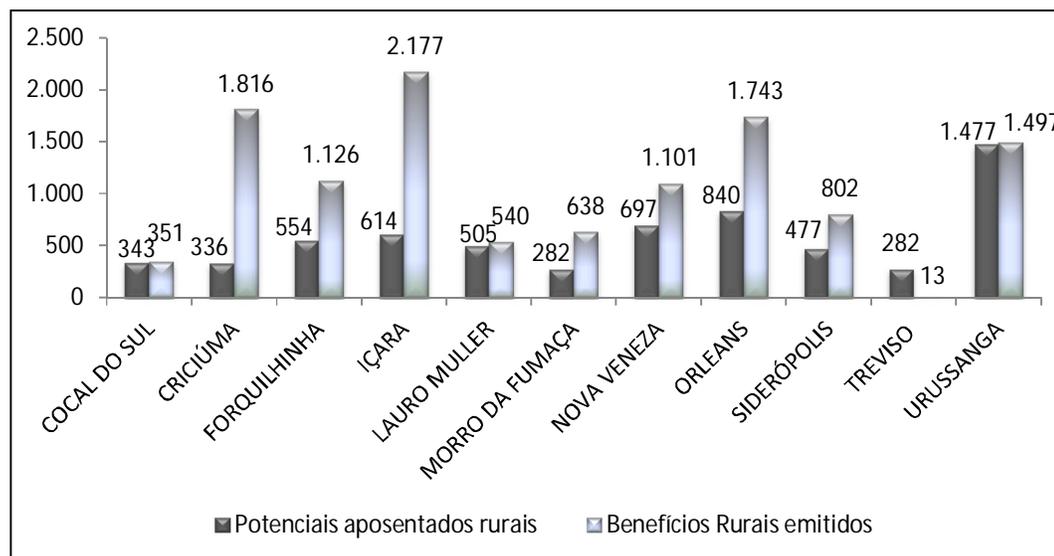
Ao analisar a Tabela 1 é possível perceber que, embora Treviso e Nova Veneza possuam uma população relativamente pequena, ambos não estão dentre os municípios com menor extensão geográfica, visto que Treviso possui uma área de 157,53km² e Nova Veneza possui 293,69km². Logo, infere-se que boa parte dessa área seja destinada à atividade rural, o que justifica a alta representatividade da população rural em relação à total em ambos os municípios. Fazendo um contraponto, ao analisar o número de habitantes/km², verifica-se que Morro da Fumaça, Içara, Cocal do Sul e Criciúma são os municípios que apresentam maior número de habitantes/km²; e estes são os municípios que apresentam menor população rural em relação à total.

Em suma, verificou-se que o envelhecimento do campo se faz presente especialmente nos municípios com maior percentual da população rural em relação à total: Treviso, Urussanga, Nova Veneza, Orleans, Lauro Muller, Siderópolis, Forquilha, Cocal do Sul e Morro da Fumaça. Frente a isto, estima-se que, mais precisamente nesses municípios, a Previdência Social Rural seja capaz de exercer sua contribuição na redução da desigualdade de renda. Com vistas a aprofundar a análise, a seguir são apresentados os dados da Previdência Social Rural para os municípios da região.

3.2. Inserção da PSR na redução da desigualdade de renda

A fim de ilustrar a inserção da PSR na região, o Gráfico 4 apresenta o número de potenciais aposentados rurais (mulheres acima de 55 anos e homens acima de 60 anos) e os benefícios rurais emitidos em dezembro de 2013⁸ para cada município da AMREC.

Gráfico 4 - Potenciais aposentados rurais x benefícios rurais emitidos em dezembro de 2013 nos municípios da AMREC



Fonte: Censo 2010 IBGE; Ministério da Previdência Social (MPS). Elaboração própria

Conforme demonstra o Gráfico 4, a quantidade de aposentadorias e pensões emitidas em dezembro de 2013, com exceção de Treviso, é maior que o número de potenciais aposentados em todos os municípios da região. O município de Treviso se destaca por apresentar apenas treze benefícios rurais. Uma justificativa para isso é o fato de que o beneficiário da previdência não precisa necessariamente permanecer no município onde obteve o benefício pela primeira vez. Então é provável que em Treviso residam muito mais do que 13 aposentados, até mesmo porque segundo o censo do IBGE, em 2010 o município possuía um total de 282 potenciais aposentados rurais.

Içara e Criciúma destacam-se por apresentarem uma quantidade de benefícios emitidos muito superior ao número de potenciais aposentados previsto no

⁸ No Gráfico 4 os benefícios rurais emitidos englobam aposentadorias e pensões.

censo de 2010. Içara apresenta 2.177 benefícios rurais emitidos, para uma população de 614 potenciais aposentados rurais. No que se refere a Criciúma, o município recebe 1.816 benefícios quando residem no meio rural cerca de 336 potenciais aposentados.

Especialmente em Criciúma e Içara, por serem municípios mais industrializados, é muito provável que, após alcançarem a aposentadoria, alguns idosos abandonem a propriedade rural para residirem próximo aos filhos na área urbana. No caso de Criciúma, o centro do município oferece uma infraestrutura atrativa aos aposentados, como comércio, opções de entretenimento, cultura e lazer. Serviços relacionados à saúde também se encontram na área urbana deste município, a exemplo de centros clínicos, hospitais e farmácias, o que leva muitos idosos a se mudarem com vistas a residirem próximo a estes locais.

No caso de Içara, o número reduzido de potenciais aposentados, frente à quantidade de benefícios rurais emitidos, justifica-se pela migração dos aposentados rurais para o município de Balneário Rincão. Os balneários são locais atrativos para os aposentados, por oferecerem praias e atividades relacionadas ao lazer. Desta forma, ao alcançarem a aposentadoria, alguns idosos arrendam a propriedade ou deixam para seus descendentes, e se mudam então buscando maior qualidade de vida.

Outro fator relevante, já apresentado no item anterior, é a questão do aumento da urbanização. Estima-se que em municípios como Criciúma e Içara, a extensão rural tenha sido reduzida nos últimos anos. Nesses casos, é bem provável que parte da população que se aposentou no meio rural, embora resida no mesmo local, passou a ter seu domicílio identificado como perímetro urbano.

Nos demais municípios, embora em escala menor, identifica-se também a diferença entre o número de potenciais aposentados e a quantidade de benefícios emitidos. Entretanto, além das justificativas apresentadas até aqui, é válido lembrar que a aposentadoria e a pensão podem ser cumulativas, de modo que um único beneficiário pode ter acesso a ambos os benefícios, o que contribui para explicar tal diferença.

Por fim, essa análise também requer uma cautela, pois a população de potenciais aposentados foi calculada a partir do censo de 2010, ao passo que a quantidade de benefícios emitidos pela PSR se refere ao mês de dezembro de 2013.

Logo, infere-se que parte da população que em 2010 ainda não havia alcançado a idade para requerer o benefício (mulheres com 52 anos e homens com 57 anos), em dezembro de 2013, já estava inserida na quantidade de benefícios rurais emitidos.

A fim de compilar alguns dados apresentados até aqui, e de trazer um panorama geral acerca da inserção da Previdência Social Rural nos municípios da AMREC, a Tabela 2 informa: a renda per capita agrícola⁹, a quantidade de benefícios emitidos no mês de dezembro de 2013 (aposentadoria e pensões), o valor dos benefícios emitidos no referido mês, e o valor dos benefícios emitidos no ano de 2013.

Tabela 2 - Inserção da previdência social rural nos municípios da AMREC

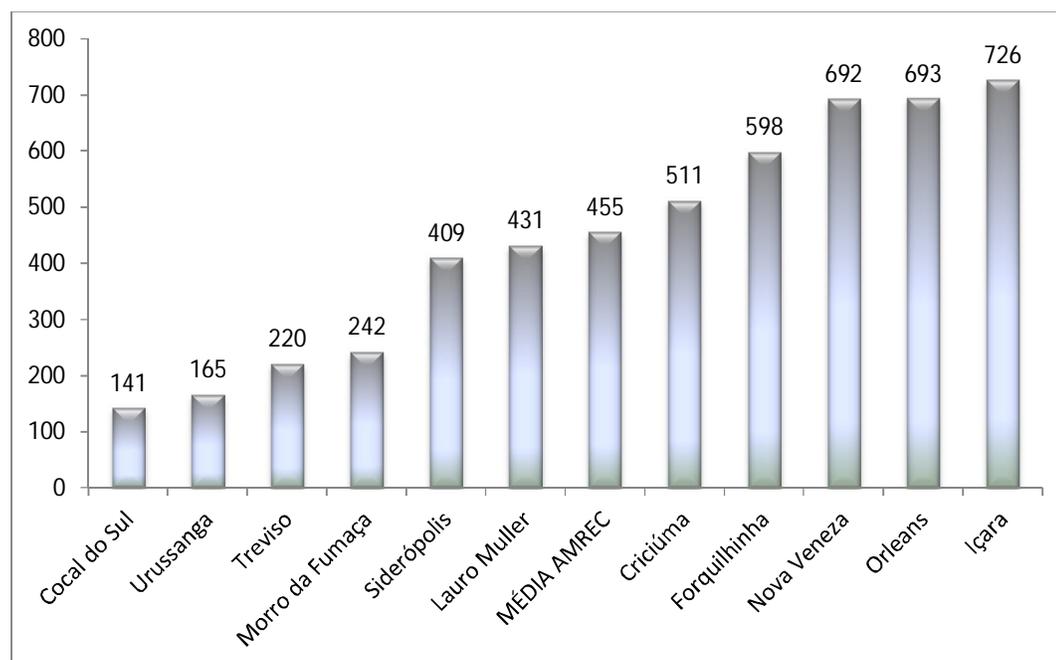
Município	Renda per capita agrícola em R\$	Quantidade de benefícios emitidos em dezembro de 2013	Valor em R\$ dos benefícios emitidos em dezembro de 2013	Valor em R\$ dos benefícios emitidos no ano de 2013
Cocal Do Sul	140	351	227.624	2.999.175
Criciúma	511	1.816	1.149.520	14.995.797
Forquilha	598	1.126	724.349	9.407.093
Içara	725	2.177	1.361.966	17.501.858
Lauro Muller	431	540	341.514	4.399.199
Morro Da Fumaça	242	638	395.270	5.152.919
Nova Veneza	691	1.101	722.970	9.319.661
Orleans	693	1.743	1.122.623	14.581.550
Siderópolis	408	802	527.038	6.888.090
Treviso	219	13	8.251	104.740
Urussanga	165	1.497	966.683	12.440.500
AMREC	455	11.804	7.547.808	97.790.582

Fonte: Censo 2010 IBGE; Ministério da Previdência Social (MPS)

A fim de estimar em quais municípios da região a PSR exerce maior contribuição na redução da desigualdade de renda, buscou-se comparar o valor dos benefícios emitidos, com a renda per capita agrícola. Conforme demonstra o Gráfico 5, no que se refere à renda per capita agrícola, Cocal do Sul, Urussanga, Treviso e Morro da Fumaça encontram-se abaixo da média regional, cujo valor é R\$ 455,00 mensal. Em contrapartida, Içara se destaca com a maior renda per capita agrícola, no valor de R\$ 726,00.

⁹ A Renda per capita agrícola é a razão entre o valor adicionado bruto agropecuário a preços correntes do ano de 2011, fornecido pelo IBGE, e a população residente rural fornecida pelo Censo 2010.

Gráfico 5 - Renda per capita agrícola da AMREC



Fonte: IBGE, Elaboração própria

O que se infere dos dados acima, é que possivelmente a PSR exerce maior contribuição na redução da desigualdade de renda, nos municípios cuja renda per capita agrícola é mais baixa. Tome como exemplo Cocal do Sul cuja renda rural média é R\$141,00 mensal, e recebeu 351 benefícios no mês de dezembro de 2013. Como a maioria dos benefícios emitidos pela PSR corresponde ao valor de um salário mínimo, que no referido ano foi R\$ 678,00, pode-se dizer que em média os beneficiários passaram a receber cinco vezes mais do que a renda média proporcionada pela produção rural.

Urussanga é o segundo município da região que apresenta a menor renda per capita agrícola, no valor de R\$165,00 ao mês. Neste município certamente a PSR exerce uma contribuição considerável na redução da desigualdade de renda, visto que em dezembro de 2013 foram emitidos 1.497 benefícios. Neste caso, em média, a população beneficiada passou a ter acesso a uma renda quatro vezes maior.

Vale destacar que a PSR exerce maior contribuição na vida dos idosos cujas famílias produzem basicamente para subsistência. Neste âmbito, Delgado e Cardoso Jr. (1999) e Castro (2011) demonstram que a PSR cumpre um papel fundamental no enfrentamento da pobreza, ao passo que assegura condições

mínimas de sobrevivência à população beneficiada, contribuindo para a redução da desigualdade de renda no país.

Criciúma possui uma renda per capita agrícola relativamente baixa, de R\$511,00, muito próxima à média regional. Logo, embora esse município não apresente uma alta taxa de envelhecimento e possua uma baixa população rural em relação à total, estima-se que ainda assim a PSR seja uma renda representativa para muitas famílias. Em dezembro de 2013, foi emitido o total de 1.816 benefícios para este município. Então, em média a população beneficiada teve um aumento de 30% em sua renda.

Em contrapartida, ao analisar o município de Içara verifica-se que este possui uma renda per capita agrícola no valor de R\$726,00, e que em dezembro de 2013 foi contemplado com 2.177 benefícios previdenciários. Nesse caso, embora o salário mínimo seja inferior à renda per capita agrícola, a população beneficiada em média teve sua renda dobrada. No mês de dezembro de 2013 Içara recebeu o valor de R\$1.361.966,00 em benefícios da PSR. Portanto, infere-se que este montante exerce uma contribuição considerável na dinâmica da economia local.

Um município que se equipara a Içara, tanto em relação à renda per capita quanto ao montante recebido da PSR é Orleans, que recebeu em dezembro de 2013 1.743 benefícios da PSR, cujo valor total foi de R\$1.122.623. Contudo, a diferença entre ambos os municípios é que em Orleans 25% do total de sua população reside em área rural ao passo que em Içara este dado cai para 8%. No que se refere à população de potenciais aposentados rurais, Orleans apresenta um total de 840 habitantes, 27% a mais que no município de Içara.

Analisando-se os municípios de Treviso e Morro da Fumaça, é possível identificar que estes possuem, segundo o IBGE, 282 potenciais aposentados rurais cada, e que ambos apresentam valores muito próximos no que se refere à renda per capita agrícola. De um modo geral, infere-se que nesses municípios os idosos beneficiados tiveram um impacto relevante em suas rendas, uma vez que a PSR representou um aumento de aproximadamente três vezes mais. E no que tange aos municípios pequenos como estes, tem-se que a contribuição da PSR não se restringe apenas à redução na desigualdade de renda. A hipótese é que esta renda exerça representatividade também no comércio local, visto que os idosos e seus

familiares gastam a maior parte do recurso da PSR em bens para própria subsistência.

Um estudo realizado por Maciel et. al (2014), em que foram entrevistados 22 aposentados rurais residentes em municípios da AMREC, evidenciou a forte contribuição da PSR na vida dos idosos. Os autores constataram que a PSR é uma política pública fundamental para manutenção e melhoria das condições de vida dos idosos residentes no campo, bem como de seus familiares. De modo que valor recebido se traduz na principal fonte de subsistência para as famílias, quer seja na manutenção da atividade produtiva, na aquisição de medicamentos, ou na melhoria do padrão de vida - através da aquisição de bens materiais, e de programas de entretenimento.

Ao analisar a PSR no nordeste brasileiro entre os anos 1991 e 2000, Kato (2006) observou que esta renda exerceu impacto da redução da pobreza e da indigência no meio rural visto que os rendimentos dos aposentados apresentaram uma boa contribuição para renda familiar por domicílio. Ela ainda argumenta acerca da relevância do valor do benefício beneficiário, de modo que as transferências devem efetivamente permitirem o acesso aos bens necessários à sobrevivência da população assistida.

Ao observar o Gráfico 5 ainda é possível identificar que a PSR contribui para a redução da desigualdade de renda entre os municípios da região. Cocal do Sul, por exemplo, possuía uma renda per capita agrícola de R\$141,00 mensal, ao passo que para Içara esse dado é de R\$724,00. Supondo que ao alcançarem a aposentadoria os idosos permaneçam na atividade agrícola, logo em Cocal do Sul e Içara eles passam a ter acesso a uma renda mensal de respectivamente R\$841,00 e R\$1.424,00. A redução na desigualdade de renda ganha destaque ao observar que antes da PSR, Içara apresentava uma renda 80% maior que Cocal do Sul. E com a inserção do benefício, essa diferença cai para 40%.

Os dados acima apresentados corroboram o estudo de Caetano e Monastério (2014). Estes autores evidenciaram o Regime Geral da Previdência Social como importante instrumento de distribuição regional de renda. Já estudos mais específicos sobre PSR, como de Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) e Augusto e Ribeiro (2005), argumentam que a estabilidade econômica proporcionada pela PSR não se restringe apenas ao contexto familiar, mas assume uma dimensão

social, uma vez que contribui para o aumento das relações comerciais. Esses autores também pontuam que a renda mínima paga pelo benefício previdenciário dinamiza a economia local dos pequenos municípios, pois é gasta totalmente no comércio local, proporcionando aumento do emprego e conseqüentemente maior movimentação financeira.

A seguir estão as considerações finais acerca dos resultados apresentados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à dinâmica populacional, verificou-se em todos os municípios o fenômeno do êxodo rural. Com relação ao envelhecimento do campo, este é um fenômeno presente especialmente em nove municípios da região, com destaque para Treviso e Urussanga. Outro dado relevante desta pesquisa é que os municípios com maior número de habitantes/km² são os mesmos que apresentam o menor percentual de habitantes rurais em relação ao total, com destaque para Içara e Criciúma, cujo processo de urbanização revela-se nos dados apresentados. O contrário identificou-se nos municípios com menor número de habitantes/km², a exemplo de Treviso que possui o maior percentual de habitantes rurais em relação ao total.

No que se refere à taxa de envelhecimento humano, esse é um dado que corrobora as informações previamente apresentadas, visto que os municípios que apresentam as maiores taxas são os mesmos cuja população rural se destaca em relação à total, a exemplo de Treviso e Urussanga. E o contrário também se evidencia, de modo que os municípios mais urbanizados são os que apresentam menores taxas de envelhecimento.

Ao analisar a contribuição da PSR na redução da desigualdade de renda, constatou-se que ela é maior nos municípios cuja renda per capita agrícola é menor, a exemplo de Cocal do Sul, Urussanga, Treviso e Morro da Fumaça. Criciúma e Içara não estão dentre os municípios com a menor renda per capita agrícola, contudo são eles que recebem a maior quantidade de benefícios emitidos na AMREC. Logo, infere-se que, possivelmente nesses casos a PSR exerce sua contribuição na dinâmica da economia local. O impacto no comércio local é ainda maior em municípios menores, como Treviso e Morro da Fumaça, pois a

contribuição da PSR se estende para além do contexto familiar abrangendo também a esfera econômica.

E por fim, constatou-se que a inserção da PSR na região contribui para redução da desigualdade de renda entre os municípios. Neste âmbito, o Estado, ao universalizar a cobertura da PSR, garante não apenas a subsistência dos aposentados, mas exerce sua influência ao reduzir a desigualdade de renda e ao atuar decisivamente no enfrentamento da pobreza rural.

A PSR destaca-se, portanto, ao desempenhar um papel extremamente importante do ponto de vista social e econômico, tendo em vista o público que o programa atinge, tanto no que tange à manutenção das famílias no campo, como ao montante de recursos que adiciona à economia dos municípios.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA. Santa Catarina, 2013. Disponível em <<http://www.amrec.com.br/home/>>. Acesso em 22 fev. 2014.

ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LOBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.12, n.2, p. 503-519, 1999.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 2, p. 199-208, mai./ago. 2005.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; DE OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil**: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão n. 759).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros**: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. (Texto para discussão n. 1066). Brasília: IPEA, 2005.

BEZERRA, Antonio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais**: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul. 2006. Tese. (Doutorado em Agronomia) – Curso de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20062942003016010p7>. Acesso em: 21 fev. 2012.

CAETANO, Marcelo Abi-ramia; MONASTERIO, Leonardo Monteiro. **Previdência Social e desigualdade regional no Brasil: uma abordagem multiescalar.** In: RESENDE, Guilherme Mendes (Ed.). **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais.** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 25-39.

CALDAS, Nádia Velleda. **Agricultura familiar e previdência social rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos.** 2008. Dissertação. (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2008942003016025p4>. Acesso em 22 fev. 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão. **Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público.** **Revista brasileira de monitoramento e avaliação.** Brasília, v. 1. Jan-jun/2011.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização.** Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 688).

DELGADO, Guilherme; CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da Previdência Rural: situação atual de mudanças.** In: **Base de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas.** Brasília: Ministério da Previdência Social, 2003., p. 107-126. (Cap. 4).

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** São Paulo: Paz e Terra, 1985. 399 p.

FLEURY, Sílvia. **A seguridade social inconclusa. A Era FHC e o governo Lula: transição.** Brasília: INESC, p.110-119, 2004. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/a-era-fhc-e-o-governo-lula>>. Acesso em: 15 maio 2012.

GUIMARÃES, Juarez Nonato; SANTOS, Carlos Alberto da Penha. **Participação da Previdência Social como Fonte de Riqueza no Município de Ferros/MG.** **Revista de Administração da Unimep**, v 6, n.1, p. 81-100, jan./abr. 2008.

HODGSON, Geoffrey. **What are institutions?** **Journal of Economic Issues**, v. 40, n.1, p. 1-25, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Agregados – SIDRA**, 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

KATO, Rosa. **Previdência social na zona rural do Nordeste brasileiro: análise do seu impacto sobre a pobreza e a distribuição de renda em 1991 e 2000.** 2006. 91 pg. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MACIEL, Rossandra Oliveira et al. A relação entre a Previdência Social Rural e a permanência dos idosos no campo em municípios do extremo sul catarinense. **Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p.621-638, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/42887>>. Acesso em: 10 jun. 2015

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Estatísticas municipais 2013**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=483>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PITELIS, Christos. On the nature of the capitalist state. **Review of political economy**, v. 6, n. 1, p. 72-105, 1994.

SCHWARZER, Helmut; QUERINO, Ana Carolina. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão n. 929)

PROGRAMA DA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: ago.2013

SCREPANTI, Ernesto. **The Fundamental Institutions of Capitalism**. Londres: Routledge, 2001.

SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SUGAMOSTO, Marisa. **Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná**. In: BRANDENBURG, Alfio et al. (Org.). *Ruralidades e Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

O IMPÉRIO PERSISTE? ECONOMIA DE MERCADO E ABORDAGENS ALTERNATIVAS, UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA INTERPARADIGMÁTICA

Maria Valesca Damásio¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer para o primeiro plano a discussão sobre o ambiente da coexistência inter-paradigmática na modernidade avançada entre modelos de organização econômica da sociedade, fazendo um paralelo entre a economia de mercado e alguns modelos de organização alternativos, como a economia solidária, o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva. Após a derrocada socialista, sobretudo, vários movimentos anti-capitalistas foram detonados, atribuindo ao modelo neoliberal as mazelas causadas no ex-Terceiro Mundo. Para este debate sobre os modelos estudados, esta pesquisa bibliográfica de cunho descritivo se fundamentou, nas contribuições teóricas de autores clássicos como, Adam Smith, Friedman, Guerreiro Ramos e Marcel Mauss. Também foi possível desfrutar das contribuições de pesquisadores da matéria como Oliveira, Giddens, Caillé, Godbout. Laville, França Filho e, Dias e Cairo, que apontaram o *estado da arte* da economia na aurora do século XXI.

Palavras-chave: Economia solidária; Modelo paraeconômico; Paradigma da dádiva.

THE EMPIRE PERSISTS? MARKET ECONOMY AND ALTERNATIVE APPROACHES A BRIEF THEORETICAL ANALYSIS INTERPARADIGMATIC

ABSTRACT

This article aims to bring to the fore the debate on the environment of inter-paradigmatic coexistence between modernity in advanced models of economic organization of society, making a parallel between the market economy and some alternative organization models such as solidarity economy, the paraeconômico model and the paradigm of the gift. After the socialist debacle, above all, various anti-capitalist movements were detonated, giving the neoliberal model the wounds caused in the former Third World. For this debate on the models studied, this literature of descriptive nature was based, the theoretical contributions of classic authors such as Adam Smith, Friedman, Guerreiro Ramos and Marcel Mauss. It was also possible to enjoy the researchers contributions of matter as Oliveira, Giddens, Caillé, Godbout. Laville, France and Son, Dias and Cairo, who pointed out the state of the art economy at the dawn of the twenty-first century.

Keywords: Social economy; Paraeconômico model; Paradigm of the gift.

JEL: B12; B15; B59.

¹ Economista, Contadora, Pós graduada em Metodologia do Ensino Superior, Mestre em Economia e Doutora em Administração. Professora Adjunta da FCC-UFBA.

1 INTRODUÇÃO

Durante todo o século XX, e particularmente após a Segunda Guerra Mundial, dois grandes modelos de organização da sociedade e da produção econômica conviveram, lado a lado, cada qual dividindo e controlando cerca de metade do mundo. A economia de mercado, polarizada pelos Estados Unidos, e a economia planejada, polarizada pela União Soviética. O final do século XX revelou uma clara vitória da economia de mercado e da democracia liberal, após a implosão do mundo comunista e “conversão” de muitas ex-repúblicas à economia livre. Entretanto, apesar de hegemônica e triunfante, a economia de mercado não é consenso. Especialmente após a morte do socialismo (GIDDENS, 1998), miríades de movimentos, muitos de cunho anarquista explodiram no mundo inteiro contestando a economia de mercado e a democracia liberal, atribuindo a elas boa parte dos males do ex-Terceiro Mundo. Diante desse quadro sucintamente apresentado, a questão de partida que norteia a pesquisa é: Como se apresenta o ambiente onde coexistem vários tipos de Economia? Que pontos mais relevantes é possível encontrar nesse paralelo?

Para responder o referido problema, o trabalho seguirá os seguintes passos: abordar-se-á na seção 1 (um) a economia de mercado, primeiro seu caráter teórico-filosófico, e depois seu funcionamento. Logo a seguir, na seção 2 (dois), serão analisadas as abordagens alternativas, primeiro a economia solidária, seguida pelo modelo paraeconômico e por fim, o paradigma da dívida, salientando que este último vem buscar romper e transcender a dicotomia economia livre/planejada, capitalismo/socialismo, duelo que dominou o século XX. Longe de esgotar a matéria, mas com uma visão focada nos pontos de maior relevo nessa coexistência de modelos, espera-se apresentar o estado da arte da economia na aurora do século XXI, ressaltando os pontos mais relevantes nesse paralelo na coexistência da economia de mercado e os modelos alternativos aqui discutidos.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar o ambiente da coexistência inter-paradigmática na modernidade avançada, fazendo um paralelo entre pontos de relevo da economia de mercado e de alguns modelos de organização alternativos. Para tanto, serão caracterizadas a economia de mercado em seus fundamentos e pressupostos filosóficos e teóricos, bem como das correntes que se afirmam como suas opositoras. Esse sentido, serão destacadas especialmente três abordagens

alternativas à economia de mercado: a economia solidária, que se constitui numa retomada da antiga economia social (conhecida também como socialismo utópico), o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva, que buscam romper justamente com os pressupostos teórico-filosóficos da economia de mercado.

2 ECONOMIA DE MERCADO: FILOSOFIA E FUNCIONAMENTO

Para se entender como funciona uma economia de mercado, é preciso transpor a urgência que a modernidade nos imprime, sem pressa e sem simplificá-la. Isso indubitavelmente implica em deixarmos de lado elementos fundamentais que se encontram entrelaçados em um contexto maior, e que conforma uma autêntica filosofia moral.

Pretende-se aqui apresentar alguns fundamentos interpretativos do que se pode entender como uma economia de mercado. Assim, será necessário um retorno aos *clássicos*, particularmente aos feitos de Adam Smith, dando ênfase aos aspectos relevantes ao entendimento da ‘alma’ da economia mercantil latente nos seus escritos. Também, abordaremos aspectos outros do quadro teórico-evolutivo a respeito da realidade econômica capitalista, entre as quais está a ‘revolução utilitarista-marginalista’. Também contaremos com a contribuição de Karl Marx.

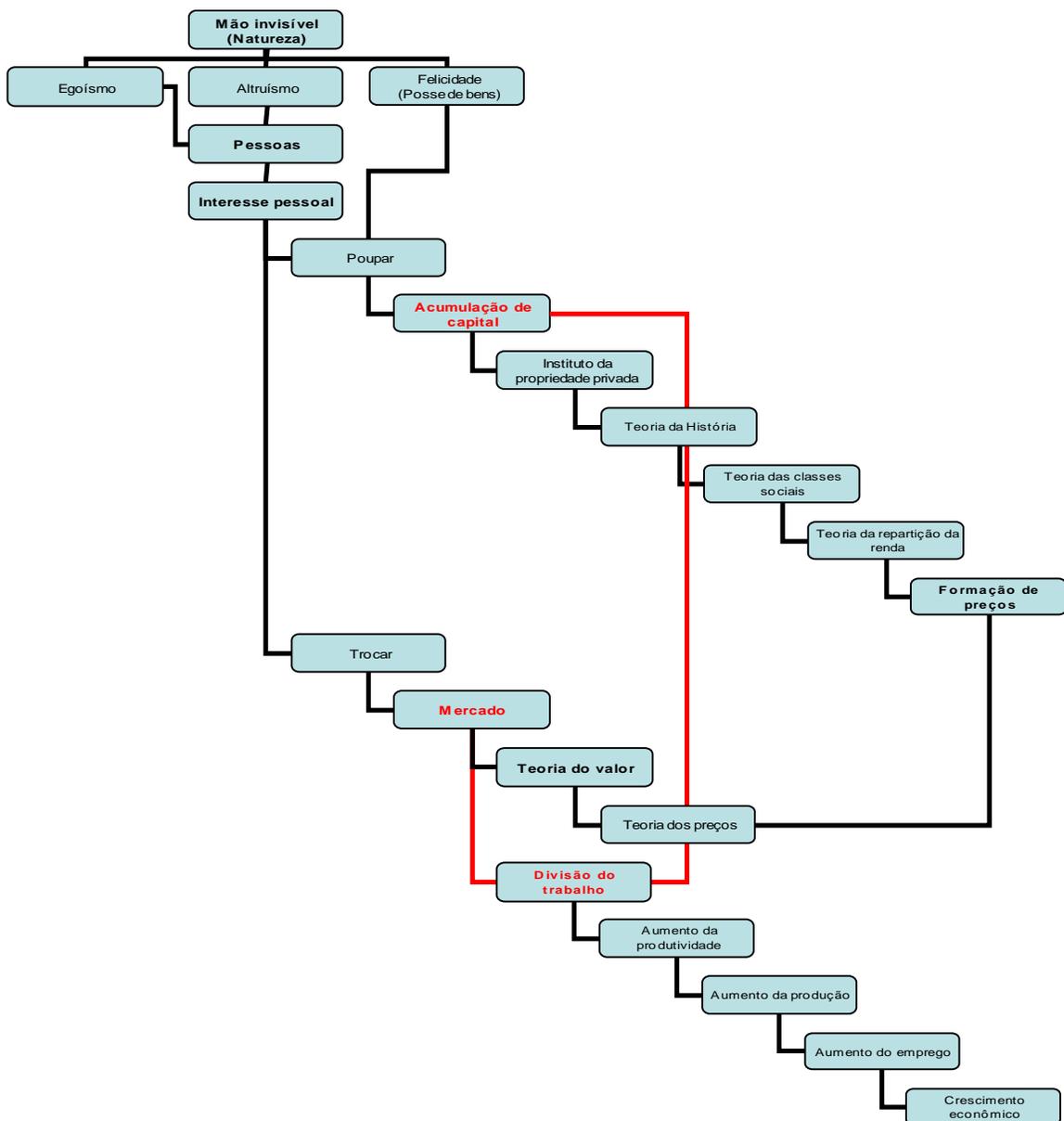
Considerado o pai da ‘lúgubre ciência’, Adam Smith é um dos principais mártires da ciência econômica. No seio do século XVIII, Adam Smith estruturou segundo as suas convicções liberais, o estudo do sistema econômico capitalista na sua acepção mais moderna. Segundo Oliveira (2008), sistema que se caracteriza por ser constituído por economias de mercado, onde as decisões de produção são descentralizadas e a livre iniciativa é peça-chave da engrenagem.

As bases filosóficas e éticas dos atores que compõem a cena do *system of natural liberty*, termo de Smith ao denominar o sistema econômico de mercado analisado em sua época, são relevantes para uma aproximação à realidade analisada por Smith acerca do funcionamento da economia de mercado. É a partir da obra *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), que Smith propaga o aparato filosófico, psicológico, ético e metodológico dos seus trabalhos recorrentes, e nesta escrita, por razões óbvias, destaca-se *A Riqueza das Nações* de 1776.

Em *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith parte do pressuposto da imagem do homem como ele verdadeiramente se percebe, demonstrando sua preocupação em entender as paixões que o movem. Influenciado pelo pensamento realista de Maquiavel, do experimentalismo de David Hume e de Francis Hutcheson, o livro *Teoria dos Sentimentos Morais* demonstra como os juízos éticos são formados a partir da experiência e da imaginação. Para Oliveira (2008), as normas morais seriam, pois, produções sociais, sendo a convivência entre os homens fonte definidora da moralidade. Continua o autor (2008) suscitando que “para deixar clara tal assertiva, Smith recorre à ideia de *simpatia*, princípio da natureza humana que leva o homem a entrar na situação dos outros e compartilhar suas paixões. Smith busca então compreender a natureza humana mesma, e as construções sociais definidoras da moralidade, reconciliando, em última instância, o auto-interesse individual com o ordenamento social desregulado”.

A partir da análise smithiana que tem como foco o indivíduo e seu interesse pessoal, duas características são colocadas em relevo, quais sejam: qualquer indivíduo se preocupa em *poupar*, e *trocar*. A inata tendência a *poupar* está atrelada ao fato de o homem livre viver o presente projetando o que acontecerá no futuro, uma espécie de se precaver diante das incertezas. A segunda característica, a *troca*, surge da necessidade de interação, especialização e as implicações de sobreviver em sociedade. Então, tais características do homem são essenciais para entendimento adequado da análise smithiana do que possa vir a ser uma economia de mercado. Dessa forma, elas são o ponto de partida para o nexos de ações e sua complexidade desenvolvido por Smith através das suas teorias explicativas que estão aqui sumarizadas na figura 1, e discutidas ainda nesta seção.

Figura 1 - System of perfect liberty



Fonte: elaboração própria com base na economia de mercado pensada por Adam Smith.

Dentre as várias percepções de Smith indicadas na Figura 1, o autor deixa claro que a consequência básica da tendência inata a poupar é a acumulação de capital, pressuposto essencial para o aumento da produtividade, dependendo esta, de um elemento central, o instituto da propriedade privada. A interação entre tal fato e a lógica do mercado complementam a acumulação capitalista na fundamentação acerca do aumento da produtividade, e o consequente incremento da *riqueza das nações*. Sobre esse fato, Oliveira (2008) acrescenta que “Quanto mais amplo o

mercado, maiores as trocas e, por conseguinte, maior divisão do trabalho. Divisão social do trabalho é fator-chave no aumento da produtividade e, logo, da produção, do emprego e do crescimento econômico. A divisão do trabalho encontra-se fundada numa lógica interacionista entre o trocar (o mercado) e o poupar (a acumulação de capital), e é a semente basilar de uma economia de mercado.”

É possível afirmar, a partir da breve discussão que o ponto crucial da teoria econômica para Adam Smith é o aspecto social da produção. Dito de outra forma, a *riqueza das nações* é tomada como resultado do trabalho do homem, se detendo em questões especificamente humanas e sociais do trabalho, com a maior ou menor eficácia sobre a forma como a *divisão social do trabalho* é empregada no processo. A exemplo desse raciocínio, está a sua *Teoria do valor-trabalho*, fundamentada na importância da incorporação do valor de troca e da quantidade de trabalho nas mercadorias intrinsecamente.

O *princípio da mão-invisível* de Smith fundamenta-se na ideia do interesse individual, segundo a lógica do *system of perfect liberty*. Tal princípio se apresenta como uma espécie de “mescla” atuando na realização do objetivo difuso e ao mesmo tempo totalizando os mais diversos objetivos individuais. Isso se verifica nas palavras do próprio Smith (1976) nos primeiros capítulos da obra: “It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we can expect our dinner, but from their regard to their own interest” (Smith, 1976, p. 14).

Nesse caminho, um outro fator humano merece considerações, a felicidade smithiana que se concebe a partir da acumulação de bens materiais. Ademais, com influências do *hedonismo*, para Smith é preciso buscar a maximização do prazer com o menor esforço. Nesse exato sentido, integrar liberdade e felicidade é possível de se atingir no âmbito de numa economia mercantil, seguindo o lema dos fundadores dos Estados Unidos da América: *life, liberty and the pursuit of happiness*.

Alguns aspectos centrais do pensamento de Smith acabam por se tornar relativamente menos importantes com o acontecimento da revolução marginalista, destacando-se nessa discussão, a mudança de foco do significado do “valor” construído, perpassando do valor de troca para o valor de uso, a utilidade *per sí*. A racionalidade utilitarista e maximizadora então é colocada em primeiro plano na análise da economia. Sobre esse aspecto, Oliveira (2008) coloca que “uma das características marcantes da economia de mercado analisada por Smith em sua

obra é a interação dos interesses individuais que constroem o liame social. A mão invisível seria, em última instância, o elemento ordenador entre o egoísmo e a simpatia humanos. Juntamente com a concepção de ser humano que a mesma carrega subjacente, vem à tona a importância do trabalho e da interação social dentro da economia de mercado como pilar fundamental de sua própria existência, demarcando o território da interdependência. Com a nova visão utilitarista, algo desse *approach smithiano* é perdido nas análises econômicas, embora acreditemos que o mesmo continue válido enquanto modelo de compreensão da economia de mercado de forma verdadeiramente aprofundada, indo para além da aparência”.

A partir de alguns pontos brevemente levantados do quadro teórico-filosófico descrito, cabe-se adensar elementos que constituem uma economia de mercado, que possam caracterizar a formação econômica mercantil, de forma singular e específica. Essa breve análise coloca-nos em um campo de discussão no qual Karl Marx trouxe formulações significativas a respeito da economia de mercado, especificamente a capitalista. Marx tenta evidenciar a visão do valor, como valor de troca “embutido” na mercadoria.

Líder intelectual na concepção da nova economia política, Karl Marx fez uma análise profunda das leis do funcionamento do Capitalismo sob uma perspectiva histórica julgando que a base econômica da sociedade exercia enorme influência sobre a construção social e suas modalidades de pensamento. Ao condenar o Capitalismo, ele afirmava que os homens se diferenciavam dos animais no momento em que, para satisfazerem suas necessidades, criavam ferramentas e com elas submetiam e transformavam a natureza.

O modelo pré-capitalista no qual havia a sociedade mercantil simples, Marx observou que as mercadorias eram primeiramente produzidas para depois serem trocadas no mercado. Nessa realidade, todos (artesãos/camponeses) possuíam os meios de produção e trocavam as mercadorias entre si, não havia, em tese, a subordinação. Percebe-se que na economia mercantil simples, havia os princípios da distribuição e apropriação concentrados na figura do produtor/trabalhador independente. Essa relação pode ser assim exibida na Figura 2:

Figura 2 - Relação produtiva da economia mercantil simples



Fonte: Elaboração própria baseada na construção de Karl Marx

Onde M é a mercadoria², que, para Marx, era a origem do valor, uma vez que nela estava o trabalho humano incorporado, D representa o dinheiro, fruto da venda de M, e M' a mercadoria com um *plus* no seu valor original M. Na economia capitalista, entretanto, a mercadoria é um meio. O que importa é o dinheiro, ou melhor, o aumento do dinheiro. Em função das oportunidades de lucro, os objetos eram produzidos pelo Capitalismo ao sabor da exploração do trabalhador que, para garantir sua sobrevivência, produzia, sob submissão às leis hostis do mercado (HUNT E SHERMAN, 1986). Para isso, o capitalista vai ao mercado e, ao adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção), as incorporam no processo produtivo objetivando a valorização do seu capital. Vê-se que o sistema está voltado para ampliação do valor. Nessa trajetória, nova forma de organização social fez-se presente e a acumulação de capital impôs uma nova lógica de desenvolvimento onde o meio ambiente era, mais uma vez, um instrumento que seria transformado para alimentar o regime de acumulação que se instaurava. Essa relação pode ser mostrada na Figura 3:

Figura 3 - Relação produtiva da economia capitalista



Fonte: Elaboração própria baseada na construção de Karl Marx

Em P, dá-se todo o processo de intervenção humana na natureza, atendendo à lógica da acumulação de capital e subordinando a apropriação da natureza ao capitalismo, projetando para o futuro - os dias de hoje - o comprometimento do meio ambiente e, por extensão, da preservação da vida humana.

Retornado a análise smithiana, alguns elementos merecem destaque na constituição da economia de mercado, segundo Smith: *As regras de justa conduta*, a *divisão social do trabalho* (considerada por muitos economistas o melhor e mais

² Para Marx, as mercadorias eram, basicamente, objetos destinados à troca no mercado.

eficiente meio de cooperação humana), a *soberania do consumidor*, o *sistema de preços*, a *função empresarial*, (descoberta de oportunidades de obtenção de lucro), o *lucro e a perda empresarial*, (como uma espécie de sentimento de incerteza dos indivíduos quanto à futura composição da oferta e da procura que determinará o sistema de preço), a *competição* e, o que se pode considerar como elemento essencial para se compreender a lógica de funcionamento mesma de uma economia de mercado, a *liberdade de iniciativa*. E finalmente, Smith coloca a *desigualdade de riqueza e de renda* como um último elemento que define o cenário econômico de mercado.

Oliveira (2008) acrescenta que “alguns pressupostos devem ser considerados quando da análise acerca do funcionamento eficiente de uma economia de mercado. São eles: a) os agentes econômicos devem ter liberdade de ação, não devendo existir qualquer tipo de coerção por parte de particulares ou de autoridades governamentais, salvo as necessárias regras do jogo; b) os preços vigentes devem necessariamente espelhar o grau relativo de escassez de bens e serviços; c) as trocas realizadas pelos agentes econômicos necessitam ser uma soma positiva; d) os agentes econômicos agem racionalmente, podendo internalizar os ganhos que teriam direito ou externalizar os custos de suas ações sobre terceiros; e) existência de divisibilidade na oferta e demanda por bens e serviços.”

Todavia, o funcionamento equilibrado de uma economia de mercado se apresenta marcado por várias falhas de mercado, um dos aspectos mais hostilizados pelos críticos do modelo mercantil, e que vem abrindo brechas a calorosas discussões históricas no campo da Economia. Vale aqui destacar que críticas ao modelo mercantil de organização econômica são triviais. A hegemonia da economia de mercado no mundo é um dos pontos que suscita grande controvérsia. Em verdade, é possível identificar vários modelos de economia de mercado, que em alguma medida são mais ou menos próximos desse modelo brevemente aqui discutido. Muito embora haja diferenças, a valoração da iniciativa privada, da liberdade, da divisão do trabalho, dentre outros aspectos que têm suas origens no *system of perfect liberty* analisado por Smith há mais de três séculos, são características encontradas em maior ou menor grau nos variados modelos derivados.

3 ABORDAGENS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Evidentemente, hoje o mundo é dominado pela economia de mercado, em suas mais diversas matizes, desde as vertentes mais ultraliberais até a social-democracia do *Estado do Bem Estar*. O socialismo resiste em seus últimos estertores somente na Coreia do Norte. A ex- URSS e o Leste Europeu abraçaram o capitalismo, junto com a China, que politicamente ainda se afirma comunista, apesar de comportar-se como a próxima potencial mundial como mercado capitalista. Entretanto, a economia de mercado e o fenômeno da globalização encontram resistência em todo o mundo por parte de pessoas que sofrem com fenômenos como a fome, pobreza, miséria, guerra, epidemias etc. Essas pessoas e organizações geralmente pecam por não apresentarem alternativas exequíveis a nível global àquilo que condenam. Porém, nas últimas vêm surgindo propostas alternativas à hegemonia da economia de mercado, tais quais: a economia solidária, o modelo paraeconômico e o paradigma da dádiva que ora apresentaremos, a seguir, em suas ideias centrais.

3.1. Economia Solidária

Uma alternativa a economia de mercado que vem surgindo vigorosamente a partir da década de 80 é o fenômeno da Economia solidária. Como vê-se, a economia baseada na dinâmica de mercado tem características próprias ora destacadas na seção anterior, distinguindo-se em grande teor da proposta de uma economia solidária que aqui será abordada de forma breve.

A partir de uma expansão acelerada do movimento associativo e comunitário em todo o mundo, considerando as especificidades de cada contexto histórico, social e cultural em que se situa, a economia solidária está relacionada a aspectos econômicos, políticos e sociais e tem avançado como uma nova forma de produção na modernidade avançada. Entretanto, nos limitaremos aqui ao discurso sobre os aspectos econômicos, uma vez que esta pesquisa teórica tenta fazer um breve paralelo entre diversos modelos de organização da economia. Parte-se da ideia que a economia solidária é uma espécie de amálgama de economias, ou seja, a possibilidade de uma combinação de uma economia mercantil, não-mercantil, monetária e não-monetária. Ademais, o que é perceptível é que a economia solidária apresenta mais um traço característico: a construção conjunta da oferta e da

demanda baseada nas necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações, diferente do que acontece com a lógica onde a defende-se o mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação, independentemente da ação estatal (Princípio do liberalismo) o que poderíamos denominar de um *sistema perfeitamente competitivo* que, segundo Adam Smith, o papel do estado na economia deveria corresponder apenas à proteção da sociedade contra eventuais ataques e à criação e manutenção de obras e instituições necessárias, mas não a intervenção nas leis do mercado e, conseqüentemente, na prática econômica. Ou ainda, diferente do que acontece com a lógica onde o governo tem um papel econômico significativo, denominado de *sistema de mercado misto*, no qual a atuação do governo justifica-se como objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas e distributivas, além de almejar a melhoria do padrão de vida da coletividadeⁱ.

Assim, pensar em uma outra forma de organização econômica, expressa uma alternativa a essa economia de mercado tão proclamada pelo clássico e precursor da moderna teoria econômica. Em verdade, tratar da economia solidária significa pensar em uma forma de economia oriunda da sociedade civil e dos meios populares, através de ações associativistas e cooperativistas que estão em fase de conformação em diversas partes do mundo. Tais ações, a depender do contexto em que se situa e de seu objetivo, assumem diferentes configurações, seja atuando em interface direta com o mercado, firmando parcerias com os poderes públicos, ou utilizando formas de reciprocidade, ou, como lhe é mais característico, fazendo um *mix* dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Como principais fatores determinantes sob a perspectiva econômica estão a crise do emprego e a exclusão social no processo de busca de alternativas. Nesse sentido, trabalhadores podem se organizar de forma autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, o que provavelmente os farão capazes de melhorar as suas reais condições de sobrevivência. Contudo, vale ressaltar que o objetivo da Economia Solidária não está limitado à geração de emprego e renda, um dos seus pilares está em constituir novas relações sociais baseadas nos valores de solidariedade e da cooperação, que favorecem a interação do cidadão no meio social. Segundo França Filho (2003): “A ideia de economia solidária reflete a própria

ação de grupos locais na tentativa de auto geração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais”.

O que se percebe é que o fenômeno da economia solidária se apresenta numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, o que abre precedentes para pensar em uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, desfocalizada das esferas do Estado e do Mercado.

Como alternativas de transformação da realidade econômica dos excluídos e demais parcelas da população que buscam uma outra economia pautada na solidariedade, os empreendimentos da economia solidária podem constituir-se como algo significativo. Tais empreendimentos são representados por cooperativas populares, associações, bancos populares e clubes de trocas. Há ainda configurações como: Entidades de Apoio e Fomento (EAF), compostas, por exemplo, de incubadoras de universidades e de diversos tipos de entidades organizadas da sociedade civil; instâncias governamentais, que tem como maior exemplo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); e fóruns e redes de articulação, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Todavia, tais iniciativas possuem características próprias que ainda precisam ser analisadas de acordo com as suas especificidades.

Alguns estudos sobre o assunto mostram que se sabe como fazer funcionar uma economia baseada no interesse individual (ou seja, baseada no mercado), mas ainda não se sabe como fazer funcionar uma economia fundada na solidariedade. Ou seja, ainda não existe um novo modelo a se implementar, nem se conhecem os elementos definidores da sustentabilidade em tais práticas.

3.2. O Modelo Paraeconômico

Segundo Guerreiro Ramos (1989), é *unidimensional*, o modelo que delinea os sistemas sociais ora predominantes, que considera o mercado como o “senhor da razão” seja nos negócios pessoais como nos negócios sociais. Tal modelo comunga com a teoria econômica clássica (que tem como precursor Adam Smith, e seus principais seguidores: David Ricardo, Stuart Mill, Jean B. Say e Thomas Malthus) que sustenta os pilares de uma sociedade que não é concebida como uma realização estática da humanidade que continua se reproduzindo, intocada e

imutável, de uma geração para a seguinte. Ao contrário, para estes clássicos, a sociedade é vista como um organismo que tem sua própria história de vida. Sem dúvida, na íntegra, o *The Wealth of Nations* de Adam Smith é um grande tratado de História que explica como é “o sistema de perfeita liberdade”, ideia basilar de uma economia de mercado, denominada de *unidimensional* por Guerreiro Ramos (1989).

Em sua obra *A Nova Ciência das Organizações*, o autor faz uma discussão sobre o que ele denomina de *modelo multidimensional*, uma espécie de modelo alternativo ao de mercado (o que ele denomina de *modelo unidimensional*), abordando seus impactos mais notáveis na formulação dos sistemas sociais que coexistem neste ambiente de mercado. Considerado pelo autor como “enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado”, o *paradigma paraeconômico* é proposto como algo mais razoável para a sociedade.

A sociedade, segundo o autor, é constituída de uma variedade de enclaves, onde o mercado é apenas um e não o único e que o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas. Ademais, ele considera que há um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais.

O entendimento que se tem deste padrão proposto pelo autor, é que este parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há discontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Tal visão parece ser bem distinta da abordagem tradicional de economia de mercado, na qual as decisões das empresas estão subordinadas à determinação da existência de um vetor de preços que compatibilize as decisões individuais. Com alto grau de abstração desses pressupostos, a concorrência perfeita é o modelo padrão considerado na economia de mercado, onde os agentes não rivalizam entre si e se deixam disciplinar pelo mercado (KUPFER, 2002).

O indivíduo, segundo as prerrogativas da *unidimensionalização*, internaliza profundamente o caráter do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais. Heilbroner (1996), baseado na ideia de economia de mercado de Adam Smith, tem algo a contribuir sobre esse assunto suscitando como os interesses individuais subsistem a direção do interesse próprio individual em um ambiente de indivíduos similarmente

motivados pode resultar em competição; além disso, demonstram como a competição irá influir no provisionamento das mercadorias que a sociedade quer, nas quantidades que a sociedade exige e nos preços que a sociedade está apta a pagar.

Mais especificamente, conforme a abordagem unidimensional da organização, assim denominada por Guerreiro Ramos (1989), explica “inadequadamente” que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias. Acrescenta ainda que: “E esse é, precisamente, o erro característico das atuais tendências do pensamento e da prática, no campo organizacional” (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais, e quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos é ela uma expressão de atualização pessoal. Ou seja, no contexto de uma economia baseada nas leis de mercado, a palavra “comportamento” significa aquilo que se espera que as pessoas façam, em sua qualidade de detentoras de emprego. Isso nos remete a pensar que o comportamento administrativo consiste na atividade humana sob prescrições operacionais formais e impostas. Para o Guerreiro Ramos (1989), “o uso inadequado da expressão comportamento administrativo é, ele próprio, uma indicação do caráter unidimensional da teoria e da prática organizacionais do momento.”

Um outro ponto importante a ser ressaltado sobre esta abordagem unidimensional (contexto do mercado), é que a teoria administrativa vigente dá legitimidade ao crescente processo de superorganização e de despersonalização do indivíduo. Tal processo de superorganização ocorre com a transformação de toda a sociedade num universo operacionalizado, em que o indivíduo desempenha papéis. Nesse universo, “Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão pré-determinada da realidade.” (GUERREIRO RAMOS, 1989)

Assim, nessa realidade “superorganizada”, vê-se o segundo processo que é o de “despersonalização do indivíduo”. Não seria ocioso afirmar, que o indivíduo perde a sua identidade pessoal.

Diante desta discussão, para o autor, uma arte multidimensional de desenho de sistemas sociais não pode desprezar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais. Agora, o que é de fato relevante destacar, é que essa arte

multidimensional também não elimina as prescrições do mundo social, que são, em verdade, indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento que suporta qualquer coletividade. Essa arte interessa-se pela delimitação dos enclaves sociais em que cabem essas prescrições do mundo social (Já em relação às prescrições operacionais, estas são mínimas no desenho multidimensional de sistemas sociais).. Vale chamar a atenção que tais enclaves não existem em partes segregadas do espaço físico. Como salienta o autor, “economias, isonomias, fenomenias e suas formas mistas caracterizam-se por seus estilos específicos de vida e, eventualmente podem ser encontradas em vizinhança física” (Guerreiro Ramos, 1989).

Dias e Cario (2014) afirmam que a abordagem substantiva das organizações, ensaiada por Guerreiro Ramos (1989) com base na abordagem substantiva da economia, por sua vez, mostra que o paradigma paraeconômico pode ser utilizado para a estruturação de um sistema político de visão também substantiva de alocação dos recursos, levando à melhoria qualitativa da vida em sociedade.

Enfim, grosso modo, o paradigma paraeconômico explica em muitos aspectos uma categorização de tendências básicas da emergente sociedade pós-industrial, não pressupondo portanto, uma concepção evolutiva do processo histórico e social. Em verdade, o que é notável, é que o objetivo de tal paradigma não é a supressão do mecanismo de mercado, mas a preservação somente das capacidades sem precedentes que o mesmo criou, ainda que pelas razões erradas. Dessa forma, pode ele atender às metas de um modelo multidimensional de existência humana, numa sociedade multicêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Assim, levando para o lado organizacional, tal paradigma, segundo o mencionado autor, tem como um dos seus objetivos, formular diretrizes de uma nova ciência organizacional, em sintonia com as realidades operativas de uma sociedade multicêntrica, bem distinta da economia de mercado baseada nas teorias clássica e neoclássica que aponta para a habilidade dos mercados para coordenar a produção econômica e efetuar as transações a um custo baixo e sem planejamento governamental além da despersonalização do indivíduo.

3.3. O paradigma da dívida

O paradigma da dádiva vem se contrapor aos paradigmas dominantes nas ciências sociais: o paradigma holista e o paradigma do individualismo metodológico. Para Mauss, em seu célebre *Ensaio sobre o dom* de 1924 (CAILLÉ, 2002), as abordagens dominantes não contemplam a totalidade da realidade humana, querendo encaixá-la dentro de um modelo meramente conceitual.

Para Mauss, segundo Caillé (2002), de acordo com o primeiro paradigma, o homem é um prisioneiro de estruturas e instâncias superiores a ele, sobre as quais ele não tem nenhum controle e às quais ele deve se subordinar. Dessa forma, todo o comportamento humano é explicado em virtude dessas estruturas. Isso é verificado especialmente na teoria marxista, de uma luta de classes eterna que se arrasta desde os primórdios da civilização e nas abordagens de infra-estrutura e super-estrutura, que engolem a pessoa humana, essencialmente um “feixe de relações”. Já o paradigma individualista-metodológico cai no extremo oposto. Para ele, o homem é um ser atomizado, regido por seus interesses e desejos, que não podem ser regulados por fator externo nenhum. De acordo com os estudiosos do paradigma da dádiva, as abordagens teórico-filosóficas que deram sustentabilidade às idéias que fundamentaram a emergência da economia de mercado se encontram neste segundo paradigma, ao passo que as idéias contestatórias predominantes nos séculos XIX e XX se enquadraram no primeiro paradigma. Portanto, a dádiva, conhecido como o terceiro paradigma (CAILLÉ, 2002) vem se apresentar como algo novo.

O pesquisador Marcel Mauss, fazendo uma análise etnológica de diversas sociedades primevas e hodiernas, identificou que estas as abordagens holista e individualista-metodológica não passam de construções conceituais, portanto, fruto de ideologia e preconceito. Segundo a dádiva, o ser humano é essencialmente um ser de relações, alianças (mesmo na sociedade moderna avançada), que se caracterizam no tripé dar, receber e retribuir (CAILLÉ, 2002).

O paradigma da dádiva, também chamado de *paradigma do dom*, vem, assim, corrigir os excessos destas duas correntes de pensamentos e superar sua radicalização insuperável em si mesmas. Para Goudbout (1989), a dádiva é “uma forma de superar a dicotomia indivíduo-coletivo, átomo-estrutura, fazendo das pessoas membros de um conjunto coletivo mais vasto”.

Caillé (2002) chega à conclusão que “a totalidade social não preexiste aos indivíduos como tampouco o inverso, pela simples razão de que tanto uns como os outros, como a sua posição respectiva, se geram incessantemente pelo conjunto das inter-relações e das interdependências que os ligam” (CAILLÉ, 2002).

No paradigma do dom, “indivíduo e totalidade social são mutuamente transcendentem um em relação ao outro (...) não se dá de um lado a realidade social e do outro as representações coletivas ou os símbolos, mas (...) é a própria realidade social que deve ser concebida como intrinsecamente simbólica” (CAILLÉ, 2002).

O terceiro paradigma, por conseguinte, vem a ser o contraponto e de certo modo, a origem do primeiro e do segundo. Para Caillé (2002), não se poderia compreender a troca e o contrato, típicos da modernidade, sem previamente destacar as suas formas arcaicas e antecedentes, as formas do dom. Mercado de um lado, Estado do outro, individualismo e holismo, portanto não se tornam inteligíveis a não ser como formas especializadas e autonomizadas de uma realidade maior e mais englobante desse fato social total que tem no dom a sua expressão por autonomasia.

Logo, o paradigma do dom é a completude dos dois primeiros, e ao fazer uma experiência completa e profunda destes, se revelará “de maneira evidente a necessidade do terceiro que constitui, no entanto, de fato e de direito, o paradigma primordial” (CAILLÉ, 2002). A dívida é então, *a regra social por excelência, criadora e mantenedora da sociabilidade*. É o *paradigma dos paradigmas*, presente em todas as sociedades em todos os tempos, inclusive em nosso tempo nossa sociedade.

O sistema da dívida não é antes de tudo um sistema econômico, mas o sistema social das relações de pessoa a pessoa. Não é o complemento do mercado ou do plano, mas da economia e do Estado. E é até mais fundamental, mais primordial que eles, como demonstra o exemplo dos países desorganizados (GOUDBOUT, 1999).

Nós só não percebemos isso por estarmos imbuídos de utilitarismo no pensamento ocidental, além do fim da vida comunitária e da emergência da sociabilidade secundária como principal forma de sociabilização na modernidade avançada, em detrimento da sociabilidade primária, não-utilitária, de laços fortes e vínculos estreitos.

O sistema da dívida apresenta intrinsecamente alguns paradoxos. O primeiro paradoxo é o fato de ser anti-paradigmático. A noção de *paradigma*, desenvolvida

pelo cientista Thomas Kuhn em seu célebre *A Estrutura das Revoluções Científicas* não se encaixa na noção de dádiva. O paradigma é essencialmente um sistema fechado, enquanto que a dádiva é paradoxal, pois se constitui de contrários: “interesse e amância, obrigação e doação (...) oposição entre morte e vida, guerra e paz, rivalidade e aliança” (CAILLÉ, 2002).

Para Caillé, seguindo Mauss, “o antiutilitário deve ter precedência sobre o útil, englobar toda funcionalidade (...) [pois] o que importa mesmo é construir o laço social” (CAILLÉ, 2002). O paradigma do dom, portanto, descoberto por Mauss é afirmação de que “o laço é mais importante que o bem”. O paradigma da dádiva é essencialmente antiutilitário, que não significa negar a utilidade em-si, mas afirmar a preponderância da aliança sobre a utilidade, sendo, de forma paradoxal, a aliança a coisa mais “útil” (CAILLÉ, 2002), pois é ela que gera e mantém as relações sobre as quais as trocas mercantis ou as redistribuições estatais são efetuadas. Outro paradoxo trazido por Mauss, segundo o autor, é que o dom é ao mesmo tempo “livre e obrigatório” (CAILLÉ, 2002).

A tríplice “dar, receber e retribuir” pode ser caracterizada como o *endividamento positivo*, ou seja, cada parte envolvida na relação sente que está recebendo mais do que está dando, sentindo-se sempre estimulado a dar mais, gerando a espiral perpétua da dádiva (CAILLÉ, 2002). Dádiva gera mais dádiva. “É dando que se recebe”, diria São Francisco de Assis.

Percebe-se as prerrogativas das diferenças do sistema da dádiva, o “verdadeiro universal”, (CAILLÉ, 2002), encontrado em todas as civilizações de todos os tempos, fundado no laço, na relação, no vínculo, na amância; e a economia de mercado, que tende a considerar os indivíduos como átomos isolados motivados exclusivamente pelo interesse e pela busca da satisfação individual. Adam Smith já pregava que era esta busca individual que geraria benefícios coletivos, independente da construção do laço social.

O mundo de Adam Smith foi denominado mundo de competição atomista: um mundo no qual nenhum agente do mecanismo produtivo, quer do lado do trabalho ou de capital, era poderoso o bastante para interferir ou resistir às pressões da competição. Era um mundo no qual cada agente via-se forçado a correr atrás de seu interesse próprio dentro de uma vasta liberdade social para tudo. (HEILBRONER, 1996). O autor conclui que as leis do mercado em si são parte integrante de leis

maiores que causam a prosperidade ou a queda da sociedade. O mecanismo pelo qual o indivíduo desatento é mantido em contato com todos os demais irá afetar o mecanismo pelo qual a própria sociedade se modifica ao longo dos anos (HEILBRONER,1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da economia de mercado estar sendo contestada por atores alterglobalistasⁱⁱ em todo o mundo, ela é absolutamente hegemônica. Não se vislumbra a médio ou longo prazo, nenhuma alternativa global viável ao capitalismo, as tentativas são extremamente pontuais e acabam por não vingar. Ao contrário do que sempre disseram os catastrofistas, de que o sistema capitalista iria desmoronar sobre si mesmo, ele vem conseguindo adaptar-se desde o seu início, e apesar de todos os males denunciados, produzir uma prosperidade sem precedentes em toda a história da economia mundial. Portanto, o mais provável é que os gestores do sistema integrem os atores do sistema-mundo, mesmo a custo de algumas reformas dentro do sistema global. Uma mudança global do sistema-mundo, mesmo a longo prazo, é improvável, nas condições atuais.

Portanto, as abordagens alternativas dificilmente conseguirão se impor como uma nova hegemonia, tendendo a permanecer nos interstícios do sistema capitalista e interagindo com ele, numa espécie de economia mista, híbrida, ou plural. A médio ou longo prazo, estas abordagens podem ou serem absorvidas pelo sistema capitalista, ou ajudarem a reformar o próprio sistema. O capitalismo tem uma gigantesca capacidade de adaptação e sobrevivência, e é muito provável que isto aconteça nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

BUCHHOLZ, TOOD G. 2000. **Novas idéias de economistas mortos**. Rio de Janeiro: Record, 2000

CAILLÉ, ALAIN. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. A relação entre Estado e sociedade no Século 21: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 370-403, 2014.

FRANÇA FILHO, GENAUTO C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, GENAUTO; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

GIDDENS, ANTHONY. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GODBOUT, JACQUES; CAILLÉ, ALAIN. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

FRIEDMAN, MILTON. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

GUERREIRO RAMOS, A. **A Nova ciência das organizações- uma reconceituação da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, caps 7, 8 e 9, 1989.

HEILBRONER, ROBERT. **História do pensamento econômico**. Ed. Nova Cultural Ltda, 1996.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1978.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

KUPFER, DAVID. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, 2002.

OLIVEIRA, IVAN TIAGO MACHADO. A economia de mercado como um sistema de perfeita liberdade: notas a partir do pensamento de Adam Smith. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 88, n. 9, p. 5-10, 2008.

SMITH, ADAM. **The theory of moral sentiments**. 6. ed. 314 p, 1970.

SMITH, ADAM.. **An inquiry into the nature and the causes of the wealth of nations**. Dunwoody, Georgia: Norman S. Berg Publisher, 976 p, 1976.

ⁱ As sociedades resolvem os problemas econômicos fundamentais sob duas formas de organização econômica: economia de mercado, e economia planificada. O funcionamento de uma economia de mercado pode se analisar a partir da análise do *sistema perfeitamente competitivo* ou do *sistema de mercado misto*.

ⁱⁱ Há mais ou menos vinte anos, o termo *Alterglobalização* é entendido como o processo de construção de alternativas ao paradigma dominante nas perspectivas econômica, financeira e informativa.

SEIS DÉCADAS DA TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO: REVISITANDO PERROUX

Josias Alves de Jesus¹
Noelio Dantaslé Spinola²

RESUMO

A presente investigação faz um balanço acerca da Teoria dos Polos de Crescimento nos últimos sessenta anos. Entende-se que esta Teoria exerceu forte influência no pensamento econômico europeu nas décadas de 1950 e 1960, e, também, no Brasil. O objetivo geral do trabalho é discutir o desenvolvimento da Teoria dos Polos de Crescimento diante da economia regional na qual necessita de ferramentas cada vez mais refinadas. O problema de pesquisa que orienta todo o trabalho é: como a Teoria dos Polos de Crescimento pode ser aplicada na análise regional no contexto recente da Ciência Econômica? A metodologia utilizou-se de pesquisa bibliográfica acerca das principais publicações sobre a Teoria nos últimos 40 anos, inclusive com pesquisa na publicação do Seminário Internacional sobre Planificação Regional e Urbana na América Latina ocorrido em Viña del Mar no Chile em 1972. Acerca da obra de Perroux, a pesquisa se concentrou em suas obras “Os Espaços Econômicos”, “Os Polos de Crescimento”, “A Noção de Polos de Crescimento” e “A Firma Motriz em uma Região e a Região Motriz”. Os principais resultados foram: A Teoria dos Polos são importantes na compreensão dos mecanismos que permitem a polarização das atividades industriais dentro de uma região. Essa noção de polarização influenciou uma série de estudos que tiveram como pano de fundo (objetivo) a possibilidade de promover o crescimento econômico de regiões atrasadas ou deprimidas através da implantação de atividades industriais sejam indústrias motrizes e indústrias movidas e como esta polarização espalha-se pelo tecido regional, a exemplo do Brasil. Outra conclusão importante está representada pela sua metamorfose e desdobramentos no âmbito do paradigma da especialização flexível pelos desdobramentos em associação com a economia neo-schumpeteriana na base teórica dos *clusters*, arranjos produtivos e meios inovativos, entre outros. Assim o pensamento e a contribuição de François Perroux continuam vivos e importantes no arsenal de instrumentos teóricos da ciência regional.

Palavras-chave: Economia Regional; Perroux; Polarização.

SIX DECADES OF THE THEORY OF GROWTH POLES: REVISITING PERROUX

ABSTRACT

This research takes stock on the Theory of Growth Poles in the last sixty years. It is understood that this theory had a strong influence on European economic thought in the 1950s and 1960s, and also in Brazil. The overall objective is to discuss the development of the Theory of Growth Poles in front of the regional economy in which needs increasingly refined tools. The research problem that guides all the work is, like the Growth Poles Theory can be applied in regional analysis in the recent context of economic science? The methodology used is a bibliographic research about key publications on the Theory over the past 40 years, including research

¹Economista. Mestre em Análise Regional. Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor da Universidade do Sudoeste Baiano (UESB) <josiasuefs@hotmail.com>¹

² Economista. Doutor em Geografia. Professor da Universidade Salvador (UNIFACS), Coordenador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB) <spinolanoelio@gmail.com>

published in the International Seminar on Regional Planning and Urban in Latin America held in Viña del Mar in Chile in 1972. About work Perroux, research has focused on his work "The Economic Space", "The Poles of Growth", "The Notion of Growth Poles" and "The Driving Firm in a Region and the Region motive." The main results were: The Theory of Poles are important in understanding the mechanisms that allow the polarization of industrial activities within a region. This notion of bias has influenced a number of studies that had as a backdrop (goal) the possibility of promoting economic growth delayed or depressed regions through the establishment of industrial activities are driving industries and driven industries and how this polarization It spreads by Regional tissue, such as Brazil. Another important conclusion is represented by its metamorphosis and developments within the paradigm of flexible specialization by developments in association with neo-Schumpeterian economics at the theoretical basis of clusters, clusters and innovative media, among others. Thus thought and François Perroux contribution still alive and important in theoretical tools arsenal of regional science.

Keywords: Regional Economy; Perroux; Polarization.

JEL: R11; R14; R58;B22

1 INTRODUÇÃO

As décadas de 1930 a 1950 foi um período importante nas Ciências Econômicas. A crise de 1929, o fim da Segunda Grande Guerra e o conseqüente processo de reconstrução da Europa e do Japão contribuíram para o abandono dos postulados clássicos *pari passu* à ascensão do pensamento keynesiano com destaque para do papel do setor público na manutenção da demanda agregada como forma de redução do desemprego e da superação da crise mundial.

A década de 1950 fez surgir, também, um novo debate: Como as nações podem lançar mão de mecanismos para a superação da pobreza e alcançar o desenvolvimento econômico? Várias teorias surgiram nesse período tendo como pano de fundo o crescimento e o desenvolvimento econômico. Dentre essas teorias encontra-se a dos Polos de Crescimento em um trabalho seminal desenvolvido por François Perroux em 1955.

A Teoria dos Polos teve uma grande influência sobre o pensamento latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 enquanto ferramenta importante dos planejadores como forma de redução das desigualdades regionais. No Brasil não foi diferente. Por possuir um território extenso, com regiões deprimidas e com uma economia altamente concentrada na região Sudeste do país, sobretudo em São Paulo,

os planejadores no Brasil utilizaram-se desta teoria como forma de mitigar os problemas regionais latentes.

A prova da importância da Teoria dos Polos pode ser comprovada através do Seminário sobre Planejamento Urbano e Regional na América Latina organizado pelo Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) em 1972 no Chile no qual se debateu amplamente a sua validade para as economias latino-americanas. Todavia, como observado por Boisier (1982) já em 1979 durante outro importante seminário internacional para debater as estratégias nacionais de desenvolvimento regional em Bogotá na Colômbia praticamente não houve menção à Teoria dos Polos de Crescimento.

Essa observação de Boisier (1982) o levou a questionar: existem realmente Polos de Crescimento? Será que se assiste ao funeral da Teoria? Será que não passa de um conto infantil conforme assinalado por Blaug? Será que a Teoria dos Polos está morta? Na conclusão desse mesmo trabalho Boisier (1982) responde a essa questão informando que não, a Teoria dos Polos não está morta, mas sem dúvida tem experimentado uma profunda metamorfose.

Diante dessas mudanças, metamorfoses, refinamentos e devido à importância que a Teoria dos Polos exerceu na Ciência Regional, especialmente para os investigadores do planejamento brasileiro e latino americano, a presente investigação tem como objetivo fazer um balanço da Teoria dos Polos de Desenvolvimento nos últimos 60 anos (1955 – 2015), buscando identificar o contexto de seu surgimento, suas influências teóricas, assim como suas principais críticas ou insuficiências, finalizando com a possibilidade de aplicação da Teoria nos dias atuais em um ambiente de economia globalizada e oligopolizada.

O problema de pesquisa que orienta todo o trabalho é: como a Teoria dos Polos de Crescimento pode ser aplicada na análise regional no contexto recente da Ciência Econômica? O objetivo geral é identificar quais ferramentas da Teoria ainda podem ser aplicadas na análise regional e quais precisam de melhor refinamento.

A metodologia da presente investigação utilizou-se de pesquisa bibliográfica acerca das principais publicações sobre a Teoria nos últimos 40 anos, inclusive com pesquisa na publicação do Seminário Internacional sobre Planificação Regional e

Urbana na América Latina ocorrido em Viña del Mar no Chile em 1972. Acerca da obra de Perroux, a pesquisa se concentrou em suas obras “Os Espaços Econômicos”, “Os Polos de Crescimento”, “A Noção de Polos de Crescimento” e “A Firma Motriz em uma Região e a Região Motriz”. Também foram examinadas as obras de Lasuén, José Ramón. “Ensayos sobre economia regional y urbana”. Paelinck, Jean. “A teoria do desenvolvimento regional polarizado”. Lipietz, A., “Miragens e milagres, problemas de industrialização no Terceiro Mundo”; “O capital e seu espaço” Costa, J.S. “Compêndio de Economia Regional” e muitos outros ao final referenciados.

Além desta introdução na primeira seção e das conclusões na última, o presente trabalho possui mais quatro seções. A segunda seção apresenta e caracteriza a Teoria dos Polos de Crescimento buscando dirimir prováveis equívocos conceituais. A terceira seção tem como objetivo contextualizar a Teoria dos Polos de Crescimento na década de 1950 e captar as principais influências de Perroux no desenvolvimento desta. A quarta seção traz as principais críticas da Teoria organizada a partir da contribuição de diversos teóricos tanto na Europa quanto na América Latina. Finalmente, a penúltima seção busca fazer um balanço da Teoria dos Polos de Crescimento nos últimos 60 anos e analisar criticamente a sua validade para a compreensão dos fenômenos regionais e urbanos em uma economia crescentemente globalizada e comandada por grandes grupos econômicos (oligopólios).

2 O CONCEITO DE POLOS DE CRESCIMENTO

Em um sistema de concorrência ou competição perfeita não existe nenhum elemento de dominação. Mas na vida real sempre existe uma unidade dominante seja ela uma firma, uma indústria, um grupo econômico ou mesmo um país. Para Tolosa (1972) esse é o cerne da Teoria da Unidade Dominante de Perroux. Essa Teoria pretende explicar como se comportam os agentes em mercados não competitivos. Para chegar à Teoria dos Polos de Crescimento, Perroux (1955) primeiro reformulou a noção de espaço econômico em sua obra “Os Espaços Econômicos” de 1950, considerando três classificações básicas:

- a) Espaço econômico definido como um plano ou programa;
- b) Espaço econômico definido como um campo de forças ou relações funcionais; e.

c) Espaço econômico definido com um agregado homogêneo.

No espaço econômico enquanto plano ou programa, as firmas definem seus planos em relação aos seus fornecedores de matéria-prima ou mesmo os seus compradores de produtos ou serviços. O espaço definido com um agregado homogêneo corresponde ao espaço definido por todas as firmas agrupadas de acordo com estruturas de produção similares.

Para Tolosa (1972), o segundo tipo de espaço econômico, também chamado de polarizado, é o mais importante, pois consiste em espaços econômicos (polos ou focos) dos quais emanam forças de dispersão e atração (centrípetas e centrífugas). “Em síntese, os três tipos de espaço definem-se como um complexo de relações econômicas não localizadas, ficando o aspecto geográfico relegado a um segundo plano de interesse” (TOLOSA 1972, p.195).

Perroux começa desenvolvendo o conceito de polos de crescimento em 1955 partindo do pressuposto de que o crescimento econômico não é observado em todos os pontos do espaço econômico, mas sim em espaços específicos como na seguinte passagem: “O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977 p.146). Assim, a primeira constatação de Perroux é que o processo de crescimento econômico não implica em equilíbrio como preconizava os economistas clássicos e neoclássicos, mas este sim é um processo desequilibrado por natureza.

Três conceitos são fundamentais nesse trabalho de Perroux em 1955. O primeiro refere-se à indústria motriz definida como a indústria que tem a propriedade e capacidade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras indústrias ao aumentar as suas próprias vendas e compras de serviços produtivos. As indústrias motrizes são indústrias novas que possuem também novas tecnologias, contudo nada impede que as indústrias motrizes sejam de setores maduros, já implantados. O segundo conceito é a indústria movida que é a indústria na qual é impactada (movidada) pela indústria motriz, e o terceiro é o conceito de indústria-chave entendida como a

indústria que induz na totalidade de um conjunto, por exemplo, de uma economia nacional, um acréscimo global de vendas.

Dois importantes autores que foram influenciados por Perroux e ajudaram a desenvolver o conceito de polos de crescimento e que merecem destaque são Boudeville e Paelinck. Para Boudeville (1966, p.11) “um polo de crescimento regional consiste num conjunto de indústrias em expansão numa área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência”. Percebe-se na definição de Boudeville que autor não utiliza uma indústria apenas, mas sim um conjunto de indústrias deixando implícita a ideia de complementaridade entre as indústrias. Em segundo lugar na ideia de Boudeville também está implícita a noção de região, ou seja, a noção de polo de crescimento está ligada à noção de região polarizada.

Outra importante contribuição ao desenvolvimento do conceito de polo de crescimento é apresentada por Paelinck (1977). Segundo Paelinck (1977) o conceito de polo de crescimento foi frequentemente mal interpretado, sendo confundido com o conceito de indústria-chave ou de indústria motriz. Será em outro trabalho de Perroux em 1961 que esse conceito será mais bem esclarecido. Assim, descreve o conceito de polo de crescimento como um conjunto de unidades motrizes que criam efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico e ainda como uma unidade motriz num determinado meio.

Ainda segundo Paelinck (1977) as definições de polo de crescimento levaram à seguinte definição funcional:

Constitui um polo de crescimento uma indústria que, pelos fluxos de produtos e de rendas, que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de indústrias tecnicamente ligadas a ela (polarização técnica), determina a prosperidade do setor terciário, por meios das rendas que gera (polarização das rendas), e produz um aumento da renda regional, graças à concentração de novas atividades numa zona determinada, mediante a perspectiva de poder dispor de certos fatores de produção existentes nessa zona (polarização psicológica e geográfica). (PAELINCK 1977, p.163)

Essa contribuição de Paelinck (1977) as definições de polo de crescimento levaram à seguinte definição funcional:

3 ANTECEDENTES DA TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO

Segundo Guillen (2008, p.1) François Perroux (1903-1987) foi o economista francês mais reputado, prolixo e singular do século XX. Como afirmou Streeten (1989, p.5) “entre os economistas foi um gigante”. A sua obra foi imensa assim como o papel que desempenhou nos meios acadêmicos franceses da sua época.

Guillen (2008, op.cit) afirma que o seu pensamento recebeu variadas influências, inclusive contraditórias, listando a seguinte relação de pensadores econômicos: Antonelli, Schumpeter, Cournot, Sombart, Chamberlain, Marx, Misses, Hayek, Pantaleoni, Morgerstern, Hicks, Samuelson, Robinson, Kaldor, Kalecki, entre outros. Todas estas influências contribuíram para uma formação original e aberta à geografia, história, sociologia, política, à cultura, à ideologia, filosofia e a religião. O fio condutor do seu pensamento foi um humanismo cristão que logo direcionou as suas reflexões para as questões relacionadas com a pobreza e o subdesenvolvimento. Neste sentido Gesta Leal e Ribeiro (2014) informam que Perroux recebeu grande influência de Louis-Joseph Lebret (1897 – 1966), com quem trabalhou e em quem se inspirou para criar vários de seus conceitos. Lebret fundou em 1942 uma associação de origem católica chamada Economia e Humanismo, que desenvolveu o conceito de economia humana, além de criar outros centros de pesquisa em economia e grande número de associações para o desenvolvimento social e econômico em todo o mundo, inclusive o Centre International Développement et Civilisations (IRFED).

Em seu clássico *L’Economie du XXe siècle* (1991) Perroux abre suas baterias contra o pensamento neoclássico que classifica como um universo da “adaptação sem estratégia, do contrato sem combate, do equilíbrio sem arbitragens conscientes e também o universo de sujeitos imóveis e iguais, tudo ao contrário do universo turbulento e belicoso das sociedades históricas habitadas pelo espírito de competição e dotadas de instituições livres” (1991, p.140). Para Perroux, o modelo neoclássico no melhor dos casos valeria para os países do primeiro mundo e sob condições tão restritivas que o tornariam praticamente inaplicável. Não obstante, segundo ele, trata-se de aplicar este modelo aos países em desenvolvimento “que só podem superar sua condição graças à atividade das suas elites e de suas populações coligadas para mudar seu meio ambiente a curto e longo prazo”.

Perroux buscava uma terceira via que superasse o individualismo capitalista e o coletivismo marxista e possibilitasse uma estrutura econômica que favorecesse o autêntico desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, contribuindo para o desenvolvimento do conceito de polos de desenvolvimento, se aproximando de autores como Gunnar Myrdal, Raul Prebisch e Albert Hirschman, entre outros.

Perroux não era neoclássico e tampouco keynesiano. Delaunay (1983, p;232) analisando o seu livro *Pour une philosophie du nouveau développement* comenta que sobre a teoria geral de Keynes ele escreveu o seguinte : *le schémas keynésien a été construit du point de vue des pays développés et pour eux, à une époque où les rapports de force étaient défavorables aux pays en développement.* Na opinião de Guillen (op.cit p.13) a objeção de Perroux a aplicação nos países em desenvolvimento dos modelos de crescimento keynesianos era indubitável. Segundo ele Perroux afirmava que “os modelos *a la Harrod e Domar* supõem implicitamente instituições e atitudes bem determinadas dos agentes econômicos e chegam quase ao ridículo quando em um meio onde o entesouramento é predominante, suporem que a poupança procure sempre a melhor colocação; quando em sociedades onde dominam as “transferências de prestígio” raciocinar em termos de inversões mercantis e quando atribuem ao chefe da tribo o comportamento de um empresário racional” (PERROUX, 1991 p.277 apud GUILLEN, 2008 p.13).

Para Guillen, Perroux era um profundo conhecedor de Marx, mas rechaçava a dialética marxista de ruptura que levaria à catástrofe e ao aniquilamento do sistema se pronunciando por uma dialética de evolução admitindo a correlação de forças. Para Perroux a despeito de considerar a análise marxista excelente e estimulante para o estudo dos grupos e indivíduos desfavorecidos julgava que ela aportava muito pouco à teoria e análise do desenvolvimento.

Temos então uma personalidade que não era neoclássica, keynesiana ou marxista. A despeito desta independência das principais escolas econômicas Perroux se identifica bastante com outro heterodoxo personificado por Joseph Alois Schumpeter de quem foi aluno em Viena.

Segundo seus biógrafos Perroux traduziu as principais obras de Schumpeter para o francês e foi um dos seus principais divulgadores na academia francesa. Com

efeito, observa-se a marca de Schumpeter na Teoria dos Polos em diferentes passagens. Partindo das proposições apresentadas por Schumpeter (1911) a respeito do papel desempenhado pelas inovações na dinâmica capitalista, Perroux propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre indústrias que ele denomina motrizes – que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras – as movidas – que têm suas vendas aumentadas em função dessas indústrias (motrizes) argumentando que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1955).

Por fim, além da ênfase dada ao espaço, tão ao modo dos geógrafos, Perroux se aproxima de Christaller cuja obra é de 1936 e, portanto, lhe antecede. A sua hierarquia dos polos segue a idéia da hierarquia urbana da teoria do lugar central de Christaller (SOUZA, 2005, cap. 2). A diferença fundamental dessa teoria, em relação à teoria dos polos de crescimento, está na ênfase à prestação de serviços, por parte dos centros urbanos, e não na função indutora da indústria motriz do polo de crescimento e nas interdependências que ela gera entre firmas compradoras e vendedoras de insumos na região polarizada ou no interior do próprio centro principal.

4 CRÍTICAS À TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO

A teoria dos polos de crescimento foi bastante utilizada no Brasil no período de 1964/1998, época, do regime militar que dominou o país. Naquele momento começavam a se configurar os impasses do “desenvolvimento” e, em função deles, a crise do próprio projeto nacional de desenvolvimento que tantas esperanças haviam despertado no Brasil.

Começava a se tornar evidente que, apesar de todos os êxitos estatísticos resultantes dos esforços governamentais até então realizados, a evolução econômica e social em um país de capitalismo tardio e dependente se fazia em termos distintos daqueles que marcaram a expansão capitalista nos países desenvolvidos.

Uma das evidências desse fato era dada, justamente, pela tendência a forte e regressiva concentração, tanto social, quanto espacial da renda nacional. Ou seja,

constatava-se que a eliminação do que, na terminologia da época, se designava como “obstáculos ao desenvolvimento”, não conduzia à generalização da expansão capitalista no âmbito do espaço nacional; ao contrário, tal eliminação punha em marcha mecanismos que reforçavam, em novos e até mais perversos termos, as tendências estruturais à concentração da renda. As frustrações e tensões sociais que emergiram dessa constatação e desses resultados, ameaçando a própria legitimidade da ideia de desenvolvimento, são demais conhecidas para serem aqui lembradas.

É nesse momento que a ideia da implantação de polos começa a despertar interesse e é logo em seguida incorporada ao arsenal dos instrumentos de intervenção na economia à disposição do Estado, da mesma forma que passa também a reanimar a expectativa da generalização do processo de desenvolvimento no âmbito da nação. O recurso à ideia de polo, como instrumento de desenvolvimento regional, parece relacionar-se diretamente à percepção da classe dirigente brasileira de que, através da implantação de polos, seria possível corrigir as “distorções” existentes no processo, sem que, para tanto, se tornasse necessário reformular o padrão básico de desenvolvimento.

Em torno da noção de polo (ou através da manipulação propagandística dela) foram criadas rapidamente altas expectativas, notadamente no que se refere aos efeitos sociais no âmbito do desenvolvimento regional. Assim, a política de implantação de polos surgiu, independentemente, ou na ignorância, das restrições que muitos especialistas internacionais e mesmo nacionais faziam à sua real eficácia.

A despeito das contribuições da chamada escola “espacial”, desenvolvendo e ampliando as formulações iniciais de Perroux, assim como da tentativa de incorporação do conceito de polo à “teoria da localização” formulada anteriormente pela escola alemã (Christaller, Lösch), continuava sem solução a maioria dos problemas suscitados pela questão maior de como compatibilizar a geografia dos polos com a economia dos polos, de modo a reter no âmbito da primeira os resultados obtidos através da segunda.

Foi em função dessa dificuldade que surgiu a crítica à possibilidade de conversão da noção de polo em instrumento de promoção do desenvolvimento regional. O argumento central dessa crítica era de que tal conversão incorria num erro de lógica, na medida em que tomava como sendo certo aquilo que era dado apenas como

possível. Esse erro decorreria do fato, como argumentava Lasuén (1976), de se desconhecer que a teoria dos polos era uma “teoria de crescimento condicional”: ela constatava a ocorrência de um fenômeno, que designava dos polos, e explicava as razões da dinâmica de seu funcionamento, mas não explicava a dinâmica e as condições necessárias à existência deles. Em outras palavras: a teoria dos polos descrevia a dinâmica do funcionamento de algo cuja existência era simplesmente constatada, mas nada dizia sobre as condições prévias necessárias para o surgimento daquilo cujo funcionamento ela descrevia.

Numa nota de rodapé (24) à página 217, do seu livro *Ensayos sobre Economía Regional e Urbana*, Lasuén radicaliza a sua crítica à Perroux:

Se puede afirmar con toda seguridad, que los lectores de Perroux se vieron atraídos por la exposición clara con que fue explicado por el autor el concepto e imagen de polo de crecimiento, pero al ignorar las limitaciones de tipo analítico y conceptual que la formulación contenía, les condujo hacia una considerable confusión. Así por ejemplo, muchos de sus lectores piensan en una teoría acerca del polo de crecimiento, que aparece a sus ojos como una clase de teoría dinámica de la localización. Entonces, **resulta claro que Perroux no va más allá de Schumpeter**, cuyo esquema de trabajo e hipótesis ha adaptado, transfiriéndolas de un espacio sectorial a otro de tipo geográfico. Si Schumpeter no pudo exponer en qué sector, ni durante qué tiempo las innovaciones podían ser adaptadas más verosimilmente y tener lugar, Perroux no puede explicar dónde se van a localizar y dónde consecuentemente deben ser implantados los complejos industriales. Como Schumpeter, sólo puede explicar, Perroux, los efectos derivados (magnitud, dirección, etc.) de las innovaciones sobre el espacio geográfico. Incluso en aquellos intentos más limitados, se veía en la necesidad de basarse exclusivamente en factores económicos, puesto que exteriormente no pueden explicar en qué forma la polarización sectorial da paso a la polarización geográfica. Tomó tiempo evaluar sin equívocos la contribución efectuada por la teoría de los polos de crecimiento. J. Paelinck no aceptó el hecho de que ésta sustituyese a la teoría de la localización ni aquella otra referida a la aglomeración de los factores económicos (Cahiers de L'ISEA, serie L, n.º 15). Define más adelante sus relaciones con el cuerpo de la teoría económica, señalando (J. Paelinck, op. cit.), que esto es "**una teoría condicional del desarrollo regional**", en el sentido de **que esta teoría nos sirve como condicionamiento previo, al objeto de alcanzar éxito en el desarrollo regional, en forma flexible y no determinada**. (Grifo nosso).

Formulada a distinção entre funcionamento e existência, ela tem importância, para explicar a genealogia da aplicação do conceito, pois, de fato, a implantação de um polo não pode limitar-se a criar as condições necessárias para que ele possa funcionar (que são as que a teoria dá), mas supõe a criação prévia de condições para que ele exista como polo (que são as que a teoria não dá). Essa crítica é mencionada apenas

para mostrar como existiam impasses em termos de teoria, pois parece evidente que os processos de natureza social e econômica raramente são redutíveis às regras da lógica formal (MARTINS; THÈRRY, 1981).

Na verdade, o fundamental da crítica, para o que aqui interessa, está na constatação das dificuldades práticas da aplicação da noção de polo à promoção do desenvolvimento regional, já que a “teoria da localização” e a “teoria dos polos” oferecem explicações desvinculadas entre si e de harmonização complicada. O que fazem Perroux e seus seguidores é, em última análise, superpor estruturas econômicas setoriais a espaços geográficos, supondo que o implante “pegue”, graças à dinâmica econômica atribuída às primeiras.

No ponto de vista marxista, Lipietz (1988, p.131) declara que “o pensamento econômico burguês é devedor a F.Perroux pela noção de *espaço abstrato*. Introduzindo-a, teve o mérito de romper com a concepção empirista do espaço e de acentuar que o *espaço* utilizado na literatura é relativo ao tipo de problema colocado”. Mas Lipietz classifica de ambígua a teoria de Perroux ao passar da conceituação de *espaço polarizado* para *espaço de planejamento* quando tenta “forçar a solução da contradição social/privado, *conferindo a certos espaços privados* (dimensão espacial da atividade de agentes privados) *os atributos de espaço social*” (p.133). Lipietz também critica a falta de clareza da teoria perrouxiana quanto aos aspectos vinculados ao efeito acelerador e a matriz das trocas interindustriais do polo, chegando-se assim, “a batizar de “polo de desenvolvimento” o que somente poderia ser chamado de *catedrais no deserto*” (p.134).

Concluindo uma longa análise crítica Lipietz afirma:

De uma certa maneira, a obra de F. Perroux é para o estágio monopolista do capitalismo o que a de Walras é para o estágio concorrencial: uma tentativa de sistematização do “espaço de representação” que o agente privado faz de sua participação no trabalho social. No estágio concorrencial, ela se resume ao dado do sistema dos preços, no qual o agente privado não influi por suas decisões. Totalmente diferente é a situação da firma monopolista cujas decisões pesam efetivamente no desdobramento, em torno dela, da divisão social do trabalho. À medida que o monopolismo representa um remanejamento dos papéis no par empresa-mercado como deslocamento relativo da contradição social/privado, há efetivamente tendência a uma certa identificação entre “espaço como conteúdo de plano” e “espaço social polarizado”. Mas este deslocamento (e, pois, esta identificação) permanece *relativo*. O conteúdo de plano da firma monopolista *pressupõe* sempre um espaço social regional, mesmo que seja para subvertê-lo (como a Solmer em

Fos), e, em todo caso, um espaço econômico mundial no qual ele não faz senão se inscrever. (p.136).

Richardson (1973, p.452) a despeito de elogiar a teoria perrouxiana faz diversas restrições, começando pelo que considera a imprecisão na definição do que seja um “polo de crescimento” aduzindo o fato da falta de clareza quanto ao “tipo de escala dimensional a que se refere o conceito”. Para ele “e1 equilibrio interregional no es sino un caso muy particular, y que muy posiblemente no se producirá, especialmente en períodos de rápido crecimiento general”. Também considera bastante duvidosa a idéia de “región de crecimiento” e que esta constitua algo novo ou significativo. Acrescenta que as discussões acerca das vantagens comparativas do crescimento equilibrado versus o desequilibrado indicam que o conceito de *leading region* (região de ponta, que arrasta) tem um importante significado, porém este fenômeno é bastante distinto do que equivale ao “polo de crescimento” e, provavelmente, tem maior aplicação nos países em vias de desenvolvimento.

Ainda Richardson questiona “si un polo de crecimiento es una entidad «natural» observable en las propias estructuras regionales de una economía de mercado o, por el contrario, si se refiere a un centro o área en el que el crecimiento ha sido deliberadamente fomentado utilizando diversas medidas de política económica.” Argumenta que no último caso esta localização arbitrária poderá se constituir em um problema para o país. Diz Richardson (op.cit p.453): “si los puntos de crecimiento planificados se han escogido mal, es muy posible que se requiera el empleo de constantes subvenciones para que puedan seguir funcionando. Como foi o “polo” petroquímico de Camaçari, na Bahia.

5 APLICAÇÕES DA TEORIA DOS POLOS

Países com imensa extensão territorial e com grandes desequilíbrios regionais como o Brasil carecem de mecanismos que possam mitigar os efeitos desses problemas regionais, assim como promover políticas eficientes de desenvolvimento regional. De acordo com Vargas (1993) o Brasil utilizou-se muito da teoria dos polos na década de 1970 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na concepção das regiões “homogêneas”, “polarizadas” e “regiões-programa” na Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 935 – 952.

implantação de indústrias que pudessem promover o crescimento/desenvolvimento de algumas regiões, seguindo os conceitos e definições elaborados por Perroux e Boudeville.

Vargas (1993) afirma que a partir da década de 1970, o Brasil passou a incorporar as ideias contidas na teoria dos polos em seus programas de desenvolvimento. Inicialmente no I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1972 que buscava uma melhor integração das políticas de integração nacional, criação das regiões metropolitanas e a criação dos “polos regionais” que visavam o desenvolvimento das atividades primárias. Ainda segundo a autora, a própria criação da Zona Franca de Manaus faz parte das influências da teoria dos polos no Brasil.

Outra influência destacada por Vargas (1986) é o II PND de 1974 no qual o governo brasileiro pretendia fortalecer a atividade industrial no Centro Sul ao passo que criava polos secundários regionais no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do país.

Todavia, de acordo com a observação de Tolosa (1972) a aplicação da teoria dos polos no planejamento regional passa por uma melhor definição dos seus conceitos.

Após despender algum tempo no estudo da teoria de polos de crescimento, um economista encarregado da programação do desenvolvimento integrado de um sistema de regiões chega certamente a uma espécie de estado de indefinição quanto à aplicabilidade da teoria. Se por um lado o assunto parece intuitivamente importante, por outro a teoria mantém-se em um alto grau de abstração e os conceitos e ideias desenvolvidos parecem vagos e de difícil aplicação empírica. Em consequência, a primeira prioridade quanto a novas linhas de pesquisa deve compreender um esforço concentrado visando a precisar os conceitos básicos da teoria. Por exemplo, o que exatamente deve ser entendido por polo de crescimento? (TOLOSA, 1972 p.207).

Para Tolosa (1972) o conceito de polo é sempre relativo e sempre definido em relação a um espaço ou uma região de referência. Assim, como exemplo tem-se que o *Ruhr* é um polo para o Mercado Comum Europeu, assim como a cidade do México e as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são polos para o México e para o Brasil, respectivamente.

Dessa forma, Tolosa (1972) destaca que a construção de um modelo normativo de polos de crescimento que possa ser aplicado a países de terceiro mundo deverá considerar as seguintes observações:

- a) Considerar a localização, número e escala de polos em diferentes pontos de tempo como variáveis endógenas;
- b) Levar em consideração a distribuição espacial e disponibilidade de recursos humanos;
- c) Permitir a mobilidade da mão-de-obra e do capital;
- d) Incorporar economias de aglomeração;
- e) Incluir vários processos de produção (tecnologias) para cada indústria;
- f) Permitir diferenças tecnológicas entre os polos;
- g) Considerar indivisibilidades do investimento;
- h) Possibilitar o teste de sensibilidade das soluções com respeito a erros nas condições iniciais e parâmetros;
- i) Selecionar uma estratégia que conduza a economia a um conjunto de objetivos econômicos e sociais, de maneira eficiente.

Coraggio (1972) ressaltou que a política de polos de crescimento pode exacerbar a dicotomia polo e periferia trazendo efeitos negativos na medida em que os efeitos “*linkages*” para frente ou para trás causados pela indústria motriz podem se manifestar em outras regiões que estejam mais bem preparadas para tal. Ainda segundo Coraggio (1972) para que os efeitos de uma política de polos de crescimento tragam efeitos positivos devem ser consideradas as seguintes situações:

- a) A atividade motriz deve ser transformadora de insumos regionais e oferecer tamanho de mercado suficiente para induzir a localização na região, de atividades produtoras destes insumos, a partir de recursos regionais (encadeamento para trás);
- b) A tecnologia deve ser intensiva em mão-de-obra para aproveitar a existente na região, gerando empregos;
- c) O mercado criado deve sobrepassar a demanda das atividades não básicas (de abastecimento de bens e serviços à população local);
- d) Os benefícios de produtividade devem ser retidos pelos empresários locais para garantir reinversão;

e) Os mecanismos de comercialização e financiamento devem ser corresponder aos mesmos grupos locais para impedir a evasão de divisas.

Souza (2005, p.1) ressalta, porém a atualidade da teoria de Perroux pela sua ligação com a abordagem schumpeteriana do desenvolvimento, a teoria do crescimento endógeno e os conceitos de meios inovadores, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. Na sua interpretação a própria teoria dos polos possui uma abordagem endógena, uma noção que é realçada pelos conceitos de meios inovadores e afins. Estes são os núcleos das regiões inteligentes, que pressupõe uma periferia

Cabe por fim destacar a influência exercida por Perroux na formulação da política regional de desenvolvimento brasileiro exercitada sob a inspiração ideológica da Escola Superior de Guerra (ESG) e fundada na concepção do nacional desenvolvimentismo e seguindo uma estratégia de desconcentração concentrada que levou, no final da década de 1970 à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador, estado da Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente investigação foi fazer um balanço da Teoria dos Polos de Crescimento nas últimas seis décadas na ciência econômica e avaliar a sua contribuição para o entendimento dos processos de crescimento/desenvolvimento das regiões. Verificou-se, ao longo do trabalho que esta teoria tornou-se uma ferramenta importante para regiões dentro de países com pouco dinamismo econômico como forma de dinamizar o crescimento dessas regiões. No Brasil essa teoria foi bastante utilizada devido a nossa imensa extensão territorial aliada a uma grande desigualdade inter e intra-regional.

Podem ser formuladas três considerações acerca da presente investigação. A primeira diz respeito à importância da teoria dos polos na compreensão dos mecanismos que permitem a polarização das atividades industriais dentro de uma região. Essa noção de polarização influenciou uma série de estudos que tiveram como pano de fundo (objetivo) a possibilidade de promover o crescimento econômico de regiões atrasadas ou deprimidas através da implantação de atividades industriais sejam

indústrias motrizes e indústrias movidas e como esta polarização espalha-se pelo tecido regional.

A segunda de natureza instrumental que, no Brasil, consistiu no fornecimento do respaldo teórico para a política de desconcentração industrial do país inspirada pela ESG e capitaneada pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) que enfrentou acirrada resistência dos estados da região Sudeste comandados por São Paulo.

Por fim a terceira representada pela sua metamorfose e desdobramentos no âmbito do paradigma da especialização flexível pelos desdobramentos em associação com a economia neo-schumpeteriana na base teórica dos clusters, arranjos produtivos e meios inovativos, entre outros.

Em assim sendo o pensamento e a contribuição de François Perroux continuam vivos e importantes no arsenal de instrumentos teóricos da ciência regional.

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sergio. Polos de crescimento: están muertos? **EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**. v. 8, n. 24, 1982.

BOUDEVILLE, Jacques. **Los espacios economicos**. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

CORAGGIO, José Luís.(1972), Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo. *In*: ILPES. **Planificación regional y urbana em America Latina**. Pimer Seminario Internacional. Vina del mar, Chile, 1972.

COSTA, José da Silva (Org.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2005.

DELAUNAY, Jean-Claude. François Perroux. Pour une philosophie du nouveau développement. **L'Homme et la société**, v. 67, n. 67-68, p. 231-235, 1983.

GESTA LEAL, Rogerio; MENENGOTI RIBEIRO, Daniela (2014): A titularidade do Direito ao desenvolvimento e sua afirmação como Direitos Humanos fundamentais. **Prisma Jurídico**, v. 13, n. 1, pp. 141-166.

GUILLÉN Romo, Héctor. **François Perroux: pionero olvidado de la economía del desarrollo**. México: Mundo Siglo XXI, 2008.

LASUÉN, José Ramón. **Ensayos sobre economia regional y urbana**. Barcelona: Ariel, 1976.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINS, Luciano; THÈRY, Hervé. **A problemática dos “Polos de Desenvolvimento” e a experiência de Camaçari**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org). **Economia Regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1977.

PERROUX, François. **Pour une philosophie du nouveau développement**. Paris: Aubier, Les presses de L’UNESCO, p. 84-89, 1981.

PERROUX, François. **L’Economie du Xxe siècle**. Grenoble: PUG, 1991

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Esperidião (Org). **Urbanização e Regionalização**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

RICHARDSON, H.W. **Economia Regional: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SOUZA, Nali de Jesus. Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16 n. 1 p. 87-112 jan./jul 2005.

TOLOSA, Hamilton C. Polos de crescimento: Teoria e Política econômica. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. IPEA Série Monográfica. Rio de Janeiro, 1972.

VARGAS, H.C. **A importância das atividades no Desenvolvimento Regional**. 1993 215f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA/BA

Bruno Mota Lopes¹

Janúzia Souza Mendes²

Patrício de Almeida Alves³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, na contemporaneidade, os impactos e influências positivas dos benefícios previdenciários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)/Ministério da Previdência Social concedidos aos trabalhadores rurais de Retirolândia, município que está dentro do polígono da seca e entre os mais pobres do estado da Bahia/Brasil. O referente trabalho tem como metodologia a revisão bibliográfica de teses, dissertações e coleta de dados socioeconômicos disponibilizados pelo INSS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Portal Transparência e do Tesouro Nacional, entre outros. O trabalho trouxe uma discussão acerca da Previdência Social como política de distribuição de renda na zona rural de Retirolândia, mostrando o impacto positivo na vida de muitos indivíduos via transferência de renda promovida pelo estado brasileiro, ressaltando a modificação progressiva dos aspectos socioeconômicos do referido município. A conclusão do presente estudo permitiu constatar que os benefícios da Previdência Social é uma dos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida de parte dos habitantes do município de Retirolândia, especialmente daqueles indivíduos que residem fora da zona urbana.

Palavras-chave: Previdência Social; Benefícios rurais; Impactos econômicos.

EFFECTOS DE LA SEGURIDAD SOCIAL EN EL MUNICIPIO DE RETIROLÂNDIA - BA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar, en la época contemporánea, los impactos y las influencias positivas de prestaciones de seguridad social del Instituto Nacional de Seguridad Social (INSS) / Ministerio de Seguridad Social concederse a los trabajadores rurales Retirolândia, municipio que se encuentra dentro del área de la sequía y entre los más pobres en el estado de Bahia / Brasil. El trabajo relacionado es la revisión de la literatura metodología de tesis, tesinas y la recopilación de datos socioeconómicos puestos a disposición por el INSS, el Instituto Brasileño de Geografía y estático (IBGE), Portal de Transparencia y el Tesoro Nacional, entre otros. Trabajo trajo una discusión acerca de la Seguridad Social como la política de distribución del ingreso en Retirolândia rural, que muestra el impacto positivo en las vidas de muchas personas a través de las transferencias de efectivo promovidas por el gobierno de Brasil, destacando la modificación progresiva de los aspectos socioeconómicos de ese municipio. La conclusión de este trabajo ha descubierto que los beneficios de la Seguridad Social es una responsabilidad de mejorar la calidad de vida de los habitantes del municipio de Retirolândia, especialmente aquellas personas que residen fuera de la aldea.

Palabras clave: Seguridad Social; Beneficios rurales; Impactos económicos.

JEL: H5, H55, J14, J18, J26.

¹ Economista. Professor – Unifacs – email: bruno.lopes@pro.unifacs.br

² Economista. Professora da UNEB, Campus XI – Serrinha-BA. E-mail: januziamendes@ig.com.br

³ Graduando em Administração da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XI – Serrinha-BA. E-mail: patricio.alves83@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social é uma espécie de seguro que garante ao cidadão contribuinte e à sua família (segurado e beneficiário) uma renda mensal quando estes cidadãos mais precisam, seja em caso de idade avançada, doença, morte, gravidez, entre outros. Essa garantia se traduz em forma de pagamento de benefícios, os quais proporcionam tranquilidade tanto no presente, quanto em relação ao futuro.

A inquietação para a realização dessa pesquisa surgiu da necessidade de compreender os impactos que tais benefícios proporcionam aos trabalhadores rurais do município de Retirolândia/BA, pois esta cidade, assim como a maioria de outros pequenos municípios no país a fora, tem sua economia local diretamente influenciada pelos valores pagos pela Previdência, os quais possuem, inclusive, montantes superiores aos repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a arrecadação local de impostos e tributos. Assim, o objetivo deste estudo é conhecer quais os impactos e influências positivas dos benefícios previdenciários concedidos aos trabalhadores rurais no município de Retirolândia/BA. O problema de pesquisa se configura na seguinte questão: como os benefícios previdenciários concedidos aos trabalhadores rurais deste município contribuem para o desenvolvimento local?

Para ancorar a discussão acerca dos benefícios previdenciários concedidos aos trabalhadores rurais do município de Retirolândia/BA, adotou-se um procedimento metodológico que tomará aspectos da pesquisa bibliográfica e também da pesquisa empírica dos dados quantitativos coletados em documentos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como caminho norteador para concretização do objeto de estudo.

A natureza da pesquisa bibliográfica se configura a partir da elaboração de materiais já publicados em artigos, livros, periódicos e produções disponibilizadas na internet. Desse modo, consiste na investigação dessas fontes, para exame e análise do que já foi anteriormente produzido sobre determinado assunto que o sujeito assume como tema de pesquisa científica, conforme Ruiz (2002). Para elaborar um estudo de caráter bibliográfico, o pesquisador deve delimitar seu tema e selecionar as bibliografias pesquisadas para leitura teórico-crítica, isto é, escolher os trabalhos

que mais se aproximam do seu tema, os quais, conseqüentemente, irão subsidiar a construção da temática.

A análise da discussão do presente trabalho está dividida em três momentos principais. No primeiro momento será traçado sucinto histórico da Previdência Social no Brasil, baseados nas Constituições dos anos 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, bem como nas pesquisas de Berwanger (2011) e Martins (2011). Por conseguinte, será exposta a caracterização do município de Retirolândia/BA, através dos estudos de Silva Júnior (2007). Por fim, através da análise das tabelas, serão observados e comparados os números encontrados no Portal da Transparência e do Tesouro Nacional, bem como dados fornecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a finalidade de demonstrar a importância dos benefícios pagos pela Previdência Social para o município em estudo nesse trabalho.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Constituição de 1981 foi a primeira a apresentar o termo “aposentadoria”, informando que este benefício só poderia ser dado aos funcionários públicos nos casos de invalidez, sendo apenas para os que estivessem a serviço da Nação. Nesta época, ainda não havia nenhuma fonte de custeio, por esse motivo, o benefício era considerado como uma simples doação, Martins (2011).

Contudo, o grande destaque na vigência da Constituição de 1891 foi o Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, denominado Lei Eloy Chaves, o qual criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, sendo esta a primeira norma a instituir a Previdência Social no Brasil, considerada como marco inicial.

Foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), como por exemplo, os dos marítimos (IAPM), pelo Decreto nº 22.872; dos comerciários (IAPC), pelo Decreto nº 24.273; dos bancários (IAPB), pelo Decreto nº 24.615, entre outros.

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira a prever o esboço de um sistema previdenciário, com a participação do Estado no financiamento da Previdência Social, além da contribuição dos empregados, que eram segurados obrigatórios, e dos empregadores, que faziam suas contribuições sobre a folha de pagamento. A referida Carta Magna assim dispôs em sua alínea *h*, § 1º, art. 121:

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte (BRASIL, 1934).

Verifica-se, com isso, que na Constituição de 1934 estava prevista a tríplice forma de custeio: ente público, empregado e empregador, sendo obrigatória a contribuição. A referida Carta Magna fez referência, pela primeira vez, à palavra previdência, entretanto, ainda que não usasse o adjetivo social.

Já em 1937, a Lei Maior estabeleceu “a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes de trabalho”, (BRASIL, 1937). Nesta, já aparece a expressão seguro social, em vez de previdência social.

O termo previdência social surge pela primeira vez na Constituição de 1946, substituindo a expressão até então presente na norma anterior, a qual possuía o nome seguro social. Outras conquistas também foram implementadas nesta Constituição, tais como: assistência aos desempregados e previdência contra doença, velhice, invalidez e morte, aposentadoria voluntária aos 35 anos de serviço e a contagem recíproca entre o tempo de serviço público municipal, estadual e federal para fins de aposentadoria.

A Constituição de 1967 não inovou muito em matéria previdenciária em relação a anterior. Entretanto, vale destacar a edição do Decreto-Lei nº 564, de 01 de maio de 1969, o qual estendeu a Previdência Social ao trabalhador rural.

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição de 1988, sendo que nesta contém um capítulo tratando somente da seguridade social, a qual se subdivide em: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Berwanger assim considera:

A Constituição Federal de 1988 foi concebida num momento histórico de ampliação de direitos, do Estado de Bem-Estar Social, que chegava ao Brasil em atraso. Nesse sentido, a seguridade teve grande relevância, ocupando um espaço mais amplo que nas Constituições anteriores (BERWANGER, 2011, p. 53).

Dessa maneira, embora já constasse a previsão da Previdência nas Constituições que antecederam esta, é possível verificar que a partir da vigência da Carta Magna de 1988 houve a incorporação de expressivas conquistas nesse campo.

Nesse sentido, Berwanger ainda complementa:

A Carta Magna concebe a seguridade como um conjunto de políticas incluindo-se previdência, assistência e saúde. E assim, externa como principais diretrizes: a universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais [...] (BERWANGER, 2011, p. 53).

Os responsáveis por elaborar a Constituição de 1988, aplicaram o entendimento do termo seguridade social como sendo uma política integrada de cidadania, que teve como um dos fundamentos a declaração dos direitos humanos, enquanto política pública de proteção social de responsabilidade do estado. Dentro desse contexto, a Previdência Social brasileira deixou de ser um simples seguro para se tornar um direito social.

Os direitos sociais são ofertados pelo Estado com a finalidade de tornar mais justa a convivência entre os homens, bem como tentar amenizar as desigualdades consequentes de um mundo capitalista, do qual fazemos parte, Martins (2011). Nesse passo, observa-se que esses direitos são imprescindíveis para atingirmos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estampado no Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, entre os quais, o de construir uma sociedade justa e solidária, assim como erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme a Constituição Federal (1998).

Schwarzer (2000), destaca que, ainda que o marco inicial da Previdência tenha se iniciado em 1923 com a Lei Eloy Chaves, a extensão da proteção social aos trabalhadores rurais somente iniciou-se após a década 60. O principal motivo para tal atraso parece ser que os trabalhadores rurais, embora os habitantes da área rurícola constituísse a maioria da população brasileira até então, não apresentava uma representação política influente.

Fato curioso a se ressaltar é que foi no período do regime militar brasileiro (1964-1984), autoritário e conservador, que o sistema previdenciário foi expandido ao setor rural. Assim Schwarzer, entre outras razões aparentemente paradoxais, explica tal acontecimento da seguinte forma:

O desejo de evitar a intensificação da migração rural-urbana ao disponibilizar assistência médica e benefícios monetários no campo. Por fim, a doutrina de segurança nacional do governo militar intencionava, com um programa de integração do setor rural ao projeto de desenvolvimento nacional, manter a “paz social” com a criação de “justiça social” (SCHWARZER, 2000, p. 75).

Observa-se, dessa forma, que a partir desse momento já se iniciou uma preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes no meio rural, quando se estendeu a Previdência Social para esta categoria de trabalhadores.

Embora a inclusão dos direitos previdenciários para os trabalhadores rurais tenha ocorrido por volta do final da década 60 e início da década de 70, estes apenas contemplavam aqueles trabalhadores da indústria canavieira, Berwange (2011). Somente com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, através da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, é que tais direitos foram estendidos para outras categorias de trabalhadores rurícolas, isto é, os parceiros, arrendatários, posseiros e os pequenos proprietários rurais, desde que trabalhassem em regime de economia familiar.

Apesar de representar uma conquista muito importante para os trabalhadores da área rural, a cobertura previdenciária nessa época ainda era mínima, ou seja, beneficiava diretamente apenas o “chefe da família”, geralmente o homem, desde que comprovasse o exercício do labor rural e tivesse a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos. O valor também era menor, meio salário mínimo para as aposentadorias e 30% para as pensões. Para as mulheres trabalhadoras rurais, era garantido somente a qualidade de dependente, isto é, possuíam somente direito de receber a pensão por morte, quando do falecimento do esposo.

Dessa forma, após a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, seguindo-se um dos mais importantes princípios para esta categoria, que foi a “uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais” (BRASIL, 1998), é que houve a equiparação do direito previdenciário para estes trabalhadores.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA/BA

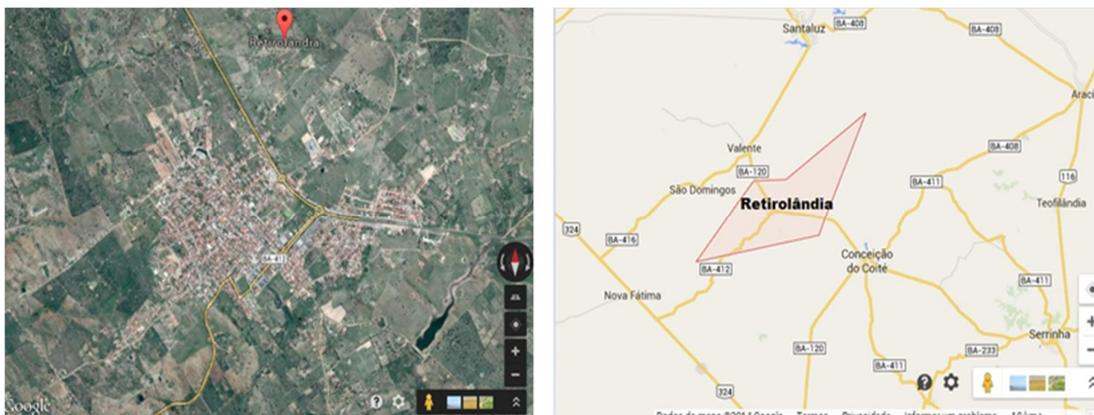
Município localizado no estado da Bahia, mais precisamente no território do Sisal – que engloba outras dezenove cidades, fica distante, aproximadamente, 230 km da capital Salvador/BA. Etimologicamente, o nome da cidade de Retirolândia surgiu a partir de um arraial, conhecido como Retiro Velho. Corroborando esta fala, Silva Júnior esclarece que o município:

[...] teve impulso de crescimento por causa de uma feira sob um pé de cajazeira, em torno do qual se formou um conglomerado residencial e comercial sólido, em terras então pertencentes à Conceição do Coité; local de refúgio, passagem, descanso; pouso de paz; cidade de refúgio, de acalanto (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 17).

Desse modo, torna-se evidente que a expansão do pequeno povoado, com a feira realizada sob o pé de cajazeira, passou a acomodar retirantes que pernoitavam na localidade antes de dar seguimento nas suas viagens, fato este que contribuiu para o crescimento do comércio, conseqüentemente, da população que passou a residir naquele local.

Neste sentido, é possível perceber que, assim como na história de outras cidades, o processo de povoamento foi atrelado a feiras ou pontos de comercialização. Em Retiro (vocábulo que somado ao sufixo “lândia”, formam hoje o nome da cidade) não foi diferente, pois, a partir do comércio, houve a atração de novos habitantes, que inicialmente iam para comercializarem seus produtos e serviços e que, os poucos, foram se enraizando no local, passando a residir em definitivo, ou seja, formando ali uma nova sociedade. Desse modo, o pequeno lugarejo foi gradativamente crescendo, passando a ser povoado, vila, distrito e em 27 de julho de 1962, emancipou-se da jurisdição de Conceição do Coité, tornando-se o então hoje município de Retirolândia.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Retirolândia/BA



Fonte: Google maps (2014)

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao ano 2010, o referido município possui uma extensão territorial de 181 (cento e oitenta e um) Km², com uma população de 12.055 (doze mil e cinquenta e cinco) habitantes, sendo de 13.029 (treze mil e vinte nove) a estimativa da população para o ano de 2014. Ainda de acordo com o Censo 2010, os residentes no meio rural representam cerca de 44% em relação aos moradores da área urbana, ou seja, 5.333 (cinco mil e trezentos e trinta e três) e 6.722 (seis mil e setecentos e vinte e dois) habitantes, respectivamente.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos, esta apresenta números bastante modestos, como se pode verificar a seguir: no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), medida que leva em consideração três importantes indicadores (longevidade, renda e educação) variando de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento, o município possui o índice de 0,636, ocupando a posição 3378^o entre todos os municípios brasileiros. Em comparação com outras cidades da região, observa-se que está à frente de municípios maiores como Serrinha/BA, com 0,634 (3407^o), Conceição do Coité/BA, 0,611 (3804^o) e Santaluz/BA, 0,598 (4198^o). Entretanto, atrás das cidades de São Domingos/BA, 0,640 (3291^o) e Valente/BA, 0,637 (3357^o). Já com relação ao PIB (Produto Interno Bruto) per capita a preços correntes, Retirolândia obteve no ano de 2011 o valor de R\$ 5.565,59 (cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Fazendo um comparativo com os outros municípios mencionados anteriormente, ficou atrás somente das cidades de Serrinha/BA, que

obteve R\$ 6.734,44 (seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) e Conceição do Coité/BA, com R\$ 5.894,27 (cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos).

Trata-se de uma cidade com poucas oportunidades de emprego formal, possuindo uma situação econômica pouco expressiva, bem como um comércio local bastante limitado. Para fazer uma comparação, o número de empresas do município, segundo dados de 2010 do IBGE, é de aproximadamente 246 (duzentos e quarenta e seis), na esmagadora maioria micro e pequenas empresas, ligadas sobretudo à comercialização de bens e serviços de gêneros alimentícios, pequenas confecções, entre outros. Com isso, muitas pessoas que trabalham nesses estabelecimentos possuem vínculo informal e recebem a título de remuneração valores muitas vezes inferiores ao salário mínimo.

3.1 Análise do Quantitativo de Benefícios da Previdência Social e o Montante do FPM no Município de Retirolândia/BA

De acordo com dados do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a Previdência Social alcançou a marca histórica de 32 milhões de benefícios emitidos no mês de outubro do ano de 2014, representando um total de R\$ 29,8 bilhões em pagamento para os beneficiários. Em 2012, ano em que é possível obter um maior número de dados, a Previdência manteve o papel de importante distribuidor de renda no país, pois em 3.996 (três mil, novecentos e noventa e seis) municípios brasileiros, o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ultrapassou os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), representando 71,8% do total de cidades, conforme se verifica na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Cidades por região onde a Previdência Social ultrapassa o FPM

Brasil/Região	Total de Cidades	Total de Cidades onde Benefícios INSS > FPM	
Sul	1.188	911	76,7%
Sudeste	1.668	1.267	76,0%
Nordeste	1.794	1.302	72,6%
Centro-Oeste	466	284	60,9%
Norte	449	232	51,7%
Brasil	5.565	3.996	71,80%

Fonte: Previdência Social 2014.

De acordo com o levantamento realizado, a região Sul apresenta o maior número de cidades nessa situação: 76,7%. Na sequência, vem a região Sudeste com 76% e a Nordeste, com 72,6%. Já na região Norte, pouco mais 51,7% e Centro-Oeste com a proporção de 60,9% das cidades onde os recursos da Previdência são maiores do que o do FPM.

Esses números demonstram que os recursos da Previdência movimentam a economia da maioria dos municípios brasileiros. Leonardo Rolim, Secretário de Políticas de Previdência Social, ressalta que na grande maioria dos casos são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo. E ainda complementa “o pagamento desses benefícios é essencial para manter a segurança social de milhões de famílias e redistribuir renda no país”. (BRASIL, 2014)

Em se tratando de Retirolândia, outro dado que chama bastante atenção é o fato do número de benefícios concedidos aos trabalhadores rurais ser muito elevado em relação aos concedidos aos trabalhadores urbanos, conforme tabela 2:

Tabela 2: Benefícios pagos pela Previdência Social em Retirolândia/BA (2010 a 2014)

Ano	Quantidade de benefícios		
	Urbano	Rural	Total(a)
2010	3.000	13.487	16.487
2011	3.688	15.762	19.450
2012	4.511	18.703	23.214
2013	4.787	19.969	24.756
2014	4.104	16.858	20.962

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos pelo INSS. 2014.

No ano de 2010, a proporção entre a quantidade de benefícios urbanos e rurais foi na ordem de 18,2% e 81,8%, respectivamente. Já no ano de 2011, o número de benefícios urbanos teve um pequeno aumento, quando obteve 19% e o rural ficou com 81%. Para o ano de 2012 e 2013, esses números apresentaram-se com uma percentagem muito próxima, 19,4% urbano e 80,6% rural; 19,3% e 80,7%, respectivamente. No que se refere ao ano 2014 (dados obtidos até setembro), continuou praticamente no mesmo patamar, ou seja, 19,6% urbano e 80,4% rural. Com isso, observa-se que no referido município, a esmagadora maioria dos benefícios repassados pela Previdência são concedidos ao homem do campo. Fazendo-se um comparativo entre os valores em pagamento de benefícios e os repassados pelo FPM, é possível observar o quão significativo são esses repasses para o município em estudo, conforme tabela 3:

Tabela 3 - Benefícios e Fundo de Participação dos Municípios em Retirolândia/BA - R\$ Milhões (2010 a 2014)

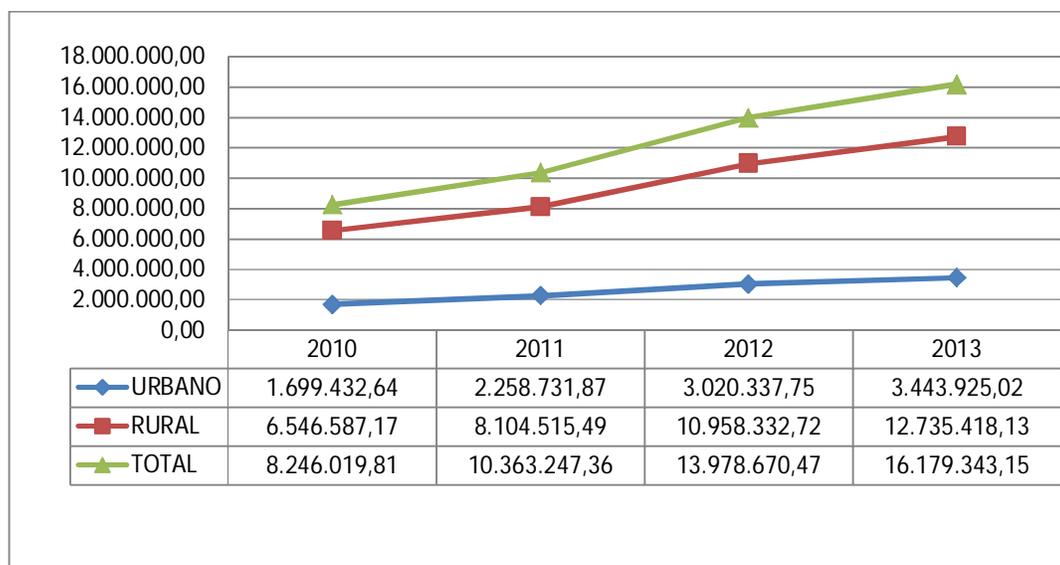
Ano	Benefícios			FPM(d)	a/b	c/d
	Urbano(a)	Rural(b)	Total(c)			
2010	1.699.432,64	6.546.587,17	8.246.019,81	5.306.414,88	3,85	1,55
2011	2.258.731,87	8.104.515,49	10.363.247,36	6.588.508,05	3,59	1,57
2012	3.020.337,75	10.958.332,72	13.978.670,47	6.792.917,92	3,63	2,06
2013	3.443.925,02	12.735.418,13	16.179.343,15	7.307.946,39	3,70	2,21
2014	3.091.171,77	11.154.029,19	14.245.200,96	5.998.299,48	3,61	2,37

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos pelo INSS e Portal do Tesouro Nacional. 2014.

Quando se faz uma comparação entre os valores pagos pela Previdência e o FPM, nota-se que no período de 2010 a 2013 (excluiu-se 2014 por não conter dados do ano completo), observa-se que o montante repassado pelo Seguro Social saltou da casa dos R\$ 8 milhões para mais de R\$ 16 milhões, ou seja, um aumento de 96,2%. Já em relação ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios, naturalmente também houve uma elevação dos números, quando passou de pouco mais de R\$ 5 milhões para casa dos R\$ 7 milhões, o que, em termos percentuais, representou um incremento de 37,7%. Tais dados só vêm ratificar o que os teóricos estudados já apontavam, isto é, o relevante papel de distribuidor de renda que a Previdência Social representa para o país.

No que se refere ao meio rural, é possível notar que no ano de 2010, do total de mais de R\$ 8 milhões pagos pela Previdência em Retirolândia/BA, mais de R\$ 6,5 milhões foram rurais, ou seja, 3,85 vezes maior do que os valores para a área urbana. Para os anos seguintes, observa-se que houve uma evolução positiva nos valores, sempre no patamar de mais de três vezes entre rural e urbano, cabendo destacar que é possível visualizar de forma mais evidente tais informações no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Evolução da Previdência Social - Urbana e Rural em Retirolândia/BA (2010 a 2013)



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados fornecidos pelo INSS. 2014.

Isso mostra que no meio rural é ainda mais relevante a importância do pagamento dos referidos benefícios previdenciários, sobretudo em municípios menores, a exemplo de Retirolândia/BA, que têm suas economias locais diretamente influenciadas pelos valores pagos aos segurados e dependentes, o que, sob todos os aspectos, mostra a grande importância dessa proteção social, seja porque mantém o homem do campo no seu *habitat* natural, evitando assim o descolamento para cidades grandes, quando favorece a favelização destas; seja porque oferece um rendimento mensal que garante o sustento de famílias inteiras e consequente movimentação da economia local. É o que vem nos dizendo França a respeito da Previdência:

[...] – que dota o município de alma, de energia, de luz e de sentimento, elementos sem os quais a vida se resume a uma palavra de quatro letrinhas, quando é da vida que emana tudo, quando é a vida o eflúvio sem o qual não nos mantemos ativos, não somos felizes e não conseguimos produzir o presente e o futuro, para podermos, sempre, nos orgulharmos do passado e de tudo o que realizamos e que ainda temos a realizar. (FRANÇA, 2011, p. 13)

O autor enfatiza o papel de grande relevância que a Previdência exerce na vida dos indivíduos beneficiados, atribuindo elementos essenciais para garantia do exercício pleno da cidadania no presente e no futuro, possibilitando, inclusive, a construção de momentos felizes.

Os dados até o momento coletados, só reforçam a informação de que o alcance da Previdência no meio rural é marcante, haja vista que quase a totalidade dos beneficiários recebe o piso previdenciário, isto é, um salário mínimo. São mais de 8,4 milhões de homens e de mulheres rurícolas depositando na economia mais de R\$ 4,5 bilhões mensalmente.

O que ocorre na cidade de Retirolândia/BA reflete a realidade da imensa maioria dos pequenos municípios Brasil a fora, onde as pessoas, sobretudo as oriundas do meio rural (salvo raras exceções) não têm uma oportunidade de qualificar sua mão de obra, tendo assim apenas as atividades agrárias como a única opção. Com isso, ficam esperando implementar os requisitos necessários (idade mínima de 55 e 60 anos, para mulher e homem, respectivamente; bem como um período mínimo de trabalho dedicado à atividade rurícola) para fazerem jus ao benefício de aposentadoria.

Ainda em relação à melhoria no valor do rendimento mensal destes trabalhadores, França, vem dizendo que:

São, muitas vezes, trabalhadores oriundos da atividade rural, que eram explorados por "salários" mensais muito aquém do salário mínimo, e que, ao obterem a aposentadoria, veem-se do dia para a noite "premiados" com o direito de receber esse salário mínimo. Que significa um "aumento salarial" e uma fonte de segurança do sustento para essas pessoas. (FRANÇA, 2004, p.9)

Desta forma, fica explícito nos estudos deste teórico, que a aposentadoria dos trabalhadores rurais é imprescindível na melhoria da qualidade de vida destes, bem como no impacto positivo no aspecto socioeconômico dos pequenos municípios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora alguns estudiosos, como Sheila Najberg e Marcelo Ikeda, vejam a Previdência Social de hoje como uma política que traz mais prejuízo do que qualquer vantagem para a população é possível perceber, através de indicadores, não só do ponto de vista econômico e financeiro, mas, sobretudo, levando-se em consideração outros aspectos como qualidade de vida, distribuição de renda, etc., demonstrar que essa estratégia de garantir um rendimento às pessoas no momento em que mais precisam, seja por motivo de doença, maternidade, velhice ou até mesmo perda de um ente querido, é de extrema importância para a garantia de interesses coletivos, da cidadania e de uma melhor qualidade de vida da população.

O município de Retirolândia, no Território do Sisal, Estado da Bahia, é um dos casos no Brasil onde os significativos impactos da Previdência Social parecem ser mais claramente identificáveis, sobretudo no meio rural. O resultado de um conjunto de pesquisas bibliográficas, pesquisa documental em sites oficiais, bem como informações repassadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, apresentaram evidências bastante concretas da significativa repercussão socioeconômica dessa política governamental.

Verificou-se que, no período de 2010 a 2014, a previdência Social injetou na economia municipal um volume de recursos aproximadamente duas vezes superior ao valor repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Em observação aos benefícios rurais, foi possível constatar que o volume desses

recursos foram ainda mais significativos, chegando a ser três vezes maior do que o volume repassado à área urbana.

Portanto, por meio do presente estudo, foi possível constatar que, de fato, os benefícios pagos pela Previdência Social no município de Retirolândia/BA, especialmente aos trabalhadores rurais, trazem uma melhoria na qualidade de vida destes beneficiários, impactando positivamente na vida destas pessoas.

REFERÊNCIAS

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Previdência Rural: inclusão social**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Números da Bahia**: confira alguns dados sobre o estado. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/municipios>. Acesso em: 08 nov. 2014>.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm>. Acesso em: 08 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Benefícios pagos pela Previdência ultrapassam FPM em 71,8% dos municípios do Brasil**. Disponível em: <RDE 32 - 07 - BANCOS PÚBLICOS 3750-14452-1-SM.docx>. Acesso em: 26 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas**. Disponível em: <www.sinteseweb/sia1280x720.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ESTADOS e Municípios. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp>. Acesso em: 08 nov. 2014.

FRANÇA, Álvaro Sólton de. **Previdência Social e a economia dos municípios**. 5. ed. Brasília: ANFIP, 2004, 244p. Disponível em: <previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-104850-324.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

FRANÇA, Álvaro Sólton de. **Previdência Social e a economia dos municípios**. 6. ed. Brasília: ANFIP, 2011. Disponível em: <repositories.lib.utexas.edu/.../Previdência%20social%20e%20a%20economi...>. Acesso em: 19 nov. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292610&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 08 nov. 2014.

IKEDA, Marcelo; NAJBERG, Sheila. **Previdência no Brasil: desafios e limites**. Disponível em: <http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/co nhecimento/livro/eco90_08.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Sergio Pinto. Evolução histórica. In: _____; MORAES, Alexandre de (Coord.). **Direito da seguridade social**. 12. ed. Vol. 14. São Paulo: Atlas, 2011.

PORTAL da Transparência. **Retirolândia (BA): transferência por ação**. Disponível em: <<http://ba.transparencia.gov.br/Retirol%C3%A2ndia/receitas/por-acao/acoes?exercicio=2014>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Brasília: MPS, ano 3, n. 6, mai./ago. 2013.

RETIROLÂNDIA, Bahia. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Retirol%C3%A2ndia,+BA/@28.8340559,-98.5950445,59659m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x7137382722831c3:0xf8dc19b8c1edd0?hl=pt-BR>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHWARZER, Helmut. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará**. Brasília-DF, 2000. Disponível em: <r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/169/165>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **Retirolândia: memória e vida**. Curitiba: Juruá, 2007.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2014.

ACESSO A SERVIÇOS EDUCACIONAIS E A LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS PRESENCIAIS NO ESTADO DE SERGIPE

Ihanmarck Damasceno dos Santos¹

RESUMO

A expansão das matrículas como resposta a demanda e percepção da educação superior como vetor de mobilidade social, contribuiu parcialmente para elevação do IDHM e redução de desigualdade de renda no País nos últimos anos. Este artigo faz uma abordagem entre o maior acesso aos serviços educacionais e a localização das instituições de ensino para este nível, a elevação da taxa de escolarização líquida e a população com 25 anos ou mais com ensino superior. A partir de uma análise documental, exploratória e quantitativa procura-se esboçar a dinâmica destas atividades intensivas em conhecimento e a oferta de vagas no ensino superior no estado de Sergipe.

Palavras-chave: Ensino Superior; Expansão das Matrículas; Serviços educacionais; Localização das IES.

ACCESS TO EDUCATIONAL SERVICES AND LOCATION OF INSTITUTIONS OF PRIVATE HIGHER EDUCATION IN SERGIPE STATE

ABSTRACT

The expansion of enrollments in response to demand and perception of higher education as social mobility vector, contributed partly to rising IDHM and income inequality reduction in the country in recent years. This article is an approach of greater access to educational services and the location of educational institutions for this level, raising the net enrollment rate and the population aged 25 or more with higher education. From a documentary, exploratory and quantitative analysis seeks to outline the dynamics of these knowledge intensive activities and the supply of places in higher education in the state of Sergipe.

Keywords: Higher education; Expansion of enrollment; Educational services; Location of IES.

JEL: I25.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos do século XXI ficaram marcados pelo crescimento econômico e desenvolvimento social do Brasil a partir da evolução do PIB; do IDHM dos municípios; da expressiva geração de empregos; da diminuição da desigualdade de renda e da ampliação do acesso a serviços educacionais, principalmente o ensino superior.

Neste cenário o estado de Sergipe se destaca com taxas de crescimento de diversos indicadores e aspectos sociodemográficos acima da média nacional.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS e Mestre em Química - UFBA. Superintendente de Relações Institucionais do Grupo Tiradentes. E-mail: ihanmarck@gmail.com

Segundo Melo (2012), em Sergipe o emprego formal cresceu a taxas superiores a média brasileira entre 2000 e 2010. O emprego com carteira assinada passou de 206.054 para 369.579, um incremento de 79% e média anual de 6,0%. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para o estado cresceu 62,9% entre 1991 e 2010, superando a média de crescimento do país que foi de 47%. O estado deixou para trás a faixa de Desenvolvimento Humano muito baixo, 0,408, alcançando a faixa de Desenvolvimento Humano médio, 0,665.

Para Damasceno (2013), o maior acesso aos serviços prestados pelas Instituições de Ensino Superior contribuiu, parcialmente, para elevação do IDH e redução da desigualdade de renda no estado de Sergipe para o período. Dentre outros motivos, os eventos podem ser explicados pela contribuição da qualificação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, a elevação dos prêmios pagos pela educação e a redução da desigualdade educacional. Como o retorno do investimento sobre a educação é bastante elevado no País, Barbosa Filho e Pessoa (2009, p. 65), acrescenta a discussão a proposição de que a elevação da escolaridade, deve incorrer na elevação da renda *per capita* ou ainda do PIB *per capita* para região de estudo.

Entender o acesso aos serviços educacionais como fomento ao desenvolvimento dos estados, aumento da produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, nos seus rendimentos dos indivíduos, tem como importante referência a Teoria do Capital Humano².

De maneira complementar, é preciso ter a noção de que acesso a serviços educacionais também permite o ingresso a estruturas sociais, o aumento da sociabilidade, o acesso a informações sobre oportunidades e ampliação destas. Tudo isso em um contexto em que a participação ou engajamento em grupos pode gerar resultados positivos para o indivíduo e a comunidade, concepção central da Teoria do capital Social³.

² No final dos anos 50 e início dos anos 60, estudiosos como Schultz, Becker e Mincer formularam a Teoria do Capital Humano. Para esses autores, a educação, do ponto de vista individual, deveria ser tratada como uma decisão de investimento. O indivíduo incorre em custos e auferir como benefício a elevação da renda propiciada pela maior escolaridade. Além disso, o ganho de renda individual experimentado pelo trabalhador em função de maior escolaridade representava a elevação de produtividade do trabalhador no local de trabalho (BARBOSA; PESSOA, 2009 p. 52).

³ A primeira análise sistemática contemporânea do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985). Para Portes (2000, p.135), Bourdieu acentua a conversibilidade das

Para os estudantes sergipanos, a percepção da educação superior como vetor de mobilidade social na primeira década do século XXI pode ser percebida pela evolução expressiva das matrículas (Tabelas 1), apresentando taxas de crescimento acima média para região Nordeste, e o incremento da população (Gráficos 1 e 2) com 25 anos ou mais que possui ensino superior completo no Estado. Destaque para concentração da população com ensino superior, 68% do total, na capital do Estado, município de Aracaju, polo de oferta de serviços e região de influência para outras cidades do entorno.

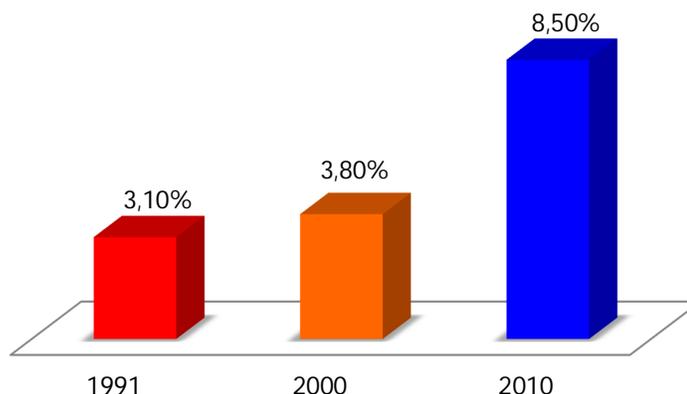
Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de Graduação, presencial e a distância, em instituições de Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	2.694.245	3.030.754	3.479.913	3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896	6.379.299
Nordeste	413.709	460.315	542.409	624.692	680.029	738.262	796.140	853.319	912.693	965.502	1.136.148
<i>Sergipe</i>	19.542	22.112	24.308	27.667	31.032	34.940	38.223	41.599	43.527	46.148	64.926

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

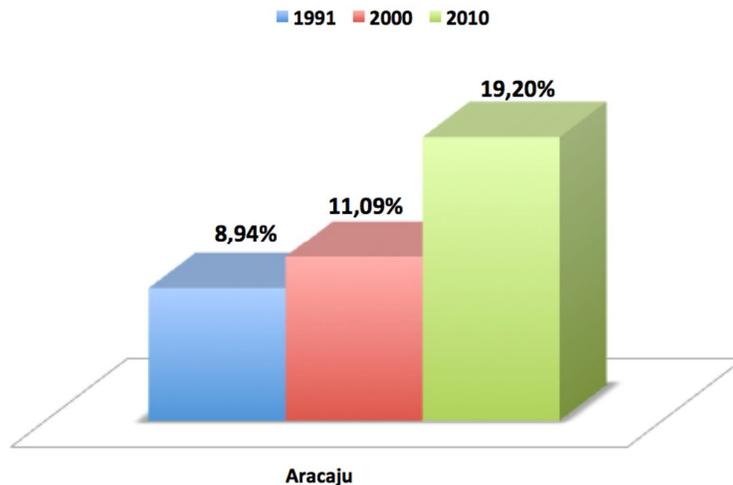
Gráfico 1 - População com 25 anos ou mais, com ensino superior completo – Sergipe – 1991/2000/2010



Fonte: PNUD e IPEA

diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital econômico, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os atores podem alcançar, através do capital social, acesso direto a recursos econômicos.

Gráfico 2 - Escolaridade da população municipal com 25 anos ou mais de idade – Aracaju/SE - 1991/2000/2010



Fonte: PNUD e IPEA

À vista disso, o texto em tela está dividido em três partes, visando descrever o acesso, a oferta e localização dos serviços educacionais para o ensino superior. Tendo como recorte espacial e temporal, o estado de Sergipe e a primeira década do século XXI, a primeira parte traz a discussão sobre o crescimento das matrículas. A segunda busca conceituar e discutir a expansão da oferta de serviços, e por último os determinantes localização (capital e interior) das IES no estado.

2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE

As Tabelas 2 e 3, e o Gráfico 1, caracterizam o *déficit* educacional no Nordeste brasileiro para primeira década do século XXI. As baixas taxas de escolarização, bruta e líquida, na educação superior, bem como o baixo percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo no estado de Sergipe refletem um sistema ainda elitista⁴ e um entrave para o desenvolvimento econômico e social da região. Considera-se, também a cobrança do setor produtivo por mão de obra cada vez mais qualificada, a crescente procura por educação superior e a aspiração da população por mobilidade social por meio da educação universitária.

⁴ Para Trow (1973), existem três modelos de ensino superior de *elite*, de *massas* e *universal* da seguinte forma: os sistemas de *elite* são aqueles que integram até 15% da coorte da idade em consideração – entre os 18 e os 24 anos; sistemas de *massas* são aqueles que integram entre 15% e 40% da coorte de idade; e sistemas *universais* aqueles que integram mais de 40% dessa população.

Tabela 2 - Taxa de Escolarização Bruta⁵ na Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15,1	16,6	18,6	18,6	19,9	22,6	24,3	25,5	26,7
Nordeste	9,1	9,5	10,9	11,1	11,9	14,3	15,9	16,9	18,4
Sergipe	8,75	8,95	10,17	11,56	12,44	13,48	14,29	15,3	15,93

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria

Tabela 3 - Taxa de Escolarização Líquida⁶ na Educação Superior – Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	8,90%	9,80%	10,60%	10,50%	11,20%	12,60%	13,10%	13,70%	14,40%
Nordeste	5,10%	5,10%	5,80%	5,90%	6,10%	7,10%	7,70%	8,30%	9,40%
Sergipe	6,07%	5,52%	6,63%	7,75%	8,84%	10,26%	9,99%	13,48%	14,90%

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria.

Entretanto, é importante reconhecer que nos últimos anos, o debate sobre o financiamento e o acesso ao ensino superior ganha espaço no País. Tem como resultado a implementação de políticas direcionadas para expansão das matrículas e democratização do acesso a este nível de ensino, com destaque para a atuação necessária da iniciativa privada, enquanto vetor complementar ao sistema público na oferta de serviços, estimulando o crescimento das matrículas.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, verifica-se a diversificação do sistema de ensino superior, tipos de IES e cursos, tornando a prestação de serviços relacionados ao ensino superior livre à iniciativa privada. Em 2004, com a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI, observa-se inclusão social dos estudantes carentes por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior. E em 2010, o FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, passa por profunda reformulação subsidiando os juros.

A crescente procura do mercado por profissionais com educação superior, a qualificação enquanto permanência e inserção no mundo do trabalho, somadas às

⁵ Taxa de escolarização bruta consiste em um indicador que permite comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária teoricamente adequada a esse nível.

⁶ A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino na faixa etária teoricamente adequada em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino (Brasil, INEP, 2010).

políticas implementadas, teve como resposta o crescimento do número de matrículas no início deste século. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 2000 a 2010, o número de matrículas no ensino superior brasileiro cresceu 136,78%, chegando aproximadamente a 6,4 milhões de matrículas (Tabela 1).

A Tabela 1 apresenta para o estado de Sergipe um crescimento de 232,24%, bem superior a média brasileira e da Região Nordeste que foi de 174,62%. Seguindo tendência nacional, a expansão das matrículas no ensino superior em Sergipe surge como resposta a uma demanda por serviços educacionais para este nível de ensino e indução existente suportada pelo crescimento do número de Instituições de Educação Superior (IES) privadas.

Para Sampaio (2000, p. 20), a posição relevante do ensino superior privado no sistema se dá pela maior intensidade e velocidade que o setor público, e foi construída por duas demandas que se complementam: a demanda da população por ensino superior até então extremamente reprimida e pela demanda do mercado de trabalho por pessoas com diploma de nível superior. Embora, o serviço público de ensino superior também tenha crescido não se orientou necessariamente para o atendimento a demanda de massa.

3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O CRESCIMENTO DA OFERTA NO ESTADO DE SERGIPE

A participação do setor de serviços da economia brasileira tem evoluído de maneira consistente nos últimos anos e, particularmente, para o segmento de serviços educacionais com destaque para o ensino superior privado. Embora o termo serviços seja amplamente utilizado por diversos setores, o termo na maioria das vezes não é bem definido ou compreendido, destacando a importância da conceituação enquanto atividade econômica.

Seja numa visão clássica ou moderna, diversos autores como Smith, Marx, Say e Keynes, a partir da análise das características, já debateram e conceituaram as atividades relacionadas aos serviços. Para os clássicos tendo como fundamento discussões acerca da natureza produtiva e da geração de valor na economia, as atividades de serviços já foram consideradas improdutivas ou de baixa rentabilidade. Tem-se por base a ausência de materialidade do produto (SMITH, 1776), ou pelo

contrário, num avanço a teoria de Smith, consideradas produtivas não importando a falta de base material sob uma ótica da condição de geração de mais-valia quando analisada a contribuição para construção de um excedente na economia (Marx 1867).

Na visão utilitarista (SAY, 1803), as atividades relacionadas aos serviços são consideradas produtivas desde que tenham utilidade, enquanto benefícios para os usuários, numa perspectiva de que mesmo intangível são geradoras de utilidade e, portanto, de riquezas. Esta última, uma importante contribuição para o entendimento da possibilidade real de geração de riqueza também a partir da incorporação do trabalho humano, e não apenas da terra. Na educação, por exemplo, a atividade deve ser considerada produtiva na medida em que a utilidade gerada em incorporada na fabricação de produtos, que por sua vez, se incorporam no valor gerado para o país (MILL, 1848).

Com a modernização da economia global, e maior clareza das características que diferenciam os serviços de outras atividades econômicas, a exemplo do uso intensivo de recursos humanos e da informação, da heterogeneidade da oferta, simultaneidade entre oferta do serviço e consumo, as classificações e definições teóricas ganham relevância e se evoluíram no tempo. Na visão de Keynes (1983), toda atividade que tenha um retorno monetário é definida como útil e produtiva. Já Schumpeter (1983), considera que os serviços são complementares e importantes para o consumo, objetivo principal da produção e de qualquer atividade produtiva.

Para alguns autores, a questão fundamental transita na discussão de que os serviços devem ser medidos como processo e não como produtos, dentro da diferença fundamental que existe entre serviço, um bem ou produto. Segundo Kotler e Bloom (1984), serviço é toda atividade que uma parte possa ofertar à outra que seja primordialmente intangível e que não se transforme em propriedade de alguma coisa. Sua geração pode estar ou não relacionada a um produto físico. Silva e Meirelles (2006), afirmam que Serviço é trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho, razão elementar pela qual não se produz um serviço, e sim se presta um serviço. O entendimento deste autor, é de que esta última definição em tela é a que melhor representa os serviços relacionados pela oferta de educação superior, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à classificação das atividades de ensino, e com uso mais frequente pela compatibilização internacional, considerando as categorias de empresas de serviços classificadas pela ONU (1968), a maioria dos países, seguindo a classificação definida pela Standard Industrial Classification - ISIC, definem as atividades relacionadas ao ensino como serviços ao consumidor. Contudo, pela atuação ampla, os serviços prestados pelas Instituições de educação superior, dentro dos sistemas de classificação existentes, enquanto funções, produção e consumo podem apresentar diferentes tipologias (Quadro 1).

Quadro 1 – Tipologias sobre atividades de serviços relacionados à educação

Base da Classificação	Autor	Tipologia
Função	Foot e Hatt (1953)	Quinário
	ONU (1968)	Serviços comunitários, sociais e pessoais
	Katouzian (1970)	Serviços novos
	Browning e Singleman (1975)	Serviços sociais
	Departamento de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Census Bureau) (1984)	Serviços pessoais e às empresas
	IBGE (2014)	Serviços prestados às famílias.
Produção	Fischer-Clark (1935/40)	Terciário
	Banco Mundial (1980)	Terciário
Consumo	Singer (1981)	De consumo coletivo
		De consumo individual

Fonte: KON, Anita (2004). Elaboração própria.

Outras abordagens classificam o ensino como *serviços de trabalho* por serem produzidos exclusivamente pelo fator trabalho e entregues diretamente aos clientes finais (WALKER, 1985), ou dentro de uma visão mais moderna num sistema de interação permanente entre oferta e demanda, seja pela ocupação ou papel funcional, como serviços distribuidores de informação (HEPWORTH, 1989) (BAILY, 1991).

Em Sergipe, a ampliação do acesso a serviços de educação superior representou um importante passo para população e famílias sergipanas. A partir do aumento do número de IES (Tabela 4), da diversificação dos cursos e possibilidades

da formação de capital humano e social, multiplicando por quatro o número de vagas anuais, fazendo com que as matrículas evoluíssem de maneira expressiva entre 2000 e 2010.

Tabela 4 - Número de instituições de Educação Superior Presenciais, por organização acadêmica - Sergipe - 2000-2010

Organização Acadêmica	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pública	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Universidades</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Faculdades, Escolas e Institutos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>IF e CEFET</i>	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1
Privada	4	4	5	7	9	10	11	11	12	13	13
<i>Universidades</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Faculdades, Escolas e Institutos</i>	3	3	4	6	8	9	10	10	11	12	12
Total	5	5	6	9	11	12	13	13	14	15	15

Fonte: MEC e INEP

A Tabela 4 descreve o aumento do número de IES com sede em Sergipe entre os anos de 2000 a 2010. Observa-se entre 2002 e 2006 uma taxa de crescimento anual expressiva do número de instituições, liderada pela iniciativa privada, fato que não se verifica em outro momento do período considerado nesta pesquisa. Constata-se a partir de 2007 uma desaceleração na evolução do número de IES com sede no Estado. Cabe destacar que estes dados não contemplam a presença das IES que possuem sede em outros estados e que ofertam educação a distância em municípios sergipanos.

As Tabelas 5 e 6, apresentam a consequência do crescimento, apresentado na análise anterior da evolução do número de IES. Com o crescimento do número de IES no estado de Sergipe, a oferta do número de cursos cresce 73.9%, enquanto o de vagas aumenta 290.5%, no período analisado.

Tabela 5 - Número de cursos de graduação presencial – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010.

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	10.585	12.155	14.399	16.453	18.644	20.407	22.101	23.488	24.719	27.827	28.577
Nordeste	1.662	1.978	2.514	2.927	3.318	3.560	3.944	3.963	4.215	4.655	4.894
Sergipe	134	138	144	141	149	160	183	206	195	223	233

Fonte: MEC e INEP

Tabela 6: Número de vagas oferecidas por instituições de Educação Superior – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	1.100.224	1.408.492	1.773.087	2.002.733	2.320.421	2.435.987	2.629.598	2.823.942	2.985.137	3.164.679	3.120.192
Nordeste	139.943	176.512	240.333	277.540	321.929	334.897	358.428	393.690	428.754	472.189	500.771
Sergipe	6.055	6.862	8.730	9.560	12.064	13.737	15.692	15.545	19.256	19.904	23.645

Fonte: MEC e INEP

Além do crescimento das matrículas, intensiva em mão de obra qualificada, as atividades de serviços voltados para educação superior contribuem também, no período analisado (Tabela 7), para geração de empregos. O número de docentes e técnicos-administrativos no estado de Sergipe cresce entre 2000 e 2010, aproximadamente 140%, bem acima da média Nordeste e Brasil, que cresceram 121.9% e 81.1%, respectivamente.

Tabela 7 - Número total de funções docentes e de funcionários técnicos-administrativos – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	Total	400600	425987	467546	513272	553884	578042	603284	628178	644668	712864	725485
	Professores	197712	219947	242475	268816	293242	305960	316882	334688	338890	359089	366882
	Técnicos-administrativos	202888	206040	225071	244456	260642	272082	286402	293490	305778	353775	358603
Nordeste	Total	63944	64770	74820	81667	90733	99948	103848	113622	119010	133258	141900
	Professores	30981	34006	37988	43393	48822	53636	56059	62190	65127	70089	74886
	Técnicos-administrativos	32963	30764	36832	38274	41911	46312	47789	51432	53883	63169	67014
Sergipe	Total	2257	2508	2625	3105	2986	3282	3311	3834	4136	4959	5411
	Professores	1025	1311	1358	1433	1620	1864	1945	2254	2601	2767	2835
	Técnicos-administrativos	1232	1197	1267	1672	1366	1418	1366	1580	1535	2192	2576

Fonte: MEC e INEP

Ainda assim, e embora tenha-se observado a expansão no atendimento, na oferta de serviços educacionais para o nível superior e na geração de empregos para o setor especificamente, a Tabela 2 lembra que o estado não conseguiu cumprir a meta do o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Nº 10.172 de 09.01.2001, de atender até o final da primeira década do século XXI, a oferta de educação superior para pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

4 LOCALIZAÇÃO DAS IES PRIVADAS NO ESTADO DE SERGIPE

Diante do necessário atendimento a expansão das matrículas e da oferta de serviços para o ensino superior no estado de Sergipe, e dos dados apresentados na Tabela 4 aqui já discutidos, onde 13 das 15 IES são particulares, entende-se que a distribuição espacial das instituições, e consequentemente, das oferta de vagas no

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 969 – 987.

estado, pode se constituir num elemento fundamental enquanto diretriz para ação de políticas públicas e também direcionamento dos investimentos a serem realizados pela iniciativa privada de forma complementar ao sistema de serviços públicos.

Em 2010, a iniciativa privada era responsável pela oferta de 18.105 (76,6%) vagas das IES no estado de Sergipe, embora represente apenas 50,6% do total de cursos oferecidos. Destaque para participação nas matrículas no ensino privado presencial do município de Aracaju com 86,9% do total de estudantes, fato que pode ser justificado (Tabela 7), pela concentração da localização das IES, e pela oferta de serviços educacionais, na capital do Estado. Um comportamento distinto, no tocante a distribuição espacial das IES, quando comparado a região Nordeste ou o Brasil.

Tabela 7 - Número total de instituições de Educação Superior, por localização (capital e interior) – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Item Geográfico	2000			2001			2002			2003			2004		
	Localização			Localização			Localização			Localização			Localização		
	Total	Capital	Interior												
Brasil	1.180	435	745	1.391	510	881	1.637	592	1.045	1.859	665	1.194	2.013	719	1.294
Nordeste	157	90	67	211	118	93	256	139	117	304	166	138	344	188	156
Sergipe	5	4	1	5	4	1	6	5	1	9	8	1	11	10	1

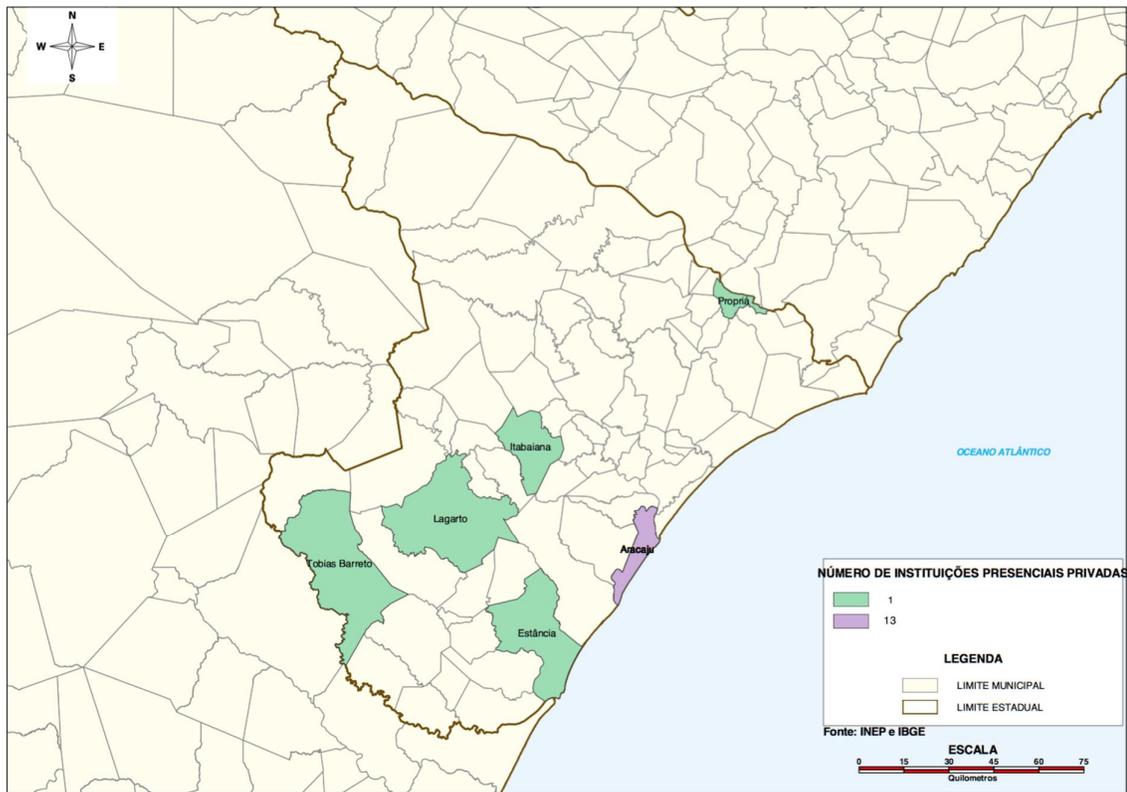
Item Geográfico	2005			2006			2007			2008			2010		
	Localização			Localização			Localização			Localização			Localização		
	Total	Capital	Interior												
Brasil	2.165	769	1.396	2.270	811	1.459	2.281	825	1.456	2.252	811	1.441	2.378	826	1.552
Nordeste	388	202	186	412	213	199	422	218	204	432	224	208	433	224	209
Sergipe	12	10	2	14	12	2	13	11	2	14	12	2	15	13	2

Fonte: MEC e INEP

A comparação entre capital e interior mostra que o padrão de localização das IES privadas (Mapa 1), principalmente na capital do menor estado brasileiro, responde a frequência da demanda (Mapas 2, 3 e 4) das pessoas por serviços voltados para educação superior, observado os dados de bolsistas no PROUNI, contratos celebrados com o FIES e inscritos no SISU. Serviços educacionais de uso mais raro acabam por ter alcance espacial maiores, localizando-se desta forma em centros urbanos de maior hierarquia. A proposição tem como suporte conceitual a teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1966). Desta forma, o município de Aracaju, pela proximidade dos demais municípios do estado de Sergipe, presente no terceiro nível de centralidade hierárquica para capitais brasileiras, considerados fatores de diferenciação o número de cursos de graduação e pós-graduação *stricto*

sensu (IBGE/REGIC, 2008), ocupa o papel de distribuição de serviços para este nível de ensino exercendo atração de estudantes do interior do estado e municípios da fronteira.

Mapa 1 - Densidade dos endereços de funcionamento da IES, modalidade presencial – Sergipe – 2010

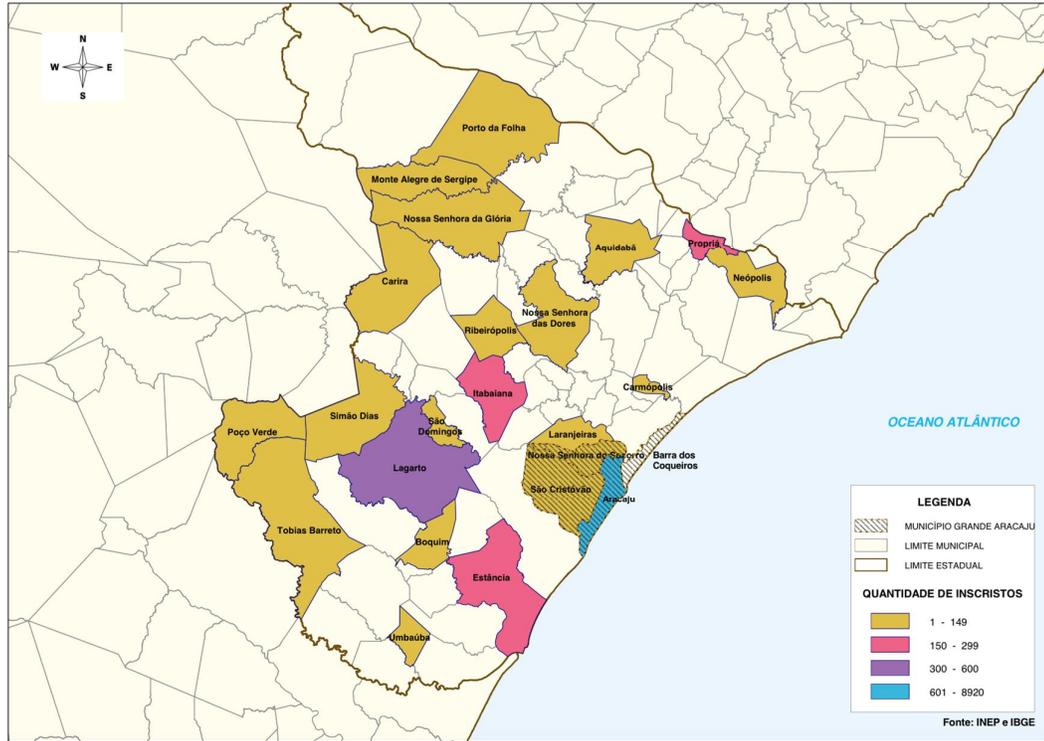


Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria⁷⁸.

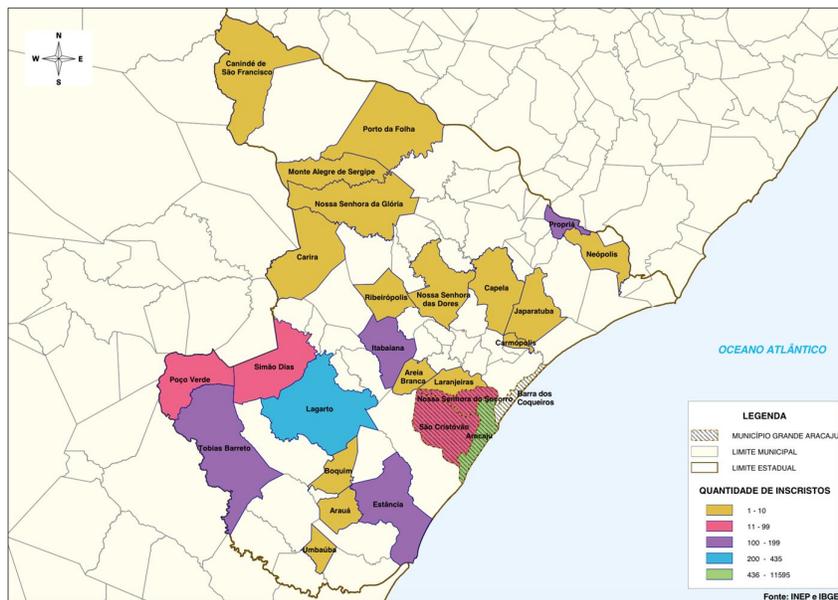
⁷ Por meio do uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), realizamos o mapeamento das instituições de ensino superior presenciais no estado de Sergipe considerando a concentração das IES. O método empregado considerou informações levantadas junto ao INEP, IBGE, PNUD e banco de dados disponibilizados no site do Ministério da Educação – MEC, adotamos como fonte de endereço de funcionamento das IES a página eletrônica do sistema e-MEC. Com base na estrutura de dados espaciais municipais do IBGE, e utilizando o sistema ArcGis, produziu-se mapas de distribuição e densidade.

⁸ O sistema e-MEC (emec.mec.gov.br) foi instituído pela Portaria Normativa MEC Nº 40, de dezembro de 2007. É um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro de Instituições e Cursos Superiores.

Mapa 2 - Distribuição espacial do total de bolsas PROUNI concedidas – Sergipe 2005 - 2010



Mapa 3 - Distribuição espacial dos contratos FIES assinados Sergipe – 2004 - 2013



Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria.

O Mapa 1 retrata a existência de três *campi* fora de sede de uma universidade particular que possui sede na Capital. Encontra-se presente também nos municípios

de Estância, Itabaiana e Propriá. Além disso, a presença de duas faculdades no municípios de Lagarto e Tobias Barreto. A localização destas IES no interior traduzem a oferta de cursos com menor relevância e que apresentam um mercado mínimo para oferta mas alcance espacial reduzido quando ofertado apenas na capital. A análise dos mapas 2 e 3 permitem observar a importância locacional deste cinco municípios para implantação de IES. Ainda assim, cabe destacar que em 2010 dos 118 cursos oferecidos pelas IES privadas 99 estavam presentes na capital e 19 no interior.

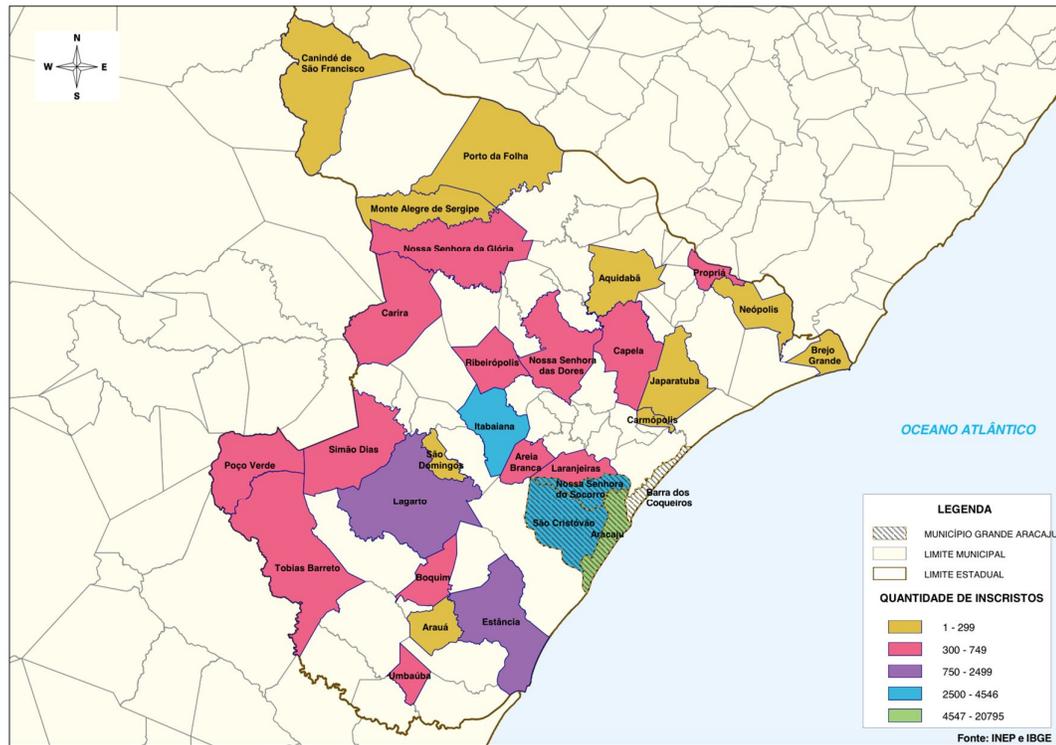
O Mapa 2 reforça esta concepção a partir da observação de que 79,72% das bolsas PROUNI distribuídas para estudantes carentes cursarem o ensino superior em IES privadas no período de 2005 a 2010 concentraram-se na Capital. O Mapa 3, apresenta a mesma tendência com 89,45% dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior assinados no município de Aracaju, no período de 2004 a 2013.

Ratifica-se a análise da concentração, a observação do Mapa 4, que apresenta a distribuição espacial dos candidatos inscritos no SISU⁹ 2014 por município de origem no Estado de Sergipe, com destaque para região metropolitana de Aracaju e o municípios do interior já citados no texto.

De outra maneira, e por uma ótica complementar, considerando que os serviços de educação superior pertencem a um sistema que nem sempre responde ao modelo de localização regional pela minimização dos custos de transportes ou acesso aos mercados, bem como por apresentarem características de atividades intensivas em conhecimento, justifica-se a concentração das IES presenciais na capital sergipana por meio da formulação do modelo Coffey-Polése (POLÉSE, MOROLLÓN, 2009). Este modelo define como principais recursos para orientação da localização de serviços com uso intensivo de conhecimento, fontes de mão de obra especializada e acesso a serviços especializados (informação) enquanto meios.

⁹ O SISU foi criado pela Portaria Normativa MEC Nº 21, de 05 de novembro de 2012, sendo um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Mapa 4 - Quantidade de inscritos no SISU por município de origem Sergipe – 2014



Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria.

A Constituição¹⁰ estabelece que o ensino superior é livre a iniciativa privada desde que atenda aos padrões de qualidade estabelecidos pelo poder público. Dentre eles, a maior exigência, para funcionamento e avaliação de qualidade, está relacionada à presença de professores mestres e doutores e à presença destes para o desenvolvimento de pesquisas, dependendo do tipo de organização acadêmica. De difícil substituição, atração ou mobilidade, a disponibilidade de profissionais ou o locus de formação de mestres e doutores define a atratividade locacional para o funcionamento de instituições de ensino superior.

Com uma distribuição de programas de pós-graduação *stricto sensu* pequena no estado e restrita à região metropolitana de Aracaju (Figuras 1 e 2), fontes de profissionais com mestrado e doutorado, a localização concentrada das IES privadas na capital sergipana acaba sendo determinada por este fator.

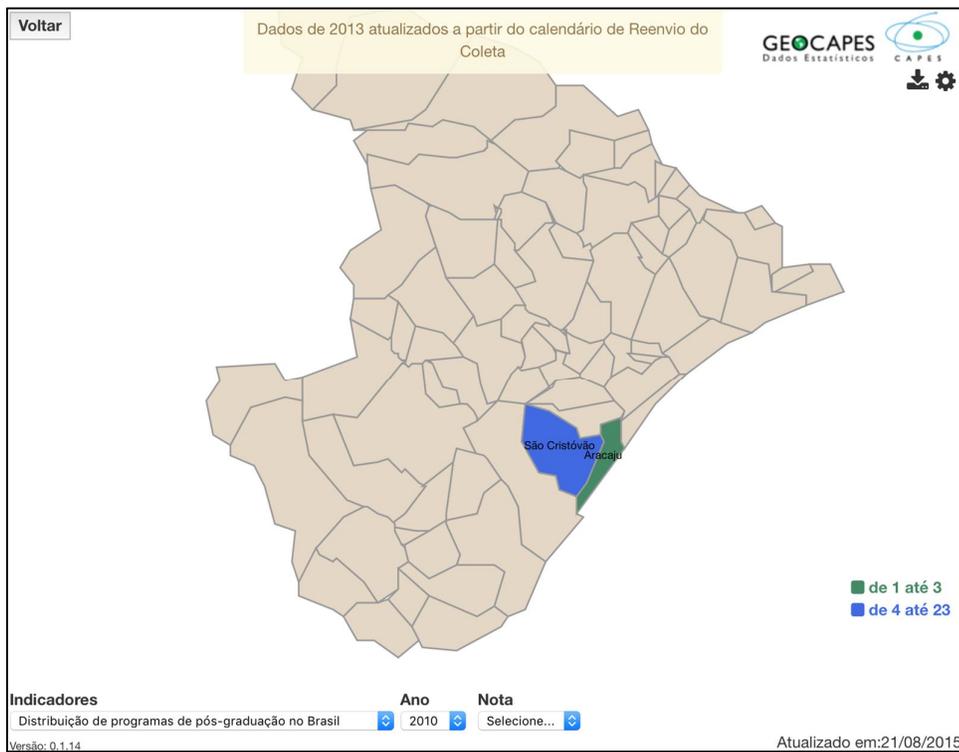
¹⁰ A Constituição Federal de 1988. Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade do poder público.

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil, 2010



Fonte: GEOCAPES. <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

Figura 2 - Distribuição de Programas de Pós-graduação em Sergipe, 2010.



Fonte: GEOCAPES. <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do processo de expansão da oferta de serviços e das matrículas no ensino superior e a correlação com a localização das IES numa dada região de estudo, demonstrou ser um estratégia eficaz no entendimento da dinâmica da oferta de cursos e vagas no ensino superior, bem como da identificação de oportunidades pela iniciativa privada e a definição de política públicas para atendimento a áreas. A partir do recorte espacial no estado de Sergipe, o presente artigo, caracterizou o cenário da expansão do setor de educação superior do Estado nos primeiros 10 anos do século XXI.

Conclui-se de imediato que, embora o estado tenha apresentado uma relevante evolução na oferta de serviços educacionais (intensivos em conhecimento), da taxa de escolarização líquida e da população com ensino superior no estado, a região apresenta uma distribuição espacial das IES, e por conseguinte da oferta de vagas, que ocorre de forma heterogênea.

As matrículas e o estabelecimento das IES apresentam uma relação de dependência com fontes especializadas de mão de obra com a Região Metropolitana, existindo uma concentração da oferta e da demanda nas regiões mais próximas ou entorno da capital Aracaju. A correlação pode ser identificada dos mapas temáticos de distribuição das IES, da quantidade de bolsas ofertadas pelo PROUNI, do total de contratos firmados pelo FIES e a demanda por serviços voltados para o ensino superior apresentada pelo inscritos no SISU 2014.

Embora a elaboração de mapas temáticos a partir de bases cartográficas digitais utilizando a base de dados do Ministério da Educação tenha permitido a espacialização do fenômeno de expansão do ensino superior no estado de Sergipe, é relevante citar que este estudo não avaliou os impactos relacionados pelas matrículas no ensino médio ou renda população dos municípios estudados.

Desta forma, ressalta-se que, este artigo é um produto parcial de um estudo que busca não apenas verticalizar a discussão, mas que visa, também, estabelecer diálogos para que novos olhares se direcionem para o tema em questão.

REFERÊNCIAS

BAILY, A.S. **Services activities and regional metropolitan development: a comparative study.** Daniel P.W. (Ed.) Services and Metropolitan Development, Routledge, Nova York, 1991.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Educação, crescimento e Distribuição de Renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica. In. BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. **Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro /** organizadores, Fernando Veloso et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 51 – 72.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, Escuela y Espaço Social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BOURDIEU, P; RICHARDSON, J. G. (Org.). **The forms of capital**. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Nova Iorque, Greenwood, 1985, p. 241-258.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

DAMASCENO, Ihanmarck. Ensino Superior e desenvolvimento regional de Sergipe: taxa de escolarização e prêmio pago pelo nível de instrução (2000-2009). **Revista Interfaces Científicas Humanas e Sociais**, v. 1, p. 97-106, 2013.

HEPWORTH, M. **Geography of Information Economy**. Belhaven Press, Londres, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 25 nov. 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. 201p.

INEP. **Resumo Técnico**. Censo da Educação Superior 2009. Brasília. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf> Acesso em: 15 nov. 2012.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KON, Anita. **Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, P.; BLOOM, P. N. **Marketing para serviços profissionais**. São Paulo: Atlas, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MELO, R.O.L. **A geração de emprego em Sergipe na primeira década do novo século.** Disponível em:
<<http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com.br/2011/05/geracao-de-emprego-em-sergipe-na.html>> Acesso em: 25 nov. 2012.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

POLÈSE, Mario. MOROLLÓN, Fernando. **Economía urbana y regional:** introducción a la Geografía Económica. Cizur Menor, Navarra (ES): Thomson Reuters, 2009.

PORTES, A. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. **Sociologias, Problemas e Práticas**, n. 33, 2000, p. 133-158.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino Superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2000.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHULTZ, Theodore. **O Capital humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Schultz, T. W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, n. 51, p. 25- 43, 1961.

SCHUMPETER, Josef Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Abril Cultural, São Paulo, 1983.

SILVA e MEIRELLES, D. O Conceito de Serviço. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 119-136, jan./mar. 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações.** Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

TROW, Martin. **Problems in the transition from elite to mass higher education.** Berkeley, CA. Carnegie Commission of Higher Education, 1973.

WALKER, Richard A. Is There a Service Economy? The change capitalist division of labor. **Em Science and Society**, v. 49, n. 1, p. 42-83, 1985.